



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 29 QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 31ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE MARÇO DE 2016	
1.1 – ATA	9
1.1.1 – ABERTURA	9
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	9
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	9
1.1.2.2 – Oradores	
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Satisfação com a nomeação do ex-Presidente Lula para a Casa Civil.	9
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Expectativas com a nomeação do ex-Presidente Lula como Ministro-Chefe da Casa Civil.....	11
SENADOR JORGE VIANA - Registro de carta do ator Wagner Moura acerca da crise política do País; e outros assuntos.....	15
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder - Regozijo pela nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Ministério da Casa Civil.	22
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Crítica às supostas teorias conspiratórias que circundam a nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Ministério da Casa Civil.....	23
1.1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional do Artesão.....	28
1.1.2.4 – Transferência de sessão	
Transferência da sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação de vetos para 29 de março próximo, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.....	28
1.1.2.5 – Oradores (continuação)	
SENADOR RICARDO FRANCO - Defesa do projeto de lei de autoria de S. Ex ^a que prevê a possibilidade de execução da pena após a decisão condenatória proferida por tribunal de segunda instância ou por órgão colegiado nos casos de foro por prerrogativa de função.....	29
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Críticas à nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil	31
SENADOR IVO CASSOL - Críticas à liderança do Governo por suposta oposição, na CAS, à aprovação de projeto que libera a prescrição da fosfoetanolamina sintética a portadores de neoplasia maligna.....	34
SENADOR HUMBERTO COSTA - Explicação pessoal referente ao pronunciamento do Senador Ivo Cassol.	38
SENADOR OTTO ALENCAR - Destaque à necessidade de revitalização do rio São Francisco.....	38
SENADOR HÉLIO JOSÉ - Esclarecimentos acerca dos fatores que motivaram a desfiliação de S. Ex ^a do PMB e filiação ao PMDB.....	43
1.1.3 – ORDEM DO DIA.....	49
1.1.3.1 – Item 1	
Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2016, tendo como primeiro signatário Senador Romero Jucá, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 4-CCJ), com adequação redacional, em primeiro turno , após Parecer nº 210/2016-PLEN , proferido pelo Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e Emendas nºs 5 e 6-PLEN (votação nominal) (Prejudicada a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2016).....	50
Redação para o segundo turno do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2016 (Parecer nº 211/2016-CDIR).....	56
Aprovado o Substitutivo, em segundo turno (votação nominal). À Câmara dos Deputados	56

1.1.3.2 – Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015, tendo como primeiro signatário o Marcelo Crivella, que altera a Constituição Federal, para estabelecer que o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.....	63
1.1.3.3 – Convocação de sessão	
Convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, às 11 horas.....	71
1.1.3.4 – Item 2 (continuação)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015, tendo como primeiro signatário o Marcelo Crivella, que altera a Constituição Federal, para estabelecer que o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel. Aprovada, em primeiro turno (votação nominal).....	72
1.1.4 – ENCERRAMENTO.....	73
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
1.2.1 – EXPEDIENTE	
1.2.1.1 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 211/2012.....	74
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 463/2015 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 519/2015) seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 15/2016-CAE).....	74
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 179/2015.....	75
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015.....	75
1.2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 13/2016 (nº 63/2016, na origem), que encaminha relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de janeiro de 2016 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	76
1.2.1.3 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 159/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 981/2015, do Senador Ronaldo Caiado.....	135
1.2.1.4 – Comunicações	
Do Senador José Medeiros, de desfiliação partidária de S. Exª do PPS (Ofício s/n/2016).....	135
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Transparência e Governança Pública (Ofício nº 16/2016).....	136
1.2.1.5 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR GLADSON CAMELI – Registro da participação de S. Exª na 36ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, ocorrida em Montevideu, em 14 do corrente.....	137
1.2.1.6 – Ofício da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	
Nº 5/3/2016 (nº 77/2016, na origem), que encaminha o relatório de atividades desenvolvidas e resultados obtidos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), referente ao primeiro semestre de 2015..	138
1.2.1.7 – Pareceres	
Nº 207/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Emenda nº 2 ao Projeto de Lei da Câmara nº 167/2015.....	139
Nº 208/2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211/2012.	143
Nº 209/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 463/2015.	147
Nº 212/2016, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 179/2015.....	163
Nºs 213 e 214/2016, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015.....	167
1.2.1.8 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 116/2016, do Senador Ricardo Franco, que denomina Rodovia Governador Marcelo Déda Chagas o trecho da BR-101 que liga os municípios de Cristinápolis e Propriá, no Estado de Sergipe.....	183
Nº 117/2016, do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro -, para aumentar a pena do crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, previsto no § 2º do art. 302.....	185
1.2.1.9 – Requerimentos	
Nº 202/2016, do Senador Humberto Costa, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Juvenal de Holanda Vasconcelos.....	188
Nº 203/2016, do Senador José Medeiros e outros Senadores, de criação de Comissão Especial Temporária com o intuito de debater e propor soluções para a segurança pública do Brasil, além de deliberar projetos de lei sobre o mesmo tema.....	189

1.2.1.10 – Retificação	
Retificação do despacho apostado ao Requerimento nº 192/2016.....	191
1.2.1.11 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 125/2010.....	191
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 476/2011.....	191
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 550/2015-Complementar.....	191
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL	
1.2.2.1 – Comunicações	
Da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator (Ofício nº 2/2016).....	192
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 704/2015, de designação do Senador Wilder Moraes como Relator (Ofício nº 2/2016).....	193
Da Liderança do Bloco Parlamentar PSD-PR-PROS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 707/2015 (Ofício nº 82/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	194
Da Liderança do Bloco Parlamentar PSD-PR-PROS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 712/2016 (Ofício nº 83/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	195
Da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Ofício nº 34/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	196
1.2.2.2 – Ofício da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	
Nº 4/2016-CN (nº 77/2016, na origem), que encaminha o relatório de atividades desenvolvidas e resultados obtidos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), referente ao primeiro semestre de 2015. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	197
1.2.3 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
1.2.3.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2016	
Emendas nºs 5 e 6-PLEN.....	288
Parecer nº 210/2016-PLEN.....	298
Parecer nº 211/2016-CDIR (Redação final para o segundo turno) (publicado em suplemento à presente edição) (vide item 4.4)	
Listas de votação.....	302
1.2.3.2 – Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015	
Matéria aprovada, em primeiro turno.....	308
Lista de votação.....	309
2 – ATA	
2.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de março de 2016.....	311
3 – DOCUMENTOS DIVERSOS	
3.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Decisão referente à Representação nº 1/2015.....	327
Requerimento nº 1/2016, referente à instrução da Representação nº 1/2015.....	328
4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
4.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “A”)	
4.2 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “B”)	
4.3 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL (SUPLEMENTO “C”)	
4.4 – COMISSÃO DIRETORA	
Parecer nº 211/2016, oferecendo a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2016) (SUPLEMENTO “D”)	
SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	329
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	332
7 – LIDERANÇAS.....	333
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	336
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	355
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	365

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	413
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
12 – COMISSÕES MISTAS	437
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	451

31ª Sessão, Deliberativa Ordinária , em 16 de Março de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana
Magno Malta, Eduardo Amorim e
José Medeiros*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 19 horas e 22 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

31ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 16/03/2016 07:00:00 até 16/03/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presenca	Voto
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X

Compareceram 72 senadores.

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Cumprimento a Senadora Vanessa, apreensiva com a Senadora Fátima. As mulheres sempre querem iniciar os trabalhos aqui.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do sumário**)

O Senador Humberto Costa está como Líder, e o primeiro orador, por cessão da Senadora Vanessa Grazziotin, é o Senador Lindbergh Farias.

Peço a S. Ex^a que possa dirigir-se à tribuna.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a primeira inscrição no horário destinado a comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a está inscrita para uma comunicação inadiável.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, mas antes agradeço ao Senador Ricardo Franco, que cede tanto a mim quanto à Senadora Fátima a palavra, porque, na verdade, foi S. Ex^a quem chegou primeiro.

Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ele ficará como terceiro?

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sr. Presidente, fico como terceiro sem problema algum.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em homenagem às mulheres e ao mês de março!

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Essas mulheres!

Senador Lindbergh, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, subo à tribuna muito animado, para parabenizar a grandeza da Presidenta Dilma e do Presidente Lula.

O Lula vai ser uma espécie de Ministro da esperança. Ele chega num momento decisivo da vida política nacional. Sabemos do peso do Presidente Lula neste Congresso Nacional, na sua relação pessoal com diversos Deputados e com diversos Senadores.

Não tenho dúvidas em afirmar que a entrada do Presidente Lula afasta o perigo do *impeachment* e, mais do que isso, abre espaço para recuperarmos uma articulação política que consiga superar a crise permanente em que vivemos, porque temos de dizer em alto e bom som para o País que esta crise política está paralisando o País, está paralisando a economia do País!

Vamos enfrentar, agora, a batalha do *impeachment* – vai ser montada a comissão na Câmara. Espero que – e tenho certeza disso –, com a entrada do Presidente Lula, vamos derrotar esse processo, que, a nosso ver, é um processo de golpe contra uma Presidenta eleita democraticamente.

Agora, Senador Jorge Viana, superado esse processo do *impeachment*, precisamos ter responsabilidade aqui em Brasília – a oposição também –, de construirmos uma pauta para o crescimento econômico, para a proteção dos empregos.

Então, a entrada do Presidente Lula nos anima muito, porque acho que abre a perspectiva de resolvermos o problema imediato nessa batalha do *impeachment* e pode significar o caminho para uma pacificação, para a recuperação da nossa economia.

O Lula, em 2009, Senadora Fátima Bezerra, no momento de uma crise de natureza recessiva, optou pelo caminho de baixar a taxa de juros. O Presidente do Banco Central, Sr. Meirelles, em 2009 – e poderia já ter baixado em 2008 –, baixou em cinco pontos a taxa de juros: era 13,75% e caiu para 8,75%. O Presidente aumentou o gasto social em 10% em 2009. É como ele fala sempre: colocar dinheiro na mão dos mais pobres

estimula a economia.

Sei que esse debate precisa ser feito aqui com toda a calma do mundo. Há um debate sobre a situação fiscal do País, mas, sinceramente, dos mais de 10 pontos de déficit nominal que tivemos no ano passado, mais de 8% foi de pagamento de juros. Baixar a taxa de juros, neste momento, dá um fôlego para recuperarmos a nossa capacidade de investimento. Vejo, inclusive, algumas vozes do mercado se mostrando preocupadas com essa mudança da economia.

Sinceramente, os senhores sabem que o Presidente Lula sempre foi muito responsável na condução econômica. Todo mundo sabe disso. Agora, ele tem razão ao dizer que a questão principal do País hoje é a recuperação do crescimento econômico, é a proteção do emprego. Em alguns momentos, para que façamos a recuperação da nossa economia, momentos como este, temos que tomar medidas que, às vezes, aumentam a dívida por um período pequeno, mas depois há a recuperação.

O que está claro para todos nós é que só vamos conseguir diminuir a nossa dívida pública quando a economia voltar a crescer.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Fátima.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador, quero aqui me associar ao pronunciamento que V. Ex^a faz e acrescentar que não é à toa que a oposição está tão inquieta com a vinda do ex-Presidente Lula para o Ministério. Isso se explica exatamente pelo quanto o ex-Presidente Lula poderá contribuir para com os destinos da Nação, neste momento, claro, de dificuldades pelas quais o Brasil passa, seja no campo da política, seja no campo da economia. Reconhecidamente pela experiência que tem o Presidente Lula como grande militante político, sobretudo como grande gestor, como o maior e melhor Presidente da República que este País já teve até hoje, isso o credencia para que ele traga, neste momento, uma contribuição muito qualificada para o País superar todas essas dificuldades. Acrescento, ainda, rapidamente, à sua fala a repercussão positiva que já toma conta. Eu acabei de ver aqui Juruna, Secretário-Geral da Força Sindical, não apenas uma liderança da CTB ou da CUT, mas uma liderança da Força Sindical, que é uma central sindical respeitada, dizendo o que significará a vinda do ex-Presidente Lula para o Governo do ponto de vista de esperança, de alento, para que possamos superar essas dificuldades. E ele acrescenta mais, que esse alento e essa esperança se dão em função da experiência do grande governo que ele fez quando esteve à frente da Presidência da República. O Presidente do Senado também já está se posicionando e fazendo um reconhecimento de público, o que é justo, da capacidade que Lula tem do diálogo, de agregar. Ou seja, a vinda do Presidente Lula, não tenho nenhuma dúvida, é um fator fundamental, Vanessa, de aglutinação política neste exato momento. E ele está vindo movido pela responsabilidade, pelo compromisso com o País, com o intuito, como disse o Senador Lindbergh, de contribuir com uma questão fundamental: de um lado impedir a concretização do *impeachment*, na medida em que estamos todos convencidos de que não há base legal para tirar a Presidenta da República. O outro motivo, e vou concluir, que leva o Presidente Lula a vir para o Governo neste momento é o de dar a sua contribuição inestimável para que o Brasil supere essa dificuldade e, assim, possa recuperar o quadro da economia a fim de colocar o País de novo nos trilhos que ele protagonizou, isto é, a geração de emprego, a distribuição de renda e as políticas de inclusão social.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço o aparte da Senadora Fátima Bezerra e concedo um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei extremamente breve, mesmo porque subirei à tribuna para falar do mesmo assunto. Não combinei nada com V. Ex^a, mas falarei na mesma linha que V. Ex^a iniciou o seu pronunciamento. Mas peço o aparte mais para cumprimentá-lo, Senador Lindbergh, já que V. Ex^a aqui tem sido uma das vozes mais radicais contra algumas medidas do tal ajuste fiscal anunciado pelo Governo. V. Ex^a inicia o pronunciamento mostrando, obviamente, que precisamos mudar o rumo do País, mas as suas primeiras palavras foram: “Agora é a hora de reconstruir o País”. Então, acho que é esse clima que toma conta de V. Ex^a, Senador Lindbergh, alguém que entende que é preciso que os ânimos sejam acalmados, para que possamos seguir resolvendo os problemas do Brasil. As manifestações são fundamentais mas, no geral, combatem a corrupção, e tudo que precisamos é de paz até mesmo para que as investigações, tudo dentro da lei, contra a corrupção possam seguir. Também estou muito animada, como V. Ex^a, com o aceite do Presidente Lula para ser ministro do nosso País. E, como disse a Senadora Fátima, V. Ex^a ajudará em muito. Parabéns pela sua posição, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço, Senadora Vanessa.

V. Ex^a sabe que tenho muitas críticas à condição da atual política econômica, votei aqui contra o ajuste fiscal, mas hoje posso dizer, Senador Jorge Viana, que, com a entrada do Lula no Governo, viro governista

também, porque tenho muita esperança de que daremos uma virada neste momento.

Acho que o Lula pode animar novamente a sociedade, os trabalhadores, os empresários. A primeira tarefa é deter o *impeachment* nesses próximos dois meses, mas acho que o trabalho de articulação política é mais em médio e longo prazo, para que voltemos a crescer. A questão econômica é muito importante, temos que crescer novamente, proteger os empregos, recuperar aquela base social que são os trabalhadores, os mais pobres deste País. E a sensibilidade do Presidente Lula pode ajudar muito a Presidenta Dilma.

Aí vêm os argumentos da oposição: "Ah, não, ele está fazendo isso para fugir, para ter um foro privilegiado". Ora, isso não se sustenta. Se há uma coisa que fez o Presidente Lula resistir esta semana é justamente por este motivo: ele não queria que fosse encarado desse jeito.

Eu tive a oportunidade de conversar com ele e disse: "Presidente, todo mundo sabe que o Supremo Tribunal Federal é extremamente independente, ninguém pode colocar o senhor sob suspeição por isso". E tem mais, na verdade, se for olhar por esse lado, ele perde, porque ele teria várias instâncias para recorrer até chegar ao Supremo. Esse argumento é uma bobagem. Para esse argumento ter força você teria que colocar o Supremo sob suspeição, mas o Supremo é respeitado pelo País por sua independência em várias decisões importantes.

Outro ponto que falam: "Ah, não, o Lula virou o primeiro-ministro, o presidente". Não, a Presidenta é a Dilma; o Lula é, sim, um Ministro da Casa Civil, e eles sabem trabalhar em conjunto, os dois se respeitam. Eu conheço muito o Lula, ele nunca daria um passo sem consultar a Presidenta da República. Isso aqui é intriga de quem ficou desesperado, porque achavam que o *impeachment* estava lá, indo em direção, estavam animados com essa perspectiva. E o fato é que essa decisão política, corajosa e ousada surpreendeu, confundiu e deixou a oposição atordoada.

Os nossos militantes dos movimentos sociais, pelo Brasil afora, estão em festa, porque voltam a acreditar numa perspectiva para vencer esse golpe, recuperar a economia e se reaproximar das nossas bases sociais ao preservarmos o emprego e recuperarmos o crescimento econômico.

Parabéns, Dilma. Parabéns, Lula.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Lindbergh, e convido para fazer uso da tribuna a Senadora Fátima Bezerra, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também aqui eu iria abordar o mesmo tema, já fruto de reflexão por parte do Senador Lindbergh, que acaba de ocupar a tribuna.

Eu quero dizer, Senador Lindbergh, que, quando os adversários criticam a vinda do Presidente Lula para compor o ministério, inclusive colocando que a Presidenta Dilma vai virar uma "rainha da Inglaterra" etc., no fundo, no fundo, os que fazem essa afirmação o fazem movidos, Senadora Vanessa, por uma questão que se chama preconceito. Se fosse um homem que estivesse à frente da Presidência da República, eu duvido que eles fariam essa afirmação com tanta ênfase. Na verdade, a Presidenta Dilma, ao fazer o convite ao Presidente Lula para compor o seu ministério, neste momento difícil pelo qual passa o País, está tendo um gesto de grandeza. É um gesto de grandeza! Assim como é um gesto de grandeza extraordinário também o Presidente Lula aceitar esse convite.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que é com muita confiança e esperança que nós estamos recebendo a notícia de que o ex-Presidente Lula decidiu aceitar o convite da Presidenta Dilma para assumir a Casa Civil. Nós tínhamos a certeza de que não havia pessoa melhor neste momento para ajudar o Brasil a sair da crise política e econômica em que o País se encontra. O currículo do Presidente Lula, a sua história de vida, a sua trajetória política falam por si sós. Ninguém pode negar que Lula é, sim, um dos maiores estadistas que este País já teve.

E ele hoje goza dessa condição pelo grande militante político que foi e é, sobretudo pelo grande gestor, pelo maior e melhor Presidente da República que este País já teve até hoje.

Eu quero aqui, inclusive, lembrar que foi ele o primeiro presidente a receber o prêmio Estadista Global, do Fórum Econômico Mundial. Foi ele que deixou o Governo, depois de oito anos, com mais de 80% de aprovação.

E, mesmo hoje, em meio a esse tiroteio dirigido contra ele por parte da mídia monopolizada, por parte, inclusive, da oposição, por parte do Ministério Público e até da Justiça, mesmo assim, as pesquisas de opinião atestam disparadamente: para a maioria da população, ele foi o melhor e o maior Presidente da República que o Brasil já teve até hoje.

Então, a decisão da Presidenta Dilma é mais uma prova do esforço que ela está fazendo no sentido de colocar o País de volta no caminho do desenvolvimento econômico, buscando o diálogo político.

É provavelmente por isso que a oposição está com os nervos à flor da pele, porque a oposição teme que a presença de Lula no Governo ajude a retomar o desenvolvimento e, com isso, fazer com que o Governo...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... aumente novamente a aprovação popular, para que, em 2018, Lula volte a subir a rampa do Palácio do Planalto.

Faço questão aqui, Sr. Presidente, de lembrar, portanto, que a prerrogativa da escolha de Ministro é uma decisão exclusiva de Presidente da República. É bom que a oposição lembre-se disso. Há uma Presidente ainda. Ela se chama Dilma Rousseff. De acordo com a Constituição, é do Presidente da República a prerrogativa de nomear, demitir ou escolher exatamente ministros.

E aqui quero, mais uma vez, reafirmar: parabéns, Presidenta Dilma, pelo gesto de grandeza que a senhora está tendo, ao reconhecer as dificuldades pelas quais passa o País e acertadamente pedir a contribuição do ex-Presidente Lula para ajudar o País a retomar o crescimento e as conquistas sociais e econômicas que fizeram o nosso País ganhar...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... as manchetes do mundo nos últimos 13 anos.

O Presidente Lula, ao aceitar, como eu já disse aqui, teve outro gesto de grandeza.

Aliás, para aqueles que ficam repetindo que o ex-Presidente Lula assumiu um cargo no Governo para ganhar foro privilegiado, tenho a obrigação de esclarecer que ele não terá benefício jurídico algum com isso. Não se trata de um privilégio. Todo cidadão brasileiro tem direito ao duplo grau de jurisdição, no mínimo. Ou melhor, todos, menos aqueles que detêm o chamado foro privilegiado, já que estes são julgados apenas pelo Supremo Tribunal Federal, sem direito a recorrer a uma instância superior.

Então, esse argumento, como disse aqui o Senador Lindbergh, é uma bobagem. Na verdade, é uma desculpa esfarrapada da oposição. Primeiro porque o Presidente Lula, como qualquer outro cidadão, não está acima da lei.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Portanto, o processo sobre ele continua. Nós temos muita confiança de que ele será inocentado. Segundo, esse tipo de argumento fere inclusive a própria Corte, o Supremo Tribunal Federal.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que a vinda dele é saudada – repito – por todos nós. E quero concluir, Senador Jorge Viana, que preside os trabalhos, dizendo, mais uma vez, que é compreensível que a oposição critique tanto a vinda dele. É compreensível o nervosismo que toma conta da oposição, porque ela não pode tapar o sol com a peneira. Ela sabe...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... da capacidade política do Presidente Lula. Ela sabe do legado, da experiência que esse homem adquiriu ao longo da sua vida, inclusive, principalmente, quando esteve à frente dos destinos deste País. Ela sabe da capacidade extraordinária que o Presidente Lula tem de buscar a coesão, de buscar a unidade, de buscar a união.

Ela sabe, sem dúvida nenhuma, que um homem como o Presidente Lula jamais poderia se omitir num momento como este, quando, mais uma vez, a oposição sem agenda, sem projeto, sem proposta para o País, insiste na tese golpista de consolidar o *impeachment*, que não pode ser consolidado. Por quê? Porque simplesmente não há base legal, de maneira nenhuma. Está lá na Constituição. Mas, como não há base legal, por isso nós colocamos...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... que ele não prosperará e que o *impeachment* será derrotado, sim, lá na Câmara. Talvez não chegue nem aqui.

Então, é isso, Sr. Presidente. Que bom, Presidente Lula! Mais uma vez, tanto o Senhor quanto a Presidente Dilma têm esse gesto de grandeza, pensando, única e exclusivamente, nos interesses maiores da Nação.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA FÁTIMA BEZERRA.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhoras e Senhores, é com muita confiança e esperança que recebemos a notícia de que o ex-presidente Lula decidiu aceitar o convite da presidenta Dilma para assumir a Casa Civil. Nós temos a certeza de que não havia pessoa melhor, neste momento, para ajudar o Brasil a sair da crise política e econômica em que o país se encontra. O currículo de Lula não deixa a menor dúvida sobre isso. Ninguém pode negar que ele é um dos maiores estadistas que o mundo já teve. Quero lembrar, inclusive, que ele foi o primeiro presidente a receber o prêmio de Estadista Global do Fórum Econômico Mundial e deixou o governo com mais de 80% de aprovação. Aliás, ainda hoje, em meio a um tiroteio dirigido contra ele, não só pelos principais meios de comunicação, mas por parte do Ministério Público e da Justiça, para acabar com a imagem construída ao longo de sua vida política, Lula ainda é considerado o melhor presidente que este país já teve por 37% da população!

Ora, senhoras e senhores, a decisão da presidenta Dilma é mais uma prova de que ela está tentando colocar o país de volta no caminho do desenvolvimento econômico, buscando o diálogo político. E é provavelmente por isso que a oposição está com os nervos à flor da pele. Eles temem que a presença de Lula no governo ajude a retomar o desenvolvimento e, com isso, fazer com que o governo aumente novamente a aprovação popular, para que, em 2018, Lula volte a subir a rampa do Palácio do Planalto.

Faço questão de relembrar aqui que a prerrogativa de escolha de ministros é uma decisão exclusiva do presidente da República. E a nossa presidenta, teve um gesto de grandeza, ao reconhecer as dificuldades pelas quais passa o país e acertadamente pedir a contribuição do ex-presidente para ajudar o país a retomar o crescimento, a retomar as conquistas sociais e econômicas que fizeram o nosso país ganhar as manchetes do mundo nos últimos 13 anos. O presidente Lula, ao aceitar, teve outro gesto de grandeza!

Aliás, para aqueles que ficam repetindo que o ex-presidente Lula assumiu um cargo no governo para ganhar foro privilegiado, tenho a obrigação de esclarecer que ele não terá benefício jurídico algum com isso. Não se trata de um privilégio! Todo cidadão brasileiro tem direito ao duplo grau de jurisdição, no mínimo. Ou melhor, todos menos aqueles que detêm o chamado foro privilegiado, já que estes só são julgados apenas pelo Supremo Tribunal Federal, sem direito a recorrer a uma instância superior.

Inclusive, ontem, quando se especulava se Lula iria ou não aceitar o convite da presidenta, o Ministro Marco Aurélio Mello já expressou sua posição sobre o assunto, jogando por terra a tese de que a nomeação de Lula significaria obstrução à justiça. Como bem lembrou o Ministro, o STF já condenou políticos, banqueiros e empresários no julgamento do mensalão.

Portanto, senhoras e senhores, está na hora de, como se diz por aí, a oposição acabar com esse mi-mi-mi, de querer tomar o poder a qualquer custo, via impeachment, sem fundamentação jurídica nenhuma. Nós reconhecemos que o governo pode ter cometido alguns equívocos, mas a oposição, volto a repetir, tem uma enorme responsabilidade pela crise que o país enfrenta quando tenta, a todo custo, desestabilizar o governo e inviabilizar uma agenda de recuperação do desenvolvimento do país, ressuscitando a todo instante teses golpistas sem nenhuma fundamentação jurídica. Ninguém ganha, senhoras e senhores, com essa inércia do país, fruto da polarização e das atitudes inconsequentes daqueles que defendem o quanto pior, melhor.

Aliás, as manifestações do último domingo deveriam servir para refletirmos sobre isso. Apesar de reconhecermos que um número significativo de pessoas tomou as ruas, especialmente em quatro grandes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, o recado que veio das ruas não foi bem o que a oposição pensou que viria. As pessoas não estavam mostrando sua insatisfação apenas com o governo do PT, com o governo da presidenta Dilma, mas com a política em geral. Prova é que os partidos de oposição que, pela primeira vez, se sentiram confortáveis para convocar as pessoas para irem às ruas mostrar sua indignação não tiveram o acolhimento que esperavam. Pelo contrário, muitos políticos do PSDB, do DEM e de outros partidos de oposição foram vaiados e hostilizados nas ruas, como aconteceu com o candidato derrotado nas últimas eleições, senador Aécio Neves, e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, entre outros.

Quando os principais apoiadores dos atos são mal recebidos pelos manifestantes é motivo mais do que suficiente para refletirmos sobre o que está acontecendo neste país. Acho que está na hora de cada um de nós, membros do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, fazermos mea culpa, na

tentativa de evitar que o país tome um rumo indesejável para todos. A oposição, volto a repetir, tem uma enorme responsabilidade pela crise que o país enfrenta quando tenta, a todo custo, desestabilizar o governo e inviabilizar uma agenda de recuperação do desenvolvimento do país, ressuscitando a todo instante teses golpistas sem nenhuma fundamentação jurídica. Ninguém ganha, senhoras e senhores, com essa inércia do país, fruto da polarização e das atitudes inconsequentes daqueles que defendem o quanto pior, melhor.

Os resultados disso nós pudemos sentir no último domingo quando uma parcela, é bom que ressaltemos, das pessoas que estavam aqui na Esplanada dos Ministérios, ovacionou um homem cujo discurso é a síntese do que de pior existe neste país em termos de conservadorismo e preconceito. O deputado Jair Bolsonaro, que encarna o pensamento ideológico mais pernicioso que uma sociedade pode ter, uma pessoa que não respeita o direito das minorias, dos homossexuais, das mulheres, dos pobres, foi muito aplaudido pelos manifestantes.

É lamentável constatar que essas manifestações continuam a ter conteúdo extremamente fascista e verificar que, depois de 13 anos de importantes avanços sociais, ainda há pessoas que se negam a reconhecer que hoje o país é muito mais justo, muito menos desigual do que quando o PT assumiu o poder, apesar, repito, de alguns erros que podemos ter cometido.

Ora, senhoras e senhores, também é bom lembrar que a presidenta não é presidenta apenas dos 2 ou 3 milhões de pessoas que se manifestaram no dia de ontem. Ela tem que considerar essas manifestações, mas tem que ouvir os outros 140 milhões de eleitores que não estavam nas ruas. Aliás, Dilma governa com e para os mais de 200 milhões de brasileiros.

Por sinal, eu estava ouvindo comentário da filósofa e socióloga Viviane Mosé justamente com esse enfoque. Ela destacou que desde durante as eleições, a opinião pública vem em um processo de acirramento do ódio e polarização de ricos contra pobres, brancos contra negros, moradores do sul e sudeste contra nordestinos. Está cada vez mais afluindo nessas manifestações o pensamento de pessoas que acham que, porque pagam impostos, seus votos e opiniões devem valer mais do que aqueles que, por exemplo, têm a cidadania garantida pelo bolsa-família. Impressionante constatar que não há responsabilidade social em quem pensa dessa forma.

Viviane Mosé também concorda que a população das ruas, apesar de ser expressiva, representa apenas cerca de 2% da população do país. Essa população se expressou e deve continuar se expressando no voto.

Mudar a presidenta Dilma por qualquer outra pessoa, especialmente por via do golpe, não acabará com a corrupção no país; só aumentará mais ainda a polarização. E pode despertar o ódio dos 54 milhões que a elegeram.

A socióloga, que trabalha com as classes populares, tem certeza, assim como nós também, que o resultado das urnas, se houvesse uma eleição hoje, não seria o resultado das ruas. Se o impeachment se fortalecer, veremos o movimento anti-impeachment tomar as ruas. E esse acirramento é totalmente desnecessário.

De fato, senhoras e senhores, uma presidenta eleita só pode ser destituída do poder em uma democracia, por renúncia, coisa que ela já falou que não fará; por crime eleitoral ou por crime de responsabilidade; em ambas as alternativas, apenas caso seja condenada. Não há entre os requisitos constitucionais para o impeachment as manifestações de ruas, expressivas ou não. Portanto, incentivar manifestações para, a partir delas, justificar impeachment nada mais é do que golpe! E, se isso acontecer, abrirão um perigoso precedente de se tirar à força presidentes democraticamente eleitos. Nós não vamos deixar que isso aconteça!

Por sinal, defendemos que as ações legais que estão em curso sejam decididas logo. Porque o país não pode continuar refém de uma oposição irresponsável que deveria, sim, estar se dispondo a colaborar para definirmos rumos, em vez de tentar tirar o leme para deixar o barco à deriva.

É importante que se diga, Senhor Presidente, que na próxima sexta-feira, dia 18, ocuparemos as ruas em mais uma demonstração de nosso apoio ao projeto popular que começou com Lula e continua com Dilma.

Falarei desta tribuna sobre as manifestações que estão sendo agendadas, mas desde já adianto que vai ter luta! Conduziremos essa luta no campo das ideias, na resistência nas ruas, onde fomos forjados. Na sexta-feira, convidamos brasileiras e brasileiros para juntos defendermos a democracia e gritar: não vai ter golpe!

Por fim, Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas ao companheiro Lula! Ex-presidente, muito obrigada por juntar-se a nós, neste momento difícil do país, para que voltemos ao caminho do

desenvolvimento e da inclusão social! Seguiremos na luta, com Lula e Dilma, e não vão conseguir nos calar!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra. Ela fez uma comunicação inadiável. É necessário buscar um orador inscrito. Aí sou eu e, depois, V. Ex^a.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Concedo a palavra ao eminente ex-Governador do Acre, Senador da República, Jorge Viana.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Jorge Viana, pela ordem, rapidinho. Apenas para pedir que Mesa considere como lido o meu discurso na íntegra, já que, na segunda parte, eu faço umas considerações acerca das manifestações do último domingo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Será feito, Senadora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querida, Sr. Presidente desta sessão, Senador Magno Malta, agradecer a colaboração de V. Ex^a e cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e TV Senado.

Certamente, não tenho como vir à tribuna... Vim aqui e pretendo fazer uma referência a um vídeo que assisti, que compartilhei na minha página, do ator e hoje uma referência dos que trabalham com a cultura do nosso País que é o Wagner Moura. E ele fez uma gravação equilibrada, sensata, posicionando-se sobre a crise que nosso País vive e chamando todos, para colaborar, para que a gente possa superar a crise. Mas estamos diante de uma notícia, e não posso deixar de falar sobre ela, antes de fazer a leitura – e gostaria de pedir para constar nos *Anais* a transcrição do vídeo do ator Wagner Moura –, que é o fato de a Presidenta Dilma ter convidado o Presidente Lula para assumir a Casa Civil.

Acho que são dois eventos importantes. Primeiro, o que se refere ao Ministro da Justiça. Amanhã, toma posse o Dr. Eugênio Aragão, que é uma pessoa que tem uma história no Ministério Público Federal do Brasil; trabalhou no Acre; trabalhou em todos os rincões do nosso País; e, certamente, tem uma contribuição, tem uma preparação intelectual, uma formação adequada para dar.

Óbvio que a nomeação do Presidente Lula para a Casa Civil é uma notícia que correr o mundo inteiro. E não é sem razão que as pessoas se perguntam: “Por que o Presidente Lula vai assumir já que ele é um ex-Presidente, fez um bom trabalho durante oito anos, agora um cargo no Governo da Presidenta Dilma?”

Eu acho que nós que somos do PT temos a obrigação de ter uma certa humildade numa hora dessas – não uma certa humildade, mas humildade. O Presidente Lula só está assumindo por conta das dificuldades que o nosso Governo está enfrentando, que o País está enfrentando, senão, certamente, ele não estaria sendo chamado para dar sua contribuição. Acho que esse é o primeiro aspecto.

Ele foi, sem dúvida, um dos que escreveram o nome na História do Brasil, na política de inclusão social, na retomada dos investimentos no País e do crescimento econômico, nas mudanças que vão do número de universidades que ele criou ao Luz para Todos, mas também, especialmente, no resgate da respeitabilidade para com o nosso País mundo afora. O Presidente Lula conseguiu fazer isso. Houve sequência no primeiro mandato da Presidenta Dilma, mas devemos assumir aquilo que nos cabe: a Presidenta Dilma não conseguiu assumir, na plenitude, o seu segundo mandato. Temos sofrido. Tem sido difícil.

É óbvio que eu não posso negar – o próprio Wagner Moura trata disso – que nós temos vivido algo que não ajuda em nada. Há, sim, isto também é verdade, um inconformismo daqueles que perderam a eleição. Isso não é bom para ninguém: nem para quem perdeu nem para quem ganhou.

Eu mesmo sempre defendi, Presidente Magno Malta, que houve uma falha da Presidenta Dilma. Passada a eleição, virado o ano, ela deveria ter procurado estabelecer um diálogo nacional com os que perderam a eleição, porque o gesto de grandeza tem que vir do ganhador. Não é um gesto menor; é um gesto de grandeza procurar os que perderam, estabelecer um diálogo, chamar os setores da sociedade para viverem o pós-eleição. Nós não fizemos assim, e estamos pagando caro por isso.

Mas também não posso negar que, há anos, existe uma ação de intolerância que germinou. Ontem eu fiz a leitura aqui de uma manifestação que ouvi na CBN – fazia tempo que não ouvia. Uma jornalista falava que a semente do ódio, da intolerância havia germinado no nosso País. Eu acho isso péssimo.

Senadora Vanessa, se nós formos olhar a história dos golpes no nosso País e em países vizinhos, há um enredo, há normalmente uma narrativa, e essa narrativa está acontecendo no nosso País.

Há uma ação de uma classe média que fica incomodada, que fica desligada, inclusive, do que estabelece a própria Constituição e a institucionalidade; há normalmente setores da grande imprensa. Em qualquer lugar, sempre foi assim. Só que isso é uma situação terrível, é um trauma que não tem como, sinceramente – eu falo isso porque quero a pacificação no meu País... É óbvio que temos que ficar atentos e preocupados: poxa vida,

por que tanta gente foi à rua domingo?

Eu espero participar dos atos na sexta-feira, que espero sejam de paz também, em defesa da democracia. Mas bom mesmo seria que nós estivéssemos agora todos dialogando para encontrar uma saída para a crise econômica, para a crise política. Quer coisa pior do que a desmoralização que os partidos estão vivendo, todos eles?

Como nós vamos encontrar a saída para a crise econômica se não temos o mínimo diálogo político? Será que não está na hora? Será que não está passando da hora de estabelecermos uma relação de diálogo?

Por isso, quero falar aqui: acho que o Presidente Lula está fazendo algo impensado até, mas está fazendo um gesto que é de pôr todo o seu legado, toda a sua história... Não quero crer que isso seja só uma questão por conta de processo judicial, como tenho visto. Acho que é querer apequenar o gesto do Presidente Lula.

Esses mesmos que cobram isso eram os mesmos que o badalavam dizendo que ele era o melhor Presidente da História do Brasil. Prefiro crer que o Presidente Lula está correndo todos os riscos, botando o nome dele, a história dele à disposição do nosso País.

Quando eu conversar com ele, depois de nomeado, a primeira coisa que vou sugerir a ele, que vou pedir a ele, Presidente Magno, é que fale para o País, para que busque o diálogo, o entendimento com setores da oposição, com os setores que estão descontentes com o nosso Governo. Se ele fizer isso, Senador Ataídes, acho que, aí, sim, poderemos viver uma possibilidade de, dentro da normalidade, esperar a data da próxima eleição. Quem tiver mais voto leva e quem perdeu vai ter que aceitar o resultado das urnas. Em 2018, quem tiver mais voto também leva. Isso será o ideal para o País.

Eu prefiro crer que o Presidente Lula está emprestando o nome dele, a credibilidade dele, a disposição de trabalho, o conhecimento que ele acumula, que ele é um grande brasileiro, para ver se ele ajuda a Presidenta Dilma terminar bem esses dois anos e oito meses de mandato que ela tem. Eu prefiro acreditar nisso, sinceramente. E eu quero poder colaborar, porque nós estamos vivendo uma situação tão dramática que já não havia mais saída, e eu espero que a saída seja pela política; eu espero que a saída seja pelo diálogo; eu espero que a saída seja pelo nosso País.

Volto a repetir, Senador, no momento de dificuldade que o nosso País está passando, o Brasil precisa de cada um de nós, daquilo que nós temos de melhor, e não daquilo que nós temos de pior.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há alguns que estão oferecendo o que têm de pior para o País. Mas eu, sinceramente, quero aqui pedir a Deus, quero aqui passar minha confiança de que o Presidente Lula vai conseguir, como Chefe da Casa Civil, retomar o diálogo com setores da oposição, retomar o diálogo com o Congresso Nacional, fazer aquilo que é a vocação dele, enfrentar e vencer conflitos, fazer o impossível, buscar dar a sua contribuição para que este País se reencontre com o crescimento econômico, com geração de emprego, com o controle da inflação.

E, agora, com a delação do Senador Delcídio, o qual horizontalizou esta crise política, citando... Eu lamento tudo o que tem ocorrido, lamento por ele, pela família dele, mas lamento pelo nosso País. É muito ruim...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vai do Michel Temer ao Aécio Neves; do Lula ao Aloizio Mercadante.

Será que isso não é um ambiente suficiente para nos fazer sentar à mesa e fortalecer o combate à corrupção, a construção de uma nova governança no País, uma nova relação da iniciativa privada com o dinheiro público; construir algo novo, que mude esta História do País? Será que não é suficiente essa crise? Eu penso que sim.

Agora, os companheiros do próprio PSDB estão vendo a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar. Esse é o fato. Mas nós não podemos celebrar; nós temos, ao contrário, que nos preocuparmos ainda mais.

Certamente, o Senador Aécio vai ter agora – porque, provavelmente haver ter uma investigação aberta –, ele vai...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tem sido feito com o Lula, com outras pessoas. Isso não é bom para o País.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concede-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou ouvir V. Ex^a, Senador Ataídes.

Eu estou fazendo um chamamento para que essa mudança, que surpreende a muitos, da ida do Presidente Lula para a Casa Civil possa, de fato, impor-nos também que cada um de nós mudemos de posição, que nós nos encontremos.

Ontem foi o aniversário de um grande amazônida, Thiago de Mello. Thiago de Mello fala – poeta, lá da Boca do Acre – que nem sempre temos que encontrar um novo caminho; às vezes, temos que buscar uma nova maneira de caminhar. E eu acho que, com o Presidente Lula, quem sabe a gente não encontra essa nova maneira de caminhar, com ele procurando os setores da oposição, setores da sociedade que estavam se sentindo alijados e ajudando a retomar o diálogo, para que o maior interesse que prevaleça não seja de quem é réu, de quem não é réu, de quem é acusado, de quem é culpado, ...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... de quem possa ajudar o nosso País a vencer a crise?

Eu ouço o Senador Ataídes e a Senadora Vanessa, para encerrar.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Eu estava aqui ouvindo atentamente o seu discurso, e eu não queria atrapalhá-lo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não atrapalha nunca, Senador Ataídes. Somos colegas para isso.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com toda a vênua, V. Ex^a sabe o respeito que eu tenho por V. Ex^a, mas o seu discurso, Senador Jorge Viana, não é o que o povo brasileiro hoje pensa e sente. Senador Jorge Viana, eu prefiro ir pela razão. A coisa no Brasil bagunçou geral, está bagunçada! Essa história de que Lula voltou, para o Governo para salvar a Pátria, isso é engodo! Isso é engodo! O Lula está muito mais para um destruidor da Pátria do que para um salvador da Pátria. O Lula não foi convidado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foi isso que ele fez na Presidência por oito anos, Senador?

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Ex^a me permitiu um aparte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sim, mas o discurso é meu. E eu estou ouvindo V. Ex^a.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas, se V. Ex^a quiser, eu paro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só estava fazendo uma ponderação.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu vou ser muito breve.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a deve ter elogiado muito o Presidente Lula nestes oito anos.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Jamais! Jamais! Jamais!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas deve ter se dado bem durante o Governo do Presidente Lula.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pelo contrário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, aliás!

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu vim falar de política em 2010. Até então empresário, dando o sangue por este País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso que eu estou dizendo, com o seu trabalho, V. Ex^a se deu muito bem.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E ele destruiu mais de 2 mil empregos nas minhas empresas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso que eu estou dizendo, foi, graças ao Governo do Presidente Lula, que trabalhadores iguais ao senhor, empresários, ganharam dinheiro.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Certamente.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não. V. Ex^a me permite continuar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Claro.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Desde que ainda haja tempo, porque eu só tenho

um pouquinho. É um prazer.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Presidente vai nos permitir hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por favor.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O plenário está, inclusive, bastante esvaziado. O que eu posso dizer é o seguinte, Senador Jorge Viana: a Presidente Dilma não convidou Lula! O Lula nunca deixou de ser Presidente deste País! A Dilma é simplesmente uma criatura do Lula. Diante dos fatos, ele achou agora melhor assumir novamente a Presidência do Brasil. É isso que os quatro cantos deste País acham. A história do Lula com venda de medidas provisórias, eu fui presidente da CPI do Carf, a coisa lá está escancarada; as Medidas Provisórias nºs 471 e 512, de 2009 e 2010, estão escancaradas. O problema da Lava Jato. Eu não queria que nada disso, Senador Jorge Viana, estivesse acontecendo, mas, contra os fatos, não há argumentos. São Paulo, a história do triplex, a história do...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O senhor poderia comentar um pouquinho da denúncia, da mesma fonte, do Senador Aécio Neves, já que V. Ex^a é do PSDB? Só um pouquinho, assim, uns 30 segundos.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Claro! Claro! O Senador Aécio já disse a toda a imprensa nacional...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela quinta vez.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... que se apurem os fatos. Ontem ele nos reuniu e disse...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso que eu acho que é bom a gente não prejudicar ninguém. Concordo nesse aspecto.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele disse ontem, Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu não vou prejudicar o colega Senador Aécio.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele disse ontem: “Que se apurem os fatos”. Ele está pronto a ir, ele não se esconde, ele não quer Ministério para ter foro privilegiado, até porque ele é Senador da República.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já tem, não é?

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele já tem foro privilegiado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ah, muito bem.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas ele quer que se apure. Como os outros processos dele foram arquivados, eu imagino e quero que realmente mais essa denúncia seja arquivada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sabe por que, Senador?

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Deixe eu só continuar aqui e estou encerrando, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque eu ainda tenho que passar, já extrapolei meu tempo.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Lula não foi convidado. O Lula não foi convidado. Os 6 milhões de brasileiros que foram às ruas no domingo, senhores com 80, 82 anos, com os rostos pintados, foram pedir a prisão do Luiz Inácio Lula da Silva! Aí o que o Luiz Inácio Lula da Silva fez? “Não, eu agora vou é voltar a, de direito, administrar vocês”. Eu estou concluindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por favor, porque senão o aparte de V. Ex^a vai virar um discurso. Aí é um pouco demais.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ele deu um tapa na cara de todo o povo brasileiro. Esta é a verdade!

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Lula não é o cara! O Lula é o cara, Sr. Presidente, porque ele gastou R\$3 trilhões – é bom que se diga isso. Ele gastou R\$3 trilhões de 2003 para cá, emprestado. E administrou mais R\$20 trilhões de arrecadação desses 14 anos de governo! Ou seja, com R\$3 trilhões, qualquer elemento vira “o cara.” O Lula destruiu tudo o que nós tínhamos, inclusive...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... o mais importante, que é a nossa credibilidade, que é a nossa honra. O Lula vai pagar por isso, eu tenho a mais absoluta certeza. Eu o entendo, Senador. Eu o entendo e lhe peço até desculpa por este aparte. Eu lhe peço desculpa porque tenho imensa admiração por V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o Lula não é “o cara”. O Lula não foi convidado. O Lula veio para se proteger do Sérgio Moro, a quem o Brasil tem hoje como referência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... depois eu vou fazer *(Fora do microfone.)* um posicionamento também sobre o que falou ou o que tentou falar o colega Ataídes.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu serei muito breve. Lamento por fazer o aparte neste clima de guerra. V. Exª abriu tanto o seu coração daí – eu pedi o aparte apenas para cumprimentá-lo mais uma vez...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... quando V. Exª falava do papel, falava das divergências, mas da necessidade do diálogo, e que esse é um dos grandes objetivos por que Lula aceitou o Ministério, ele que já foi o Presidente mais bem avaliado deste País, que tanto mudou a nossa Nação. Lamento muito esse aparte que V. Exª acaba de receber.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com R\$3 milhões da mão do povo, Senadora, todo mundo vira “o cara”.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ataídes, aí eu já peço para a gente respeitar. Eu dei o aparte à minha colega, ouvi V. Exª com toda a paciência e respeito. Agora já passou.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, enfim, eu acho que não é desse tipo de postura que o País precisa. O País precisa de posturas equilibradas.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E apenas lhe pedi o aparte para cumprimentá-lo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca ouvi um discurso, Senador Jorge Viana, tão sincero. V. Exª abriu o seu coração. Reconheceu as falhas, os defeitos. Isso é muito raro num político brasileiro. Parabéns, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado. Eu queria agradecer os apartes e lamentar.

É claro que eu tenho que respeitar – nós estamos no Parlamento – o colega Ataídes. Aqui ele consumiu um bom tempo do meu tempo, e é graças à benevolência do Presidente Magno Malta que eu posso concluir.

Mas eu acho lamentável, porque, vejam bem, de alguma maneira, o colega expressa o seguinte – ele falou que trabalhou, e eu não estou duvidando, eu até debito na conta do trabalho dele: “Os que mais se beneficiaram do governo do Presidente Lula são os que guardam um verdadeiro ódio”. Ouvir um colega falar isso não ajuda em nada.

Esse ódio de querer prender, de querer rebentar, de querer botar na cadeia só se fosse...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... uma manifestação que pudesse livrar o Brasil de todos os problemas.

Para encerrar, vou ler a fala do Wagner Moura para quem estiver nos acompanhando. Estou falando de um ator que tem posição política, porque, às vezes, é melhor ouvir essas pessoas que não estão vivendo a hipocrisia dos enfrentamentos e dos interesses. Não estou me referindo a V. Exª. Estou falando que o nosso País está vivendo uma grande hipocrisia. Ele diz:

O Brasil vive um dos momentos mais delicados de sua história, com uma polarização política muito característica de momentos assim. Hoje em dia, existem apenas dois lados. E qualquer um que tente olhar as coisas de forma objetiva é colocado como alguém que está em cima do muro. [Não tem sentido. Fala que tem o lado dos “coxinhas” e o lado dos petistas, ou seja, você é de um lado ou é de outro.]

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já estou terminando. É bem curta a leitura.

Acho essa dicotomia pobre, mas uma coisa que me preocupa muito é que essa disputa de poder influencia o trabalho da Justiça. É evidente que as investigações estão sendo usadas como massa de manobra para disputa política. [O Wagner Moura diz isso.] Há um ódio político no ar muito grande. Eu não consigo mais conversar com meus amigos que odeiam o PT e que acham que tudo é válido para tirar o PT do poder, como se a corrupção no Brasil morasse num só partido.

Ele segue:

Me preocupa muito o rumo das investigações. Quero que políticos corruptos sejam investigados, presos, julgados e condenados, mas eu quero que tudo aconteça de forma democrática, que siga os ritos, a Constituição e o Código Penal brasileiro.

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cinco linhas, Sr. Presidente.

Me preocupam as prisões midiáticas, me preocupa a Justiça brasileira estar trabalhando sob influência de uma agenda política ou sob influência de um circo midiático para que determinada parte da população bata palmas. Sou a favor das investigações, mas sou mais a favor da democracia, de uma investigação mais desprovida de ódio político e pela defesa da democracia e do Estado de direito. [Diz Wagner Moura.]

Eu peço para constar nos *Anais* esse posicionamento de um artista genuinamente brasileiro, que ajuda com seu posicionamento.

Vejam: endeusaram o “japonês da Federal”, fizeram máscaras, fizeram *selfie* dele com o Sr. Bolsonaro, aqui na Câmara dos Deputados. Era o herói nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Que País é este? Que hipocrisia é esta?

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Carta do ator Wagner Moura

FALA DO ATOR WAGNER MOURA

O Brasil vive um dos momentos mais delicados da sua história, com uma polarização política muito característica de momentos assim. Hoje em dia existem apenas dois lados. E qualquer um que tente olhar as coisas de forma mais objetiva é colocado como alguém que está em cima do muro. Ou seja: ou você é coxinha ou é petralha. Acho essa dicotomia pobre, mas uma coisa que me preocupa muito é que essa disputa de poder influencia o trabalho da justiça. É evidente que as investigações estão sendo usados como massa de manobra para disputa política. Há um ódio político no ar muito grande e eu não consigo mais conversar com meus amigos que odeiam o PT e que acham que tudo é válido para tirar o PT do poder, como se a corrupção no Brasil morasse em um partido só.

Me preocupa muito o rumo das investigações. Quero que políticos corruptos sejam investigados, presos, julgados e condenados. Mas eu quero que tudo aconteça de forma democrática, que siga os ritos, a constituição e o Código Penal Brasileiro. Me preocupam as prisões midiáticas, me preocupa a justiça brasileira estar trabalhando sobre influência de uma agenda política ou sobre influência de um circo midiático para que determinada parte da população bata palma. Sou a favor das investigações, mas sou mais a favor da Democracia, de uma investigação mais desprovida de ódio político e pela defesa da democracia do Estado de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – Agradeço, Senador Jorge Viana, e determina a Assessoria que o texto do Wagner Moura vá para os *Anais*.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Humberto Costa.

(O Sr. Magno Malta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Ex^a, Sr. Senador Humberto Costa, nosso companheiro e Líder do Governo na Casa, pela Liderança do Governo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu venho à tribuna na tarde de hoje para saudar, com muita alegria, em nome da Liderança do Governo no Senado, o ingresso do ex-Presidente Lula à equipe do primeiro escalão da Presidenta Dilma Rousseff.

Lula jamais faltou ao Brasil, e agora, em um momento em que o nosso Governo precisa recompor a sua Base parlamentar e social para tirar o País da crise em que esse impasse político nos meteu, ele atende, mais uma vez, ao chamamento e assume o desafio de somar esforços para contribuir em um momento de extrema dificuldade nacional.

Lula foi chamado e aceitou o convite para assumir a Casa Civil, um Ministério de coordenação de Governo, com a finalidade de assessorar a Presidenta Dilma, do mesmo jeito que, um dia, Dilma o assessorou no comando do mesmo cargo.

O Ministro Jaques Wagner, ex-Governador da Bahia e ocupante da Pasta, foi de uma grandeza ímpar no processo de convencimento para que o ex-Presidente assumisse a sua própria cadeira, dada a relevância da Casa Civil na articulação política e na coordenação das ações de governo.

Wagner agora se soma ao nosso projeto com as atribuições de Chefe de Gabinete da Presidenta.

Lula traz ao Governo de Dilma a sua larga trajetória de lutas, a sua capacidade singular para o diálogo, com todas as forças, a sua experiência mundialmente reconhecida de oito anos como Presidente da República e, acima de tudo, um capital político inigualável, construído no coração e na confiança dos brasileiros.

Foram os seus governos que tiraram mais de 36 milhões de pessoas da pobreza absoluta, que elevaram 42 milhões de brasileiros à classe média, que criaram mais universidades e escolas técnicas neste País do que em todos os 500 anos anteriores da nossa história.

Então, Lula vem agregar sua experiência, seus conhecimentos, suas habilidades ao Governo da Presidenta Dilma para que, juntos, num grande esforço nacional, possamos tirar o Brasil da crise, recuperar nossa economia e retomar nossas discussões sobre crescimento e futuro.

Ninguém aguenta mais, estamos todos exauridos desse debate estéril que paralisou o País desde outubro de 2014, como se ainda estivéssemos apurando votos, quando a eleição foi vencida ali, de maneira incontestável, por Dilma Rousseff, graças aos votos da maioria dos brasileiros.

Quero aqui, especificamente, contestar esta afirmação que muitos críticos têm lançado – talvez nervosos com o poder político de Lula – de que o ex-Presidente assume o cargo de Ministro para poder gozar de um foro privilegiado, de uma blindagem.

Não há mentira maior. O ex-Presidente, que, assim como Dilma, foi preso político da ditadura militar, jamais se colocou acima da lei ou deixou de responder a qualquer demanda sobre esclarecimentos dos seus atos, mesmo quando essas ações foram absolutamente abusivas, como a sua condução coercitiva a depoimento em um processo com o qual ele sempre cooperou.

Esse tipo de acusação feita por opositores guarda, ainda, uma acusação direta e descabida contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Ela traz implícita a perigosa ilação de que os integrantes da Suprema Corte julgam para proteger detentores de foro privilegiado.

Esse entendimento é repulsivo e merece toda a nossa contestação, tendo em conta que macula a imagem da mais alta Corte do País, que já deu reiteradas demonstrações de independência – concorde-se com elas ou não –, como no julgamento da Ação Penal nº 470, chamada de mensalão, ou mesmo nas decisões referentes à Lava Jato.

Essa operação, aliás, o País fique tranquilo: ela não vai parar. Foram os nossos governos que dotaram e asseguraram às instituições públicas os mecanismos necessários para o exercício das suas mais altas funções republicanas.

A Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário não estão submetidos às interferências do Governo, como estavam no passado, antes de nós chegarmos à Presidência da República, quando o chefe da polícia era filiado ao partido do Presidente e o comando da Procuradoria-Geral da República e as nomeações para o Judiciário saíam da caderneta pessoal do Chefe do Executivo, em que constavam nomes de amigos ou

correligionários.

Nós acabamos com essa prática, blindando a Polícia Federal de interferências; respeitamos a autonomia do Ministério Público, indicando para o cargo de Procurador-Geral aquele que encabeça a lista elaborada pelos próprios membros do MP; indicamos para o Judiciário nomes de saber jurídico comprovado, independentemente de suas posições.

Então, quem defende a sequência da Lava Jato tem a obrigação de defender o Governo da Presidenta Dilma porque é graças a ele que não tem havido interferências no desenrolar dessa operação, dado o total respeito com que o Poder Executivo tem tratado a independência das instituições.

É hora de encerrarmos de vez com as acusações levianas e pensarmos no Brasil e em soluções que atendam aos interesses da nossa população, soluções essas que não passam por golpes institucionais que levem à ruptura da ordem democrática nacional.

É nesse sentido, é com esse espírito que Lula vem se integrar à equipe do Governo da Presidenta Dilma. Ele vem imbuído de construir uma unidade nacional em torno de grandes temas, que nos tire desse impasse improdutivo e devolva o Brasil aos trilhos do avanço e do desenvolvimento. Ele vem para dialogar, inclusive com a oposição, ao lado da Presidenta Dilma.

Quero então, para concluir, Sr. Presidente, expressar a nossa alegria pelo ingresso do ex-Presidente no nosso time e externar a minha profunda confiança no seu talento para contribuir com o Governo da Presidenta Dilma e estabelecer, por meio dessa afinada parceria entre ambos, um novo caminho para o Brasil.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Vanessa Grazziotin, que permutou com o Senador Telmário Mota, e, em seguida, o Senador Ricardo Franco.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu confesso que viria à tribuna no dia de hoje para falar sobre a Lei do Feminicídio, que acaba de completar um ano. É uma lei que já tem trazido resultados muito importantes no combate à violência contra as mulheres e que tem nos ajudado muito no enfrentamento desse que é um problema grave – mais que grave, gravíssimo – que atinge as mulheres e as famílias.

Mas diante da notícia que tivemos hoje pela manhã, eu também não poderia deixar de vir ao plenário para tratar do aceite do Presidente Lula para ser Ministro do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Início, desde já, cumprimentando o Presidente Lula e desejando a ele muito sucesso na difícil empreitada que acaba de assumir. Desejo muito sucesso porque, de fato, como disseram os oradores que me antecederam, ele tem uma estrada longa e extremamente sinuosa a percorrer, em determinados trechos, uma estrada até desconhecida.

Sr. Presidente, eu hoje assisti a alguns telejornais e tenho lido com muito cuidado os comentários. Aliás, venho à tribuna com a transcrição de muitas matérias que foram publicadas nos jornais de hoje. Mas hoje pela manhã vi vários juristas dando opiniões no sentido de que a nomeação do Presidente Lula para o Ministério não se caracteriza como obstrução de Justiça e tampouco tem como objetivo fugir da própria Justiça, fugir da coordenação da Operação Lava Jato. Em absoluto.

Eu tenho sido muito cautelosa, sobretudo nos últimos dias, em decorrência da gravidade do momento que vivemos. Confesso que há sete ou oito dias eu não tinha muita convicção da correção de o Presidente Lula assumir um ministério, mas depois dos últimos acontecimentos, dos últimos dias, Senador Cristovam, eu me convenci de que o Brasil precisa de alguém não só com autoridade, com respeito, mas com experiência, de alguém que governou a Nação por oito anos.

E não venham dizer que ele assumiu a Presidência em um momento de muita facilidade não. Quando ele assumiu, havia muita dificuldade. É fato que, até 2011 mais ou menos, a arrecadação cresceu mais do que o próprio PIB, dando condições de os governos – não apenas o governo central, mas os governos locais – desenvolverem boas administrações e criarem bons programas sociais. Mas, de lá para cá, a arrecadação começou a cair, equiparando-se ao PIB. Não é menor porque a produção do País decresceu no ano passado e tudo indica que decrescerá ainda este ano.

Senador Cristovam, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, com a benevolência do nosso Presidente, quero dizer que não fiquei assustada nem que foi uma surpresa, porque já sabemos qual é o pensamento do mercado e qual é o pensamento da mídia em relação ao Governo da Presidenta Dilma. Eles querem que ela saia do poder. O que eles querem é derrubar o poder, o que eles querem é alimentar o *impeachment*, a ponto de misturar o *impeachment* com questões éticas, ou seja, com a luta contra a corrupção, e uma coisa nada tem a ver com a outra, Senador Jorge Viana. O processo de *impeachment* que existe na Câmara dos Deputados

não tem nada a ver com o combate à corrupção. Nada. Os argumentos utilizados são decretos assinados pela Presidente, são pedaladas, nada têm nada a ver com corrupção, mas eles chegam ao ponto de misturar, de modo que o povo pense que a Presidenta Dilma é culpada de tudo.

No fundo, o grande problema político que vivemos – e num momento ruim, porque delicado para a economia – é uma disputa de projeto de nação, não tenho dúvida, como eu disse no meu pronunciamento de segunda-feira e hoje repito.

Ontem, o dólar subiu, Senador Jorge Viana, e as bolsas caíram. A Bolsa de Valores de São Paulo despencou mais de 3,5%. O dólar subiu mais de 3%. Ações de empresas que têm ações na Bolsa de Nova York caíram abruptamente, Senador Cristovam Buarque. A CSN teve uma queda de mais de 16%; a Petrobras, de mais de 8%.

Por quê? Porque o mercado não quer, porque o mercado enxerga – aqui está escrito, eu posso até ler – que a posse do Presidente faz com que o Governo ganhe fôlego. Ela atrapalha o processo de *Impeachment*. Quem diz isso são os representantes do próprio mercado. Eles dizem que a vinda do Presidente Lula retarda o processo de *Impeachment*. Eles não querem isso, o que eles querem é derrubar, para aplicar outras medidas que não as que o Presidente Lula tem citado.

É óbvio que, dentro de uma responsabilidade fiscal, temos que entender que não dá para adotar medidas que aprofundem a recessão. Cortes vão apenas aprofundar a recessão. E a recessão aprofundada vai fazer com que cresça o desemprego.

Quero dizer que o mercado ontem sinalizou: “Não queremos o Presidente Lula no Ministério porque isso é uma sobrevida ao Governo da Presidente Dilma”. Assim, a Bolsa caiu e o mercado não tem confiança. Mas isso passou. Isso foi ontem. Na crise é assim: as coisas acontecem muito rápido.

Ontem, a vinda do Presidente Lula para o Governo era só especulação; hoje é realidade. Agora, Senador Cristovam, não vamos mais trabalhar com especulação, e sim com a realidade. O mercado tem que se acalmar, tem que se sentar com o futuro Ministro da Casa Civil e com a Presidente Dilma, porque quem sofre não é a Presidente Dilma ou o ex-Presidente Lula, quem sofre com isso é o povo e são eles também.

Nós vimos o quanto cresceu o nível de emprego, o quanto cresceram as empresas e quanto ganharam de dinheiro neste País. Vamos nos acalmar na política, para a economia seguir seu caminho. Eu não tenho dúvida.

É óbvio o que o Presidente Lula fala e nós falamos: precisamos de mais incentivo à produção, precisamos de mais crédito para o povo, repito, dentro da responsabilidade fiscal.

É óbvio que o Presidente Lula está chegando para conversar, não para fazer nenhuma revolução. Aliás, ficou oito anos no poder e não fez nenhuma revolução no País. Adotou medidas importantes.

Ontem, o Senador Capiberibe me disse que pode estar em curso no Brasil um acordão, em que se tira a Presidente Dilma do poder, em que se interrompe a Operação Lava Jato, e tudo volta ao normal.

E também li que uma senhora da elite paulista disse que abandonou o movimento pelo *impeachment* ao perceber que não havia qualquer obstrução em relação às investigações.

De nossa parte, o que há são algumas críticas em relação a exageros, em relação a ações como a do sequestro do Presidente Lula. Não digam que aquilo foi uma condução coercitiva. Não foi, porque a lei define o que é condução coercitiva. Quem disse isso foi o Ministro Marco Aurélio Mello. A lei determina o que é, define o que é, e não foi o que aconteceu com o Presidente Lula.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que nós criticamos são os atos exagerados, que ocorrem à margem da legalidade, à margem da lei. Isso nós não podemos aceitar.

Senador Cristovam, se o Presidente me permitir, concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, eu temo muito o que está acontecendo, porque, em geral, na política, coisas muito esquisitas não dão certo. E está parecendo esquisito o fato de o Presidente Lula voltar com essa força toda. Veja bem, a senhora é das que mais defendem nesta Casa o Governo, a Presidente Dilma, mas veja o ato falho, quando a senhora disse que o Brasil está precisando de uma pessoa com experiência, como se ela não tivesse; de uma pessoa com liderança, como se ela não tivesse. Ela foi eleita com 53 milhões de votos. Ela ocupou cargos importantíssimos antes. Mas a ideia hoje é a de que o Brasil precisa de uma pessoa com experiência e com liderança. Agora, o que é grave? Primeiro, é que vai chegar como uma espécie de bipresidencialismo. E tem tudo para não dar certo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ou ela se anula completamente

diante do Presidente Lula – e digo isso não com ironia; digo “Presidente” com o mesmo respeito com que sempre digo “Governador”, ao falar com o Senador Capiberibe, por exemplo. Ou ela se anula diante do Presidente. Isso vai ser ruim, porque houve vários discursos aqui contra golpe. Se a Presidente Dilma se anula, houve um golpe das mesmas forças, feito até por ela – um autogolpe, se quiser –, mas, se ela se anula, houve um golpe. E o que a gente está vendo, pelo noticiário de hoje, é que o Presidente Lula vai mudar o Ministério inteiro, inclusive o Presidente do Banco Central. Esse é o perigo que vejo na dupla presidência. O outro é o da legitimidade. O Presidente Lula, há alguns meses, teria toda a legitimidade, mas, quando surgem boatos – e eu não uso isso como a verdade –, e se fala que ele viria para se proteger com o fato de Ministro não poder ser julgado no Paraná, isso tira uma certa legitimidade. Agora, a parte que acho mais interessante é que não dá para saber o que vai acontecer – e talvez seja positivo, do ponto de vista da economia. Veja bem: quando o Presidente Lula assumiu, estava havendo esse mesmo movimento de bolsa caindo e dólar subindo pelo medo do espectro do Lula.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ele assumiu e teve uma política séria, responsável. O Lula teve um governo financeiramente responsável, com o Palocci e o Meirelles. Isso pode acontecer. Eu não vou dizer que não vai acontecer. Se isso acontecer, ele vai perder o apoio, inclusive, da senhora, que brigou tanto contra essa seriedade, e do Lindbergh também. A não ser que a gente veja aqui, outra vez, o mesmo filme: o PSDB vai ficar contra o que dizia, e vocês a favor do contrário do que vocês diziam. Isso a gente já viu aqui. A gente já viu esse filme, que pode acontecer. Daqui a pouco, a gente vai ver o Lindbergh, meu querido amigo, e a senhora defendendo uma política de austeridade do Lula, e o PSDB ficar defendendo uma política desenvolvimentista, porque a de austeridade, vinda do Lula, o PSDB vai dizer que não serve. Esse é um risco. O outro risco é se ele não fizer essa política parecida com a que ele fez quando assumiu. Se ele, de fato, desfizer as reservas, isso é muito perigoso. Se ele começar a baixar os juros, politicamente, colocando ali um Presidente do Banco Central que siga as ordens do Presidente, isso vai ser ruim, a médio e longo prazo. Se vier uma política desenvolvimentista nas formas tradicionais dos anos cinquenta, não vai servir mais hoje. Mudou. O que havia, nos anos cinquenta, era antes da globalização. Podia-se fechar o País. Então, você podia tomar medidas protecionistas e se proteger. Hoje não há como se proteger...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... do mercado financeiro internacional. Não há como, acabou. Só se a gente proibir a internet, como na Coreia do Norte. E isso não é possível. Então, não sou daqueles que diz que sabe o que vai acontecer com o Presidente Lula. Volto a insistir que uso o “Presidente” em respeito ao “ex”, e não por ironia de dizer que ele é Presidente. Eu não digo isso, mas tudo dá a entender que é uma cartada muito arriscada, com muita chance de não dar certo para o Brasil. Pode até adiar o *impeachment*, mas talvez a um custo muito alto para a economia brasileira, para a sociedade brasileira e também para o povo que estava nas ruas pedindo outra coisa para ele, que eu nem assino embaixo. Estavam pedindo outra coisa para o Presidente, outro destino diferente de Ministério. De repente, vem o Ministério. Eu temo que o povo tome isso como um certo tapa na cara e que a política dele venha não como a que ele fez, responsável, mas, sim, irresponsável. E, se vier responsável, eu temo que ele perca o apoio de vocês – do Lindbergh e da senhora –, mas V. Ex^{as} podem manter o apoio mudando o discurso, e aí vai ser divertido e triste ver o PSDB mudando também e passando a defender o contrário, só porque está vindo agora do Presidente Lula. Essa perplexidade agrega-se à falta de credibilidade de todos nós, mas, como a senhora disse, agora ele já foi escolhido. Vamos ver o que vai acontecer.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Cristovam, e acolho suas dúvidas.

Esse é o mérito que V. Ex^a tem: V. Ex^a não ousa dizer que vai dar tudo certo, ou não vai dar certo.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que nem nós que até lutamos, de alguns dias para cá, e que estamos tentando ajudar a convencer o Presidente Lula temos a convicção de que vai dar certo, de fato, porque a crise é complexa – a crise é complexa!

Alguém escreveu alguma coisa, publicada no dia de hoje, que diz o seguinte: parece que as ruas vão resolver o problema da economia. O que vai resolver o problema da economia não é o que move as ruas. Não é isso, não é isso.

Eu tenho aqui, por exemplo, Senador Cristovam, uma análise, que também está publicada, de Ricardo Kim, da XP Investimentos, ou seja, uma pessoa que representa o mercado. Ele diz que, com Lula no Governo, fica mais difícil emplacar o processo de *impeachment*. Foi ele quem disse isso, um analista de mercado, que repete o que ouve dentro do mercado. Aliás, o mercado ficou muito nervoso apenas com a expectativa.

Então, eu prefiro deixar o ontem para trás e começar a trabalhar a partir do hoje.

Senador, passo às suas duas premissas. Em relação a fugir da Lava Jato, o Presidente Lula não precisa disso. Não sou eu a julgar, nem para absolver, tampouco, muito menos para condenar. Nós estamos em um momento em que estão condenando previamente o Presidente Lula por quê? Porque dizem que ele é o verdadeiro dono de um triplex de que ele diz não ser dono. E não há nada que prove que seja ele o dono. Por essas questões! Agora é tanto todo dia, todo dia, todo dia é só triplex e sítio, triplex e sítio, que parece que vira verdade. Aliás, há a velha máxima: uma mentira dita cem vezes vira verdade. Então, vamos tomar cuidado. Ninguém pode ser absolvido antecipadamente, mas muito menos condenado antecipadamente.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, isto eu digo, e vários aqui que me antecederam falaram: ele demorou mais para dizer o sim, porque ele não queria que a vinda dele ao Ministério fosse confundida com isso. Aliás, ele está se sacrificando, na minha opinião; ele está se sacrificando, na minha opinião. Agora, não é por um projeto de futuro, é por um projeto de Brasil. É para um projeto de Brasil, porque, se formos parar para pensar, isso é muito mais oneroso para toda a história do ex-Presidente Lula do que algo que lhe dê mais poder. Não, de jeito nenhum. Então, eu acho que o mais sacrificado nisso tudo é ele.

Em relação a ser um golpe branco, se é ele que vai governar ou a Dilma. Não! Vamos deixar o maniqueísmo de lado. Não existe o certo ou o errado. Não existe só o dois ou o quatro. Existe o três entre o dois e o quatro. E o três são duas pessoas poderem dialogar; são pessoas dialogarem e levarem um governo ou um projeto comumente. Um Presidente não faz nada sozinho; faz com seus ministros, faz com sua equipe...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É claro que a última palavra é do chefe maior, e a Chefe maior é a Presidente Dilma, não tenho dúvida.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vou conceder o aparte.

É a Presidente Dilma, não é?

Então, veja: eu acho, Senador Cristovam – e por isso fiz questão, mudei o meu pronunciamento e vim falar sobre isso –, que, por um lado, temos um mercado nervoso. Nervoso e eles mesmos dizem que veem mais difícil a aplicação daquela política de que tem que se passar um pente-fino nos programas sociais, que eles consideram uma “gastança”. Nós consideramos “gastança” esses juros elevados, quando todo mundo tem prejuízo, e os bancos têm lucratividade. Isso que é a verdadeira “gastança”. Isso tem que ser mexido. Agora, dentro de quê? De um diálogo, e não do rompimento. Não do rompimento.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh e, depois, se a Mesa me permitir, ao Senador Capiberibe, para concluir.

Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, dialogando com V. Exª, que faz um importante pronunciamento, e dialogando também com o Senador Cristovam Buarque...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... que está aqui ao meu lado. Primeiro, quero dizer que o Presidente Lula, como de fato falou o Senador Cristovam, sempre teve uma postura extremamente responsável na economia. Agora, Senador Cristovam, no momento da crise econômica de natureza recessiva que aconteceu em 2008/2009, o que fez o Presidente Lula? O Presidente do Banco Central era Henrique Meirelles. Ele baixou, em 2009, cinco pontos na taxa de juros: caiu de 13,75% para 8,75%. Quando você baixa cinco pontos, você tem espaço fiscal para poder investir mais. Temos que dizer: o déficit nominal no ano passado foi de mais de 10%, 8% foram de pagamento de juros. Bancos centrais do mundo inteiro estão com juros negativos, e o nosso não. Em 2009, ele baixou, o Banco Central, cinco pontos na taxa de juros. Outra coisa que ele fez: aumentou 10% o gasto social.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para concluir. Aumentou 10% o gasto social. Ele sempre fala a mesma coisa: bote dinheiro na mão de pobre, porque o pobre investe aquele recurso. E deu certo do ponto de vista macroeconômico, Senador Cristovam, porque a dívida, que era de 60% do PIB no governo Fernando Henrique, caiu para 36% do PIB. Temos que entender que só vai melhorar a situação fiscal, só vai diminuir a dívida no País quando se colocar essa economia para crescer. Eu acho que o Presidente Lula entra sabendo de uma coisa: o centro da estratégica econômica é recuperação da capacidade de crescimento, proteção e emprego. Não podemos ficar em um samba se uma nota só do ajuste fiscal. Então, eu acho que ele, com essa responsabilidade, mas pensando nessa retomada do crescimento, vai dar uma grande contribuição, porque nós não vamos resolver essa crise política se a economia também não melhorar, se as pessoas não voltarem a ter.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nesse sentido, encerro dizendo o seguinte: o Presidente Lula é, talvez, o maior animador deste País. É outra capacidade que ele tem a de conversar com os trabalhadores, de conversar com os empresários. Eu acho que ele vai entrar no Governo, também, tentando, na área econômica, reanimar a sociedade, os empresários e os trabalhadores. Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e imediatamente, Senador Capiberibe, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senadora Vanessa, obrigado pelo aparte e pela referência que V. Exª fez sobre o meu comentário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o qual eu concordo.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu considero que um dos acontecimentos mais importantes da história do Brasil são as investigações em curso, e nós não podemos colocar isso em risco. Qualquer que seja a saída da crise, essas investigações têm que ser preservadas e aprofundadas. Eu estou preocupado. Se alguém me perguntar qual a saída, acho que poucos aqui entre nós a terão. Existem várias possibilidades, mas há de se reconhecer que o Governo da Presidente Dilma é um Governo que já não governa. É um Governo que está promovendo um alarmante índice de desemprego. Nós estamos retrocedendo não só no desemprego, mas também nas conquistas de alguns anos atrás. Outra questão que criticamos e da qual nós somos críticos ...

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... são as taxas de juros e também o custo do capital financeiro – a metade do orçamento público vai para a mão dos rentistas deste País –, mas isso quem facilitou foi o Presidente Lula. O Lula fez um Governo para engordar mais os banqueiros, essa é que é a grande verdade, essa é a verdade. Ele vem para o Governo agora para quê? Ele vai reduzir a parcela dos banqueiros? Acho difícil, porque ele passou oito anos. Nós estamos no segundo Governo da Presidente Dilma com uma deterioração total dos indicadores sociais, nós estamos com crise em todo canto. Nós precisamos de uma solução, mas a solução, esse acordão não pode existir. Eu entendo, porque, se amanhã houvesse uma solução com o *impeachment* da Presidente Dilma, e assumisse o Presidente Temer, o que é que iria acontecer?

(Interrupção do som.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Este é o meu cenário: assume o Presidente Eduardo Cunha, do PMDB, Renan Calheiros, do PMDB, o PMDB assumiria o Governo inteiro. Haveria uma grande festa, a bolsa iria evidentemente disparar, o dólar iria cair, haveria uma festa nacional. Nesta festa nacional, entraria o acordão, e, quando a sociedade acordasse do devaneio, o Ministério Público estaria manietado, e essas investigações estariam por água abaixo. Então, eu estou falando isso, porque esse desenho que está aí de acordo me parece que é no sentido de resolver esse problema das investigações. A única coisa: pode sair a Presidente Dilma. Agora, o que não dá é trocar o PT pelo seu sócio da crise, que é o PMDB. Isso é inaceitável. Nós temos que ver uma outra...

(Soa a campanha.)

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... alternativa, uma outra solução, mas essa solução de tirar o sócio majoritário para colocar o seu sócio secundário no Governo me parece que é algo que vai complicar ainda mais o País. Pode haver uma grande festa durante três ou quatro meses, mas depois volta a crise de novo. Então, eu acho que a saída era a Presidente Dilma chamar e mostrar que a

corrupção neste País não é um desvio de comportamento pessoal, é um sistema, e ela precisa explicar como é que funciona esse sistema, porque a Lava Jato está explicando. A Lava Jato está escancarando o sistema de corrupção instalado neste País ao longo de toda a história, e só há uma alternativa: ou ela denuncia isso para o País, abre claramente o jogo para todo mundo, ou então pede para sair. Porque está difícil uma saída que não seja essa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas estamos tentando achar a saída, Senador, e as peças estão se mexendo.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só gostaria, Senador Lindbergh, de um minuto da atenção de V. Exª e do Senador Cristovam, porque eu acho que podemos resumir o diálogo que nós travamos aqui em um evento que aconteceu ontem e que dialogou exatamente no mesmo nível que nós estamos aqui. Só que um lado diferente.

Ontem, o Instituto Fernando Henrique promoveu um debate sobre o futuro, sobre a crise do País, e convidou para esse debate, lá no Instituto, os economistas Samuel Pessoa e Marcos Lisboa. Aí o que foi que Marcos Lisboa disse? Que a sociedade brasileira até achou razoável – veja – os empréstimos do Tesouro ao BNDES, que terão custos aos cofres públicos, até 2060, avaliados em R\$320 bilhões, aproximadamente. Aí, diz-se que, da plateia, foi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quem se levantou e fez o seguinte comentário...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu peço à Senadora Vanessa que encerre.

V. Exª percebe que fomos muito benevolentes.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Demais. E aqui eu agradeço muito.

Então, disse o seguinte o ex-Presidente Fernando Henrique: “Não é tanto que a massa vota e vota errado” – de fato, elegeram-o e depois o reelegeram para presidente – “mas que a elite brasileira pensa errado”. Segundo ele, há poucos anos, a elite toda era lulista, mesmo quando já se sabia o que era o lulismo.

Veja, o Presidente Lula não governou com uma classe social, ele governou para todos. Ele mostrou que é possível, sim, o diálogo social. E o que nós temos que buscar agora é exatamente isto: o diálogo. Não adianta querer botar a elite para um lado e o pobre para o outro, não. Não é assim que nós vamos resolver o problema. Nós vamos resolver o problema conversando com a elite, mas garantindo todas as conquistas que já obtivemos até agora. Isso, sim, Senadores.

Muito obrigada. Desculpe-me pelo tempo.

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin pelas suas palavras.

A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 17 do corrente, quinta-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional do Artesão.

A Presidência comunica, ainda, às Srªs e aos Srs. Parlamentares que a sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para o dia 22 de março do corrente, foi transferida para o dia 29 de março, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos **Vetos Presidenciais de nºs 53 a 64, de 2015, e 1 a 4, de 2016**, e de outros expedientes.

Convido, agora, para fazer o seu pronunciamento – e o primeiro pronunciamento –, o nobre colega e conterrâneo Senador Ricardo Franco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu gostaria de me inscrever

pela Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Será inscrito. Mas o senhor também já está inscrito como orador. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de trazer à atenção de V. Ex^{as} o teor de um projeto de minha autoria, o PLS nº 67, de 2016, por meio do qual proponho algumas alterações na legislação penal brasileira.

Antes de falar do projeto em si, porém, farei algumas considerações, para contextualizar e justificar as mudanças que quero propor.

No último dia 17 de fevereiro, o Plenário do Supremo Tribunal Federal foi palco de uma sessão histórica. Os ministros de nossa Máxima Corte decidiram que é constitucional a execução de pena de reclusão logo após a condenação em segunda instância, extinguindo a possibilidade de o condenado recorrer em liberdade até o julgamento de recursos pelos Tribunais Superiores.

Finalmente, o Brasil iguala-se às principais democracias do mundo, eliminando de nosso ordenamento uma aberração jurídica sem precedente no Direito Comparado, conforme apontou o relator do caso no STF, o Ministro Teori Zavascki, ao citar a ex-Ministra Ellen Gracie, que em julgamento anterior afirmou – abro aspas: “Em nenhum país do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa aguardando o referendo da Suprema Corte” Fecho aspas.

De fato, senhoras e senhores, a liberdade de um criminoso após a condenação em segunda instância era mais uma jabuticaba, algo que só existe no Brasil. Existia, melhor dizendo! Essa abominação nós brasileiros não engoliremos mais!

A decisão histórica, que alterou entendimento anterior do próprio Supremo, adveio do julgamento de um *habeas corpus* impetrado por um homem condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão, em São Paulo, pelo crime de roubo qualificado.

A defesa desse cidadão havia apresentado recurso ao Tribunal de Justiça daquele Estado, que o negou e determinou a expedição de mandado de prisão. O condenado, então, recorreu primeiro ao Superior Tribunal de Justiça e, por fim, ao STF.

Escorava-se, como de praxe, no princípio da presunção de inocência. Escudava-se, como milhares e milhares de celerados antes dele, no art. 5º, inciso LVII, da Constituição, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”.

A interpretação corrente até então era a de que o trânsito em julgado só ocorreria após se esgotarem todas as possibilidades de recursos especiais ou extraordinários. Ou seja, um cidadão, mesmo que condenado pela Justiça em segundo grau, se dispusesse de bons advogados, teria a oportunidade de protelar indefinidamente sua prisão, apresentando recursos sucessivos aos Tribunais Superiores.

Em seu primoroso voto, o Ministro-Relator demonstrou que a inocência do réu deve ser presumida apenas até que seja confirmada a sentença penal em segundo grau. Dado que os recursos cabíveis ao STJ e STF não podem ter como objeto a discussão de fatos e provas, mas somente matéria de direito, o princípio da não culpabilidade resta exaurido após a decisão da segunda instância. Abro aspas para o Ministro Zavascki: “Ressalvada a estreita via da revisão criminal, é no âmbito das instâncias ordinárias que se exaure a possibilidade de exame dos fatos e das provas, e, sob esse aspecto, a própria fixação da responsabilidade criminal do acusado.” Fecho aspas.

Ao acompanharem, em sua maioria, o voto do Relator, os Ministros do Supremo despejaram luz sobre a devida interpretação do princípio constitucional da presunção de inocência, consagrando o direito ao duplo grau de jurisdição, e nada mais.

Essa decisão, tenho absoluta certeza, está em sintonia com o desejo de justiça que emana da sociedade brasileira, com esses novos e virtuosos tempos que vivemos em nosso País, quando posses e títulos não são mais salvo-condutos para delinquir em liberdade.

Insisto, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tenhamos a exata dimensão de quão importante foi essa decisão para nosso futuro como Nação.

Tudo isto posto, o trabalho não se encerra no pronunciamento do Judiciário. É preciso que nós, o Legislativo Brasileiro, façamos a nossa parte. Precisamos ajustar nossa legislação penal, adaptando-a à nova interpretação constitucional.

Para tanto, tomei a iniciativa de apresentar o referido Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2016, que propõe as alterações necessárias ao Código Penal, ao Código de Processo Penal e à Lei de Execução Penal.

O projeto, que será em breve apreciado pela CCJ, terá o condão de eliminar quaisquer dúvidas que possam restar quanto à execução de penas, além de absorver o entendimento do STF de que a prisão tão

somente se dará nos casos de condenação por órgãos colegiados nas hipóteses de foro privilegiado, quando o acusado tem prerrogativa por função.

As alterações no Código Penal referem-se principalmente à prescrição, às penas de multa e ao instituto do perdão. No Código de Processo Penal, o projeto inscreve na letra da lei a possibilidade de prisão, como início de cumprimento de pena, após decisão condenatória de segunda instância.

Finalmente, propomos alterar a Lei de Execução Penal, para adequar ao novo entendimento a execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.

Estou certo de que terei o apoio da grande maioria de V. Ex^{as} e de que aprovaremos este projeto, colocando o Senado na vanguarda das mudanças na aplicação da justiça em nosso amado País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Ricardo, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Claro.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu quero parabenizar V. Ex^a pela proposição desse projeto, porque, em que pese o fato de que com certeza V. Ex^a será bastante criticado pelo meio jurídico, esse projeto vem ao encontro do anseio da população brasileira. A impunidade tem sido por tempos a grita e a reclamação das pessoas, que já não aguentavam. Em que pese todas as teses jurídicas, em que pese ter todo o nosso ordenamento jurídico ido pela presunção de inocência, as pessoas também já não aguentam as manobras e os constantes recursos que por vezes inviabilizam a aplicação da pena. Veja bem: aquele caso do diretor do jornal *O Estadão* à época, passou anos até que... E justiça tardia não é justiça.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Isso mesmo.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – No momento em que o Estado tomou para si a tutela de fazer, vamos dizer assim, a vingança que outrora era privada, porque, na verdade, quando a pessoa se sente ofendida, ela quer se vingar... Então, para que o Estado não se desestruture, o Estado toma para si essa tutela. Mas, quando ele não faz isso, isso cria um problema sério no meio social. Basta ver a indignação. Boa parte dessas pessoas que foi para a rua está indo por causa dessas manobras todas do Governo do PT, que está fazendo essa coisa toda, esses arranjos todos. Veja bem a que ponto chegamos: nomeação de Ministro para fugir da Justiça. Então, veja o que os advogados e as pessoas não fazem para que a pessoa não responda pelos seus crimes. E a população não aguenta mais. Então, V. Ex^a vem na consonância com o que a Corte Suprema decidiu e vem regulamentar o que, de certa forma, ficou enviesado, porque a Corte decidiu, mas ficou contrária ao que o ordenamento jurídico diz. Aí vem V. Ex^a com esse projeto e, de certa forma, coloca o trem nos trilhos novamente. Meus parabéns. Espero que a Casa possa também entender dessa forma, porque eu vejo que são os novos tempos. E é dessa forma. Podem muitos não concordarem. Mas esse é o anseio da população.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE. Como Líder.) – Muito obrigado, Senador José Medeiros. Fico muito feliz por compartilhar com o senhor as mesmas ideias e o mesmo entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes que V. Ex^a possa descer da tribuna, Senador Ricardo, faço questão de registrar um momento raro pelo menos para nós sergipanos, colegas aqui, Senadores presentes.

O Senador Ricardo Franco, ao subir nessa tribuna e fazer o seu pronunciamento, marca um tempo diferente para nós sergipanos. É a quarta geração de uma família que ocupa esse espaço no Senado. Tudo começou com o Dr. Augusto Leite – se eu estiver errado, me diga –, seguiu com seu avô, Augusto Franco, depois com seu pai e, agora, com V. Ex^a.

Parabéns! Que Deus continue iluminando V. Ex^a no cumprimento de sua missão. Sei que V. Ex^a está aqui para cumprir uma missão, desejando um Sergipe muito melhor e, com toda certeza, um Brasil muito melhor. Nessas horas, especialmente nesses tempos de crise, precisamos realmente nos juntar para que mudemos a realidade desse País.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Obrigado.

Senador Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, rapidamente, peço um aparte ao nobre Senador.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Claro, nobre Líder.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa, pelo conteúdo do projeto. O Presidente já disse da continuidade política no Estado de Sergipe. É um nome que vem engrandecer o nosso Partido – e falo pela Liderança –, que, com muito orgulho, tem um Senador com a sua capacidade de articulação e, ao mesmo tempo, de propostas e de projetos apresentados aqui neste período

em que está no Senado Federal. Como tal, o que esperamos é a presença dessa nova geração política podendo continuar uma luta na defesa exatamente das prerrogativas do direito de propriedade, da livre iniciativa, do respeito ao cidadão, das normas que duramente construímos na Constituinte de 1988. Parabenizo e, mais uma vez, saúdo a iniciativa do nobre colega, que tão bem representa o Democratas no Estado de Sergipe. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Muito obrigado, Senador Caiado. Mais uma vez, eu gostaria de renovar a satisfação muito grande de ter V. Ex^a como meu Líder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – E eu digo que tenho o privilégio de estar não só presenciando, mas presidindo a sessão em um momento como esse. Eu diria que não é destino, com certeza. Para quem acredita em Deus, como eu acredito, é realmente a mão divina.

Passo a palavra ao orador inscrito Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, venho, mais uma vez, a esta tribuna hoje um pouco mais triste, porque eu percebo que a coisa agora bagunçou geral; agora bagunçou geral: as delações premiadas têm feito referências constantes sobre Ministros da nossa Suprema Corte Federal; depois, o Senador Delcídio do Amaral, em uma gravação, também menciona alguns Ministros da Suprema Corte; e, agora, por derradeiro, o Ministro – o Primeiro-Ministro, é bom que se diga assim – Aloizio Mercadante também se refere à nossa Suprema Corte Federal, usando, inclusive, delatando, inclusive, o nome do Presidente Ricardo Lewandowski. Nessas delações também, fala-se sobre diversos Senadores da República e vários Deputados Federais. No Governo, a Operação Zelotes e a delação do Senador Delcídio também deixaram muito claro o envolvimento na corrupção do Poder Executivo.

E aí, então, eu ratifico: a coisa bagunçou geral! O Poder Executivo está substituído; o Poder Judiciário está em dúvida, em xeque, lamentavelmente; e o Congresso Nacional está extremamente decadente.

Domingo passado, mais de 6 milhões de brasileiros foram às ruas, senhores e senhoras de 80, 82 anos, com os rostos pintados, lá em Palmas, capital do meu Estado de Tocantins, ainda por cima debaixo de chuva, pedindo que a Lava Jato prendesse o Presidente Luiz Inácio da Silva; pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma. Eram senhores e senhoras com mais de 80 anos de idade, Senador Alvaro Dias – mais de 80 anos! –, num domingo à tarde, que deixaram os seus lares e foram às ruas. E qual foi a resposta que o povo teve três dias depois? O ex-Presidente Lula, ao invés de ser recolhido, resolveu, de direito, assumir a Presidência da República novamente, dando um tapa na cara de todos nós brasileiros, e chego a dizer que é o extremo da imoralidade!

Agora está se dizendo que a Presidente Dilma convidou o ex-Presidente Lula para participar do Governo. Engano! Papo furado!

Quem manda neste Governo, desde 2003, é Lula, todo mundo sabe disto. Essa criatura chamada Dilma foi ele quem fez. Ele que a botou lá, mas é ele quem manda.

E simplesmente, para fugir do Sergio Moro, ele está vindo para o Ministério. E ele escolheu. Só não pôde escolher a Presidência da República e, então, escolheu a Casa Civil – isso é uma barbaridade!

É interessante que o Lula e a Dilma não sabiam o tamanho da crise no Brasil. Tenho certeza de que eles não sabiam. Mas agora, depois do dia 13, não é possível que eles não tenham tido conhecimento do tamanho da crise.

Em relação à crise econômica, o Brasil devia menos do que R\$1 trilhão em 2003, quando este Governo entrou; e, hoje, deve R\$4 trilhões. No ano passado, nós pagamos R\$501 bilhões tão somente da dívida pública interna e externa.

Em relação à área social, todos esses programas foram criados pelo marqueteiro João Santana sem um pingão de responsabilidade. Houve programas – Pronatec; Fies; Ciência sem Fronteiras; Luz para Todos; Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; Brasil Sorridente; Brasil Carinhoso; e tantos outros – que quero louvar. Só que foram feitos sem um planejamento, sem uma estratégia, e muitos deles, inclusive, estão paralisados, como o seguro-defeso, o seguro-desemprego e tantos outros.

Esses 3,5 milhões de famílias que disseram que trouxeram para a classe C, retirando-se das classes D e E... E, hoje, quase 4 trilhões de famílias retornaram às suas classes. Isso é muito triste! Isso é terrível para o nosso País!

E mais, moral, o Brasil perdeu o seu maior patrimônio, que é a credibilidade. Esse Governo conseguiu destruir, inclusive, a nossa honra, a nossa credibilidade. As três maiores agências do mundo que calculam risco mundo afora – a Fitch, a Moody's, a Standard & Poor's – não rebaixaram a nossa nota, não; colocaram-nos na condição de caloteiros. O que é caloteiro? Aquele que não paga o que deve.

Ano passado, tivemos uma receita corrente de R\$1,221 trilhão e pagamos R\$501 bilhões de juros; este

ano, não vamos dar conta de pagar a dívida – este ano, não vamos dar conta de pagar a dívida! Estou com muito medo de que esse Governo irresponsável bote a mão nas nossas reservas cambiais, que hoje são US\$370 bilhões. Se botar a mão nesse dinheiro, acredito que vai ficar ainda muito pior, lamentavelmente.

Confesso que estou muito triste, decepcionado, Senador Cassol, com a volta do ex-Presidente Lula ao Governo. Alguém disse aqui que ele vai chegar e consertar a casa. Que bom se isso acontecesse. E, se isso acontecer, volto aqui na tribuna e bato palmas.

Só que não há condição de acontecer. Esse senhor não tem credibilidade nenhuma. Todo mundo hoje, Brasil a fora e mundo a fora, sabe que o ex-Presidente Lula não passa de um mentiroso.

Como é que esse moço vai reerguer essa economia que ele mesmo destruiu? Como é que ele vai reerguer essa economia? Como é que os empresários no Brasil vão acreditar neste Governo, agora com a presença do Lula?

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se ele não for pego pela Zelotes, com venda de medidas provisórias, e eu fui Presidente da CPI do Carf, do contencioso... Vendeu as Medidas Provisórias 471 e 512, de 2009 e 2010. A Operação Zelotes está em cima disso aí.

Vender leis? Vender leis? Vendeu tudo. Vendeu, inclusive, a nossa moral.

Se a Zelotes não colocar a mão no Lula, a Lava Jato não tem jeito. O Sergio Moro não tem jeito, vai botar a mão, porque a coisa está escancarada. E, se o Lula não tem medo, por que o Lula, então, não vai e presta todos os esclarecimentos à vontade? Chega lá e fala: “Olha, o que é que vocês querem saber de mim?”

Estão falando novamente do Senador Aécio. Ontem ele nos reuniu e disse: “Eu quero que se apure tudo. No que depender de mim, eu estou pronto para responder, na hora em que os investigadores quiserem.” Vejam só.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – De forma que eu não vejo possibilidade, lamentavelmente, de essa chegada do Lula consertar tudo. Pelo contrário, vai acabar de bagunçar o coreto. A coisa já bagunçou geral, e ele chegou, para acabar de bagunçar. Para ele, agora, é tudo festa.

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: eu tenho orgulho de ser brasileiro – muito orgulho! Eu tenho orgulho de ser tocantinense. O povo brasileiro também tem orgulho de ser brasileiro.

Nós não podemos jamais – jamais! – perder as nossas esperanças. Este País é magnífico. Este País não é da Dilma; este País não é do PT; o Brasil é de todos nós!

Eles vão deixar este Governo mais rápido do que nós pensamos.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O povo brasileiro, nas ruas, fez a sua parte. Agora, depende deste Congresso Nacional fazer a sua parte – agora depende! E digo mais: esse grande Partido da Base do Governo, o PMDB, também é o grande culpado por todo este desastre econômico, social e moral que nós estamos vivendo, com todo o respeito a vários colegas, aqui, deste Partido PMDB.

Mas queria hoje dizer para o povo brasileiro que um dos grandes culpados não é só o Lula, não é só a Dilma, também é este grande Partido PMDB, que dá toda a sustentação a este Governo imoral, irresponsável e incompetente. Se, no sábado passado, na sua convenção, o PMDB tivesse decidido que sairia da Base deste Governo, a Presidente Dilma, acredito, já teria renunciado, e o Lula jamais teria vindo para o Governo. Acho que está na hora de o PMDB, com esses grandes líderes que tem, tomar uma decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Ataídes, pelas suas palavras, nada mais do que um relato do que realmente está acontecendo neste País!

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, as crises são tantas, inúmeras, e aparece, a cada dia, uma nova crise, mas não vou falar, neste momento, sobre as crises. Farei um pouco diferente, Sr. Presidente. Vou falar da minha capital,

da minha cidade, da cidade em que moro hoje, Aracaju.

Ocupo esta tribuna, para falar sobre Aracaju, capital do meu Estado, Sergipe, que completa, nesta quinta-feira, amanhã, dia 17, 161 anos. Falar de Aracaju, Sr. Presidente – não sei se V. Ex^a a conhece; está convidado, se não a conhecer – é muito fácil. Aracaju é linda, acolhedora, com boa qualidade de vida.

Entretanto, mais fácil do que falar da cidade, tenha toda a certeza, é falar do seu povo. O aracajuano, Sr. Presidente, é trabalhador, guerreiro, batalhador, honesto, sincero, amigo. Isso, apenas para citar algumas de suas inúmeras qualidades.

Em 1699, final do século XVII, ficou-se sabendo do surgimento de um povoado às margens do Rio Sergipe, próximo à região onde hoje esse rio deságua no mar e cujo nome era Santo Antônio de Aracaju. A então capital de Sergipe, cidade de São Cristóvão, estava tendo dificuldades com relação aos portos.

Como estava situada no interior do Estado, a navegação até os portos era somente fluvial, o que era inconveniente, uma vez que os maiores navios não tinham passagem por conta da tonelagem, fazendo com que, nos portos sergipanos, atrasassem apenas, e somente apenas, pequenas embarcações.

Diante dessa situação, a partir de 1854, o trecho de praia onde hoje está situada a cidade de Aracaju, perto da foz do Rio Sergipe, despertou grande interesse do governo da província de Sergipe, que transferiu a alfândega e a Mesa de Rendas Provinciais para aquele local, além de construir uma agência do Correio, uma subdelegacia policial e o tão sonhado porto, que foi construído na praia denominada Atalaia. Volto a fazer o convite para quem não conhece: convido-os a visitar nossa belíssima capital, a praia de Atalaia e seus diversos encantos.

Foi então, Sr. Presidente, que, no dia 17 de março de 1855, Inácio Joaquim Barbosa apresentou o projeto de elevação do povoado de Santo Antônio de Aracaju à categoria de cidade e transferência da capital da província para esta nova cidade, que passou a ser chamada simplesmente de Aracaju, palavra de origem tupi que significa cajueiro das araras.

A mudança da capital foi considerada um dos momentos mais importantes da história do nosso Estado. Ela beneficiou o escoamento da produção açucareira da época, além de representar um local mais adequado para a sede do governo, visando ao desenvolvimento futuro. Dessa maneira, Inácio Joaquim Barbosa fundou Aracaju para todos nós, sergipanos.

A partir daí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocorreu um novo ciclo de desenvolvimento, que durou até os primeiros e agitados anos da proclamação da República. Foi quando, pouco antes da República, em 1884, surgiu a primeira fábrica de tecidos, marcando o início do desenvolvimento industrial na nossa capital. Em junho de 1886, Aracaju tinha aproximadamente 1.484 habitantes – repito, Sr. Presidente: 1.484 habitantes – e uma grande vocação para a vanguarda. Já contava com a imprensa oficial e algumas linhas de barco para o interior.

De tão vanguardista, a capital da Província foi criada de forma planejada, como um tabuleiro de xadrez. O ponto de partida para seu crescimento foi a Avenida Ivo do Prado. Dali, todas as ruas foram ordenadas geometricamente para terminar no Rio Sergipe, pelas linhas do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, sendo, dessa maneira, uma das primeiras cidades da América do Sul a ter essa tendência geométrica no seu planejamento urbanístico.

Hoje, com quase 700 mil habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE de 2015, e quase um milhão de habitantes na Grande Aracaju, nossa capital continua bela e acolhedora, e o povo, ordeiro. O nosso tradicionalíssimo forró, nossos artistas, nosso litoral, nossas comidas típicas, nosso calor humano, tudo isso faz parte da essência do povo aracajuano. Nosso amor por essa terra ninguém diminui e ninguém destrói.

Contudo, Sr. Presidente, lamentavelmente, nos últimos anos, nossa capital vem perdendo um pouco da sua autoestima, da sua tranquilidade e do seu brilho. A nossa capital, que no passado foi planejada geometricamente, como já disse, cresceu de maneira desordenada, e o que vivemos atualmente é um trânsito difícil, que clama por uma política de mobilidade e um planejamento urbano que sejam eficazes.

Antigamente, nem tão antigamente assim, Sr. Presidente, alguns anos atrás, saíamos de nossas casas, de nossos apartamentos, dos nossos lares, e, para ir ao hospital, bastavam alguns minutos, cinco ou dez minutos. Hoje, Sr. Presidente, se não saímos com quarenta minutos, cinquenta minutos antes, com certeza, não chegaremos a tempo nos nossos compromissos. Faz-se urgente a construção de mais ciclovias e a modernização das nossas vias, para que seja devolvida a nossa tranquilidade, a nossa paz no trânsito.

Entendemos as dificuldades que existem, mas entendemos também que algo precisa e deve ser feito. A população cobra e merece o retorno dos impostos pagos. E como se paga!

O que nenhum cidadão, aracajuano ou de qualquer outro canto do País, merece e não pode é arcar com os custos da crise pela qual o Brasil e os Entes Federados passam. É verdade que o Governo Federal, os governos estaduais e também os municipais têm tributado, e o aracajuano tem caído também nessa

tributação já de forma ruim.

Entendemos que o Governo Federal castiga o povo e os Municípios com cortes de investimentos e desmandos nas suas contas públicas, mas o nosso povo não pode receber mais essa conta.

Entretanto, Sr. Presidente, o reflexo de toda essa crise, que envolve União, Estados e Municípios, tem atingido diretamente o aracajuano e gerado demora na entrega de obras importantes para a população da nossa capital, dificultando, ainda mais, a vida da população.

Só para dar um exemplo, nos últimos dias, Sr^{as} e Srs. Colegas Senadores, Aracaju sofre com a falta de coleta de lixo, em razão do fim do contrato com a antiga empresa que fazia a limpeza das nossas ruas e coletava o lixo. Um novo contrato foi feito, mas já se sabia de tudo isso.

Com toda certeza, o aracajuano é maior e melhor do que todas essas crises.

Hoje, desejo que Aracaju, nos seus 161 anos de existência...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... venha a ter dias melhores. Nossa capital merece, assim como nosso povo e nossa gente.

Não bastam só as belezas naturais e a força do nosso povo – é verdade. É preciso respeito e compromisso com nossa cidade. Aracaju é linda, seu povo é batalhador. Então, sigamos em frente em busca de dias melhores. Parabéns, Aracaju!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria acreditar que a nomeação do ex-Presidente Lula como Ministro de Estado tivesse a ver com o propósito de melhorar este País, de melhorar a educação, a saúde que a população brasileira recebe, mas até as paredes deste plenário sabem que a nomeação teve como intuito dar o foro do Supremo Tribunal Federal ao ex-Presidente Lula.

Agora, no caso dessa situação esdrúxula, o Congresso Nacional também tem responsabilidade, porque está parada, na CCJ, a PEC que acaba com o foro privilegiado – então, o Congresso Nacional também tem responsabilidade – para que todos os brasileiros, independentemente de quem sejam, independentemente das funções que ocupem, tenham julgamento igual perante a Justiça brasileira.

Então, o Congresso Nacional deve agilizar a apreciação e a votação dessa proposta de emenda à Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imensa alegria e satisfação que, mais uma vez, uso a tribuna desta Casa, Senador Medeiros, mas, ao mesmo tempo, eu fico triste, porque o povo do meu Estado de Rondônia elegeu-me Senador da República para que, aqui nesta Casa, aqui nesta tribuna, junto com meus pares, eu defendesse e aprovasse leis de interesse do nosso Brasil, de interesse da nossa sociedade e, acima de tudo, em defesa da vida do nosso povo.

Venho à tribuna desta Casa para dizer a todos que estamos aqui defendendo a fosfoetanolamina. Eu fui o primeiro Parlamentar; V. Ex^a, Senador Medeiros, foi um grande parceiro; e o Senador Blairo Maggi foi o Senador que, junto comigo, no começo me deu força para que eu continuasse com esta luta defendendo a fosfo, defendendo a pílula do câncer, defendendo o trabalho para que se possa liberá-la. E ontem, como Relator na CCT, nós aprovamos o projeto que veio da Câmara para que seja usada a fosfoetanolamina por todos aqueles que estão com câncer, desde que assinem um documento, uma declaração – ou que alguém assine pelo paciente – até que terminem as pesquisas. Com isso, nós não tiraríamos a esperança de quem precisa. E quem está com câncer precisa do atendimento logo.

O projeto saiu da nossa Comissão, a CCT, e foi para a CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Tivemos lá o parecer do Relator, que deu seguimento ao projeto – o Relator é o Senador Acir – para que pudesse vir ao plenário.

Infelizmente, eu aqui falo que estou decepcionado. Estou aqui nesta tribuna decepcionado com o Líder do Governo aqui nesta Casa. Estou decepcionado com o Líder do Governo aqui nesta Casa, Senador Humberto Costa, que teve o desprazer de ir à Comissão – direito que cabe a ele – falar mal do projeto, dizer que o projeto não está correto, dizer que nós, Senadores, não temos que nos meter na Anvisa, e que nós, Senadores, não

podemos fazer nenhum projeto para defender a vida.

Eu quero dizer que aqui, como Senador hoje, eu estou me sentindo impotente. Não foi para isso que o povo do meu Estado de Rondônia me elegeu! Ele me elegeu para representar o povo. Eles me elegeram não só para vir aqui aprovar projetos de lei, Senador Alvaro Dias, para aumentar impostos neste Brasil. Eu não fui eleito só para isso. Eu não fui eleito só para vir aqui para convalidar a incompetência, a falta de gestão de alguns ministérios do próprio Governo. Eu fui eleito para vir aqui defender os interesses do povo. Eu fui eleito para vir aqui, como Senador da República, acima de tudo, defender a vida.

Fiquei triste quando o próprio Líder do Governo, utilizando a prerrogativa que tem, foi à Comissão de Assuntos Econômicos e pediu vista do projeto. Por sorte, o Senador Flexa Ribeiro pediu vista coletiva. Com isso, tem que voltar na sessão seguinte. E o Presidente, o Senador Lobão, já marcou para amanhã cedo, às 9 horas, para que seja devolvido o projeto e seja colocado à disposição.

Mas eu fico triste, fico inconformado e, ao mesmo tempo, desapontado. No momento em que o Governo Federal está em cima de um fio de navalha, no momento em que o Governo Federal está, infelizmente, por um fio, para cair toda a estrutura do Governo, o Líder do Governo, Sr. Presidente, dá-se ao luxo de ir lá boicotar o projeto do uso da fosfoetanolamina, que é o medicamento que fica à disposição para combater o câncer. Fico triste. Diz que a Anvisa é para fazer isso. Mas a Anvisa não fez até hoje. A Anvisa não fez, e todo mundo sabe o porquê! Está na revista *IstoÉ* ou *Veja*, que eu li, a participação da Anvisa, a participação de mais alguns envolvidos com corrupção e com propinagem.

Eu quero dizer que estou aqui nesta Casa e não estou aqui para defender laboratório. Eu não estou aqui para defender essas coisas irregulares. Eu estou aqui para defender a vida! Se eu tiver que perder meu mandato por estar defendendo a vida, então me tirem daqui! Mas eu não estou aqui só para aprovar projeto de lei que aumente receita para tirar o Governo Federal desse lamaçal, desse atoleiro em que está.

Eu estou aqui para dar esperança para o povo. Eu estou aqui para dar oportunidade para a população. A exemplo disso, tenho aqui nas minhas mãos, e quero entregar para o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, que, na semana passada...

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em breve.

Na semana passada, no programa do Ratinho, eu falei que o Presidente colocou-se à disposição para colocar a matéria em votação tão rápido fosse aprovado. Colhi assinaturas de 80% dos Líderes. Alvaro Dias também estava fazendo a coleta de assinaturas e passou para mim o requerimento dele.

Com isso, a Câmara de Vereadores do Município de Leme, Senador Renan Calheiros, envia uma moção de apelo a V. Ex^a no sentido de que antecipe a votação e os trabalhos, para depois entregar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fico triste – quero apenas concluir para conceder o aparte aos meus colegas Senador Crivella e Senador Blairo Maggi – porque há Parlamentar nesta Casa que toma insulina constantemente, que anda com uma seringa, com uma injeção de insulina no bolso. Não vou citar o nome, mas, com certeza, se ele tivesse o medicamento para a cura do diabetes, ele tomaria, não andaria com a seringa no bolso.

Ao mesmo tempo, alguns pesquisadores dizem que pessoas que já estão utilizando fosfoetanolamina até o resultado para o diabetes foi positivo. Eu fico feliz com isso.

Portanto, agradeço ao Senador Crivella, que havia feito uma emenda de redação e depois retirou. Muitas pessoas ficaram preocupadas, porque os pesquisadores podiam perder a tutela da pesquisa, e não vão perder. O que nós estamos autorizando aqui é aquilo que os laboratórios deveriam ter feito, que a Anvisa deveria ter feito, e não fizeram.

Senador Crivella, estou à disposição para o seu aparte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Cassol, apenas quero dizer a V. Ex^a que a sua tristeza amanhã será alegria. Perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra. V. Ex^a tem sido aqui um bandeirante e tem tido a bravura de um gladiador, lutando em favor daqueles irmãos brasileiros que aguardam a sanção dessa lei para terem acesso ao remédio e melhorarem sua saúde, sem precisar recorrer à Justiça. Vamos aprovar essa lei. Repito: V. Ex^a está de parabéns e não foi derrotado. Ao seu lado estamos todos nós, e vamos vencer. Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Crivella.

Antes de conceder o aparte para o Senador Blairo Maggi, quero apenas dizer que os testes toxicológicos foram realizados em 1995 pelo Centro de Assistência Toxicológica da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Botucatu, São Paulo. Já foram feitos. Onde estão? Nós temos cópias desses testes toxicológicos, temos laudos, mas onde estão? Vejam se a Anvisa ou algum laboratório estão utilizando.

Mais de 10 mil pessoas tiveram acesso à fosfoetanolamina, tiveram acesso ao tratamento, e agora, com a falta do medicamento, como fica hoje o efeito rebote causado nesses pacientes que não estão utilizando o

medicamento?

Eu vou passar a palavra para esse grande parceiro, companheiro, Senador Blairo Maggi, que me acompanhou desde o primeiro instante, quando comprei essa briga, essa luta, e sempre esteve ao meu lado, dando força, para que isso acontecesse.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Blairo Maggi, eu fico feliz quando V. Ex^a, com sua experiência de Governador e com a experiência que partiu de dentro do seu próprio coração, de dentro da sua casa, dá o testemunho da luta que travou com o câncer da sua filha, e, graças a Deus, hoje tem a felicidade de, além de ter curado o câncer, ainda estar com dois netos. Para mim, é motivo de alegria o seu aparte.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol. Eu quero cumprimentar V. Ex^a pela persistência e tenacidade na luta para a aprovação desse projeto. V. Ex^a foi o primeiro Parlamentar do Congresso Nacional a chamar a atenção para isso e provocar. Tivemos aqui uma audiência pública muito boa, de grande qualidade, em que técnicos, pesquisadores, pacientes, usuários, estiveram presentes, e pudemos constatar tudo o que V. Ex^a nos diz.

(Soa a campanha.)

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Também fico chateado com o que aconteceu hoje, na Comissão a que V. Ex^a está se referindo, porque não faz sentido atrapalhar o que V. Ex^a está querendo fazer e que milhares de pessoas aguardam. Muitos colegas têm dúvidas, eu também tenho dúvidas, mas, como disse esta semana na Comissão, na CCT, quando existe um único fio de esperança, uma única possibilidade de se levar uma vida decente ou até de se prolongar a vida, não é justo tirar esse direito. A aprovação do projeto que V. Ex^a defende é para isso, não para fazer uma panaceia, não para todo mundo ficar tomando o medicamento, não para achar que todos os tipos de câncer serão resolvidos com a fosfoetanolamina. Não é. Para alguns há bons resultados. E se fosse para salvar uma única vida – uma única vida – já valeria a pena. A minha experiência pessoal, como eu contei esta semana, foi a de um pai que passou por esse problema. Minha filha, aos 16 anos de idade, teve câncer. Eu tinha possibilidade, e exerci essa possibilidade, de buscar recursos, o melhor que havia no Brasil e posteriormente no exterior também. Mas não abri mão, Senador Ivo, de nenhuma das coisas que me indicavam fazer. De nada. Nem de reza, nem de oração, nem de procurar quem quer que seja ou de tomar qualquer coisa que me fosse indicado como solução ou para ajudar a resolver o problema. E assim fizemos. Se na época eu tivesse conhecido, se houvesse a fosfoetanolamina, com toda certeza, eu também a teria utilizado, porque é uma esperança para aqueles que muitas vezes não têm sequer esperança. Portanto, eu cumprimento V. Ex^a. Conte com o meu apoio, com o meu entusiasmo, independentemente de que muitos pensem que não pode ser, que não deve ser. Eu penso que pode ser e deve ser, e V. Ex^a deve levar adiante essa luta. Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Nobre Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Concedo um aparte ao Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – V. Ex^a não está sozinho nessa luta. Como vimos, dois colegas pesados apartaram V. Ex^a. A luta pela fosfoetanolamina é uma luta de todos nós, é a luta pela vida. Eu vou até conversar com o Senador Humberto, pois acho que houve um equívoco. O Brasil aguarda a oportunidade de esse remédio chegar aos lares de pessoas que estão adoentadas, acamadas, com câncer, porque é uma esperança. Como V. Ex^a está relatando, já existe o teste toxicológico, provando que o medicamento não causa mal. V. Ex^a defende o uso compassivo. Que dificuldade existe para que possamos dar esperança até que a Anvisa conclua todos os testes necessários? Ninguém quer substituir o papel da Anvisa. Queremos apenas antecipar, para acalmar os corações, pois pode haver uma esperança na mão e, de repente, perder uma vida por falta do encaminhamento adequado que V. Ex^a defende. Concluo dizendo que estamos solidários com V. Ex^a, o Brasil e nós. Eu, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Blairo Maggi, todos aqui, o que nós pudermos fazer para ajudá-lo em relação a esse projeto, nós vamos fazer, está certo?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Hélio José; obrigado, Senador Blairo Maggi.

Ao mesmo tempo, estou, há vários dias, há vários meses, usando a tribuna e conclamando a Presidente Dilma a comprar essa briga, mas, infelizmente, a Presidente Dilma está mal assessorada, há um bando de puxa-sacos ao redor dela, que não tiram a bunda da cadeira – perdoe-me a expressão –, que não produzem

nada. Porque, com a popularidade em baixa e a economia em frangalhos, Senador Ataídes, com certeza, este seria o momento de ela marcar um ponto positivo, porque ela sentiu na pele o que é ter câncer. Ela utilizou um medicamento importado, sem autorização da Anvisa. Depois a Anvisa legalizou. Este seria o momento de fazer a maior festa com os pesquisadores e com os pacientes.

Está chegando o Lula aí. Dizem que vai assumir a Casa Civil. Com certeza, talvez ele possa consertar isso, por mais que alguns critiquem a vinda dele. Mas se o ex-Presidente Lula vier e já fizer isso, para mim já está de bom tamanho, porque a Presidente Dilma não vai vetar o projeto, pois esses puxa-sacos ainda vão pedir para a Presidente Dilma vetar o projeto. Eu espero que mude isso.

Exemplo disso é a Bernadete, que estava hoje presente na Comissão, que usa a fosfoetanolamina. Ela estava em cadeira de rodas, e está andando, caminhando, defendendo os demais pacientes do Brasil. Mas lá também estava a Alba, uma senhora que esteve em meu gabinete ontem, junto com outras, na esperança de usar o medicamento. Infelizmente, não teve acesso, estava atrás, e estava ruim. Ela esperava começar a tomar nos próximos dias, mas não tem acesso. Digo isso em nome da Alba e de tantos e tantos pacientes que estão na expectativa da liberação para fazer uso desse medicamento, cada um assumindo a sua responsabilidade.

Quero deixar aqui bem claro: para aqueles que não sabem, não estamos aqui aprovando um novo medicamento. Na verdade, estamos aprovando o uso compassivo de uma substância, que é a fosfoetanolamina. Não se trata de um medicamento, mas de uma substância que está dando resultado.

Eu tenho amigos e amigas que estavam no caminho da morte e cuja missa de sétimo dia estava encomendada.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eles estão tomando a fosfoetanolamina e estão bem. E já há casos em que estão curados.

Por que abrimos mão disso, Sr. Presidente? Não podemos. É como disse o Senador Blairo Maggi: se não curarmos todos os cânceres, mas curarmos um, já é o suficiente. Por que privar isso?

Eu fico triste em momentos como o de ontem, quando recebi da Bernadete, da Alba e dos demais um abaixo-assinado, de 2.493 pacientes, que estiveram aqui em Brasília, que querem fazer uso da fosfoetanolamina, mas não podem. E há tanta coisa para discutir!

Para encerrar, Presidente – peço mais um minuto para encerrar –, quero destacar o tamanho da safadeza que existe em nosso sistema de saúde, que eu digo que é podre. O nosso dinheiro não vale nada; se valesse, R\$0,10 é o custo de uma cápsula de fosfoetanolamina. Observem o que vou ler para vocês agora. Está aqui. Esse remédio existe. A substância da fosfoetanolamina compõe o medicamento Caelyx, registrado pela Anvisa. Esse medicamento custa R\$4 mil a ampola. Esse está autorizado, Sr. Presidente. Isso é vergonhoso! O Yervoy, que é um produto importado, que não cura o câncer, apenas prolonga a vida do paciente, custa R\$240 mil cinco ampolas. Esse pode! Esse a Anvisa aprova!

Eu quero deixar bem claro aqui que não estou aqui como Senador só para aprovar medida provisória do Governo, só para aprovar emenda ou projeto de lei que aumenta imposto.

Eu estou aqui para aprovar projetos em defesa da vida. Para isso, contem com o Senador Ivo Cassol. Caso contrário, eu me mando para casa. Vou embora, porque não vou ficar aqui como se fosse um incompetente, um inútil, um incapaz de fazer qualquer coisa.

Peço a todos os meus amigos e às minhas amigas que estão me acompanhando Brasil a fora que me desculpem a expressão, mas é o coração que fala, o coração de pai, o coração de avô, o coração de um ex-Prefeito, de um ex-Governador e do atual Senador. Ou eu, como Senador, defendo vocês que não têm acesso à tribuna, à mídia, ao medicamento, ou então por que vocês nos elegem? Só para ganharmos um bom salário, termos mordomia, para viajarmos para cima e para baixo? Para aprovarmos aumento de impostos para os governos fazerem farra por aí e trocarem os pés pela cabeça, como fizeram até hoje? É o contrário. Elegeram-nos para representá-los. E, acima de tudo, o que está na Constituição é o direito à vida, é o direito à família.

Eu espero que, a partir de agora, aqueles que pensam o contrário façam uma reflexão. E que não o façam por mim, mas por vocês que estão em casa, por vocês que estão me assistindo, que têm alguém da família com câncer.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Essa é a minha luta. Quem sabe, Sr. Presidente Medeiros, amanhã não seremos nós que estaremos por aí pedindo esse medicamento para tratar um filho, um irmão, um pai ou um amigo? É por isso que a luta deve ser hoje, porque quem está com câncer, quem está doente não pode esperar.

Peço a cada um dos amigos e das amigas que vão à igreja, ou mesmo em casa, quem em suas orações peçam ao nosso Pai Celestial para intervir junto a todos os nossos líderes, junto à nossa Presidente e aos Senadores, para que seja permitido o acesso a esse medicamento, para que seja colocado à disposição, pois a população que está precisando não pode esperar.

Um abraço e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Ivo Cassol.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, pelo art. 14, pois fui citado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra agora o Senador Humberto Costa, pelo art. 14.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer, porque fui citado pelo nobre Senador que estava na tribuna.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Seria importante que o Senador...

Não estou pedindo um aparte a V. Ex^a, não. Eu estou pedindo aqui pelo art. 14.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas é o meu direito. Eu posso ficar aqui e posso acompanhar seu discurso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pode ficar. É problema seu.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, deixe-me quieto e prossiga.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Na verdade, nós estamos discutindo aqui se é papel do Congresso Nacional liberar ou proibir a produção de medicamentos. Obviamente que não é. Inclusive, do ponto de vista de um país que conquistou respeitabilidade internacional em relação à sua Vigilância Sanitária, que tem uma agência que não nada tem a dever a qualquer outro país do mundo, ou continente, como é o caso da União Europeia, não é o caso de sair uma decisão do Congresso Nacional autorizando a produção de determinado medicamento.

Essa é uma primeira questão que está em jogo.

Segundo, diferentemente do que disse uma Senadora de manhã na Comissão de Assuntos Sociais, os protocolos, os testes não são burocracia, uma dipirona pode matar uma pessoa, um remédio qualquer pode provocar reações que, muitas vezes, nós não conhecemos e que ao invés de provocar o bem, vai provocar o mal. O Governo não está se negando a discutir esse tema. Ao contrário: o Governo formou um grupo de trabalho, destinou R\$10 milhões para pesquisa, esse remédio é produzido há 20 anos. Por que nunca pediram o registro dessa medicação? A Anvisa não decide se vai registrar ou não aquele medicamento pela vontade dela. Não é assim: “Eu vou registrar o que veio lá dos Estados Unidos e não vou registrar esse daqui.” Não! Existe um protocolo; tem que haver pesquisa clínica, fase um, fase dois, fase três, fase quatro; tem que provar que não agride o ser humano; tem que saber qual é a dose adequada.

O projeto de lei diz assim: “para o tratamento de doenças malignas”. Cada câncer, cada câncer tem um protocolo diferente, um câncer de fígado é diferentemente tratado de um câncer de rim. Então, nós não estamos aqui querendo impedir que se produza, não, ou que as pessoas usem. O que nós estamos querendo é, o mais rapidamente possível, fazer todos os testes para que deem às pessoas que vão usar, e têm todo o direito de usar, esse medicamento com segurança, com garantia.

Não é com um grito que vamos resolver essas coisas; não é de forma populista que nós vamos resolver esse tema. Isso aqui não é um espaço para discussão de temas científicos. Eu, por exemplo, não me sinto responsável se alguém usar aqueles medicamentos que nós liberamos aqui, os anorexígenos, e passar mal. Não é assim. Nós temos que voltar para o Iluminismo porque aqui as pessoas querem conduzir um processo que não passa pela discussão científica.

Então, Sr. Presidente, só para esclarecer: não tenho nada contra as pessoas que aqui vieram. Pelo contrário, quero ajudar. Agora, não é pelo grito que a vamos resolver essas coisas. Vamos fazer da forma como deve ser feito, para preservar essas e outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Otto Alencar, com a palavra V. Ex^a.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pronuncia o seguinte

discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, eu queria agradecer a oportunidade de usar a tribuna do Senado da República, para votar um tema que, há alguns meses, venho lutando para conseguir dar uma resposta ao povo de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, do Nordeste brasileiro como um todo. Eu me refiro à questão da revitalização do Rio São Francisco.

Nós tivemos agora, no mês de janeiro, a maior precipitação de chuvas na Bacia do Rio São Francisco, em toda sua história. Em média, na Bacia do Rio São Francisco – desde a sua nascente, no Município de São Roque de Minas, em Minas Gerais, na Serra da Canastra, até chegar ao Atlântico –, nós tivemos uma precipitação em torno de 600 a 800mm de chuvas. Isso deu uma vazão bem maior, não só aos afluentes do Rio São Francisco, como também à calha do Rio São Francisco.

No entanto, essa precipitação de chuvas poderia ter resolvido, de uma vez por todas, a questão do Rio, se ele não estivesse – como ainda continua – com um aumento na erosão das suas margens, nas margens dos seus afluentes e nas suas nascentes.

Com o assoreamento na calha do Rio São Francisco – assoreamento é o sedimento de areia, de terra, de argila, que corre para a calha do rio, como se fosse um corrimento de terra permanente, em função do desmatamento dessas matas ciliares – e com todas as chuvas, a Barragem de Três Marias, que fica no Estado de Minas Gerais, chegou a um volume útil em torno de 32% e uma vazão em torno de 620 metros cúbicos por segundo e uma saída de 149 metros cúbicos por segundo, demonstrando uma iniciativa do setor elétrico em reservar o máximo para maximizar a produção de energia elétrica, liberando o mínimo possível para outros usos da água.

Em Três Marias e Sobradinho, o Rio São Francisco recebe contribuições de rios e afluentes muito importantes: o Rio das Velhas, que é o mais caudaloso de todos, nasce em Ouro Preto e é também o principal afluente da margem direita do Rio São Francisco; o Rio Paracatu; o Rio Paraopeba; o Rio Urucuia; o Verde Grande; o Rio Jequiá; todos eles receberam água para dar uma vazão maior para a calha do Rio São Francisco.

Na entrada do Rio São Francisco, na Bahia, exatamente no Município de Carinhanha, ele recebe o primeiro afluente baiano; depois recebe o afluente Rio Corrente, que nasce em Correntina; e o Rio Grande, que é uma junção do Rio de Ondas, que passa em Barreiras com outros afluentes: o Rio Preto e tantos outros. Esses rios tiveram a maior vazão da história do Rio São Francisco no mês de janeiro.

No entanto, em função de a calha do Rio São Francisco estar completamente assoreada, na nova vistoria que fiz para olhar isso de perto, na calha do Rio São Francisco, quando ele desce, quando ele sai do Alto São Francisco para o Médio São Francisco, nós detectamos em torno de 30 deltas que apareceram porque a calha do rio está completamente entupida. Quando o rio tem a sua calha profunda, não forma o delta. Mas quando ele está raso, forma o delta e se espalha. Todo o Rio São Francisco, numa área em que ele tinha 1,5km, 2km, agora está com 10km. No Município de Xique-Xique está assim; em Morpará está mais ou menos assim. Em toda a sua extensão está assim.

Então, não fizeram o desassoreamento do Rio, após essa seca grande que ocorreu agora. E o que aconteceu? O Rio, que poderia hoje estar chegando em Sobradinho ... Sobradinho, na sexta-feira, estava com 30% do volume útil. Se a calha do Rio São Francisco estivesse limpa, Sobradinho estaria hoje com 60% do volume útil.

Então, esta situação – Senador Fernando Bezerra Coelho, que defende, como eu, a revitalização do Rio – é de uma gravidade muito grande. Nós tivemos agora a oportunidade de ver o Lago de Sobradinho completamente cheio. Ele deveria estar agora, só com as chuvas de janeiro, em torno de 60%, mas está em torno de 30%, 32% de volume útil. Em novembro, chegou praticamente ao volume morto, chegou a 2% do volume, 1% do volume útil.

Então, a situação e a medição da vazão do rio, que nós detectamos, a jusante de Três Marias, chegou em torno de 908 metros cúbicos por segundo, na localidade de São Romão. Com a contribuição do Rio Urucuia, há um incremento de mais de 100 metros cúbicos, no Estado de Minas Gerais, passando a vazão para 1.077 metros cúbicos por segundo, registrados no Posto de São Francisco, em Minas Gerais.

Pois bem, nós conseguimos agora, semana passada, chegar em Bom Jesus da Lapa, no Rio Carinhanha e no Rio Corrente, que são rios que estão, todos os dois, muito assoreados, e começar a primeira etapa da fábrica de florestas. Nós vamos começar agora, no Município de Bom Jesus da Lapa. Vamos implantar agora, já está sendo implantada, a primeira fábrica de florestas. O que é uma fábrica de florestas? É uma área de 10 hectares, onde nós vamos fazer a correção do solo, preparar toda a parte de irrigação, que será por gotejamento, e vamos plantar nessa área todas as árvores, que são árvores que nascem com maior rapidez, nas nascentes e nos afluentes.

Dentro dessa fábrica de florestas, nós vamos colocar uma escola para educação ambiental. Para isso, eu não tive a colaboração do Governo Federal; tive a colaboração da Prefeitura de Bom Jesus da Lapa, pelo seu

Prefeito, Eudes Ribeiro, e tive a colaboração, por mostrar o projeto, de uma empresa privada, cujo nome não vou nem citar aqui para não dizerem que estou fazendo publicidade dela. Mas essa empresa privada que viu o projeto, eu o mostrei ao seu presidente, já está aportando recursos para nós fazermos, em Lapa, a primeira fábrica de florestas. E espero, dentro de dois anos, ter todas as mudas para começar o replantio das matas ciliares e a revitalização do Rio Corrente, que nasce lá na cidade de Correntina, no oeste da Bahia.

Esse é um caminho que deve ser trilhado pelo Governo Federal, pela Codevasf, que tem essa responsabilidade.

A minha luta, hoje...

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Otto Alencar, quando for da conveniência de V. Ex^a, gostaria de um aparte.

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, passarei o aparte a V. Ex^a.

A minha luta agora, a minha grande preocupação, ao contrário do que alguns pensam, é de que o Rio São Francisco se recupere, se revitalize...

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...para ele suprir os Estados do Nordeste brasileiro com suas águas abençoadas: Pernambuco, o agreste de Pernambuco; a Paraíba. A Paraíba tem a menor capacidade aquífera para sustentar os seus habitantes. O Estado que mais necessita da transposição do Rio São Francisco é o Estado da Paraíba. O ser humano precisa, mais ou menos, Senador Raimundo, em torno, anualmente, de 600 metros cúbicos por segundo para suas mínimas necessidades. O seu Estado tem a metade da capacidade disso.

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Portanto, é vital para o Estado da Paraíba levar as águas do Rio São Francisco, mas, para levar essas águas do Rio São Francisco com suprimento para os seus filhos, para os seus netos, para a população paraibana, é importante começar agora a revitalização.

Eu estou dando o primeiro passo, Senador Fernando Bezerra, com essa fábrica de florestas no Município de Bom Jesus da Lapa. Quero levar...

(Interrupção do som.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Gostaria da tolerância de V. Ex^a.

... também para todos os afluentes da Bahia, que agora só são três, só restam três: Carinhonha, o Rio Grande e o Rio Corrente. Só restam três; os outros, da margem direita, todos estão comprometidos.

E, em Minas Gerais, o Governador Fernando Pimentel ficou de fazer – e já deve estar começando agora – essa experiência em três rios: o Rio das Velhas, na cidade de Rio Acima, que é na beira do Rio das Velhas; na cidade de Moeda e na cidade de Arinos, para resolver essa situação. E é lá, em Minas, que está o maior problema. O maior problema está em Minas Gerais. Por quê? Porque 75% das águas do Rio São Francisco, do velho Chico, são formadas em Minas Gerais.

Eu cedo o aparte ao Senador Raimundo. Depois, ao Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Otto Alencar.

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – V. Ex^a é um dos maiores especialistas no Brasil em relação a essa questão hídrica. Com relação à Paraíba, eu quero dizer a V. Ex^a que, quando cheguei aqui, comecei a minha luta para que fosse construído o Ramal Piancó, que é uma derivação do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco. Por quê? Porque com apenas 30km de canal, no Vale do Piancó, vamos abastecer, transformar em uma caixa d'água o maior conjunto de barragens da Paraíba, que é o sistema Coremas-Mãe d'Água, que foi projetado com capacidade para 1,358 milhão de metros cúbicos. Hoje está menor, por conta do assoreamento. E mais ainda, Senador, o excesso da água...

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Obrigado, Presidente. O excesso da água do Coremas-Mãe d'Água vai perenizar o Rio Piranhas, chegar ao Rio Grande do Norte e abastecer também a maior barragem do Rio Grande do Norte, que é a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, ou Barragem do Açú, com capacidade para 2,4 bilhões de metros cúbicos. V. Exª tem razão: a Paraíba é o Estado brasileiro que tem a menor capacidade hídrica e, portanto, será o Estado mais beneficiado pela transposição do Rio São Francisco. Tenho acompanhado de perto esse trabalho, tenho tranquilizado a população do meu Estado que, hoje, tem mais de 10 mil pessoas, trabalhadores, trabalhando nessa obra, e é uma realidade que vai ser concluída. E mais: o ramal Piancó já foi aprovado por uma nota técnica do Banco Central, ou melhor, do Banco Mundial. Então, é também uma realidade. Aqui quero lembrar com V. Exª um projeto de minha autoria, o PLS nº 429, de 2015, que foi aprovado na Comissão...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ...que é presidida por V. Exª, que congregou todos os projetos de maior importância para o País no momento, que foi exatamente criando instrumentos e meios econômicos e financeiros para a revitalização do Rio São Francisco de uma forma permanente, sem depender de emenda constitucional...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... sem precisar de recursos do Tesouro Nacional, nem de emenda parlamentar. Serão recursos permanentes que serão tirados do faturamento bruto das empresas que usam a água do Rio São Francisco para produzir energia.

(Interrupção do som.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Esse projeto, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Tenha tolerância com o Rio São Francisco. Tenha um pouquinho de tolerância com o Velho Chico.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Estamos tendo a devida tolerância.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Esse meu projeto, que hoje já está na Câmara dos Deputados com o número 4452/2016, foi inspirado no que vi na revitalização do Rio Mississippi. Desde 1910 até hoje, nunca houve um só dia em que a revitalização não fosse operada de forma absolutamente permanente, contínua e definitiva. É o que nós queremos para o nosso Rio São Francisco, o Velho Chico. Parabéns, Senador Otto Alencar, pelo trabalho, pela defesa do Rio São Francisco que V. Exª tem feito. A Paraíba agradece, porque será o Estado mais beneficiado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Mais de 110 Municípios serão beneficiados com a transposição do Rio São Francisco. Muito obrigado, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Parabenizo V. Exª pelo projeto que nós aprovamos e que agora está na Câmara dos Deputados.

Incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Caro Senador Otto Alencar, quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento desta tarde, V. Exª que é um profundo conhecedor do Rio São Francisco e que empunhou essa bandeira da revitalização, abordando dois eixos principais: um é o desassoreamento, e concordo com V. Exª que o Governo Federal precisa estar atento para abrir espaços no orçamento deste ano para iniciar urgentemente esse programa de desassoreamento. Um Governo que foi capaz de construir os dois eixos da transposição não pode se negar ou se furtar a investir menos de 10% para poder iniciar um programa vigoroso de desassoreamento do leito, da calha principal do Rio São Francisco.

(Soa a campanha.)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O outro eixo que V. Exª empunha com muita correção é a questão do reflorestamento das matas ciliares, das margens do Rio São Francisco, sobretudo em Minas Gerais, como V. Exª colocou, mas V. Exª já está fazendo esse esforço na Bahia. A minha pergunta: essa fábrica de florestas, em cada fábrica dessa, qual é o investimento e quantos quilômetros de margem uma fábrica dessa daria para dar conta? É para que possamos ter uma ideia da dimensão, em um esforço coletivo que envolvesse o Estado de Alagoas, onde tenho absoluta certeza de que o Governador Renan Filho vai se encantar com essa ideia da fábrica de florestas; o Estado de Sergipe, com Jackson Barreto;

e Pernambuco, com Paulo Câmara. Todos nós poderíamos fazer um grande mutirão, com a presença de V. Ex^a, em uma visita a esses governadores, como V. Ex^a fez em Minas Gerais, junto ao Governador Fernando Pimentel.

(Soa a campanha.)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, acho que, a partir do pronunciamento de V. Ex^a e sobre o início efetivo dessas medidas que V. Ex^a apregoa, a gente pode começar um movimento. Quero que V. Ex^a saiba que estarei solidário, ao seu lado, para que a gente possa fazer ecoar e sensibilizar o Governo Federal para o início imediato das ações que V. Ex^a defende.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Otto, só um minutinho. Um aparte.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Otto, o projeto de V. Ex^a é espetacular! Já vivi na Bahia, em Irecê, no Projeto Nordeste, e sei da necessidade.

Estou aqui, Crivella, Rio de Janeiro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estou vendo. É porque está escondidinho.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É o meu lugar, me puseram aqui. Esse seu projeto é espetacular! Nada melhor para a gente fazer neste Brasil do que florestas. A economia que advém delas é espetacular! Não é só a celulose, a gente tem madeira para fazer carvão, a gente precisa de madeira para tudo, e o carvão vegetal não é poluente como o carvão mineral. O seu projeto tem todo o meu aplauso. Vou pedir a V. Ex^a apoio ao meu, porque tenho um projeto para liberar investimentos estrangeiros, desde que seja para florestas. Tem muito capital de ONGs estrangeiras que aportariam recursos aqui para comprar terra se fosse para florestas. Parabéns a V. Ex^a, tenha em Crivella um parceiro no Rio de Janeiro.

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Já há, inclusive, os fundos no Ministério do Meio Ambiente para essa finalidade.

Respondendo ao Senador Fernando Bezerra, que me perguntou quanto custa para implantar uma fábrica de florestas. Se tiver a área doada, a correção do solo com adubação, com irrigação para cada muda por gotejamento e a implantação de uma escola de educação ambiental, implanta-se uma fábrica de florestas por R\$600 mil. Gastou-se já R\$8,5 bilhões na transposição, e na revitalização, praticamente nada. Então, a minha preocupação é que, daqui a dez anos, pode faltar água para o suprimento dos Estados receptores.

Quando estive, em 2003, no Colorado, para ver a transposição do Rio Colorado, para fazer a transposição do Rio Colorado àquela época, o Governo americano teve de fazer todos os investimentos na revitalização e...

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...no saneamento das cidades próximas ao Rio Colorado para depois fazer. Aqui nós começamos por onde deveríamos terminar, fazendo a transposição sem a revitalização. Mas ainda há tempo. Se o Governo Federal quiser, colocamos duas emendas: uma da CMA – onde nós trabalhamos juntos e presidimos –, em torno de R\$300 milhões para começar a revitalização; e outra, da Bancada da Bahia, também de R\$300 milhões para a revitalização.

O que falta, na verdade – e vou falar com toda a franqueza – é decisão do Governo Federal, do Ministério da Integração, da Codevasf, de tomar a decisão de salvar o Velho Chico.

Eu até tenho expectativa de que essa novela que está sendo passada agora na Globo, Velho Chico, do Benedito Ruy Barbosa...

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu estive em São Paulo com a filha dele, Edmara Ruy Barbosa, levando todos os elementos da nossa luta. Que essa novela possa mostrar as chagas que foram causadas pelo próprio homem no Rio São Francisco, nos seus afluentes, nas suas nascentes e que possa, a partir daí, chamar a atenção do Governo Federal.

Eu já tive dois despachos com a Presidente Dilma, vários despachos com o Ministro da Integração, e infelizmente não surtiram absolutamente nenhum efeito para a revitalização da única artéria que pode suprir o Nordeste brasileiro com abastecimento de água para consumo humano, consumo animal, consumo industrial, para irrigação e produção de energia elétrica.

Essa é a minha luta, que eu tenho já há 12 meses feito aqui, e com o Governo com os olhos fechados

para o Rio São Francisco, que, na minha opinião...

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...é um rio que deu tudo que pôde dar ao Nordeste brasileiro e, como todo ente generoso, deu tudo e não recebeu absolutamente nada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Hélio José, que está inscrito desde ontem, para fazer uma comunicação à Casa.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é sobre a indagação que fez V. Exª ontem – eu estava ausente, uma vez que participava da reunião do Parlasul, em Montevidéu –, sobre o requerimento para a criação de uma comissão visando estudar o parlamentarismo no Brasil.

V. Exª, de forma muito cuidadosa, preferiu, antes de indicar os membros dessa comissão, perguntar aos Líderes qual a posição de cada um deles. A posição do PSB, que já foi ontem anunciada pelo Senador Fernando Bezerra, é no sentido de que, em face de uma interpretação que poderia redundar negativamente para o Senado Federal, nós achamos que essa comissão poderá ser formada lá mais na frente, uma vez que, já que queremos o parlamentarismo para resolver, em definitivo, as crises futuras, é possível que – estudando, através dessa Comissão, neste momento, o parlamentarismo – esse regime seria definitivamente desmoralizado, visto que as multidões não estão falando sobre o parlamentarismo, estão falando sobre outras coisas.

Então, para que não se diga que o Senado Federal está criando subterfúgios ou manobras para evitar decisões da Câmara dos Deputados e do próprio Senado, achamos melhor – nós do PSB, ao lado das Lideranças de outros partidos – que suspendamos, por enquanto, a designação dos membros da Comissão para que, no mais curto espaço de tempo possível, possamos estudar esse regime que, sem dúvida alguma, poderá debelar todas as crises futuras que possam acontecer. Tenho certeza: se o parlamentarismo estivesse em vigência, esta crise política já teria sido resolvida e não teria permanecido assim, como tem permanecido durante meses e meses, sem uma finalização, e agravando-se cada vez mais. Acho que o parlamentarismo, não só tem o poder de destituir o Governo como também de dissolver a própria Câmara dos Deputados.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que 1961 foi totalmente diferente do período que estamos vivendo. São épocas históricas que não podem ser comparadas. Mas, como a sociedade brasileira, neste momento, não está discutindo o parlamentarismo, achamos melhor suspender esse assunto, e, em uma ocasião mais propícia, voltemos a esse assunto, uma vez que é importante para a resolução de abalos políticos que possam surgir no amanhã.

Essa é a opinião do PSB, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª esta oportunidade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a aquiescência do Senador Hélio José, com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradecendo a V. Exª e ao orador que está na tribuna, apenas indago a V. Exª se vamos, na sequência da palavra sempre eloquente desse extraordinário tribuno que é o Senador Hélio José, dar início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Já são 17h00.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos começar imediatamente a Ordem do Dia. Desde ontem, o Senador Hélio José estava inscrito para comunicar à Casa a sua filiação partidária. Eu queria gentilmente, não poderia ser diferente, dizer que o Senador Hélio José não vai poder conceder aparte, porque, em concedendo aparte, nós vamos delongar o início da Ordem do Dia. Hoje nós vamos ter uma Ordem do Dia pacífica, com encaminhamento de votações também importantes, na próxima semana, a exemplo do que nós fizemos aqui.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, as Srªs e Srs. Senadores aqui presentes. Venho falar hoje aqui sobre a minha nova opção partidária, que espero que seja a última da minha carreira política.

Sr. Presidente, mudar de partido nunca foi uma decisão fácil para Parlamentar algum. É um movimento complexo, envolve consultas às bases, muita pesquisa e debates, e exige grande sensibilidade por parte do ocupante do cargo eletivo. Ele só deve dar esse passo decisivo se for para o bem das causas que defende. Penso ser esse o motivo que me leva a deixar o Partido da Mulher Brasileira e passar a integrar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Quando me filiei ao Partido da Mulher Brasileira, o fiz por inabalada convicção de que não provocaria alteração alguma em minha trajetória política, porque sempre estive próximo e sempre defendi as causas dos movimentos de mulheres, a maior participação feminina na vida política, na vida sindical e na comunidade. Fui muito bem recebido no PMB e espero ter demonstrado, no período em que estive em suas fileiras, meu apoio à causa das mulheres. Continuarei lutando ao lado das mulheres e elas poderão ter em mim um aliado fiel.

Mas agora, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é chegada a hora de ampliar o raio de ação da luta pelos direitos sociais e fortalecer a ação daqueles que estão comigo na caminhada aqui no Distrito Federal e nas cidades que formam o grande entorno do Distrito Federal.

A forma de ampliar nossa voz é levá-la para um partido de maior expressão nacional, mais firmemente estabelecido em nosso cenário político e com capilaridade suficiente para ser ouvido.

Nenhum partido no Brasil tem força comparável à do PMDB. E o PMDB abriu as portas para um Senador do Distrito Federal que luta pelos direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras e também contra todo tipo de segregação. Nobres companheiros, não quero ser presunçoso. Todos os partidos têm sua força e sua importância, mas o PMDB é um Partido que está enraizado em todo o Brasil, em todos os Municípios. Por isso, fiz essa constatação. É hora de unir forças com aqueles que têm uma presença importante na história política do Brasil.

O PMDB vem da luta contra a ditadura militar, a favor da redemocratização, a favor dos direitos e das garantias fundamentais tão bem desenhados em nossa Constituição Federal – a Constituição cidadã –, conduzida pelo saudoso líder Ulysses Guimarães.

Faz parte do DNA do PMDB a união de forças das mais diversas colorações políticas, que, em momentos de dificuldades, convergem para encontrar soluções para o Brasil. Foi assim na ditadura, quando o Partido abrigou desde comunistas históricos até sociais-democratas na mesma legenda, sob o mesmo manto, que é a bandeira do nosso País, sem preconceitos ideológicos ou de qualquer outra ordem, pois havia um inimigo comum a ser combatido e um objetivo comum a ser atingido. E é assim hoje em dia, pois o PMDB continua a ser uma agremiação heterogênea, como sempre foi, mas nunca foge da responsabilidade de mostrar o caminho para sair de todas as crises que o Brasil enfrentou, inclusive a atual. Um Partido diverso, nobre Presidente, mas que sempre opta e optará pela democracia e pela defesa da Constituição. Daí a Constituição cidadã, que V. Ex^a entregou para o ex-Presidente Lula numa reunião, recentemente, demonstrando o compromisso cívico do nosso Partido, o PMDB.

Com humildade e essencialmente com espírito de colaboração, entro para o maior Partido brasileiro, aquele que mais contribuiu para o fim da ditadura e pela democratização. O Partido que conduziu a Constituinte e mudou a cidadania que hoje temos.

Venho somar-me a essa luta. Tenho história nesse campo. Orgulho-me das lutas que travei e das convicções que firmei, nobre Presidente. Vejo agora todas com clareza, pontes firmes com o PMDB Sindical, com o PMDB Afro, com o PMDB Mulher, com o PMDB Socioambiental, núcleos temáticos que me dizem respeito de perto, nobre Presidente.

Quero agradecer imensamente a oportunidade que me foi dada pelo nosso Líder Eunício Oliveira, Tesoureiro Nacional do PMDB; pelo nosso Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, nobre Senador Renan Calheiros, que me convidou para essa empreitada; pelo nosso Vice-Presidente da República Michel Temer; pelo Presidente de Honra do PMDB José Sarney; pelo nosso Senador Romero Jucá, Primeiro Vice-Presidente do PMDB, Segundo Vice-Presidente desta Casa e Relator do Orçamento Geral da União, conhecido por todos nós como a pessoa que resolve as questões; pelo nobre Senador Raimundo Lira, membro da Executiva Nacional, nosso professor e orientador aqui nesta Casa; pelo nobre Senador Valdir Raupp, também membro da Executiva Nacional e representante da nossa gloriosa Rondônia; pelo Senador José Maranhão, Presidente da CCJ e também membro do Diretório Nacional do PMDB; pelo Senador Dário Berger, meu amigo e vizinho ali junto da minha porta; pela minha querida Senadora Simone Tebet, exemplo de mulher de luta, de inteligência e capacidade de formulação; pela Senadora Marta Suplicy, exemplo de ética e de luta pelos direitos das mulheres e das minorias; pelo Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Sr. Paciência, decano desta Casa; pelo nosso querido Senador Waldemir Moka, nosso Dr. Moka, representante e lutador pelo nosso querido Mato Grosso do Sul e pelo Brasil, a quem agradeço muito;

pela nossa Senadora Sandra Braga, professora de luta e engenheira *ad hoc*, que aprendeu a ser engenheira aqui, na prática, discutindo formas de ajudar seu esposo, que está no Ministério de Minas e Energia; pela nossa querida Senadora Rose de Freitas, minha estimada amiga, Presidente da CMO, que muito tem me ajudado, nesta causa e nesta Casa, a trilhar caminhos adequados; pelo meu querido Senador João Alberto, amigo do meu querido Maranhão, da querida cidade de Bacabal; pelo Senador Lobão, ex-ministro do Ministério de Minas e Energia e presidente da CAS; pelo Senador Jader Barbalho, representante do nosso querido Pará e do bom senso, ex-presidente do Congresso Nacional; pelo Senador Roberto Requião, nosso mestre de cerimônia, nosso mestre de economia, um homem de cultura ímpar, da civilidade e brasilidade, homens e mulheres de fibra que sempre trabalharam duro pelo PMDB, pelo Congresso Nacional e pela democracia do Brasil.

Por isso, nobre Presidente, nobres colegas, optei por ir para o PMDB. Agradeço também ao presidente do Partido no Distrito Federal, o companheiro Tadeu Filippelli...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... com o qual pretendo trabalhar pelo fortalecimento da agremiação em âmbito regional, garantindo a minha reeleição ao Senado, em 2018, bem como a eleição dele para governador do DF, nobre Presidente, contribuindo para tirar o Brasil da crise.

Por fim, quero agradecer, mais uma vez, ao Partido da Mulher Brasileira, no qual deixei grandes companheiros e companheiras que saberão prosseguir em sua luta mesmo sem este Parlamentar, que me terão sempre como aliado. Amigos deixam a casa dos outros amigos sempre pela porta da frente, e a porta não fica trancada, mas encostada para que eles se reencontrem. Mais que integrante do Partido da Mulher, sempre fui um amigo da legenda e da causa e assim permanecerei sempre. Vocês podem contar comigo.

Nobre Senador Raimundo Lira, mesmo o nosso Senador Renan tendo pedido, eu quero dar o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só ponderar ao Senador Raimundo Lira que eu concedi a palavra pedindo para não haver aparte, porque nós já estamos às 17h10. Se conceder aparte, eu mesmo vou-me sentir na obrigação de fazer um aparte ao Senador Hélio José...

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... que está nos honrando, vindo para a nossa agremiação partidária. Eu faço só um apelo para nós começarmos a Ordem do Dia.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que uma das características minhas é a disciplina, eu sou uma pessoa profundamente disciplinada. Então, vou abrir mão do aparte, mas quero dizer, em nome de todos os colegas Senadores do PMDB: seja bem-vindo, Senador Hélio José, ao nosso Partido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José, com a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira. Tenho certeza de que a voz de V. Ex^a é a voz de todos os nossos amigos partidários.

Eu concordo com S. Ex^a o nobre Senador Renan Calheiros, nosso nobre Presidente, pela necessidade da hora. Vou abreviar.

São colegas que acreditam em mim e em minha capacidade de construir uma alternativa no DF que garanta o PMDB no Senado Federal agora e em 2018. Entro no PMDB com a convicção de que trabalharemos para que a campanha eleitoral de 2017 tenha o PMDB como grande vitorioso, com vitórias importantes na Câmara Legislativa e também na Câmara dos Deputados, com minha reeleição para o Senado Federal, dos demais colegas, do Governador de Brasília e de vários Estados brasileiros.

Trago ao Partido essa minha vontade de trabalhar e de fazer o PMDB cada vez maior e vitorioso. No Senado, tenho trabalhado duro nas Comissões de Economia, de Ciência e Tecnologia, de Infraestrutura, de Direitos Humanos, de Desenvolvimento Regional e de Educação. Também no Parlatino, o Parlamento Latino-americano, aonde tenho levado a voz do Brasil e os projetos sobre energia sustentável. Inclusive, acabo de ser eleito Vice-Presidente da Comissão de Energia do Parlatino.

Os desafios que estarão presentes nessa minha caminhada no PMDB serão enfrentados com dedicação às causas populares e aos mais humildes. Freqüento as comunidades pobres e os recantos de todas as classes sociais do Distrito Federal e Entorno. Tenho aprendido muito com as lideranças comunitárias, com as mães e pais de família. Vou às igrejas e aos sindicatos e tenho sido sempre bem recebido...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O cenário político brasileiro é muito complexo e conturbado, requer de todos nós muita calma e também coragem. Não me falta vontade e energia, nobre Presidente, para lutar para que as soluções venham em defesa da democracia e da garantia de direitos. Contem comigo e com a

militância que se agrega ao Partido neste momento.

Ontem houve a inauguração da sede do Partido em Brasília e isso foi muito simbólico para mim. Entrei no Partido que está inaugurando, que está crescendo e que se mostra vivo. Que ele continue assim, nobre Presidente. Juntos, vamos fazê-lo mais forte e vitorioso.

Quero agradecer a V. Ex^a e a todos os colegas de outros partidos.

Não poderemos ter apartes, mas quero dizer que esta Casa é uma escola. Muito me honra ser amigo...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... dos 81 Senadores desta Casa e poder conviver com todos. Um forte abraço a todos vocês.

Conte comigo, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar o Senador Hélio José, que nos honra muito – para além do papel circunstancial que exerço aqui como Presidente do Senado Federal – como membro do PMDB. V. Ex^a é um quadro respeitável e tem colaborado muito aqui com os debates da Casa e, sobretudo, com a sua amizade, com a sua companhia.

Ordem do Dia...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, um minutinho. Eu tenho uma pergunta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

No dia 9, na quarta-feira, foi pedido para vir da Comissão Especial da Agenda Brasil um projeto que estava para ser votado lá na comissão, mas sofreu um requerimento e veio para o Plenário. No meu entendimento, isso não poderia ter sido feito. Lendo depois, aqui, o requerimento que foi aprovado, na verdade, foi retirado o projeto da Comissão da Agenda Brasil e redistribuído a outras três comissões – CDH, CCJ e CAS.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a se esse é o procedimento ou não. Se esse for o procedimento daqui para a frente, eu posso dizer a V. Ex^a que pode encerrar a Agenda Brasil, porque, com qualquer projeto que tiver que ir à votação naquela comissão, é óbvio que aqueles que acharem que vão perder lá vão querer levar novamente os projetos para as demais comissões, voltando a discussão. A própria Senadora Ana Amélia já tem um requerimento lá na comissão – nós não tivemos reunião da comissão hoje – no mesmo *modus operandi*, ou seja, não quer discutir lá e quer trazer para o Plenário, para o Plenário redistribuir nas outras comissões. Então eu gostaria de uma explicação da Mesa sobre como funciona.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O que nós decidimos, como encaminhamento na sessão que passou, o que fiz questão de que fosse anunciado aqui como uma regra adotada – inclusive, no dia em que fizemos a visita ao DEM, recolhi lá na Bancada algumas sugestões –, foi que a matéria votada em qualquer comissão especial, se ela for votada em instância derradeira, definitiva, poderá ser objeto de recurso para vir ao Plenário.

Não era a especificidade dessa matéria, que não tinha sido aprovada na comissão. E havia um esforço para que a matéria fosse retirada para, inclusive, ser melhor discutida, mas não foi a regra que nós decidimos. Nós decidimos o seguinte: qualquer matéria da Agenda de Desenvolvimento e do Pacto Federativo, desde que havendo recurso, virá para o Plenário e apenas para o Plenário, ela não poderá ir para outra Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, está correto, mas, nesse caso, o requerimento que veio para cá foi assim: Requerimentos n^{os} 149, 150 e 151, do Senador Paulo Paim, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 513 sejam ouvidos a CDH, a CCJ, a CAS – parceria público-privada para construção e administração de estabelecimentos penais. Então, aquele projeto que estava na nossa Comissão da Agenda Brasil e que, se votado lá, viria para o Plenário ou para a Câmara vai começar novamente a voltar para as outras comissões. E nós não vamos avançar. Então, essa é a preocupação que tenho neste momento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mais uma vez, quero comunicar se a matéria...
Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Na Comissão da Agenda Brasil, nobre Relator, o Senador Blairo Maggi, me foi encaminhado requerimento pelo Senador Paulo Paim, que é subscrito também pelo Senador Lindbergh Farias, sobre essa questão dos presídios, da privatização, de uma nova proposta para os presídios. Como falou o Senador Blairo Maggi, foi o único caso que aconteceu em todo o período da Agenda Brasil.

Eu acho uma forma muito radical, Senador Blairo. Senador Blairo, eu acho que V. Ex^a coloca uma coisa

muito radical de encerrar a Agenda Brasil. Eu não tenho nada contra, mas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, eu não quero, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi um caso só. Então, apelar para o radicalismo, como V. Ex^a colocou aí, de encerrar, porque eu aceitei um requerimento...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, Presidente, mas já há um segundo requerimento da Senadora Ana Amélia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... de um projeto que pode passar por duas ou três comissões. Eu abri, pela primeira vez, essa condição, mas da outras vezes todas eu neguei.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, Presidente, já há outro requerimento lá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acho que era um projeto um tanto quanto polêmico. Por isso, dei oportunidade para que ele pudesse vir ao Plenário até sem discutir em outras comissões, porque eu não acho absolutamente nada.

A Agenda Brasil, Presidente, já aprovou mais de 30 matérias de grande importância aqui, no Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ontem mesmo, nós aprovamos no Senado uma matéria importante.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Projetos como o de repatriação dos recursos; o projeto de ontem deve ter passado por lá; o projeto do Senador José Serra para que os Governadores possam ter condição de sacar os recursos dos depósitos judiciais; outras matérias importantes foram aprovadas.

Na minha opinião, Senador Blairo, com todo respeito que tenho a V. Ex^a, encerrar a Agenda Brasil é uma posição muito radical.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Otto, eu não propus...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se fui de encontro àquilo que o senhor deseja, peço-lhe desculpas, porque aceitei o requerimento, mas foi uma coisa que, como Presidente, decidi e não vou voltar atrás. Acho que a matéria tem que ser realmente mais discutida, para que possa vir ao Plenário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu só quero esclarecer.

Senador Otto, já há outro requerimento da Senadora Ana Amélia pretendendo a mesma coisa. Então, se, para cada matéria difícil que nós tivermos na Comissão, começar a haver esses pedidos para voltar para as comissões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, mas já há outros pedidos. Abrimos um precedente, e há outros pedidos. Então, estou pedindo para a Mesa esclarecer como é que vai funcionar, se pode isso ou não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Qualquer requerimento de urgência só será votado com a matéria sobre a mesa. Basta apenas a comissão especial ou a comissão permanente se rebelar e não mandar o projeto para a Mesa que o Plenário não terá como votar nenhum procedimento para tramitação da matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para explicar esse caso: era um tema muito polêmico, de privatização dos presídios. As pessoas queriam mais tempo para discutir, organizar audiência pública. Então, eu quero aqui ir no mesmo sentido do Senador Otto, Presidente daquela comissão, que concordou com o adiamento a partir daquele requerimento. Agora, o requerimento é um direito de todo Parlamentar.

O que eu acho, Presidente, é que, nesses casos da Agenda Brasil, depois que houver o requerimento, tem que colocar para votar logo. Acho que é melhor do que o Presidente da Comissão não enviar o processado. Acho que ele tem que enviar o processado e V. Ex^a cria uma forma de votar imediatamente os requerimentos da Agenda Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Uma coisa é pedir a retirada da matéria de pauta, é dizer que não há acordo para que aquela matéria seja apreciada naquele dia. Outra coisa é fazer um requerimento e distribuir a matéria para três comissões, porque isso, na prática, é sinônimo de que o que está havendo ali é dificultar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O fato é que o requerimento do Senador tem que ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não. O Regimento é claro nisso: o requerimento de Senador só será apreciado se a matéria estiver sobre a mesa. Para a matéria estar sobre a mesa, ela tem que ser remetida pelo Presidente da comissão, seja comissão especial ou seja...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nesse caso da privatização dos presídios, ela está na mesa. O Presidente da comissão, de ofício, já enviou para a Mesa, e, mais à frente, poderemos votá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O que houve foi um esforço, com o qual muita gente concordou – eu, inclusive –, de que a matéria teria que ser retirada da pauta naquele momento, porque havia um conflito grande. Isso é uma coisa. A outra coisa é mandar a matéria para tramitar em três comissões – é completamente diferente. Eu acho que tira, e as matérias da comissão, cujo entendimento majoritário do Senado for no sentido de que têm que ser apreciadas em grau de recurso pelo Plenário do Senado Federal, podem vir.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Perfeito, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ou então retirar da pauta, em comum acordo com o Presidente e com o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas não ir para as outras comissões, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mas não ir para as outras comissões, porque isso delongará. Quando se cria uma comissão especial, cria-se para obter agilidade. Há contestação com relação a isso, claro que há contestação, mas é uma maneira de agilizar a definição sobre algumas dessas matérias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero reforçar aquilo que disse a V. Exª. Eu já o parabeneizei mais de uma vez pela criação dessa comissão especial. A Agenda Brasil cumpriu a sua missão – e muito bem – até o final do ano passado, quando V. Exª elencou com todos os Líderes as matérias consideradas relevantes para que pudéssemos dar uma contribuição para o País neste momento de dificuldades, de crise política, de crise econômica. Enfim, nós temos que realmente ter agilidade naquilo que é relevante para a população brasileira.

Acontece que, do início do ano para cá, o que nós vimos foi, por generosidade de V. Exª, a inclusão nessa Agenda Brasil de uma pauta de projetos que não têm a mínima relevância e urgência ou que sequer estão na pauta do interesse da população brasileira. E aí o que está acontecendo? Projetos que não são importantes ou muitas vezes até que são relevantes, Sr. Presidente – isto é grave, porque isto fere o Regimento Interno desta Casa –, sendo aprovados por 4, por 5 votos. São 4 Senadores falando em nome de 81. Se nós não tivéssemos um requerimento – eu não sei se foi do Senador Aloysio – trazendo, por exemplo, o projeto do jogo de azar para o Plenário, nós teríamos uma minoria da minoria dos Senadores falando por 81 numa questão polêmica, que, a meu ver, depende de debate e de discussão.

Eu gostaria aqui de fazer uma proposta, fazendo toda uma deferência especial ao Relator. Eu quero aqui parabenizar o Senador Blairo. Ele tem sido um Relator democrático, ele distribui as relatorias, ele tem diálogo com os Senadores. Eu quero parabenizar o Senador Blairo em relação a isso, mas eu gostaria de fazer uma proposta. Eu gostaria que a Mesa Diretora filtrasse os projetos que fossem para a Agenda Brasil.

Eu faço parte da Agenda Brasil e confesso que ia pedir para o meu Líder para me tirar dessa comissão e colocar outro membro do PMDB.

Eu acho que é um demérito e um desprestígio para com as comissões permanentes o que está acontecendo, hoje, no Senado, em relação à Agenda Brasil. Estamos colocando todos os projetos que queremos nelas, votando por quatro ou cinco votos e falando em nome do Senado por conta de meia dúzia de Senadores. Eu acho que nós estamos desprestigiando uma ideia brilhante de V. Exª. Nós podemos, através de um acordo de Líderes, continuar com essa Agenda, desde que ela tenha critérios, racionalidade e cumpra o objetivo principal – só projetos relevantes sendo aprovados e não em caráter terminativo, pois, se eles são tão relevantes assim, têm que, democraticamente, serem discutidos no plenário desta Casa, ao vivo, para que a população brasileira possa saber o que está acontecendo dentro das quatro paredes do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só dizer o seguinte.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Respondendo rapidamente...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu e o Senador Otto estamos sendo penalizados por sermos eficientes na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só, respondendo à Senadora Simone, dizer o seguinte: quando houver uma matéria conflituosa, que for aprovada em qualquer comissão por quatro

votos, por cinco votos, não importa, nós temos o recurso de trazê-la para o Plenário.

Com relação a essa específica matéria dos jogos, nós recebemos três recursos, e a matéria virá para o Plenário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já veio e voltou e virá novamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E essa Comissão, com todo o respeito, foi criada para dar celeridade aos trabalhos do Senado Federal, porque, enquanto nós tínhamos uma determinada direção na Comissão de Assuntos Econômicos, nenhuma matéria que resvalasse nos interesses do Governo estava sendo apreciada. Nenhuma, nenhuma matéria, nenhuma matéria! O Senador Delcídio do Amaral, muitas vezes, vinha aqui tirar matéria da pauta depois de não deixar que as matérias fossem apreciadas na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, essa foi uma maneira criativa de chamar a atenção para uma agenda de interesse do País.

É evidente que nós vamos ter sempre discussão de qual matéria deve ir para a Agenda, porque muitas das matérias que são prioritárias para a Senadora Simone, necessariamente, não são prioritárias para o Senador Blairo Maggi; e vice-versa: as do Senador Blairo Maggi, muitas vezes, são prioritárias para mim ou não são, deixam de ser. Isso não há como resolver. Por isso é que eu comecei os trabalhos aqui dizendo que as matérias conflituosas teriam que ser votadas. Nós não podemos escondê-las em tramitação eterna nas comissões. Não dá para escondê-las.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É isso, Presidente, exatamente. Nós votamos lá, e, em grau de recurso, elas virão para cá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, tanto o que é da minha competência, como Presidente, como da do Senador Blairo, nós estamos seguindo rigorosamente o Regimento Interno do Senado Federal.

Qualquer Senador pode fazer o requerimento, para que a matéria venha para o Plenário. E não são aprovadas lá com três, quatro Senadores, não. O quórum mínimo lá é de nove Senadores para votação. As votações terminativas são nominais. Eu tenho o cuidado de seguir rigorosamente o Regimento e eu não acho que uma matéria, como o acesso aos depósitos judiciais pelos governadores, de autoria do Senador José Serra, como a repatriação dos recursos, seja matéria de pouca relevância, não. É de grande relevância. O que está acontecendo, nesse caso, por exemplo, da repatriação, é que nós aprovamos, no final de novembro, e até hoje o Governo não publicou o decreto de regulamentação da repatriação dos depósitos judiciais.

Eu tenho agido com muita responsabilidade, bem como o Senador Blairo Maggi.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Ex^a o seguinte: vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria pedir que nós...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E V. Ex^a chama depois a Liderança para fazer um debate sobre essas comissões.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Como foi o Pacto Federativo, como é a Comissão Brasil. E tenta ver se ordenamos um funcionamento, para não matar as temáticas e também não trazer esse debate para matar a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, acho que é importante fazer esse chamamento e começar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo: se V. Ex^a pudesse iniciar a Ordem do Dia e convidar todas as Senadoras e os Senadores que estão nos seus gabinetes, porque há um acordo no item 1 e no item 2. São duas pautas de emenda à Constituição com calendário especial, portanto, duas votações nominais, cada uma de 49 votos.

Peço a V. Ex^a que inicie a Ordem do Dia. O Senador Randolfe está aqui para, competentemente e rapidamente, apresentar o seu relatório e nós iniciarmos a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

Eu quero pedir aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Nós vamos ter uma matéria que parece consensual.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2016
(Calendário Especial - Requerimento nº 171, de 2016)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016, do Senador Romero Jucá e outros Senadores, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas.

Parecer sob nº 158, de 2016, Relator: Senador Randolfe Rodrigues, favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 e 3-CCJ, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e contrário à Emenda nº 1-CCJ.

Vou conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria, Sr. Presidente, dirigir-me ao Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Para que a Mesa possa garantir a celeridade que foi cobrada, mais do que a celeridade proposta, eu queria o consentimento do Relator e o consentimento dos autores da matéria para que nós possamos começar a votação nominal.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Todos de acordo, Sr. Presidente. Todos falam como encaminhamento e, portanto, já está liberada a votação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria só fazer um apelo ao Senador Randolfe.

Senador Randolfe, essa matéria é de suma importância para os ex-servidores dos Territórios de Roraima, de Rondônia e do Amapá. É uma matéria que perdura por mais de 20 anos. E, no meu Estado, ela já foi assunto de aproveitamento por diversas vezes, por políticos sem escrúpulos que enganaram muito o povo de Roraima. E hoje, V. Exª tem uma oportunidade ímpar – queria apelar para V. Exª, para o sentimento de V. Exª – para que a matéria seja completa, para que ela não seja injusta, porque ela só propõe o enquadramento do Executivo, e nós estamos incluindo o Legislativo, o pessoal que hoje está no Legislativo, que está hoje no Município e que está hoje também no Ministério Público.

Eu queria, Senador Randolfe, que V. Exª acatasse a nossa emenda de Plenário, pois ela completa essas realizações, porque seria injusto pessoas que esperaram isso por 20 anos, hoje, numa oportunidade dessas, ficarem de fora. É só por uma questão de bom senso, e V. Exª tem bom senso. Eu quero apelar a V. Exª, para que não deixe de fora os servidores do Legislativo, do Judiciário e também do Ministério Público. Para o meu Estado, isso é muito importante.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, vamos abrir o painel.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É muito importante, Sr. Presidente. Eu queria fazer esse apelo ao nobre Senador, que sabe o quanto isso é importante para os servidores do ex-Território de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Antes de o Relator falar, Sr. Presidente? Nem sei o que ele vai relatar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O voto já é conhecido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Peço o voto “sim” a todos as Srªs e os Srs. Senadores, em nome dos Estados de Roraima, Amapá e Rondônia, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O PSDB, “sim”, Sr. Presidente.

(Parecer nº 210/2016-PLEN sobre as Emendas nºs 5 e 6-PLEN - Vide item 1.2.3.1 do sumário)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário, ao apelo de V. Exª, eu procurei acatar as emendas. Indo direto ao relatório, ressalvo garantir o direito de V. Exª, se for o caso, de apresentar destaque à matéria.

A matéria já é conhecida, a ementa é conhecida de todos. É um projeto de emenda à Constituição, de autoria do Senador Romero Jucá e de outros Senadores. Em plenário, aqui foi recebida a Emenda nº 5, de autoria do Senador Telmário Mota, e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Romero Jucá e de outros Senadores. Tendo sido aprovado o Requerimento nº 171, de 2016, de calendário especial, resta-nos, então, passar diretamente à apresentação do nosso parecer para a referida emenda.

Primeiramente, queremos propor uma adequação redacional na Emenda Substitutiva nº 4. A emenda redacional segue ao texto. O período de criação da instalação do Estado de Rondônia se estendeu, de 1981 até 1987, sendo distinto dos períodos de instalação dos Estados de Roraima e Amapá, que foram criados em outubro de 1988 e tiveram suas instalações concluídas em outubro de 1993. Assim, propomos a adequação redacional do art. 5º nos seguintes termos: a alteração da parte final, hajam sido admitidos pelos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, entre outubro de 1988 e outubro de 1993, para que hajam sido admitidos pelos Estados de Rondônia até 1987, e do Amapá e de Roraima até 1993.

Como já disse, houve emendas recebidas em plenário. Quero aqui rapidamente comentar sobre a Emenda nº 5, destacada aqui pelo Senador Temário. A emenda propõe, na essência, conferir o direito de opção para integrar o quadro em extinção da Administração Federal daqueles servidores contratados até outubro de 1993, pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público dos Estados de Amapá e de Roraima.

Nesse ponto, relembramos que o art. 14, §2º, do ADCT determina que a transformação e instalação dos Estados de Roraima e do Amapá deverão seguir as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia. Entretanto, os referidos dispositivos não comportaram previsão legal que assegura o direito de opção para esses servidores citados dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Ministério Público de Rondônia. Por essas razões, rejeitamos a Emenda nº 5, porque o objeto que ela contém não está contemplado na Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016, e também porque a proposição encontra óbice no art. 14, §2º, do ADCT.

Em relação à Emenda nº 6, ela estabelece um lapso temporal de 90 dias e vem com a seguinte redação:

§6º Além dos meios probatórios de que trata o §4º, sem prejuízo daqueles admitidos em lei, o enquadramento dependerá de a pessoa ter mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, com o ex-Território ou o Estado que o tenha sucedido por, pelo menos, 90 (noventa) dias.

Portanto, nosso parecer, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda nº 5, e, no mérito, pela sua rejeição. Em relação à Emenda nº 6, no mérito, pela sua aprovação, porque estabelece um lapso temporal que consideramos adequado para este texto.

Por fim, Sr. Presidente, só destaco que esta proposta de emenda à Constituição, também por objeto de emenda nossa, incorpora, reconhece o vínculo funcional com a União dos servidores do ex-Território Federal do Amapá, que se refere à Portaria nº 4.481, de 19 de dezembro de 1995, os chamados servidores do Grupo 1.050. Esse texto já está incorporado no art. 4º da proposta de emenda à Constituição.

É este o relatório, é este o parecer pela aprovação com as alterações propostas por este Relator, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 210/2016-Plen - Vide item 4.4 do sumário)**

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente Renan...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – ... o Democratas orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Democratas orienta voto "sim".

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto as Sr^{as} e os Srs. Senadores, eu quero pedir a todos que venham ao plenário, teremos quatro votações nominais, nesta tarde.

Eu quero registrar a importância do parecer do Senador Randolfe, o acatamento à Emenda nº 6, que é uma emenda que fizemos em entendimento com o Ministério do Planejamento, exatamente para construir uma solução em que o Governo se sinta confortável. Portanto, nós vamos lutar e aprovar esta matéria.

Quero realmente agradecer a V. Ex^a, quero agradecer ao Senador Randolfe, quero agradecer a todas as Senadoras e Senadores que, aprovando-a em tempo recorde, encaminharão esta matéria para a Câmara dos Deputados. A luta será feita lá, agora. Se Deus quiser, vamos aprovar esta matéria, na Câmara, rapidamente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB encaminha voto "sim".

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB encaminha o voto "sim".

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – O PTB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB encaminha o voto “sim” e cumprimenta a iniciativa do Senador Randolfe, importante, para fazer justiça aos pioneiros que foram para Roraima, Amapá. Portanto, parabéns ao Senador Randolfe.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – O PDT encaminha o voto “sim”. Mas vou fazer um apelo aos Senadores: vamos fazer uma emenda de destaque. É importante para que a justiça seja feita na sua totalidade. Não é possível só enquadrar o pessoal do Executivo e deixar o pessoal que está no Legislativo, que está no Judiciário, que está no Ministério Público, pessoas que eram dessa mesma época ficarem de fora.

O destaque está sobre a mesa e é importante que a votação seja favorável, porque assim estaremos fazendo justiça, já que, no meu Estado, a falta de responsabilidade do governo de transição deixou esse povo de fora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, Rede encaminha o voto “sim”.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto “sim”.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “sim” também.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O PSC “sim”, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – PCdoB “sim” também, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – PR o voto é “sim” também, Sr. Presidente. PR, “sim”, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O PP também é “sim”, Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – O PTB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PTB encaminha o voto “sim”.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O PP encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente. O PP encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PP encaminha o voto “sim”.

Senador Humberto Costa, com a palavra V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós temos aqui a convicção de que essa emenda constitucional vai passar. Eu quero não somente externar a posição do Governo como queria chamar a atenção de todos os Senadores para as consequências da aprovação dessa emenda na forma como está.

Aqui, neste Parlamento, há uma preocupação unânime com as chamadas pautas-bomba, com aquilo que gera déficit, desequilíbrio financeiro e fiscal do Governo. Essa matéria é uma das que vai provocar uma situação...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... de desequilíbrio imensa.

Peço a V. Exª, porque quero marcar posição do Governo aqui.

Essa proposta vai permitir a transposição de aproximadamente 32 mil demandantes, o que, num cálculo aproximado, pode gerar um impacto anual de R\$2,9 bilhões aos cofres da União, considerando-se aí um rendimento médio por servidor transposto na ordem de R\$6 mil.

Tentamos construir um entendimento com o Relator e com o autor dessa PEC. No entanto, esse entendimento não aconteceu. Pela proposição do autor e do Relator, qualquer pessoa que provar que trabalhou três meses para esses antigos territórios poderá ser incorporada ao quadro em extinção do Governo Federal.

Não é justo, Sr. Presidente, não é correto! Nós aqui precisamos atender às demandas da população, mas dentro daquilo que é realista. Quanto os Estados vão ter de incremento nos seus recursos para ajudar as suas folhas? Dois bilhões e novecentos milhões de reais por ano.

Então, com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, à defesa que ele faz do seu Estado, quero dizer que

isso deveria ser algo construído em conjunto com o Governo, analisando a capacidade de caixa, até porque este Governo não vai ser o último da história do Brasil, outros Governos vão pagar também por essa conta.

Então, sei que vai ser aprovado. Vou encaminhar pelo Governo o voto “não”. E vamos tentar, na Câmara dos Deputados, rediscutir, no mínimo, o tempo mínimo necessário para que haja essa incorporação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero restabelecer a informação. Primeiro, lamento a posição do Líder Humberto Costa e de parte do Governo. Quero registrar que o que estamos fazendo aqui se deu em decorrência de vários entendimentos com diversos setores do Governo.

Primeiro, já votamos esta matéria aqui, a definição política já foi dada na Casa. Está aqui a Emenda nº 79, que foi aprovada e promulgada neste Congresso. O que ocorreu? Depois que começou o enquadramento pela Emenda nº 79, regulamentada pela Medida Provisória nº 660, a AGU (Advocacia-Geral da União), cujo Ministro Luís Inácio Adams assinou um parecer, entendeu que parte dos servidores que deveriam ser enquadrados estava referenciada na medida provisória, não na emenda constitucional. Por isso, havia dificuldade legal de fazer o enquadramento desses servidores. O que a AGU fez? Comigo, construiu um texto, que é esse texto da PEC 03. Nós construímos o texto. E, no mesmo dia em que a AGU apresentou o parecer, eu apresentei a PEC em plenário.

Nós entendemos isso e fomos debater com o Ministério do Planejamento. Estive com o Dr. Caetano e com toda a equipe do Ministério do Planejamento. Nós demonstramos, efetivamente, a necessidade de fazer isso.

Quero dizer que os recursos para esse enquadramento, Senador Humberto... Não são 32 mil pessoas. Em Roraima, não serão nem quatro mil, porque terão de ter documento, comprovação. Provavelmente, no Amapá, talvez, seja uma quantidade dessas; espero que seja mais, mas a gente não sabe como vai ser. Essas pessoas serão enquadradas, e já há recurso previsto, porque eu o coloquei no Orçamento quando fui Relator do Orçamento.

Agora, quero dizer o seguinte: em Roraima, por exemplo, essas pessoas trabalharam não foi um dia ou dois dias, não. Isso é sofisma de parte da área técnica do Governo que não quer o enquadramento. Essas pessoas trabalharam por anos, outros trabalharam por muito tempo. Uma parte, inclusive, fez concurso quando fui Governador. Está aqui o *Diário Oficial*. Centenas de pessoas fizeram concurso.

Então, quero aqui registrar que não estamos fazendo nenhum trem, não estamos beneficiando ninguém com irregularidade. O que estamos fazendo aqui é justiça a trabalhadores de Roraima e do Amapá que se dedicaram no Território e, depois, na implantação do Estado.

Portanto, lamentamos a posição do Governo. Espero que o Governo não atrapalhe na Câmara, espero que o PT se posicione, porque nós vamos cobrar do PT, no Estado de Roraima, a posição do PT e do Governo. Nós vamos cobrar isso, porque essa situação mexe com a vida de milhares de pessoas no nosso querido Estado de Roraima.

Quem tiver de ficar contra fique claramente! E vamos cobrar isso na praça pública em cada localidade por que passarmos no Estado.

O voto do PMDB é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Presidente Renan, apenas para efeito...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, quero falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima, está com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção do Plenário para algo que pode ter passado despercebido, mas, de forma muito especial, quero chamar a atenção da imprensa do nosso País, da própria TV Senado. Se a TV tiver como mostrar aquele painel que orienta a votação dos partidos e do Líder do Governo, veremos que é a fotografia, o retrato do Brasil de hoje. São todos os partidos, incluindo, naturalmente, os da Base, encaminhando o voto “sim”. Inclusive, o PT e o PPS, que ainda não fez a orientação – o Senador Cristovam acaba de me consignar que o voto é “sim” –, e o PV também...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Senador Cássio, estou pedindo à Mesa para registrar o voto “sim” do PV.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Então, solicitamos à Mesa que o PPS... Então, pronto! Ali está a fotografia do Brasil e do Governo de hoje. Todos os partidos, sem exceção, incluindo

naturalmente os da Base, encaminham a favor da matéria.

O Governo, com todo o respeito naturalmente à pessoa do Líder, apresenta o voto “não”, no atestado do fim de um ciclo, que foi consumado hoje, indiscutivelmente, com o tapa na cara que foi dado no povo brasileiro com a nomeação do ex-Presidente Lula para a Casa Civil. É como se nós não tivéssemos visto milhões de brasileiros nas ruas no último domingo. A rigor, a Presidente Dilma Rousseff renunciou ao seu mandato hoje, mas continuará morando no Palácio da Alvorada. Na prática, é o que aconteceu: a Presidente Dilma Rousseff renunciou ao seu mandato, mas continuará morando no Palácio do Planalto.

Que possamos compreender que o deslocamento da realidade de um Governo que já não se comunica mais com a sociedade tem limites, porque, quando o Brasil inteiro foi às ruas para apoiar...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...as investigações da Lava Jato e trazer uma palavra de apoio e, em alguns aspectos, de desagravo ao Juiz Sérgio Moro, vem o Governo e faz um movimento diametralmente oposto, faz exatamente o contrário do que desejava, do que esperava a população brasileira.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É o fim, definitivamente, atestado neste painel eletrônico, de um Governo cuja Presidente, na prática, renunciou ao seu mandato e continuará apenas morando no Palácio da Alvorada.

Os riscos desse ato de desespero político são severos, porque, em jogo, encontra-se o destino de um país inteiro, com sua economia já fragilizada, que pode encontrar um episódio de colapso completo se porventura, num ato final de desespero pleno, caminhar-se para um populismo fiscal, o que, com certeza, não vai contribuir para superar esta crise.

Portanto, estamos, neste instante, assistindo a algo inédito na política mundial. No mundo inteiro, não se tem notícia de um autogolpe. A Presidente Dilma aplicou, em relação ao seu mandato e ao seu Governo, um autogolpe: renunciou, na prática, abdicou, na prática, do exercício pleno de suas prerrogativas de Presidente da República.

Que Deus projeta o Brasil! Que Deus proteja o nosso povo e a nossa Nação de tantos desatinos, de tantos equívocos, de tantos atos de desespero político, que, com certeza, não poderão resultar em boa coisa!

É óbvio que o Presidente Lula não vem para o Ministério para contribuir com o Brasil, tampouco com o Governo da Presidente Dilma, porque, se assim o fosse, ele já teria aceitado esse Ministério há muito tempo. Ele vem dentro de uma circunstância própria, de uma realidade que o Brasil conhece, numa atitude de desrespeito completo à consciência nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É a consciência deste País que está sendo agredida. É a consciência coletiva do País que está sendo aviltada. É um acinte o que se faz neste instante...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...com a sociedade e com a Nação brasileira. O que nós podemos apelar é o que nos resta: que Deus proteja o Brasil e o seu povo!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, peço que possa abrir o painel, que abra novamente o painel para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu não votei, não!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em seguida, darei a palavra a todos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, tenho uma emenda de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, é uma emenda de destaque para fazer justiça. Nós precisamos fazer justiça para o povo de Roraima, porque está entrando aqui só a parte do Executivo. O Judiciário ficou de fora, bem como o Legislativo e o Ministério Público, Sr. Presidente.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente, eu queria também me posicionar aqui, eu queria falar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Foi um erro do governo de transição, que enganou o povo de Roraima. Precisamos fazer esse reparo em Roraima, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só comunicar ao Senador Telmário que, se a emenda que estamos votando, que é um substitutivo, for rejeitada, aí teremos espaço regimental para votar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senão está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...a emenda sugerida por V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senão vai estar prejudicada.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que vai ser aprovada. Eu queria só fazer um alerta ao Plenário. Sr. Presidente, a PEC vai ser aprovada, como já senti aqui no plenário. Agora, o art. 31 diz que passam a fazer parte do quadro da União pessoas que comprovem “ter mantido relação ou vínculo funcional de caráter efetivo ou não, assim como relação ou vínculo empregatício”. Ou seja, refere-se mesmo a pessoas que não sejam de caráter efetivo. Se fossem apenas os servidores dos ex-Territórios de caráter efetivo, como os ex-Territórios eram da União, isso seria algo justo. Agora, refere-se também a pessoas que não têm caráter efetivo, e isso não me parece justo. Por isso, vou votar de forma contrária.

Eu queria apenas fazer esse alerta ao Plenário. Sei que a PEC vai passar, estou vendo aqui o clima no plenário, mas meu voto vai ser contrário. Vai ser um encargo e uma despesa para a União, para o contribuinte. Acho que o contribuinte de todo o País não tem de pagar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vamos abrir o painel, Sr. Presidente? Vamos abri-lo, e aí se dá a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero responder ao orador que me antecedeu duas intervenções atrás. Isso aí não é o retrato de disputa entre governo e oposição. Isso é o retrato de uma disfuncionalidade do federalismo brasileiro.

Não é a primeira emenda constitucional que se discute aqui para a incorporação de funcionários dos antigos Territórios à União.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Mas a Câmara mandou errado. Agora, a gente está corrigindo.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Excelência, estou...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria fazer um apelo aos Senadores, aos contendores. Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O senhor me devolve a palavra? O senhor vai me devolver a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que V. Ex^a já falou. O Senador Romero já falou três vezes. V. Ex^a falou três vezes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Isso se dá em detrimento do funcionamento da Casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Peço a V. Ex^a que me garanta a palavra. Espero que V. Ex^a a libere. Agora, não pode ficar o representante do PSDB dando aqui a última palavra, fazendo suas acusações e julgamentos. Eu gostaria de poder usar a palavra para responder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O importante era que os apartes, as intervenções, fossem pela matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Humberto, de fato, há uma disfunção total. Governo é para ser maioria. Ali há unanimidade

com uma posição diferente do Governo. Alguma coisa está errada, muito errada, neste parlamentarismo que nós vivemos.

Sobre o projeto específico, sou daqueles que fazem parte da bancada conservadora fiscal, que não quer aumentar gastos, mas, conversando com o Senador Randolfe e com outros que patrocinam essa PEC, vi que os gastos não são tão elevados quanto os benefícios que vão trazer para regulamentar uma situação. Esses servidores, um dia, vão ganhar isso na Justiça, vão terminar recebendo com os atrasados.

Por isso, vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 59; NÃO, 5; 1 abstenção.

Está aprovada a matéria.

Ficam prejudicadas a proposta e as demais emendas apresentadas, inclusive a Emenda nº 5, cujo destaque foi solicitado pelo Senador Telmário Mota.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação para o segundo turno, que será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 211/2016-CDIR - Vide item 1.2.3.1 do sumário)**

Tendo sido aprovado calendário especial de tramitação, passa-se à apreciação da proposta, em segundo turno.

Discussão da proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a proposta, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar o voto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB voto “sim”.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – E quero aqui registrar que foi uma oportunidade ímpar para que todos os servidores do Estado de Roraima, do ex-Território, pudessem ter sido contemplados.

Lamento profundamente que o projeto não tenha observado que as pessoas que estão hoje no Legislativo, que estão hoje no Judiciário, que estão hoje no Ministério Público fiquem de fora. Lamentavelmente, esse projeto, mais uma vez, vai deixar essas pessoas ansiosas por essa oportunidade, que mereciam, porque todos já foram enganados pelo governo de transição do meu Estado. Agora, mais uma vez, poderíamos ter aproveitado e estendido esse benefício a todos que fazem justiça, não só aos que estão no Executivo, mas que estão no Legislativo, que estão no Judiciário e que estão no Ministério Público.

Fico feliz em ver pelo menos o pessoal do Executivo acontecer. Eu sabia que isso ia acontecer com a minha presença aqui, porque, antes, só estavam enganando o meu povo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Sr. Presidente, pode abrir o painel?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se, enquanto procedemos à votação em segundo turno, V. Ex^a me permite usar a palavra para uma comunicação inadiável à Casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente eu pedi a palavra antes, para fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Encaminhamento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Deste segundo turno e responder ao nobre Senador que me antecedeu.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Enquanto encaminha, pode abrir o painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Romero, vamos ter calma!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – O Romero está afobado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Aécio Neves e, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, enquanto os Senadores votam.

E faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário.

Vamos conceder a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Aécio Neves.

Pondero à Casa que não poderemos fazer apartes, porque estamos realizando a Ordem do Dia, e o Senador Aécio Neves vai fazer uma comunicação inadiável à Casa.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, o painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Está aberta a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Abrir o painel, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Aproveito a presença do Senador Aécio Neves na tribuna para solicitar a V. Ex^a a votação do Requerimento nº 179, de 2016, que trata exatamente de dois projetos relacionados aos fundos de pensão. Respectivamente, o PLS 78 e o PLS 388, de 2015.

É uma matéria da qual o Senador Aécio é o Relator na CCJ e Relator na Comissão de Assuntos Sociais. Os Senadores autores são o Senador Paulo Bauer e o Senador Valdir Raupp.

Solicito a V. Ex^a, se possível, a votação, na Ordem do Dia, desse requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, o PDT encaminha “sim”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB encaminha “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

Logo em seguida, se os Líderes desejarem, poderão encaminhar os votos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, agradeço a V. Ex^a a deferência de me permitir subir à tribuna neste instante, em que o Plenário do Senado Federal está com sua composição quase completa, onde brasileiros e brasileiras nos assistem e nos ouvem nas mais variadas partes deste País.

Presidente Renan, Sr^s e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas aqui presentes, eu subo a esta tribuna, hoje, com dois sentimentos: o primeiro é o da indignação, da profunda indignação dos homens de bem, quando são atacados na sua honra, quando são caluniados, quando são covardemente ofendidos.

(Soa a campanha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas trago, Sr. Presidente, um outro sentimento, que é o da serenidade daqueles que nada, absolutamente nada têm a temer.

Eu não cheguei ontem a esta casa, Sr. Presidente. V. Ex^a e tantos aqui são testemunhas disso. Tenho mais de 30 anos de mandatos conquistados com muito trabalho, mas também com muita honra e sempre dedicado à defesa dos interesses da minha gente em Minas Gerais e no Brasil. Tenho me preparado, Sr. Presidente, ao longo de todos esses últimos anos, para o enfrentamento. E o tenho feito à minha maneira: denunciando, acusando, quando necessário, e propondo quase sempre, mas sempre, sempre mantendo, no meu comportamento e nas minhas ações, o limite da responsabilidade, da ética e do respeito.

Nos últimos dois anos em especial, desde que me tornei um adversário em potencial do petismo, em especial deste Governo, os ataques se avolumaram. Quem não se lembra, Senador Agripino – V. Ex^a que participou tão intensamente da nossa campanha –, dos ataques sórdidos a mim, à minha família, durante todo o processo eleitoral?

Eu me lembrava, ontem, de manhã, de alguns episódios da campanha eleitoral, quando um dos principais jornais brasileiros – e, depois, seguido por vários outros – estampava, em sua primeira página, que o então candidato Aécio Neves havia construído, em terras particulares de um parente seu, um aeroporto na cidade de Cláudio.

Não adiantava eu mostrar que aquilo, a partir de denúncias do PT, já tinha sido arquivado pelo Ministério Público de Minas Gerais, rearquivado pelo Ministério Público. Aquela quase assombração me acompanhou durante a campanha eleitoral.

Eu me lembro que, no espaço mais nobre da campanha, o Jornal Nacional, da Rede Globo, dos dez minutos, para nós, da oposição, tão caros e tão relevantes, mais da metade do tempo foi utilizado para que eu me defendesse de algo que não precisava de defesa.

Pois bem, o tempo passou, a campanha passou, os promotores do Ministério Público voltaram a investigar aquela obra, e o Conselho do Ministério Público, de forma definitiva e cabal, arquivou aquelas denúncias do

Partido dos Trabalhadores por uma razão: considerou que a obra era correta. Não houve superfaturamento, não houve direcionamento. Ao contrário, beneficiou uma comunidade inteira sem privilégio a quem quer que fosse; ao contrário, em desfavor daquele parente meu citado.

Cito apenas esse episódio, Sr. Presidente, porque nós estamos aqui frente a outros episódios que não são os primeiros. Desde o início das investigações da Operação Lava Jato, não foram poucas as tentativas de vincular nomes da oposição a essas apurações que vêm mostrando ao Brasil, de forma clara, de forma transparente, tudo aquilo que foi engendrado e operado por aqueles que se apoderaram do Estado nacional ao longo dos últimos anos, em busca de um projeto de poder.

As acusações a nós, da oposição – e não fui eu apenas a única vítima –, foram inúmeras. Mas todas elas, com o tempo, foram se desfazendo, porque não há nada, não há nada mais vigoroso, não há nada mais consistente do que a verdade. Ela sempre prevalecerá; prevaleceu nesse episódio ao qual me referi da campanha eleitoral e prevalecerá também nesses episódios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ser muito objetivo em trazer a esta Casa e aos meus pares que me conhecem há tanto tempo explicações; explicações que eu não deveria trazer. Não deveria ser necessário. E eu pensava comigo, Presidente Renan: qual teria sido a motivação, o que faria com que um Senador da República, pego cometendo um crime, me acusasse de forma tão leviana, tão irresponsável e tão impropriedade?

Trouxeram-me, há poucos dias, uma notícia que circulou num importante jornal brasileiro, no jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, com a seguinte manchete – eu não li na época –, logo após a prisão do Senador Delcídio:

Delcídio não perdoa Aécio.

Não é de bom tom pronunciar o nome de Aécio Neves na cela onde Delcídio Amaral está preso. Delcídio não esquece a frase do presidente do PSDB no dia de sua prisão [disse eu, segundo a transcrição]: O sentimento foi primeiro de perplexidade, quase que de descrença. Depois, quando os documentos começaram a ser distribuídos, o sentimento passou a ser de indignação. A gente viu que ele agiu quase como o chefe de uma grande máfia.

Teria sido essa a razão para o Senador Delcídio incluir na sua delação acusações tão torpes, tão vis, tão irresponsáveis como essas que hoje o Brasil inteiro desfruta? Ou simplesmente seria a intenção de equilibrar um pouco o jogo, já que os ataques ao Governo eram muito duros? “Quem sabe se coloque aqui também algum nome da oposição, mesmo que de forma irresponsável e impropriedade, para misturar um pouco as coisas.”

Pois bem. Os indícios de alguma coisa parecida não são poucos. Há uma semana, um grupo de Parlamentares do PT esteve na Procuradoria-Geral da República e lá, segundo o relato que me trouxe um deles, foi dito pelo chefe daquela excursão ou daquela comitiva: “Investiguem o Aécio Neves, ele é o Presidente do PSDB. Não importa se seja procedente, se haja alguma coisa crível. Apenas investiguem que isso é bom para a PGR.” Isso foi dito em uma reunião da qual participaram sete Parlamentares do PT, inclusive dois do meu Estado.

Mas eu não quero aqui ficar apenas em tese, em teorias conspiratórias. Eu tenho o dever de trazer esclarecimentos e esclarecimentos definitivos em relação àquilo que é irresponsavelmente lançado sobre mim.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que até mesmo os inescrupulosos da política costumam ter algum bom senso, algum cuidado, algum pudor em não trazer, para o embate político, familiares nossos, cujas atividades não têm absolutamente nada a ver com aquela que aqui exercemos na política. Nós estamos prontos, Senadora Rose, para o embate, para o enfrentamento, nos moldamos para isso.

(Soa a campanha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas mesmo os mais inescrupulosos têm cuidado, têm pudor em fazer aquilo que fez o Senador Delcídio do Amaral.

Eu peço, neste instante, licença e desculpas a minha mãe, trazida a esse episódio, repito, da forma mais vil e cruel possível.

Minha mãe, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi casada, durante quase 30 anos, com um grande banqueiro brasileiro, um empresário das mais variadas atividades. E, no ano de 2001... E não precisaria nem eu estar trazendo isso hoje ou sequer uma revista semanal publicar, com ares de escândalo, essa notícia, porque ela já circula nos blogues do submundo do petismo, patrocinados pelo Governo, há muito e muito tempo.

Essa questão surgiu na campanha eleitoral, essa questão vem surgindo ao longo dos últimos anos, de

forma extremamente insistente, mas nenhum veículo sério da imprensa brasileira, ao ver aquela matéria, ao ver do que se tratava, ousou sequer trazer isso à baila.

(Soa a campainha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Compreendiam que nada havia desse episódio que contaminasse o meu mandato e a minha atividade política.

Pois bem, devo aqui, por dever de consciência, prestar este esclarecimento em rápidas palavras, porque foram três as citações do Sr. Senador Delcídio do Amaral em relação ao meu nome.

A primeira e esta: quero dizer aos senhores que a minha mãe, no ano de 2001, estimulada pelo seu marido, iniciou procedimento de abertura de uma fundação legal, legitimamente constituída, que, a partir da venda de imóveis que faria, poderia deixar, no futuro, uma poupança para o estudo dos seus netos. Era a sua intenção. O tempo se passou, ela não complementou os documentos dessa fundação, seu marido adoeceu e depois, infelizmente, veio a falecer.

Para se ter uma ideia, essa fundação, que não foi sequer constituída nos seis anos em que esses documentos ali ficaram parados, teve a transferência, ela transferiu recursos para a fundação, que totalizaram US\$5 mil anuais. Durante sete anos, até a extinção de todo esse procedimento para a manutenção de taxas que eram cobradas por aquele que a formalizava, ela fez depósito em torno de US\$30 mil em seis anos, US\$5 mil dólares anuais. Muitas vezes menos do que aquilo que o Banco Central orienta ou determina que seja publicado, que seja declarado. Mesmo assim, Senador Jorge Viana, após a morte do seu marido, do seu companheiro, e ela tendo extinto esse procedimento, não tendo querido dar continuidade porque não sabia sequer como conduzir isso, ela recebe esses documentos da extinção desse processo da fundação sem que nenhum recurso dessa fundação – nós estamos falando do ano de 2007 – tivesse sido ali movimentado; recebe, portanto, uma conta onde os recursos dessa manutenção haviam sido depositados, cerca, em média de US\$5 mil anuais. Consulta um advogado, já a partir da morte do seu marido, e ele diz que ela deveria declarar, naquele instante, essa movimentação no seu Imposto de Renda. Ela fez isso. Ela declarou no seu Imposto de Renda essa movimentação lá atrás.

Pois bem, a partir de uma investigação que foi feita na residência desse responsável por essa instalação, por essa propositura da fundação, por inúmeras outras ações que ele havia cometido, esse documento é encontrado. Nesse documento, o Ministério Público argui a senhora minha mãe, e ela dá todas as explicações cabais.

O que fez o Ministério Público do Rio de Janeiro? Naquele ano, pediu o arquivamento desse procedimento. O que fez a Justiça Federal? Atendeu o Ministério Público e arquivou esse procedimento.

Faço aqui uma pergunta: onde está o dolo? Onde está a vinculação dessa questão de um ato privado da minha mãe e do seu marido com a minha atividade pública? Onde está o vínculo? Ele simplesmente não existe!

Mas, mesmo assim, um Deputado do PT, no ano passado, pega esses dados que circulavam em um ou em vários desses blogues do submundo da política e solicita ao Procurador-Geral da República que reabra essa investigação.

Ele recebeu os dados, analisou-os, buscou informações. E o que faz o Procurador-Geral da República? Arquia novamente esse procedimento, porque, repito, não há nenhuma ilegalidade, não há nenhum dolo, não há nenhum ato que comprometa, não apenas a mim, mas a minha própria mãe neste episódio.

Pois bem, ele foi trazido à baila, e eu peço aqui esse esclarecimento aos brasileiros. Portanto, esse procedimento, que já estava nos blogues do PT, repito, Senadores e Senadoras, há muitos e muitos anos, é tratado hoje como um escândalo, como uma coisa nova.

Não há nada de novo, é um procedimento usual, um procedimento que teve o aval da sua idoneidade e da sua correção dado pelo Ministério Público e pela Justiça do Rio de Janeiro.

Quero aqui, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ater-me à segunda referência que faz o Senador Delcídio do Amaral ao meu nome: a fatídica, a conhecida farsa da chamada “lista de Furnas”.

Mais uma vez, essa lista de Furnas já levou à prisão o estelionatário que a formulou. Na verdade, não é uma, são inúmeras listas de Furnas. Quando esse cidadão foi preso, Senador Tasso, foi encontrado no computador dele a mesma lista com nomes do PT. Isso é público, isso está no inquérito Polícia Federal!

Eu utilizei isso para demonizar os Parlamentares do PT que eram meus adversários políticos? Nunca! Mas volta e meia esse assunto surge. Vários dos Parlamentares que aqui estão conhecem bem a lista de Furnas, porque foram irresponsavelmente incluídos nela também.

O que diz o Senador Delcídio? “A lista pode ser falsa, mas o seu conteúdo pode ser verdadeiro.” E diz o Senador – abro aspas –, na sua delação, falando dos recursos: “Ele não sabe ao certo quem os recebia e de que

forma. Não sabe quem são os operadores do esquema e como esses repasses são feitos.” – fecha aspas. Mas sabe que eu era beneficiário desse esquema.

Isso é falso! Isso é irresponsabilidade! Isso, na verdade, vem sendo dito, nos corredores, vem sendo dito na sarjeta da política há muito e muito tempo, sem que absolutamente nada pudesse ser provado em relação à minha conduta, porque ela é honrada, ela é ética.

Portanto, essa foi a segunda irresponsável citação do Senador Delcídio amparada no que já havia dito um doleiro, que depois se desmente ao dizer que jamais na vida havia tido qualquer contato comigo, nem a distância.

Vamos à terceira questão. Eu não quero paralisar as votações do Congresso Nacional. E mais uma vez agradeço a paciência e a atenção dos meus pares do Congresso Nacional. Diz o Senador Delcídio do Amaral que, quando Presidente da CPI dos Correios, era eu Governador do Estado de Minas Gerais – e aqui não me lembro de ter estado uma vez sequer a tratar desse assunto –, teria atendido a pleitos que a ele teriam sido levados por terceiros. Esses terceiros, como o prefeito do Rio, desmentem de forma categórica essa ação.

Quero aqui, de público, agradecer a manifestação espontânea, Líder Imbassahy, e peço que leve a ele esse reconhecimento que fez o Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPI dos Correios, quando disse que, em nenhum momento, em nenhum instante, esse tema foi levado à CPI, e ele sequer tomou conhecimento de alguma ação que pudesse ser de meu interesse durante todo o procedimento da CPI. E seria ele, como Relator, a figura central a de alguma forma conduzir aquilo que o Senador chamava de algum arranjo.

Isso não existe. Não tive nenhuma relação próxima com o Banco Rural durante toda a minha vida. Poderia até ter tido, mas não tive. Não tive conta, não tive empréstimo, nenhuma, absolutamente nenhuma relação com o Banco! Não há, como ficará provado de forma clara, nenhum interesse meu, pessoal, e acredito de todos aqueles que ao meu lado estavam, no meu Governo, com as questões relativas àquele Banco. Mas surge esta denúncia: “Não, o Senador tinha interesses naquela questão.” E aí eu tenho que agradecer ao Senador Delcídio, porque, como se diz na minha terra, “o diabo mora nos detalhes”. O Senador Delcídio resolve dizer que esteve comigo para tratar desse assunto em Belo Horizonte, na sede do governo, e que depois eu mandara levá-lo ao Rio de Janeiro. Sim, o Senador Delcídio esteve comigo na sede do governo. Solicitou uma audiência comigo na sede do governo. Sabem quando? Mais de dois meses depois do encerramento da CPI, mais de dois meses depois de o relatório ter sido votado. Poderia eu naquele tempo, em junho, no ano de 2006, estar solicitando a ele um empenho em algo que já havia sido finalizado? Não! É mais uma vez falsa essa declaração.

Eu quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de forma absolutamente serena, mas absolutamente firme, dizer: cada uma dessas questões será esclarecida, porque eu não vou fazer aqui uma defesa, atacando as nossas instituições, atacando a Operação Lava Jato, o Ministério Público, atacando a Polícia Federal. Que façam o seu trabalho!

Estou encaminhando todos os documentos que mostram, de forma cabal e definitiva, aquilo que aqui estou atestando. Vão a fundo, avaliem, investiguem e me deem um atestado de absoluta correção.

Não aceitarei que uma vida pública honrada, respeitada pelos brasileiros, em especial pelos mineiros, seja manchada por alguém que, para de alguma forma se proteger ou se safar de medidas que a ele seriam impostas, venha atacar a honra daqueles que fazem política, porque acreditam na política como instrumento de transformação da vida da nossa gente.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que a minha determinação, a minha coragem de mudar este País é cada vez maior. É com ataques como esse, como aconteceu na campanha eleitoral, por inúmeras vezes, que eu vejo a minha força ainda aumentada, a minha disposição e a minha determinação, além da minha coragem recrudescidas, vou continuar combatendo este Governo que aí está. Este Governo que destruiu as nossas empresas, que destruiu as nossas economias, mas que eu não vou permitir que destrua a minha reputação.

Nós vamos continuar lutando por um Brasil diferente, onde a ética, a eficiência possam efetivamente caminhar juntas.

Quero, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, dizer que estou encaminhando amanhã à Procuradoria-Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal, todos os documentos para que sejam analisados e comprovem, de forma absolutamente definitiva, que fui vítima de um ardil, fui vítima ou de uma vingança ou de uma operação política construída. Mas sairemos disso ainda mais fortes, para, a partir desses próximos dias, intensificarmos as nossas ações na Câmara dos Deputados pelo *impeachment* da Presidente da República,... (Palmas.)

... para que o Brasil se livre deste Governo e construa uma nova fase na sua história e na história de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar, em nome da Mesa Diretora, o Senador

Aécio Neves. O Senador Aécio Neves tem absoluta razão: a verdade sempre vem, sempre vem, não tem jeito.

Mais uma vez cumprimento V. Ex^a. Da mesma forma que nenhum homem público pode temer investigação, o que dá a certeza a este Senado e ao Senador Aécio Neves é que nenhuma investigação, nenhuma, vai além dos fatos.

Então, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu já havia pedido para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou encerrar a votação. Em seguida, eu darei a palavra a todos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, vamos votar o item 2, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em seguida, eu darei a palavra. Se não, nós vamos interromper o processo de votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, foi uma fala importante. Olha nós temos...

Eu só queria dizer o seguinte: eu acho que o Senador faz bem em se defender. Não quero entrar na questão de mérito. Nós temos muita prudência com delações. Não somos daqueles para os quais todas as delações são verdadeiras. Tem que ser investigado; um princípio que reclamávamos aqui é de que não pode haver investigação seletiva; tem que se investigar todos. Mas eu acho que é importante para o PSDB corrigir o seu discurso, porque não dá para aceitarmos que delação contra o PT é verdade,...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... delação contra o PSDB é mentira.

Eu digo isso, sabe por que, Sr. Presidente? Porque, quando saiu a matéria da delação do Senador Delcídio na *Isto É*, sabe qual foi a posição do PSDB? Disseram o seguinte: "Nós vamos adendar ao pedido do *impeachment*." Trataram aquilo como se fossem fatos, como se fossem fatos verdadeiros.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Aí, quando sai o nome do PSDB, não.

Eu peço só coerência. Eu peço o mesmo cuidado em relação a outras delações, em relação aos familiares, como falou o Senador também. Eu concordo com a fala dele, em relação aos familiares. Mas e os familiares do Presidente Lula? Até os netos saíram expostos, os netos, por dois pedalinhos.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, eu espero, sinceramente... Eu não estou aqui antecipando posição. Cada um tem o direito de se defender. Se não houver nada, vai ser arquivado. Eu só espero que o PSDB acabe com essa contradição. Não dá para aceitar: delação do PT é verdadeira; quando delatam eles, são bandidos, não valem nada. Eu espero que eles corrijam o seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, oportunamente, eu gostaria de falar pela Liderança do PSDB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Não é possível, Presidente. O Líder do PSDB já quer falar de novo, e V. Ex^a não me deu a palavra...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não, eu só estou pedindo, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – ... para que eu possa contraditar a primeira fala dele.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu só estou pedindo a palavra. O Presidente...

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 53; NÃO, 5.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado em segundo turno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Item 2 da pauta.

Senador Humberto.

Humberto, pela ordem, eu concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como eu estava dizendo, naquele momento, esse aí não é o retrato de disputa Governo e oposição; é o retrato de um sistema federalista falido. Não é a primeira vez que votamos aqui emendas constitucionais para garantir que a União possa incorporar servidores de antigos territórios, temos aqui o Governo Federal que sustenta as folhas de pagamento do Governo do Distrito Federal, e, como tal, é isso que precisamos, efetivamente, corrigir.

Vamos estabelecer aqui os fatos. É verdade que o autor da matéria esteve com representantes do Ministério do Planejamento, com o Secretário-Executivo, mas é verdade também que não houve acordo, no que diz respeito ao tempo necessário de exercício do trabalho, para que aquele funcionário viesse a ser reconhecido e incorporado. Acho engraçado o discurso de alguns Parlamentares aqui que ficam a falar o tempo inteiro que estão preocupados com o ajuste fiscal, com que não se gaste mais do que se pode, mas que, com o seu voto, com o seu dedo jogam para a conta da União bilhões de reais por ano.

Por isso, Sr. Presidente, não temos, aqui, medo de ameaça de quem tem meio de comunicação e que, no seu Estado, vai querer bater em quem quer que seja. Temos que ter uma posição clara. Vamos trabalhar, espero que, na Câmara, haja um entendimento diferente, tentamos o entendimento com o Senador Jucá, falei também com o Senador do Acre, o nosso companheiro, Randolfe Rodrigues, para que pudéssemos chegar a uma proposta intermediária – do Amapá, desculpe – de um ano, e nem isso foi aceito. Então, parece-me que fazer esse discurso que foi feito aqui me parece equivocado.

Por último, Sr. Presidente, acho que as pessoas deveriam estar preocupadas em apresentar proposta para o Brasil, não sei por que a oposição está tão preocupada no fato de o Presidente Lula fazer parte do Governo. É um cidadão brasileiro, com plenos direitos políticos. Esse argumento de que está fugindo de Moro... Este cidadão não é o único juiz honesto do Brasil, temos o Supremo Tribunal Federal, que, há poucos anos, julgou o mensalão, e estes que estão aqui questionando foram os primeiros a baterem palmas. Mas, agora, o Supremo Tribunal não serve mais.

Deixemos que o Presidente Lula assuma, participe do Governo, dê uma condição de sairmos dessa crise. Ele vai para o Governo para ajudar a tirar o País da crise. A oposição quer uma crise permanente, sem fim. Não vai ter, porque vamos dar a volta por cima, com toda a certeza.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, caso seja possível facultar a palavra para que, em nome do PSDB, eu possa fazer referências aos comentários que fizeram alusão ao Partido. Tenho a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a. Em seguida, vou conceder a palavra a outros oradores que estão inscritos.

Antes, porém, vou encerrar a Ordem do Dia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Não, Sr. Presidente. Vamos votar o item 2 da pauta.

Sr. Presidente, o item 2 da pauta é uma PEC importante, um apelo de vários líderes evangélicos, católicos e espíritas que vieram aqui.

Faço esse apelo a V. Ex^a: vamos votar o item 2 da pauta.

Há consenso de Líderes, já conversei com todos. V. Ex^a abre o painel, votamos e aí todos vão discursar, desabafar.

Por favor, Sr. Presidente, vamos fazer o item 2 da pauta.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, atenda, por favor, o apelo feito pelo Senador Crivella, não só pela carência de votação e produtividade desta Casa, mas porque realmente é importante.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É meritório, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos apoiar a proposta do Senador Crivella.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, na votação anterior gostaria que V. Ex^a consignasse o meu voto favoravelmente à matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, eu já lhe pedi a palavra. Vamos votar o item 2 que o Senador Crivella pediu e, em seguida, V. Ex^a me dá a palavra.

O Senador Cássio já vai falar duas vezes. Já até esqueci o que ia falar da primeira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se os Senadores insistirem em falar, vou fazer o que anunciei.

Vou conceder a palavra a todos, porque, na verdade, concedemos a palavra ao Senador Aécio, o Senador Humberto falou em seguida, o Senador Lindbergh falou também. Não posso poupar os Senadores da palavra no momento em que todos consideram que é importante falar.

Prudentemente vou encerrar a Ordem do Dia...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Não, Sr. Presidente. O Agripino quer falar, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, vota o item 2 primeiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, um apelo A V. Ex^a. Esse item 2 que está previsto é uma matéria que pode ser votada sem maiores...há um acordo para se votar. Abra a votação, em primeiro turno e, entre o primeiro e o segundo turno, V. Ex^a pode colocar para apreciação a palavra de todos os que se inscreveram. Mas fica garantida a votação do primeiro turno dessa matéria. Entre o primeiro e o segundo, que falem todos os inscritos, não tem problema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, na votação anterior, o Senador Ricardo Ferração votou...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu consulto o Senador Cássio Cunha Lima se poderemos seguir na ponderação do Senador José Agripino e anunciar esse item da pauta, dar a palavra, rapidamente, ao Relator. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a e aos outros oradores.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – De minha parte, sem oposição, Sr. Presidente. Não sou eu que vou criar embaraço para uma matéria tão importante.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inscrição para um comunicado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu apenas rogo a V. Ex^a que, após a manifestação do orador, enquanto o processo de votação ocorre, eu possa ter a oportunidade de prestar os esclarecimentos em nome do Partido da Social Democracia Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com absoluta prioridade!

Item 2 da pauta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu peço a inscrição também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O PT encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Ex^a já está inscrita.

Item 2 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição 133, que tem como primeiro subscritor o Senador Marcelo Crivella. Acrescenta o §1º, letra “a”, ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do imóvel.

O Relator é o Senador Benedito de Lira:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 133, DE 2015 (Calendário Especial - Requerimento nº 172, de 2016)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores, que *altera a Constituição Federal, para estabelecer que o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.*

Parecer favorável, sob nº 13, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Benedito de Lira.

Vou conceder a palavra ao Relator para emitir o seu parecer.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Para o encaminhamento de votação, Sr. Presidente. O PTB encaminha o voto “sim”, se o momento é oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Governo encaminha o voto “sim”.

Senador Benedito de Lira, com a palavra V. Ex^a para emitir o parecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esta matéria que será discutida e votada na tarde de hoje é uma matéria que, confesso, considero relevante, até porque a nossa Constituição assegura a prática

religiosa e reconhece a importância da atividade social desempenhada pelo exercício da religião. Tendo em vista esse reconhecimento, a Constituição concedeu imunidade de impostos incidentes sobre templos de qualquer culto.

Contudo, tal imunidade não se estende aos imóveis locados de terceiros, razão pela qual foi apresentada a PEC sob análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, é competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Quanto à iniciativa da PEC nº 133, de 2015, Sr. Presidente, coaduna-se com o disposto no art. 60, inciso I, da Constituição Federal, pois reuniu número suficiente de assinaturas. Inexistem os óbices circunstanciais à alteração constitucional enunciados no §1º do art. 60 da Constituição Federal (o estado de defesa ou o estado de sítio) ou qualquer tentativa de lesão a cláusulas pétreas explícitas ou implícitas. Não foi invadida a competência legislativa de outros entes federados ou dos demais Poderes da União.

Em relação à juridicidade da proposta, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via emenda constitucional) é o adequado; a matéria nela vertida é atribuída de generalidade e afigura-se dotada de potencial coercitividade; e revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de Direito pátrio.

Como lembram os autores da PEC, havia dúvida quanto à definição da imunidade tributária que beneficia templos de qualquer culto, prevista na letra "b" do inciso IV do art. 150 da Constituição Federal, mormente nos casos envolvendo IPTU.

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a questão, firmou o entendimento de que a imunidade relativa aos templos de qualquer culto deve ser projetada a partir da interpretação da totalidade da Constituição. Atualmente, segundo interpretação daquela Corte, com base no §4º do art. 150, templos efetivamente utilizados em suas atividades são imunes, mas também aqueles porventura alugados a terceiros cuja renda seja revertida em benefício das finalidades do templo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a Súmula nº 724, do STF, dispôs que

ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.

Sobre o tema, o art. 123 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) determina que, salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública.

Todavia, da mesma forma que os autores desta PEC, entendemos que o reconhecimento da não incidência de impostos deve observar o exercício da atividade religiosa, e não apenas o contribuinte formal do IPTU. Ou seja, mesmo nos casos de a entidade religiosa não ser a proprietária do bem imóvel onde exerce suas atividades, o IPTU não deve incidir.

Diante disso, somos favoráveis à aprovação da PEC, que contém medida justa e coerente.

O voto, Sr. Presidente.

Em face de todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação.

Gostaria, para encerrar, Sr. Presidente, apenas de dizer o seguinte: nós não estamos burlando qualquer recurso do Poder Público. Muito pelo contrário, o IPTU, que é de responsabilidade do Município, está embutido exatamente naqueles que são proprietários. Os templos religiosos, desde quando exerçam atividade religiosa naquele aluguel, passam a ter a isenção do tributo.

Esse, Sr. Presidente, é o meu parecer. Eu apelo aqui aos Senadores que nós estamos praticando um ato de justiça tributária.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PPS vota favoravelmente, Senador, e parabeniza o Senador Benedito pelo seu relatório, tendo em vista que essa imunidade já existe, como ele mesmo disse há pouco, para as entidades filantrópicas em geral.

Não vejo nenhuma razão para não haver para as entidades religiosas. Esse é um Estado laico, que não pode agir para as igrejas, mas também não pode agir contra as igrejas. Por isso nosso voto é favorável.

Parabéns, Benedito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB, entendendo que esse projeto abriga não só a questão dos templos, mas como também os templos se transformam em um ponto de reunião... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senadora Rose, com a palavra V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Resumindo, Sr. Presidente. É muito difícil com a concorrência das palavras aqui no plenário, mas queria dizer a V. Exª que esse projeto de minha parte teve alguns óbices. Mas, entendendo a importância de que tenhamos mais templos e mais trabalhos sociais, e mais trabalhos religiosos, o voto do PMDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O PSD, Presidente. O PSD.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – PSD.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O PSD, atendendo a um pedido aqui de um grande líder evangélico lá do meu Estado, o pastor Pedro Abreu, líder da Assembleia de Deus, encaminha o voto “sim”.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, o PDT também encaminha voto “sim”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, o PSB...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O PT vota “sim”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB vota “sim”.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB, Sr. Presidente, vota “sim”.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O PT vota “sim”, Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB vota “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O PRB vota “sim”. PRB, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Eu peço aos Senadores que venham ao plenário. Peço aos Senadores que venham ao plenário. Nós estamos procedendo a uma importante votação.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de declarar o meu voto fazendo aqui uma homenagem ao Deputado Federal por Goiás, João Campos, ao Senador Crivella, ao apóstolo César Augusto, que tanto se empenhou para que chegássemos a este dia. Meu voto é “sim”.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu fui o Relator da matéria. Agora encaminho através do meu Partido o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – O PP encaminha o voto “sim”.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A Rede vota “sim”.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer a minha declaração de voto.

Presidente, todo mundo sabe da importância das igrejas cristãs para a sociedade brasileira. Então o nosso voto “sim”, que a nossa Líder aqui, em nome do nosso Líder Eunício, colocou, a Rose, visa, exatamente, fortalecer esse trabalho tão importante das igrejas evangélicas, cristãs e católicas, na sociedade.

Então, quero parabenizar o nosso querido Senador Crivella, nosso Deputado João Campos e o Senado Federal. Todos estão caminhando para a unanimidade do “sim”, dizendo, João Campos, em seu nome, que nós estamos juntos com esse trabalho cristão de nossas igrejas. O PMDB esteve junto com essa proposta.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, pelo PR encaminhamos o voto “sim”, até pelo trabalho social que todas as igrejas fazem no Brasil e também em homenagem ao nosso grande Senador Crivella, que tem lutado muito para que a gente possa melhorar essa questão social.

Quero cumprimentar o Deputado João Campos, que é um grande líder na Câmara dos Deputados e que também tem trabalhado muito nessa bandeira. Portanto, o voto do PR é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um registro do caráter meritório dessa votação de hoje, com o relatório do Senador Benedito de Lira tão bem fundamentado. Somos gratos a ele. Penso que a comunidade evangélica de Alagoas agradece a S. Ex^a por esse relatório, que é tão meritório que há unanimidade na Casa. Parabéns à iniciativa do Senador Marcelo Crivella e a V. Ex^a, por ter tido a compreensão de colocar, antes de encerrar a Ordem de Dia, essa Emenda nº 2, que é meritória.

Se V. Ex^a me permite, para não perder tempo e depois voltar ao microfone, eu gostaria de fazer o meu registro com relação à chegada do Presidente Lula à Casa Civil. Penso que um Governo que está em chamas trouxe um barril de gasolina para dentro. Não veio como um bombeiro, mas como um barril de gasolina que vai levar a uma explosão. Eles não compreenderam que os ventos que sopraram nos oito anos do Governo Lula não são os ventos que sopram hoje. Diferente do que eles dizem, que ele vai aglutinar; não é o sentimento desta Casa. Aglutinar o quê? Mexer no crédito? Dar dinheiro na mão do pobre? O pobre desempregado e com o nome no SPC?

As condições hoje são absolutamente outras. O povo está na rua, há uma revolta generalizada. Imagino o seguinte: um time de terceira divisão que vai cair para a quarta. Não cairia pelo empate, mas toma um gol. Faltando cinco minutos para acabar o jogo, dizem: “Perdido de um, perdido de dez”. Vai todo mundo para a área, inclusive o goleiro! Isso é o que o Governo fez: foi todo mundo para a área para tentar um gol no final, dada a situação caótica do Governo.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Também é preocupante, porque ele já poderia, com toda a capacidade que lhe é atribuída – e ele está chegando como um deus que salvará o Brasil, e não salvará, porque o caos está instalado –, ele poderia ter vindo antes! Mas dizer que ele assumiu porque não está fugindo do Juiz também não é verdade, porque na terra em que Lula não estiver fugindo do Juiz, eu não “moro”!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, o PSB encaminha o voto “sim”, pelo valor que representam as igrejas de todos os matizes, católica ou evangélica...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSB encaminha o voto “sim”.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... na área social, um trabalho muito bom, que ajuda muito o Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a GloboNews acaba de publicar neste momento, acredito, um fato que é o fim do Governo. O mínimo que a Presidente Dilma tem que fazer agora é renunciar à Presidência da República. É de uma gravidade ímpar!

A Polícia Federal libera documento que mostra conversa por telefone de Lula e Dilma. E a Presidente Dilma diz: “Eu tô mandando o ‘Bessias’ junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?”

Sr. Presidente, isso está em toda a rede, a fala da Presidente Dilma, também recebida pelo Presidente Lula. A Presidente da República quebra 100% a liturgia da função da Presidência, ela quebra o decoro, ela quebra a condição de presidir o País, no momento em que utiliza um termo de posse para tentar dificultar o acesso da Justiça ao ex-Presidente Lula.

Isto aqui feito pelo mandatário de um País é inédito e exige, neste momento, que esta Casa peça à Presidente Dilma que renuncie ao Mandato, pela dignidade do País, pela democracia, pelas regras de respeito aos poderes constituídos.

É inaceitável e inadmissível este comportamento partindo da Presidente da República, para cercar, dificultar ou fazer parte desse conluio que, indiscutivelmente, hoje decepciona e mostra o envolvimento da Presidente no caso da Operação Lava Jato.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (S/Partido - MT) – Ela já renunciou, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – As proporções são graves.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A sociedade já está na rua com a indicação do Presidente Lula para a Casa Civil. Imaginem os senhores no momento em que a sociedade brasileira, lendo, ouvindo pela TV Globo agora a transcrição e, ao mesmo tempo, o áudio da Presidente Dilma com o ex-Presidente Lula. Isso, Sr. Presidente, é motivo de renúncia da Presidente. É o mínimo, ela não pode mais expor o Brasil, ela não tem condições de governar o País. Ela tem que pedir a renúncia neste momento. É inadmissível que ela queira ainda manter o Governo com essa condição que está instalada no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Renan.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidente, vamos concluir a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, para orientar. O PSC orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh, com a palavra V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, a única coisa que é extremamente grave neste episódio é a Polícia Federal vazar uma conversa da Presidenta Dilma com o ex-Presidente Lula. Esta conversa aconteceu pouco mais de 11h da manhã de hoje. Esse é o escândalo, Sr. Presidente! É um vazamento despropositado de uma conversa privada da Presidenta da República. Isso, sim, nós temos que apurar e investigar, porque, quanto ao diálogo, não há problema algum. Ela falava ali sobre o termo de posse do Presidente Lula.

Agora, não invertam a questão. O grave é que, nesta República, gravam a conversa da Presidenta da República e no mesmo dia divulgam. Está em todo lugar, pela GloboNews. Isso que é grave, Sr. Presidente!

Eu acho, sinceramente, que o Senado Federal tem que tomar uma posição sobre isso: vazamentos seletivos, vazamentos feitos para aprofundarem a crise política do nosso País.

Então, eu chamo a atenção dos senhores, esse é o fato grave, irresponsável, diz respeito à Presidenta da República. Eu pergunto: havia autorização do STF? Era uma conversa da Presidenta Dilma. Havia autorização do STF? Quem vazou? Foi a Polícia Federal? Foi o Juiz Sérgio Moro? É isso que o Brasil precisa esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima e Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu pedi a palavra primeiro, Presidente. Por favor, Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, o fato...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em seguida V. Exª fala. Eu estou alternando.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – O fato que está sendo revelado, naturalmente, é de extrema gravidade.

O País tem uma situação que se agrava a cada minuto. A crise já não é mais contada por dias nem por horas, é por expediente e por instantes. Há manifestação agora em frente ao Palácio do Planalto protestando contra a indicação do ex-Presidente Lula. E agora a imprensa do Brasil divulgando aquilo que não é uma conversa privada, em primeiro lugar, é uma conversa que trata de assuntos públicos. Portanto, não se trata de assuntos pessoais, da vida pessoal da Presidente Dilma e do ex-Presidente Lula. O telefonema revela assuntos públicos que foram tratados.

Com certeza, no decorrer do desdobramento das notícias, saberemos qual autoridade, talvez o próprio Juiz Sérgio Moro tenha autorizado a liberação das degravações que foram realizadas pelo sistema de escuta da Polícia Federal, também autorizado pela Justiça.

É muito provável, Sr. Presidente, que a Justiça Federal tenha autorizado a escuta telefônica do ex-Presidente Lula, que está sob investigação. Eu estou fazendo aqui uma suposição com bases muito lógicas. Isso deverá ser tudo devidamente apurado, investigado e revelado para a opinião pública. Mas quero crer, numa suposição lastreada numa lógica simples e, de certa forma, óbvia, que, sob investigação da Justiça Federal, o sigilo telefônico do ex-Presidente Lula foi quebrado e se estabeleceram, então, as escutas legais, que foram reveladas pela Justiça Federal.

Se há ilegalidade no grampo, é algo muito grave. Se há ilegalidade no vazamento da escuta, igualmente é grave. Nem por isso deixa de ser grave, gravíssimo o conteúdo do diálogo de uma Presidente da República com um ex-Presidente, numa manifestação clara de obstrução da Justiça. O diálogo revela a Presidente da República atuando para obstruir a Justiça brasileira. Se houve vazamento ilegal, que se apure e que se punam os responsáveis. Se a escuta é clandestina, que se apure e que se punam os responsáveis. Mas isso não ilide, não inocenta, pelo contrário, até agrava a situação de um diálogo estabelecido pela Presidente da República do Brasil com o ex-Presidente, orientando para que um termo de posse seja usado, se necessário, para escapar do alcance da Justiça brasileira.

Não há mais caminho; não há mais saída. Se a Presidente da República, Dilma Rousseff, do PT, renunciou tacitamente seu mandato ao nomear o ex-Presidente Lula como Chefe da Casa Civil, que ela agora faça a renúncia de fato. Não há mais caminho para este Governo diante da desmoralização completa, da degradação pública de uma mandatária pega em flagrante obstruindo o trabalho e a ação da Justiça. Não resta outro caminho, para o bem do Brasil, para que se salve esta Nação, a não ser a renúncia da Presidente Dilma Rousseff.

Ela perde as condições de governabilidade. Ela já havia renunciado na prática ao seu mandato, ela já havia renunciado de forma tácita ao seu diploma de Presidente da República. Que ela possa agora formalizar esse ato, permitindo ao País que entre num clima de normalidade, porque, como eu disse, a crise se agrava a cada instante, a cada momento, e é preciso que tenhamos providências enérgicas em relação à gravidade de todos esses episódios. Não há mais saída. É o fim de tudo isso, com a renúncia da Presidência da República diante da gravidade dos fatos que estão sendo revelados pela imprensa brasileira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra à Senadora Vanessa, pela ordem, ao Senador José Agripino, ao Senador Pimentel ou Paulo Rocha. Estou alternando para não parcializar o encaminhamento do debate em função da ordem que anuncio aqui dos oradores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Presidente, na realidade, eu pedi a palavra para fazer uma sugestão a V. Exª, diante da gravidade do fato de que nós acabamos de tomar conhecimento.

Eu não quero discutir aqui o conteúdo do que está na fala de um ex-Presidente com uma atual Presidente. Também não sei até que ponto é verídica a informação que nós acabamos de receber, que hoje, quarta-feira, dia 16 do mês de março, o Juiz Sérgio Moro quebrou o sigilo das interceptações telefônicas do ex-Presidente Lula – quebrou! E sabia ele que havia uma conversa com a Presidente da República, cujo fórum é o Supremo Tribunal Federal. Mas não, ele quebrou. E entregou a quem? Entregou à Rede Globo de televisão, entregou à GloboNews, Sr. Presidente. Nós estamos diante de um fato grave. Eu nunca vi tanta desobediência, tanto desrespeito à Constituição do nosso País. Isso acontecia muito lá nos idos de 1964. É muito grave, Sr. Presidente!

Ainda nós temos que ouvir aqui de Parlamentares, que se dizem defensores da Constituição, que, diante da gravidade, a Presidente tem que renunciar. Tenham a santa paciência! Vamos defender a lei. A lei está acima da Presidente, a lei está acima do Senador, a lei está acima de tudo neste País.

Sr. Presidente, a sugestão que eu faço a V. Exª, pela gravidade da situação, é que encerre a sessão plenária e convoque os Líderes para uma reunião de emergência. Presidente Renan, V. Exª é Presidente do Congresso Nacional do Brasil. Que faça, imediata e emergencialmente, uma reunião com os Líderes desta Casa para que, a partir de informações corretas, possamos tomar alguma medida, porque não é possível que fiquemos calados diante disso, Sr. Presidente. É a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino, com a palavra V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nesse caso específico, o Presidente Lula está investigado, ele está investigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Hoje à tarde, Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tinha a Presidente da República, Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, hoje à tarde, eu tive uma reunião no meu gabinete...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino, com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, hoje à tarde, eu tive uma reunião no meu gabinete com empresários e investidores de vários países – mexicanos, chilenos, americanos –, e as perguntas que eu respondi...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Essas conversas atrapalham o orador. Há um orador na tribuna.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu pediria aqui a meu Líder Ronaldo Caiado um pouquinho de paciência para que eu pudesse manifestar a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Eu tive, hoje de tarde, uma reunião, longa reunião, com investidores internacionais trazidos por investidores brasileiros que vinham perguntar sobre a situação política do Brasil, vinham consultar o Presidente de um Partido de oposição. Eram mais de dez pessoas, e são dez testemunhas. Perguntaram-me sobre minha opinião sobre a nomeação do ex-Presidente Lula para a chefia da Casa Civil. Eu tenho dez testemunhas. Eu disse a eles que, no meu entendimento, o ex-Presidente Lula, que foi Presidente por dois mandatos e que tinha relações em todos os partidos da Base do Governo, estava convocado pelo Governo com a função precípua de captar votos da Base para evitar o impeachment. Era isso que eu entendia como a missão principal, até porque eu entendia que o Presidente Lula e a Presidente Dilma tinham, no campo da economia e no campo da política, opiniões divergentes e iriam seguramente trombar na hora em que a missão não fosse exatamente essa.

Hora nenhuma, na conversa que eu tive com esses dez protagonistas, eu ousei sugerir que a nomeação de S. Ex^a, o hoje Ministro Lula, teria algo a ver com a blindagem para que ele não fosse preso. Hora nenhuma. Mesmo com a delação premiada de Delcídio, mesmo com a gravação de Mercadante com Mazagão, mesmo com uma sequência de evidências que poderiam me conduzir, em respeito até a interesses do Brasil com investidores estrangeiros, eu não toquei nesse assunto.

Agora, não dá mais para esperar acontecer coisa mais grave do que aconteceu. Um grampo foi revelado. Aqui vai se discutir agora a legalidade ou ilegalidade do grampo. Claro que temos que discutir, claro, é evidente que temos. Agora, não tenho mais nenhuma dúvida, depois do diálogo entre a Presidente e o ex-Presidente, de que a nomeação ocorreu para obstrução da Justiça, ocorreu para blindar Lula de uma eventual prisão.

Presidente Renan, fui à rua em São Paulo, eu vi a multidão de mais de 1 milhão de pessoas e senti, durante uma hora, o que as pessoas diziam a mim. Eu fiquei no meio da Avenida Paulista – era eu com milhares de pessoas ao meu lado. Eu sei o sentimento das pessoas. Se não acontecer algo em resposta à sequência de fatos que desde segunda-feira acontecem neste País, este País vai incendiar. As ruas do Brasil vão se incendiar.

E as evidências são muito graves, são gravíssimas. A essência dos fatos exige das Casas do Congresso uma tomada de posição urgente. O processo de *impeachment* está em vias de ser instalado. O Congresso Nacional precisa se definir e votar. As evidências estão aí. Chega! Esgaçou-se o tecido político brasileiro.

O que quero dizer é que, com a moderação que eu mantive numa conversa durante uma hora com pessoas do Brasil e do exterior, eu perdi essa condição. Eu retive a informação comigo mesmo de que a nomeação do Presidente se dava por razões de blindagem. Eu não disse isso a eles. Agora, eu não tenho mais nenhuma dúvida, Líder Ronaldo Caiado. Para nós voltarmos à rua do Brasil, V. Ex^a, eu e nós todos não temos outra condição senão apoiar, de forma aberta, o *impeachment* da Presidente Dilma. Não nos resta alternativa, nós não temos nenhuma alternativa pela crueza dos fatos que acabaram de acontecer.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos temos razão. O momento político brasileiro é muito grave.

Há um Juiz de primeira instância que rasga a Constituição, rasga a legislação que trata do sigilo telefônico. Quando há uma autoridade de foro privilegiado como é o caso da Presidência da República, automaticamente, todo o processo se transfere para o Supremo Tribunal Federal.

Fico muito triste quando vejo democratas de ontem que, em vez de respeitar a Constituição Brasileira e chamar ao feito um Juiz Federal que está subordinado à legislação brasileira, resolvem bater palmas e apoiá-lo em detrimento do Estado democrático de direito. Isso não pode acontecer, Sr. Presidente, porque, se hoje faz com a Presidência da República, amanhã, fará com qualquer Parlamentar do Congresso Nacional, com qualquer autoridade de foro diferenciado.

Não estamos aqui defendendo apenas a Presidenta Dilma, estamos aqui defendendo a Constituição brasileira. Este País não pode ser vítima da vontade de alguns em detrimento da legislação brasileira. No dia em que nós fizermos isso, vamos voltar a 1964. Aqui, grande parte dos nossos pares foi ou todos foram para as ruas para combater o estado de exceção, para combater a ditadura militar. Hoje, por acharem que é preciso fazer um atalho para chegar à Presidência da República, resolvem apoiar um ditador que não respeita a legislação brasileira que é o Juiz Federal Sérgio Moro. Nessa matéria, se nós tivermos um mínimo de respeito ao Estado democrático de direito, nós não podemos ficar calados e precisamos exigir a todos que respeitam a Constituição Brasileira.

E ela é muito clara: o foro diferenciado obriga que, nos chamados encontros fortuitos que são essas gravações, seja transferido para o foro definido daquela autoridade todo o material ali identificado. No Brasil, não! Um juizinho de primeira instância acha que é o dono da verdade e resolve pegar uma gravação cujo processo não competia mais a ele – a lei é direta, é explícita, não deixa dúvida sobre isso – e resolve mandar para uma empresa que é a Rede Globo, cuja postura nós sabemos qual é.

Eu quero aqui lembrar que a manifestação de domingo, dia 13 deste mês, foi uma manifestação democrática, como são democráticos todos os eventos depois da ditadura. Muitos de nós fomos presos e torturados por lutar pelo Estado democrático de direito. Eu compreendo a posição de hoje daqueles que tinham outro apoio na ditadura militar, porque eles estão saudosos do que fizeram com a nossa sociedade, com a nossa juventude e com as instituições brasileiras. É por isso que eles aplaudem isso, mas outros, que foram vítimas da ditadura, como nós fomos, não têm o direito de, em face de uma disputa pontual política, rasgar a Constituição. Se hoje é Dilma Rousseff, Presidenta da República, a vítima de um Juiz irresponsável, que não respeita a Constituição, que não respeita a legislação, amanhã serão eles as vítimas também desse processo.

Por isso, Sr. Presidente, esse encaminhamento de encerrarmos os trabalhos, em respeito à Constituição, para reunir nosso Colégio de Líderes e fazer um diálogo sobre isso. Eu sei que o papel não é apenas do Congresso Nacional, mas o Congresso Nacional tem um papel fundamental, neste momento gravíssimo do Estado democrático de direito, de respeito à Constituição e de cumprimento do nosso ordenamento jurídico, sob pena de aqueles que hoje aplaudem esse ato ilegal, imoral e sem qualquer justificativa, amanhã, serem também vítimas desse processo. Como eu não quero isso para ninguém no nosso País, eu peço a V. Ex^a que, terminada essa votação, faça o encerramento da Ordem do Dia e reúna o Colégio de Líderes, para que nós possamos, assim, proceder às saídas para este momento grave da nossa democracia, do nosso Estado democrático de direito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vamos abrir o painel, Presidente, e proclamar o resultado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, apoio a fala do Líder Pimentel, para que seja feita uma reunião do Colégio de Líderes o quanto antes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aqui há algum tempo esperando.

Deixe-me lhe dizer: esse assunto é de maior gravidade. O art. 1º, inciso III, da Lei de Segurança Nacional foi ferido, Sr. Presidente. Essa lei prevê os crimes que levam e expõem a perigo as pessoas dos Poderes da União. Esta Casa, neste momento, tem a obrigação, Sr. Presidente, de reunir as Lideranças e adotar uma medida que possa evitar – e nós como a Casa maior da Federação brasileira não podemos aplaudir isto que é da maior gravidade – que rasguem a Constituição brasileira e, sobretudo, a Lei de Segurança Nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estamos, Sr. Presidente, numa situação de perigo da democracia. V. Ex^a tem que ter essa consciência, e o Senado brasileiro também.

A Presidenta da República teve uma conversa às 11h, e, às 20h, essa conversa já está em todas as redes sociais e nos meios de comunicação. Que Estado é este em que nós vivemos? Onde é que está o nosso direito? Onde é que está a legalidade?

Sr. Presidente, nós estamos à beira da anarquia, e o Senado tem a obrigação de adotar uma providência. Nesta hora, pesam sobre os ombros de V. Ex^a, como Presidente desta Casa, que nunca se afastou das leis, da legalidade, a necessidade e a urgência de convidar os Líderes para que se adote uma medida corretiva para

essa barbaridade, para esse crime, para essa afronta à democracia brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Presidente, é muito difícil dar razão a dois lados antagônicos, mas, surpreendentemente, desta vez, os dois lados têm razão.

O Senador Pimentel e o Senador Telmário têm razão na preocupação com a Constituição, ou seja, se o fato de haver a gravação foi constitucional, se a divulgação foi constitucional. É verdade. Agora, não se pode também usar a Constituição para esconder a gravidade do conteúdo da conversa. Os dois fatos são extremamente graves.

Junte-se a isso o clamor que o povo está tendo faz meses, dias depois da passeata, hoje e agora com esse diálogo divulgado em todas as redes.

De fato, Senador Telmário, eu creio que pesa sobre o Senador Renan a responsabilidade de nos convocar para termos uma conversa séria em Plenário ou em grupos sobre tudo.

O conteúdo não pode ser esquecido. A divulgação da gravação também não. Há algo muito grave no ar. E esses dois fatos se juntam, apesar de lados diferentes, demonstrando que temos que fazer algo. Não podemos continuar apenas assistindo a diálogos desse tipo, diálogos que desmoralizam a República, à gravação do diálogo e à sua divulgação. Os dois lados, lamentavelmente, têm razão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em primeiro lugar, para que haja uma sensata, responsável e patriótica manifestação é fundamental que nós tenhamos conhecimento dos fatos. Nós estamos no calor de uma sessão que ainda nem acabou. Não temos pormenorizadamente conhecimento dos fatos. Eu devo confessar, antes de qualquer coisa, que eu agradeço muito a sugestão de reunião com os Líderes, mas esse debate é uma amostra de onde é que nós vamos chegar numa reunião com os Líderes. Nós vamos conflitar pontos de vista. E eu tenho certeza de que isso não fará bem ao País.

Quase que num gesto de premonição, ou seja lá o que for, na semana que passou, nós recebemos a visita do ex-Presidente da República. Eu tenho, sempre tive e tenho orgulho de ter muito respeito pela instituição de ex-Presidente da República. E eu presenteei o ex-Presidente da República com uma Constituição – uma Constituição –, porque a democracia deve estar acima de todos nós. Todos nós temos que zelar pela democracia. Esse período constitucional que nós vivemos é o mais longo do Brasil. Então, mais do que qualquer um, nós devemos zelar pela sua longevidade. Então, é prudente nós aguardarmos o conhecimento detalhado dos fatos, para que nós possamos posicionar o Congresso Nacional.

Aqui, no Brasil, há uma discussão partidarizada, até parece que um juiz de exceção pode simbolizar o sistema judicial como um todo, constitucional. Não. A Constituição diz que o Supremo Tribunal Federal é a instância maior da Justiça. Eu respeito qualquer juiz designado para qualquer questão, mas um juiz de exceção designado não pode substituir, por mais que queira, o Supremo Tribunal Federal. E aí, por conta dessa polarização, há o entendimento de que ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal não é ser julgado pela Justiça. É que, nessa excepcionalidade que nós vivemos, tem que ser julgado pelo juiz de exceção designado para aquele caso.

Vamos com ponderação, com equilíbrio, pensando no Brasil, pensando na democracia, conhecer mais detalhadamente os fatos, para que possamos posicionar o Congresso Nacional não apenas reunindo os Líderes ou pretendendo que o Colégio de Líderes substitua o conjunto do Senado da República, que é composto por 81 Senadores.

Está encerrada a sessão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Renan.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Perdão, nós vamos abrir, anunciar o resultado da votação logo em seguida. Não vou abrir o segundo turno. Não há clima para abrir o segundo turno.

Nós temos duas sessões. Nós temos duas matérias que são consensuais e que foram sugeridas que estarão postas na Ordem do Dia de amanhã. A primeira, se me permitem anunciá-las...

Eu vou antecipar a convocação da sessão de amanhã para as 11h.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A primeira é uma matéria, o Projeto de Lei da Câmara nº 133, cuja prioridade está sendo pedida pela Senadora Marta Suplicy, que foi, inclusive, a sua Relatora, que é um projeto que estabelece uma modalidade de contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de cabeleireiros e afins com o salão. É uma providencial regulamentação de uma circunstância que nós vivemos no Brasil.

E a segunda, que nos foi pedida pelo Senador Ronaldo Caiado, é a que dispõe sobre o exercício da Medicina, altera a Lei do Ato Médico para determinar que a denominação “médico”, entre aspas, privativa dos graduados em curso superior de Medicina reconhecido, deverá constar de seus diplomas, vedada a denominação “bacharel em Medicina”. É que, no Brasil, os bacharéis em Medicina, toda vez que são instados a exercerem a profissão fora do País, são cobrados exatamente por serem bacharéis e não serem médicos. Esse projeto será incluído amanhã, juntamente com o projeto sugerido pela Senadora Marta, na Ordem do Dia, que começará às 11h da manhã.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Amanhã votaremos o segundo turno, Presidente? Amanhã votaremos o segundo turno da PEC?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Amanhã, se houver quórum, nós votaremos o segundo turno. Se não, na primeira oportunidade com quórum, Senador Marcelo Crivella.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero, inclusive, cumprimentar V. Ex^a pela importância da matéria. Quando nós votamos a nossa Constituição Federal, nós ressalvamos a imunidade dos templos. Hoje a sociedade, a exemplo do projeto proposto, vive uma circunstância em que mais de 80% dos templos deste País são alugados, e, na medida em que são alugados, você não tem como exercer a imunidade que a Constituição assegura. Então, a proposta do Senador Marcelo Crivella, muito bem relatada pelo Senador Benedito de Lira, inclui esses templos que funcionam em terrenos alugados como passíveis dessa imunidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Aliás, vale para qualquer confissão de fé, vale para católicos, vale para espíritas, vale para qualquer confissão de fé o que foi votado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – É o que diz a Constituição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Exatamente, para não achar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Não é o que votamos, é o que já dizia a Constituição Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Exatamente. Mas é para não achar que é uma coisa para evangélico.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

(Procede-se à apuração.)

(Vide item 1.2.3.2 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – SIM, 57; NÃO, nenhum voto.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado, Senador Flexa Ribeiro.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Não posso dar a palavra a todos de uma vez. Não adianta me pedir...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – ... assim insistentemente, porque não há como fazê-lo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – ... a não ser que o Regimento possibilite que todos falem ao mesmo tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O Presidente me concedeu a palavra. Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Com as escusas a todos que estão querendo falar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 22 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Abertura de prazos**

O Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2012, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015 (tramitando em conjunto com o PLS nº 519, de 2015), seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofício nº 15, de 2016, da CAE**).

É o seguinte o Ofício:



OF. 15 /2016/CAE

Brasília, 15 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, que “altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público”, com a emenda nº 1-CAE. Restou prejudicado, nos termos dos arts. 92 e 164 do Regimento, o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015, que “altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

da Lei no 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento”, que tramitava em conjunto com aquele.

Atenciosamente,

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

O Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2015, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

Aviso do Ministro de Estado da Fazenda**SENADO FEDERAL**
AVISO Nº 13, DE 2016

(Nº 63/2016, NA ORIGEM)
(DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA FAZENDA)

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Brasília, 29 de fevereiro de 2016.

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **janeiro de 2016**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Informo que as consultas sobre o trâmite das operações de crédito nesta STN deverão ser realizadas por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito", preenchendo-se o formulário de consulta e clicando-se em "Pesquisar". Por sua vez, os Anexos 1 e 2 deste Ofício poderão ser encontrados no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>, no link "Consultar indicadores fiscais e de endividamento".

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Nelson Henrique Barbosa Filho'.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Ministro de Estado da Fazenda

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 1**Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações****Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001**

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Período: de 12/2000 a 12/2015**Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN) até 12/2014 e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) a partir de 04/2015**

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

UF	Análise: 26/02/2016																	Rs mil
	31/12/200	31/12/201	31/12/202	31/12/203	31/12/204	31/12/205	31/12/206	31/12/207	31/12/208	31/12/209	31/12/210	31/12/211	31/12/212	31/12/213	31/12/214	30/4/15	31/08/15	
AC	702.834	653.786	703.747	694.081	718.119	655.896	844.823	794.933	632.092	896.478	1.423.022	1.498.775	1.917.189	2.333.080	3.133.725	2.884.017	3.105.702	3.825.476
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.887.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	7.599.503	7.998.416	9.186.835	9.384.444	9.677.269	10.710.404
AM	1.925.679	1.568.313	1.880.103	1.698.945	1.681.725	1.602.703	1.556.436	1.011.766	819.600	1.489.103	2.066.938	1.648.844	1.479.388	2.270.924	3.396.341	2.898.590	3.448.038	504.938
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	469.436	347.815	395.232	927.593	1.185.087	1.303.683	1.063.794	
BA	8.362.057	9.738.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.888	10.617.350	10.877.168	10.331.578	10.536.949	13.387.755	16.171.209
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.519.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902	6.084.983	5.836.320	7.582.150	9.535.432
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	2.046.839	1.432.931	2.343.967	3.618.324	3.072.136	3.347.360	4.657.950
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	1.335.776	1.633.945	2.190.888	3.182.321	2.953.030	3.290.430	3.748.619
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.553.278	11.697.404	13.680.116	12.770.815	14.378.869	14.104.042	14.951.661	15.643.479	15.560.153	17.119.935
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.034.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.805.114	3.659.267	3.494.341	4.694.372	4.538.107	4.846.401	6.426.323
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.692.747	51.360.659	52.264.415	60.499.483	67.779.833	70.461.771	79.111.025	85.268.467	86.679.725	92.404.197	102.592.256
MS	4.133.669	4.507.029	5.490.997	5.662.201	6.001.254	6.117.339	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.955.693	7.330.755	7.949.594	7.654.768	n.d.	n.d.
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.938.181	3.121.225	2.712.172	3.358.825	4.633.931	4.557.032	4.767.048	5.240.719
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.438.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.384	2.609.966	2.020.245	1.372.729	1.378.888	1.503.963	1.506.617	1.761.822	2.020.941
PB	2.438.937	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.313.817	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.492.822	1.651.102	1.888.630	2.736.794	2.574.363	3.203.431	n.d.
PE	2.961.347	4.253.623	5.495.023	5.429.048	5.495.263	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	5.676.720	7.143.209	9.061.039	10.702.243	10.278.899	11.250.858	12.215.361
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.380	2.561.526	2.751.157	2.580.295	2.262.084	2.380.281	2.208.190	2.434.575	2.443.126	2.867.500	2.815.560	3.390.108	3.776.119	3.732.678	2.902.272	3.762.714
PR	7.333.797	8.395.766	9.260.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.950.807	13.067.786	15.215.768	16.476.233	16.204.781	15.410.576	n.d.
RJ	23.870.049	25.840.532	35.449.514	38.571.989	42.929.196	45.901.330	45.072.844	46.572.258	51.041.607	47.204.513	53.952.732	57.269.426	67.063.121	72.375.122	82.048.347	85.177.025	93.540.559	101.307.562
RN	1.148.656	964.056	1.291.902	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.601	1.104.356	775.654	713.792	1.073.263	1.285.070	305.532	374.603	n.d.
RO	1.002.894	1.076.043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.640.206	1.666.382	1.642.838	1.716.595	2.010.026	2.222.441	2.155.481	3.021.794	3.410.356	3.304.789	3.161.896	3.357.255
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	199.669	123.991	-164.810	204.269	506.160	73.668	228.747	466.622	901.315	513.457	338.832	207.395	332.350
RS	117.740.010	18.535.183	23.498.895	27.606.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.170.677	41.437.027	46.871.223	51.718.917	55.040.941	59.939.702	61.999.921	64.393.890	n.d.
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.234.484	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.065.824	6.312.345	7.464.223	6.298.321	5.888.678	7.615.242	8.051.407	7.279.968	8.763.681	10.295.409
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	2.133.519	2.755.403	3.042.166	3.414.265	3.270.331	3.396.670	4.377.386
SP	62.347.593	70.308.206	90.210.046	97.876.864	110.330.939	111.916.498	118.355.919	120.461.936	133.920.658	130.298.983	152.727.942	157.420.440	177.517.847	183.764.775	200.478.761	202.381.105	212.838.935	235.645.413
TO	333.219	291.442	515.266	403.229	607.264	312.979	308.144	235.459	340.850	374.955	634.993	939.303	1.028.809	1.365.010	1.983.737	1.918.166	2.242.754	2.523.597
Tota	184.586.637	212.584.938	271.272.982	290.079.444	315.639.960	321.287.505	333.516.345	335.486.027	364.848.999	353.270.148	404.273.068	421.088.425	462.172.728	499.837.984	554.429.817	588.136.710	n.d.	n.d.

Obs: 1 - Os dados referentes a 31/12/2016 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI.
2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pela primeira homologação e publicação no SISTNIS/CONFI.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Receita Corrente Líquida dos Estados

UF	Receita Corrente Líquida - RCL																	RS mil	
	31/12/200	31/12/201	31/12/202	31/12/203	31/12/204	31/12/205	31/12/206	31/12/207	31/12/208	31/12/209	31/12/210	31/12/211	31/12/212	31/12/213	31/12/214	30/4/15	31/8/15	31/12/15	
AC	677.082	781.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.975.828	3.281.195	3.700.351	4.207.231	4.210.239	4.118.882	3.940.108	
AL	1.195.875	1.375.355	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	5.051.891	5.465.256	5.969.713	6.118.322	6.272.995	6.311.578	
AM	1.923.171	2.288.832	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.921	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762	11.039.956	10.960.745	11.052.244	10.998.994	
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.404.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.344.164	3.535.062	4.020.130	3.987.100	3.885.352	3.875.537	
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.384.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	19.226.970	21.624.181	23.080.634	25.870.525	26.359.249	26.731.074	27.207.611	
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.412	5.304.380	6.032.696	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.966.435	12.130.621	13.379.882	14.418.478	14.822.245	15.063.988	15.176.417	
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.209.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.148	12.859.742	14.312.436	15.811.905	17.504.270	18.155.900	18.291.933	18.461.481	
ES	2.176.256	2.565.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833	10.561.113	11.798.289	11.756.087	11.528.277	11.951.595	
GO	* 2.671.633	3.208.372	3.829.074	4.533.742	5.304.978	6.133.147	6.220.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	12.639.405	14.102.432	15.269.901	16.656.492	17.096.889	17.315.689	17.361.933	
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.451.001	2.956.856	3.700.127	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.065.450	8.899.987	9.145.629	10.147.662	10.428.278	10.443.675	10.703.906	
MG	9.629.796	11.412.888	12.342.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.242.489	29.118.470	33.179.152	37.384.184	40.371.093	43.141.299	47.644.235	47.515.061	47.326.577	51.643.236	
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.848	4.886.919	5.189.065	5.993.642	6.599.714	7.178.005	8.095.589	8.126.449	n.d.	n.d.	
MT	1.748.543	2.086.871	2.512.888	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.820.279	8.901.438	9.702.678	10.927.731	10.729.693	10.853.539	11.636.649	
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.737	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	10.126.350	12.722.720	13.336.643	15.092.464	15.659.942	15.820.888	16.789.902	
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.234.882	2.335.662	2.912.034	3.254.483	3.668.685	4.391.207	4.637.840	5.067.418	5.992.568	6.286.656	7.073.392	7.399.789	7.848.438	7.913.852	n.d.	
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.769	4.629.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.612.666	17.173.973	18.475.020	19.019.500	18.960.599	19.648.437	
PI	1.155.252	1.290.514	1.386.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.838	5.050.101	5.575.468	5.785.044	6.201.507	6.345.286	6.400.883	6.600.087	
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.377	19.713.389	21.849.073	25.397.666	28.336.699	29.388.089	30.913.735	n.d.	
RJ	11.529.908	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	25.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	39.268.345	46.613.415	47.064.198	46.045.518	47.945.332	50.274.965	51.224.317	
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.445.269	5.915.554	6.761.305	7.275.809	7.801.590	7.837.565	8.035.861	n.d.	
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.386.405	3.261.805	3.236.548	3.715.154	4.480.602	4.789.361	4.838.655	5.489.267	5.621.481	5.724.914	5.824.977	
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	2.233.210	2.380.344	2.403.838	2.785.141	2.825.091	2.780.484	2.824.663	
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.710	12.349.352	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.787	20.297.847	21.027.905	23.710.654	26.387.876	28.633.466	29.088.538	29.726.107	n.d.	
SC	3.288.095	3.904.463	4.375.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.084	13.791.477	14.535.174	15.892.968	17.832.511	18.321.729	18.934.320	19.409.871	
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.914.198	5.221.654	5.982.485	5.982.485	6.038.200	6.169.964	6.353.339	
SP	32.298.817	35.683.659	39.675.808	43.699.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.867.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	108.053.551	115.369.738	129.472.631	135.690.165	137.441.442	138.385.441	140.398.953	
TO	922.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.548.795	4.991.475	5.323.440	6.071.450	6.240.454	6.256.932	6.304.772	
Total	108.432.525	123.170.264	139.075.233	158.653.755	181.502.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	314.659.666	360.515.197	404.773.944	439.610.004	483.251.781	520.140.173	529.890.341	n.d.	n.d.	

Handwritten signature

Handwritten signature

n.d. - Informação não disponível.
 Os 1 - Os dados referentes a 31/12/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2016 homologados no SICONFI.
 2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos estados posteriormente a primeira homologação e publicação no SISTN.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizador: 26/02/2016

UF	Relação DCL / RCL																	
	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	30/4/15	31/08/15	31/12/15
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,30	0,38	0,69	0,74	0,69	0,75	0,97
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,50	1,46	1,54	1,53	1,54	1,70
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,15	0,22	0,31	0,26	0,31	0,05
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	-0,18	0,12	0,18	0,26	0,41	0,30	0,34	-0,27
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,49	0,47	0,40	0,40	0,30	0,59
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,22	0,28	0,29	0,42	0,40	0,30	0,63
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,10	0,16	0,21	0,17	0,19	-0,25
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,15	0,21	0,27	0,25	0,28	0,31
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	-1,30	1,01	1,02	0,92	0,90	0,91	0,90	0,99
MA	2,38	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,41	0,38	0,46	0,44	0,46	0,60
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,75	1,83	1,79	1,82	1,95	1,99
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,05	1,02	0,98	0,94	n.d.	n.d.
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,30	0,35	0,42	0,42	0,44	0,45
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11	0,12
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,26	0,27	0,37	0,33	0,41	n.d.
PE	0,86	1,12	1,35	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,46	0,53	0,58	0,54	0,59	0,62
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,30	0,59	0,61	0,59	0,45	0,57
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,60	0,60	0,58	0,55	0,30	n.d.
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,46	1,65	1,54	1,78	1,78	1,86	1,98
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,11	0,15	0,16	0,04	0,07	n.d.
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,45	0,62	0,62	0,59	0,55	0,61
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,44	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	-0,04	-0,10	0,20	0,37	0,18	0,12	0,07	0,12
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,38	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,18	-2,09	2,09	2,13	2,17	n.d.
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,41	0,48	0,45	0,40	0,46	0,53
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,43	0,53	0,55	0,57	0,54	0,55	0,69
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,54	1,42	1,48	1,47	1,54	1,68
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,21	0,26	0,33	0,31	0,36	0,40
Total	1,90	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	1,05	1,03	1,06	1,06	1,06	n.d.

Handwritten signatures and initials.

n.d. - Informação não disponível
 Obs: 1 - Os dados referentes a 31/12/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI.
 2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

Anexo ao Aviso nº /GMF/MF-DF

ANEXO 2

Posição de Endividamento dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Data-base: 12/2015 (2º Semestre: para municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, optantes pela forma de divulgação prevista no art. 63 da LRF)
12/2015 (3º Quadrimestre: para os demais municípios)

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2016

data-base 31/12/2015

Posição: 11/02/2016

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 3º Quadrimestre 2015	RCL 3º Quadrimestre 2015	% DCL/RCL
AC	Porto Walter	1200393	-1.788.059,23	20.757.923,44	-
AC	Sena Madureira	1200500	1.811.163,32	54.902.674,99	3,30
AM	Manaus	1302603	314.537.443,58	3.555.877.971,61	8,85
BA	Acajutiba	2900306	7.945.806,94	24.896.201,25	31,92
BA	Alagoinhas	2900702	19.958.582,83	271.003.972,00	7,36
BA	Alcobaça	2900801	10.786.566,07	49.079.495,68	21,98
BA	Anguera	2901502	9.032.570,01	18.762.375,63	48,14
BA	Araci	2902104	69.226.160,18	89.246.106,62	77,57
BA	Aramari	2902203	5.234.435,76	20.443.816,60	25,60
BA	Aurelino Leal	2902401	41.071.540,46	27.749.808,56	148,01
BA	Banzaê	2902658	4.780.953,23	23.488.934,94	20,35
BA	Barra do Rocha	2903102	11.125.935,04	16.948.944,60	65,64
BA	Belmonte	2903409	44.302.358,87	50.035.494,32	88,54
BA	Bom Jesus da Lapa	2903904	45.656.627,80	123.387.498,50	37,00
BA	Brejolândia	2904407	5.385.612,41	20.496.258,88	26,28
BA	Buritirama	2904753	1.148.106,29	37.640.672,10	3,05
BA	Caém	2905107	8.055.572,77	23.339.234,70	34,52
BA	Cafarnaum	2905305	-2.829.992,11	35.399.392,65	-
BA	Camaçari	2905701	438.841.206,15	889.512.237,50	49,34
BA	Candeias	2906501	207.162.150,08	245.666.675,24	84,33
BA	Cansanção	2906808	25.406.412,41	58.984.316,89	43,07
BA	Canudos	2906824	1.893.887,80	32.956.110,69	5,75
BA	Catu	2907509	36.711.934,69	95.662.086,82	38,38
BA	Conceição do Coité	2908408	66.501.186,75	86.160.711,77	77,18
BA	Coração de Maria	2908903	9.521.837,91	37.495.511,27	25,39
BA	Coronel João Sá	2909208	17.224.721,48	41.513.800,14	41,49
BA	Crisópolis	2909604	10.431.033,42	38.393.759,45	27,17
BA	Cristópolis	2909703	1.168.102,77	26.849.816,21	4,35
BA	Dias d'Ávila	2910057	21.434.014,12	144.105.741,63	14,87
BA	Esplanada	2910602	58.500.886,22	77.855.511,34	75,14
BA	Fátima	2910750	0,00	32.371.801,61	0,00
BA	Ibirapitanga	2912707	43.901.544,39	51.323.684,88	85,54
BA	Ibitiara	2913002	-3.506.690,02	45.147.630,09	-
BA	Ibititá	2913101	-871.346,34	30.163.687,89	-
BA	Irará	2914505	10.853.351,00	50.981.591,47	21,29
BA	Itamarí	2915700	22.059.055,58	19.302.372,29	114,28
BA	Itiúba	2917003	17.210.900,38	62.701.744,47	27,45
BA	Itororó	2917102	57.784.695,32	36.006.658,79	160,48
BA	Jacaraci	2917409	7.592.564,58	25.969.641,24	29,24
BA	Jacobina	2917508	-3.851.457,54	135.466.214,15	-
BA	Jaguaquara	2917607	43.640.801,38	73.699.303,78	59,21
BA	Jaguarari	2917706	4.284.158,98	64.229.117,44	6,67
BA	Jaguaripe	2917805	-3.403.483,52	45.419.305,31	-
BA	Jandaíra	2917904	13.141.441,41	24.562.695,78	53,50
BA	Lafaiete Coutinho	2918704	7.458.753,78	12.770.719,42	58,41

BA	Lagoa Real	2918753	20.072.582,62	24.330.466,02	82,50
BA	Lamarão	2919108	9.527.965,12	16.613.632,77	57,35
BA	Luis Eduardo Magalhães	2919553	17.073.524,15	227.711.163,20	7,50
BA	Madre de Deus	2919926	26.620.875,27	139.073.487,54	19,14
BA	Mansidão	2920452	7.471.198,16	27.384.751,18	27,28
BA	Maragogipe	2920601	34.607.115,74	82.897.149,35	41,75
BA	Mascote	2920908	32.630.726,91	27.900.727,62	116,95
BA	Milagres	2921302	3.812.639,67	21.516.994,81	17,72
BA	Mirante	2921450	-1.944.262,43	18.622.885,49	-
BA	Mucuri	2922003	67.699.092,28	109.784.170,88	61,67
BA	Muniz Ferreira	2922201	1.285.494,50	13.987.365,63	9,19
BA	Muquém de São Francisco	2922250	3.751.992,84	27.245.651,37	13,77
BA	Muritiba	2922300	23.443.570,93	44.328.134,12	52,89
BA	Nazaré	2922508	11.415.664,01	39.977.987,84	28,55
BA	Nova Fátima	2922730	0,00	15.394.783,13	0,00
BA	Olindina	2923100	3.136.200,58	41.947.542,13	7,48
BA	Paratinga	2923704	21.500.237,00	54.968.975,20	39,11
BA	Pau Brasil	2923902	19.479.293,37	19.503.619,55	99,88
BA	Paulo Afonso	2924009	-22.419.902,70	209.985.928,21	-
BA	Pé de Serra	2924058	4.032.182,48	26.720.104,28	15,09
BA	Pindaí	2924504	30.669.406,36	31.402.777,21	97,66
BA	Ponto Novo	2925253	14.121.919,85	30.945.592,56	45,63
BA	Porto Seguro	2925303	187.238.112,61	299.603.520,11	62,50
BA	Riacho de Santana	2926400	26.843.583,33	55.491.258,36	48,37
BA	Salinas da Margarida	2927309	1.859.756,51	32.737.595,24	5,68
BA	Salvador	2927408	1.209.445.760,87	4.967.066.974,05	24,35
BA	Santa Luzia	2928059	28.095.521,63	22.856.848,95	122,92
BA	Santa Rita de Cássia	2928406	25.072.718,70	46.317.526,58	54,13
BA	Santo Estêvão	2928802	-5.320.203,35	75.285.945,82	-
BA	São Desidério	2928901	2.240.917,58	129.152.137,30	1,74
BA	São Félix do Coribe	2929057	-7.600.826,79	33.696.101,66	-
BA	São Francisco do Conde	2929206	178.619.669,49	450.612.375,85	39,64
BA	Sebastião Laranjeiras	2930006	15.249.148,22	21.648.499,42	70,44
BA	Sobradinho	2930774	12.661.948,30	53.360.795,69	23,73
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907	1.188.524,60	24.388.771,34	4,87
BA	Taperoá	2931202	19.894.367,47	39.804.138,17	49,98
BA	Teixeira de Freitas	2931350	-3.039.269,63	279.252.121,67	-
BA	Teodoro Sampaio	2931400	1.766.748,20	15.432.542,51	11,45
BA	Uibaí	2932408	6.136.321,80	23.375.315,26	26,25
BA	Vera Cruz	2933208	18.060.686,58	75.221.145,54	24,01
BA	Vitória da Conquista	2933307	161.679.836,35	535.084.404,50	30,22
BA	Wanderley	2933455	1.606.166,97	24.746.436,65	6,49
CE	Aiuaba	2300408	14.221.164,57	29.178.022,06	48,74
CE	Aquiraz	2301000	-793.508,62	188.942.526,79	-
CE	Aracati	2301109	13.551.788,06	137.917.574,65	9,83
CE	Aratuba	2301406	8.402.210,45	25.780.870,85	32,59
CE	Capistrano	2302909	10.145.724,89	37.372.335,33	27,15
CE	Cascavel	2303501	38.119.900,54	121.198.134,96	31,45
CE	Catarina	2303600	2.239.972,00	31.153.891,65	7,19
CE	Cedro	2303808	32.527.636,63	45.255.025,62	71,88

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	Chorozinho	2303956	10.323.796,86	37.654.424,83	27,42
CE	Cratêus	2304103	35.148.608,80	119.289.378,21	29,46
CE	Crato	2304202	24.714.981,94	201.457.426,27	12,27
CE	Croatá	2304236	5.809.604,80	34.421.711,97	16,88
CE	Eusébio	2304285	-113.490.797,06	226.765.075,80	-
CE	Fortaleza	2304400	788.131.298,28	5.229.991.502,10	15,07
CE	Fortim	2304459	-6.082.508,95	48.547.363,62	-
CE	Groaíras	2304905	6.767.726,17	24.888.387,43	27,19
CE	Guaiúba	2304954	3.856.918,00	43.961.331,87	8,77
CE	Horizonte	2305233	21.607.235,83	158.854.937,02	13,60
CE	Ibiapina	2305308	3.171.203,61	41.343.481,49	7,67
CE	Icapuí	2305357	24.143.529,58	61.785.775,40	39,08
CE	Icó	2305407	74.088.677,39	108.687.686,47	68,17
CE	Iguatu	2305506	-85.564.476,39	165.948.273,42	51,56
CE	Ipueiras	2305902	7.519.916,59	66.618.483,85	11,29
CE	Iracema	2306009	17.915.604,50	31.394.975,82	57,07
CE	Irauçuba	2306108	9.994.085,64	44.535.449,63	22,44
CE	Itaíçaba	2306207	8.075.701,26	16.580.746,14	48,71
CE	Itapipoca	2306405	32.028.253,00	204.881.278,52	15,63
CE	Itarema	2306553	3.734.893,01	73.909.397,65	5,05
CE	Jaguaribe	2306900	809.375,08	66.997.547,66	1,21
CE	Jaguaruana	2307007	14.123.416,19	56.121.182,27	25,17
CE	Juazeiro do Norte	2307304	131.224.532,85	390.505.785,17	33,60
CE	Limóieiro do Norte	2307601	38.321.014,36	98.268.188,67	39,00
CE	Massapê	2308005	15.853.599,95	55.564.395,45	28,53
CE	Milhã	2308351	12.445.316,73	25.474.717,66	48,85
CE	Miraíma	2308377	-944.054,65	25.077.402,52	-
CE	Mombaça	2308500	37.742.239,91	62.251.628,17	60,63
CE	Morada Nova	2308708	35.025.812,07	102.508.623,25	34,17
CE	Moraújo	2308807	2.512.564,68	18.248.992,52	13,77
CE	Morrinhos	2308906	2.642.002,11	38.716.471,97	6,82
CE	Mulungu	2309102	9.511.346,84	20.532.126,88	46,32
CE	Novo Oriente	2309409	13.015.723,79	50.402.062,13	25,82
CE	Pacajus	2309607	-58.700.726,48	104.265.574,17	56,30
CE	Paracuru	2310209	30.754.420,94	71.265.887,09	43,15
CE	Piquet Carneiro	2310902	5.077.651,13	28.863.714,84	17,59
CE	Quixeló	2311355	7.276.437,08	30.430.724,69	23,91
CE	Russas	2311801	16.592.895,32	123.185.397,83	13,47
CE	Santana do Acaraú	2312007	24.903.125,13	51.955.095,05	47,93
CE	São João do Jaguaribe	2312502	2.905.615,46	17.318.725,27	16,78
CE	Senador Pompeu	2312700	6.964.578,37	42.362.252,05	16,44
CE	Sobral	2312908	-14.597.969,39	487.277.853,16	-
CE	Tabuleiro do Norte	2313104	18.193.302,01	-45.137.353,71	40,31
CE	Tianguá	2313401	13.272.642,70	123.004.991,54	10,79
CE	Trairi	2313500	-1.820.232,07	83.725.849,00	-
CE	Umirim	2313757	10.192.764,69	36.083.372,85	28,25
CE	Uruburetama	2313807	35.260.256,00	38.959.957,79	90,50
ES	Atilio Vivacqua	3200706	-7.875.341,00	31.683.242,90	-
ES	Linhares	3203205	917.186,44	513.463.416,43	0,18
ES	Nova Venécia	3203908	-6.583.241,03	107.720.140,67	-

ES	Vitória	3205309	137.313.519,02	1.311.325.889,61	10,47
GO	Avelinópolis	5202809	755.544,11	10.980.755,05	6,88
GO	Bela Vista de Goiás	5203302	106.814.986,95	53.482.537,59	199,72
GO	Bonópolis	5203575	340.839,79	13.329.244,15	2,56
GO	Buriti Alegre	5203906	3.662.458,52	25.132.081,43	14,57
GO	Campo Limpo de Goiás	5204854	-703.286,46	16.909.361,37	-
GO	Campos Verdes	5204953	19.381.699,38	11.498.653,65	168,56
GO	Goianira	5208806	6.703.714,90	74.758.846,10	8,97
GO	Jaraguá	5211800	18.088.340,51	68.520.241,94	26,40
GO	Jataí	5211909	60.813.118,43	249.795.702,82	24,35
GO	Joviânia	5212105	-7.407.235,97	18.739.577,35	-
GO	Palmeiras de Goiás	5215702	26.716.952,12	61.023.806,99	43,78
GO	Piranhas	5217203	2.387.370,08	23.835.729,17	10,02
MA	Arari	2101004	-6.493.990,77	52.466.704,78	-
MA	Bacabeira	2101251	619.238,78	45.325.451,82	1,37
MA	Cajari	2102507	0,00	33.689.073,92	0,00
MA	Chapádinha	2103208	0,00	118.836.659,03	0,00
MA	Dom Pedro	2103802	-1.809.610,83	35.048.803,20	-
MA	Gonçalves Dias	2104404	-1.090.242,53	30.127.699,26	-
MA	Matinha	2106508	-788.476,67	39.432.875,20	-
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2107407	-299.558,95	41.355.980,69	-
MA	Olinda Nova do Maranhão	2107456	0,00	27.017.142,31	0,00
MA	Pedro do Rosário	2108256	-4.727.590,91	50.344.822,60	-
MA	Presidente Dutra	2109106	-3.345.647,46	65.497.786,42	-
MA	Santa Luzia	2110005	0,00	116.506.719,61	0,00
MA	São Bento	2110500	0,00	37.767.127,30	0,00
MA	São João do Carú	2111029	329.850,37	33.451.008,58	0,99
MA	São José de Ribamar	2111201	2.315.778,05	235.996.334,91	0,98
MA	São Luís	2111300	550.835.190,06	2.215.293.016,52	24,87
MA	Tuntum	2112308	-7.444.745,24	60.791.644,04	-
MA	Viana	2112803	0,00	79.790.273,18	0,00
MA	Vitória do Mearim	2112902	-3.817.997,14	43.106.253,83	-
MG	Belo Horizonte	3106200	4.127.854.193,59	7.825.485.297,77	52,75
MG	Bueno Brandão	3109105	-3.027.011,34	16.869.819,01	-
MG	Cachoeira da Prata	3109600	1.374.318,84	11.296.036,39	12,17
MG	Cana Verde	3111903	1.341.996,99	11.492.373,51	11,68
MG	Capelinha	3112307	-3.215.161,52	48.730.993,68	-
MG	Cláudio	3116605	6.722.149,52	48.921.772,60	13,74
MG	Conceição do Rio Verde	3117702	1.100.175,76	19.184.064,13	5,73
MG	Contagem	3118601	369.747.745,23	1.258.344.668,28	29,38
MG	Curvelo	3120904	-5.923.688,45	132.294.471,65	-
MG	Juiz de Fora	3136702	24.804.446,72	1.229.441.286,20	2,02
MG	Machado	3139003	-3.345.044,67	66.058.446,51	-
MG	Matias Barbosa	3140803	-3.674.574,61	36.901.899,81	-
MG	Pará de Minas	3147105	23.028.052,65	171.628.439,55	13,42
MG	Piranguinho	3151008	-2.030.417,47	16.184.074,95	-
MG	Pratinha	3153004	-21.763,60	11.315.763,05	-
MG	São Sebastião do Paraíso	3164704	10.932.977,13	141.835.823,17	7,71
MG	Três Pontas	3169406	10.909.776,01	104.898.134,02	10,40
MG	Ubá	3169901	865.109,96	158.322.507,33	0,55

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	Corumbá	5003207	-25.685.458,19	379.159.505,76	-
MS	Maracaju	5005400	-8.062.973,15	123.107.885,74	-
MS	Naviraí	5005707	5.310.799,10	135.299.070,73	3,93
MS	Nova Andradina	5006200	-14.236.062,57	123.500.481,78	-
MS	Três Lagoas	5008305	-50.039.919,29	357.711.634,65	-
MT	Apiacás	5100805	-2.096.291,36	23.609.958,11	-
MT	Araguaiana	5101001	0,00	13.487.015,87	0,00
MT	Lucas do Rio Verde	5105259	1.733.489,84	178.927.172,66	0,97
MT	Nova Guarita	5108808	-3.459.590,12	13.467.933,18	-
MT	Nova Monte Verde	5108956	-5.736.863,78	19.784.446,72	-
MT	Sinop	5107909	-22.071.016,96	276.913.284,25	-
MT	Sorriso	5107925	-14.402.590,38	213.160.681,47	-
MT	Tesouro	5108105	-1.708.896,38	12.381.034,13	-
MT	Várzea Grande	5108402	68.836.679,53	418.537.371,69	16,45
PA	Abel Figueiredo	1500131	0,00	16.525.955,31	0,00
PA	Afuá	1500305	2.064.865,53	70.381.500,84	2,93
PA	Água Azul do Norte	1500347	-846.337,62	38.973.726,68	-
PA	Colares	1502608	66.345,38	18.616.350,21	0,36
PA	Dom Eliseu	1502939	580.749,98	88.278.999,74	0,66
PA	Ourém	1505403	-1.122.612,05	28.753.319,23	-
PA	Parauapebas	1505536	13.834.890,22	939.280.316,87	1,47
PA	Peixe-Boi	1505601	3.119.793,40	16.321.741,25	19,11
PA	Piçarra	1505635	676.845,83	29.130.798,97	2,32
PA	Redenção	1506138	-6.835.715,69	128.052.224,12	-
PA	Rio Maria	1506161	2.201.118,55	34.530.518,11	6,37
PA	São Miguel do Guamá	1507607	-5.108.855,42	83.906.798,69	-
PA	Tailândia	1507953	845.059,19	121.259.638,60	0,70
PB	Alcantil	2500536	138.123,03	12.457.954,21	1,11
PB	Barra de Santa Rosa	2501609	5.131.458,49	24.658.921,85	20,81
PB	Boqueirão	2502508	22.264.856,60	31.426.505,34	70,85
PB	Cabaceiras	2503100	6.087.660,40	12.355.717,26	49,27
PB	Camalaú	2503902	2.718.214,01	12.970.720,02	20,96
PB	Caturité	2504355	-886.938,38	12.262.306,67	-
PB	Congo	2504702	-1.160.930,66	11.580.327,82	-
PB	Cuité	2505105	3.281.655,78	33.980.057,49	9,66
PB	Gado Bravo	2506251	3.098.098,96	17.320.625,27	17,89
PB	Gurjão	2506509	145.155,75	10.697.320,48	1,36
PB	Lagoa Seca	2508307	13.308.987,42	40.311.013,12	33,02
PB	Marcação	2509057	2.353.412,51	14.782.145,71	15,92
PB	Massaranduba	2509206	14.049.910,05	21.111.445,25	66,55
PB	Monteiro	2509701	11.816.803,21	58.622.100,56	20,16
PB	Pocinhos	2512002	31.799.672,85	32.588.306,39	97,58
PB	Riachão do Bacamarte	2512754	2.991.248,83	11.357.296,51	26,34
PB	Santa Cecília	2513158	634.532,42	14.478.317,75	4,38
PB	São José dos Ramos	2514453	1.990.250,78	14.391.039,15	13,83
PB	Serra Redonda	2515807	6.451.097,13	11.890.214,76	54,26
PB	Sossêgo	2516151	-310.108,64	10.146.519,23	-
PB	Umbuzeiro	2517001	7.082.536,42	16.944.163,47	41,80
PE	Abreu e Lima	2600054	30.659.859,05	121.182.121,86	25,30
PE	Afrânio	2600203	-10.849.161,63	37.762.608,69	-

PE	Agrestina	2600302	13.372.847,50	45.916.614,04	29,12
PE	Água Preta	2600401	10.748.045,51	55.116.769,09	19,50
PE	Águas Belas	2600500	28.987.515,23	61.752.316,95	46,94
PE	Alagoinha	2600609	4.373.849,90	28.434.382,70	15,38
PE	Altinho	2600807	14.561.155,73	33.807.914,91	43,07
PE	Amaraji	2600906	19.001.758,76	39.781.998,84	47,76
PE	Arcoverde	2601201	4.269.904,04	104.697.049,85	4,08
PE	Barreiros	2601409	20.778.596,31	70.597.715,42	29,43
PE	Belém de Maria	2601508	3.208.045,95	22.929.635,82	13,99
PE	Belém do São Francisco	2601607	-6.591.985,76	37.276.425,78	-
PE	Belo Jardim	2601706	27.229.708,78	121.487.731,65	22,41
PE	Betânia	2601805	715.825,96	23.593.764,60	3,03
PE	Bezerros	2601904	7.461.138,42	90.475.510,42	8,25
PE	Bom Conselho	2602100	14.914.826,06	71.580.549,30	20,84
PE	Bom Jardim	2602209	2.751.050,61	55.372.622,78	4,97
PE	Bonito	2602308	25.518.930,72	62.589.634,72	40,77
PE	Brejão	2602407	-1.579.534,80	20.592.586,53	-
PE	Buenos Aires	2602704	-3.910.536,95	22.526.691,34	-
PE	Cabo de Santo Agostinho	2602902	18.768.199,00	515.442.483,43	3,64
PE	Cabrobó	2603009	12.585.312,01	55.915.002,15	22,51
PE	Cachoeirinha	2603108	-8.568.251,19	34.835.113,08	-
PE	Calumbi	2603405	-1.243.925,90	13.439.322,89	-
PE	Camaragibe	2603454	22.734.606,53	203.238.034,72	11,19
PE	Camocim de São Félix	2603504	4.210.448,45	33.944.887,63	12,40
PE	Canhotinho	2603702	3.864.287,25	41.238.057,77	9,37
PE	Capoeiras	2603801	-5.646.550,00	35.679.851,75	-
PE	Carnaíba	2603900	2.277.479,78	34.981.048,65	6,51
PE	Carnaubeira da Penha	2603926	-2.482.791,98	21.616.012,30	-
PE	Carpina	2604007	1.689.262,81	102.124.575,91	1,65
PE	Caruaru	2604106	66.395.776,85	491.414.104,54	13,51
PE	Casinhas	2604155	8.179.465,86	28.213.775,23	28,99
PE	Catende	2604205	7.458.595,94	58.662.834,29	12,71
PE	Cedro	2604304	-630.983,14	7.894.164,39	-
PE	Chã de Alegria	2604403	5.670.987,47	23.757.937,61	23,87
PE	Chã Grande	2604502	6.364.195,13	39.092.823,26	16,28
PE	Condado	2604601	31.968.904,19	39.010.719,03	81,95
PE	Cumaru	2604908	30.921.632,06	26.848.976,50	115,17
PE	Cupira	2605004	42.007.434,22	38.471.394,15	109,19
PE	Custódia	2605103	15.615.225,48	53.933.952,17	28,95
PE	Dormentes	2605152	8.383.982,33	33.493.124,12	25,03
PE	Escada	2605202	-2.926.853,73	87.070.573,47	-
PE	Exu	2605301	-2.845.069,93	52.401.607,24	-
PE	Feira Nova	2605400	14.243.210,33	34.258.441,70	41,58
PE	Flores	2605608	2.690.037,53	36.964.881,02	7,28
PE	Floresta	2605707	14.700.540,41	65.597.011,47	22,41
PE	Frei Miguelinho	2605806	5.395.725,89	24.723.312,70	21,82
PE	Gameleira	2605905	36.137.048,26	39.574.223,40	91,31
PE	Garanhuns	2606002	-9.354.388,19	237.364.976,49	-
PE	Glória do Goitá	2606101	17.307.695,52	40.272.464,25	42,98
PE	Goiana	2606200	54.722.556,35	152.935.380,15	35,78

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Granito	2606309	-3.796.200,01	17.563.110,35	-
PE	Gravatá	2606408	102.014.412,98	113.394.471,79	89,96
PE	Ibimirim	2606606	171.802,20	42.351.336,96	0,41
PE	Igarassu	2606804	-13.406.019,06	166.541.477,87	-
PE	Ilha de Itamaracá	2607604	27.000,00	45.566.226,14	0,06
PE	Inajá	2607000	0,00	32.044.359,11	0,00
PE	Ipojuca	2607208	-162.439.391,31	612.154.284,13	-
PE	Ipubi	2607307	-1.748.515,77	47.856.903,46	-
PE	Itacuruba	2607406	6.180.630,78	22.784.617,91	27,13
PE	Itambé	2607653	-2.936.162,08	51.516.450,48	-
PE	Itapissuma	2607752	553.072,78	58.854.890,07	0,94
PE	Itaquitinga	2607802	0,00	26.565.795,33	0,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	2607901	37.387.090,87	951.202.206,33	3,93
PE	Jaqueira	2607950	14.512.745,50	30.047.363,98	48,30
PE	Jatobá	2608057	1.535.692,26	26.481.897,40	5,80
PE	João Alfredo	2608107	4.662.671,13	47.830.790,61	9,75
PE	Joaquim Nabuco	2608206	738.363,37	33.962.198,46	2,17
PE	Jucati	2608255	1.343.284,25	24.288.039,23	5,53
PE	Jurema	2608404	0,00	29.037.163,01	0,00
PE	Lagoa do Carro	2608453	13.387.828,23	29.565.985,59	45,28
PE	Lagoa do Ouro	2608602	-2.186.464,37	27.463.413,06	-
PE	Lagoa dos Gatos	2608701	3.473.337,51	26.934.163,26	12,90
PE	Lagoa Grande	2608750	1.162.670,19	45.068.939,94	2,58
PE	Lajedo	2608800	-324.872,67	63.731.109,15	-
PE	Limoeiro	2608909	40.325.935,20	80.528.594,11	50,08
PE	Macaparana	2609006	4.414.014,43	38.859.159,12	11,36
PE	Machados	2609105	3.234.413,60	25.359.528,91	12,75
PE	Manari	2609154	112.974,64	35.350.450,08	0,32
PE	Maraial	2609204	9.785.668,14	22.684.356,37	43,14
PE	Moreilândia	2614303	777.967,85	23.911.743,34	3,25
PE	Moreno	2609402	61.497.057,03	74.871.939,10	82,14
PE	Nazaré da Mata	2609501	96.536.694,68	43.574.806,93	221,54
PE	Olinda	2609600	45.807.283,98	496.817.524,93	9,22
PE	Orobó	2609709	21.580.020,94	43.766.036,30	49,31
PE	Orocó	2609808	4.751.593,83	27.666.272,63	17,17
PE	Ouricuri	2609907	5.200.973,78	87.606.900,12	5,94
PE	Palmares	2610004	-4.665.546,51	105.405.038,97	-
PE	Panelas	2610202	15.389.001,01	54.969.637,29	28,00
PE	Paranatama	2610301	1.715.236,35	32.109.980,26	5,34
PE	Parnamirim	2610400	-7.633.714,50	40.385.359,87	-
PE	Passira	2610509	15.985.591,42	42.001.956,00	38,06
PE	Paudalho	2610608	31.319.856,34	78.642.263,98	39,83
PE	Pedra	2610806	-16.808,71	34.576.914,08	-
PE	Pesqueira	2610905	38.478.838,16	85.391.701,03	45,06
PE	Petrolândia	2611002	-5.358.953,89	78.277.405,72	-
PE	Poçoão	2611200	6.884.008,52	22.982.093,08	29,95
PE	Recife	2611606	977.847.715,17	3.691.298.260,40	26,49
PE	Riacho das Almas	2611705	6.129.037,75	35.184.237,31	17,42
PE	Rio Formoso	2611903	27.058.055,05	46.658.334,81	57,99
PE	Sairé	2612000	15.303.684,06	23.661.156,33	64,68

PE	Salgadinho	2612109	7.869.591,51	18.129.946,46	43,41
PE	Salgueiro	2612208	-10.485.878,17	97.031.782,50	-
PE	Sanharó	2612406	5.498.687,65	38.143.204,83	14,42
PE	Santa Cruz	2612455	-1.514.363,37	29.290.707,96	-
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	2612471	-1.116.613,72	21.425.326,39	-
PE	Santa Cruz do Capibaribe	2612505	43.660.041,39	120.256.700,49	36,31
PE	Santa Filomena	2612554	4.696.258,59	26.823.040,61	17,51
PE	Santa Maria da Boa Vista	2612604	8.866.736,30	77.760.020,39	11,40
PE	Santa Maria do Cambucá	2612703	644.332,74	24.634.685,19	2,62
PE	São Benedito do Sul	2612901	4.995.689,51	26.149.449,19	19,10
PE	São Bento do Una	2613008	6.051.786,05	76.388.446,10	7,92
PE	São João	2613206	2.039.929,27	40.770.309,56	5,00
PE	São Joaquim do Monte	2613305	6.804.479,00	37.812.902,22	18,00
PE	São Lourenço da Mata	2613701	39.854.918,72	130.513.572,43	30,54
PE	São Vicente Ferrer	2613800	5.492.050,82	30.106.161,88	18,24
PE	Serra Talhada	2613909	-5.461.910,21	133.824.944,38	-
PE	Serrita	2614006	0,00	36.732.393,20	0,00
PE	Sertânia	2614105	248.280,29	55.103.957,95	0,45
PE	Sirinhaém	2614204	19.586.173,35	63.021.200,12	31,08
PE	Solidão	2614402	781.617,19	15.270.369,65	5,12
PE	Surubim	2614501	3.725.409,59	85.914.211,97	4,34
PE	Tabira	2614600	-535.288,75	41.396.182,13	-
PE	Tacaimbó	2614709	7.137.207,66	21.651.937,60	32,96
PE	Tacaratu	2614808	-2.662.924,67	36.671.380,34	-
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	23.723.592,11	38.341.874,56	61,87
PE	Terra Nova	2615201	-738.893,96	16.953.871,90	-
PE	Timbaúba	2615300	15.442.736,52	52.310.437,68	29,52
PE	Toritama	2615409	-3.228.841,52	62.133.847,22	-
PE	Trindade	2615607	2.545.487,04	51.739.556,73	4,92
PE	Tuparetama	2615904	3.251.035,91	17.146.201,94	18,96
PE	Venturosa	2616001	5.840.370,29	31.457.620,13	18,57
PE	Verdejante	2616100	1.715.897,60	19.354.359,94	8,87
PE	Vertentes	2616209	-1.681.585,22	33.364.652,00	-
PE	Vitória de Santo Antão	2616407	12.102.488,16	200.943.981,19	6,02
PE	Xexéu	2616506	2.990.611,68	34.160.090,75	8,75
PI	Elesbão Veloso	2203503	72.321,77	22.793.444,56	0,32
PI	Milton Brandão	2206357	-335.996,02	13.448.369,33	-
PI	Patos do Piauí	2207777	-552.933,87	10.798.437,79	-
PI	Queimada Nova	2208650	-864.496,49	14.824.747,75	-
PI	Santa Filomena	2209203	-452.310,98	15.226.864,29	-
PR	Apucarana	4101408	57.164.928,43	250.803.499,01	22,79
PR	Araucária	4101804	12.483.965,57	633.752.805,62	1,97
PR	Barracão	4102604	-1.516.673,13	23.889.408,88	-
PR	Boa Esperança do Iguaçu	4103024	-31.259,76	13.487.305,59	-
PR	Bom Jesus do Sul	4103156	-1.590.730,40	13.600.124,37	-
PR	Campo Mourão	4104303	-13.082.900,93	211.434.239,98	-
PR	Cascavel	4104808	-47.114.113,04	588.638.219,16	-
PR	Castro	4104907	-176.082,28	154.638.999,65	-
PR	Chopininho	4105409	589.789,15	58.484.273,47	1,01
PR	Cianorte	4105508	-27.418.493,04	188.794.895,60	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Curitiba	4106902	520.654.671,27	6.241.325.255,58	8,34
PR	Foz do Iguaçu	4108304	58.342.370,34	647.472.074,66	9,01
PR	Francisco Beltrão	4108403	13.481.969,37	194.177.642,48	6,94
PR	Guaira	4108809	-17.389.652,28	77.323.356,42	-
PR	Guarapuava	4109401	-3.839.946,75	303.846.220,75	-
PR	Ivaiporã	4111506	943.591,40	61.419.726,14	1,54
PR	Mamborê	4114005	-2.688.840,40	38.923.766,63	-
PR	Medianeira	4115804	9.688.843,39	98.076.096,18	9,88
PR	Morretes	4116208	-21.117,69	38.228.491,19	-
PR	Paranavaí	4118402	50.976.503,44	159.432.958,78	31,97
PR	Pato Branco	4118501	20.820.065,08	210.206.501,32	9,90
PR	Perobaí	4118857	94.008,85	19.096.163,15	0,49
PR	Pinhais	4119152	-52.740.879,95	291.468.924,35	-
PR	Pinhão	4119301	-3.516.366,31	67.584.795,47	-
PR	Piraquara	4119509	2.920.781,78	164.545.006,97	1,78
PR	Prudentópolis	4120606	-12.715.464,46	89.394.151,33	-
PR	Rancho Alegre D'Oeste	4121356	-2.000.405,38	12.862.746,99	-
PR	Salgado Filho	4122800	-1.105.824,88	13.492.505,10	-
PR	Salto do Lontra	4123006	3.038.168,66	30.225.508,70	10,05
PR	Santa Mariana	4123907	2.982.369,96	25.769.043,88	11,57
PR	Santa Tereza do Oeste	4124020	3.195.269,54	27.427.989,30	11,65
PR	São Sebastião da Amoreira	4126009	842.184,39	18.067.672,98	4,66
PR	Serranópolis do Iguaçu	4126355	315.278,59	20.613.662,59	1,53
PR	Toledo	4127700	7.276.034,51	304.031.008,59	2,39
PR	Umuarama	4128104	1.085.659,06	241.265.956,86	0,45
PR	Virmond	4128658	-2.272.013,89	13.966.684,16	-
RJ	Itaboraí	3301900	-70.701.986,20	570.313.670,70	-
RJ	Macaé	3302403	30.096.396,50	2.039.205.822,40	1,48
RJ	Nilópolis	3303203	-3.664.129,20	234.542.251,20	-
RJ	Paraíba do Sul	3303708	-12.090.866,30	103.218.215,80	-
RJ	Petrópolis	3303906	-7.116.970,00	766.057.757,60	-
RN	Jucurutu	2406106	6.788.347,98	34.108.884,71	19,90
RN	Mossoró	2408003	128.690.864,95	453.779.220,42	28,36
RN	Natal	2408102	180.925.989,17	1.657.205.941,45	10,92
RN	Pendências	2409902	12.870.873,66	34.290.748,43	37,53
RN	Santana do Matos	2411403	8.498.593,17	25.245.339,40	33,66
RO	Cacoal	1100049	-5.734.503,55	143.013.365,92	-
RO	Cerejeiras	1100056	-4.668.718,36	35.139.896,27	-
RO	Chupinguaia	1100924	-4.722.041,12	30.727.757,02	-
RO	Ji-Paraná	1100122	14.389.390,65	177.093.093,99	8,13
RO	Nova Mamoré	1100338	-5.940.557,77	43.189.882,19	-
RO	Ouro Preto do Oeste	1100155	-14.914.277,42	71.453.408,56	-
RO	Porto Velho	1100205	106.573.719,44	1.004.585.265,46	10,61
RO	Theobroma	1101609	-80.526,84	22.220.875,74	-
RO	Vale do Paraíso	1101807	-2.395.208,66	17.485.575,50	-
RO	Vilhena	1100304	37.494.035,35	187.818.736,37	19,96
RS	Alegrete	4300406	-31.463.943,68	148.755.856,92	-
RS	Bagé	4301602	-15.059.050,44	248.563.222,10	-
RS	Barão	4301651	678.223,87	17.663.786,40	3,84
RS	Bento Gonçalves	4302105	26.013.500,19	319.530.773,04	8,14

RS	Bom Jesus	4302303	12.419.977,75	29.622.481,37	41,93
RS	Caibaté	4303301	-653.992,87	13.808.741,17	-
RS	Camaquã	4303509	-2.251.040,01	116.668.380,18	-
RS	Campo Bom	4303905	549.987,46	179.519.404,64	0,31
RS	Candelária	4304200	-1.249.347,21	60.194.159,54	-
RS	Cândido Godói	4304309	-1.686.860,62	17.399.577,25	-
RS	Canoas	4304606	258.668.471,27	1.122.971.649,62	23,03
RS	Capão do Leão	4304663	-3.321.483,30	46.935.470,01	-
RS	Carazinho	4304705	-1.093.254,56	135.049.875,06	-
RS	Caxias do Sul	4305108	34.902.617,07	1.380.979.291,26	2,53
RS	Chiapetta	4305405	456.523,53	14.230.272,42	3,21
RS	Coqueiros do Sul	4305850	-2.153.568,59	10.986.552,66	-
RS	Cruz Alta	4306106	16.324.931,75	120.236.873,35	13,58
RS	Erechim	4307005	-26.861.713,10	201.081.855,20	-
RS	Esteio	4307708	-32.254.969,50	181.092.803,79	-
RS	Farroupilha	4307906	28.550.618,19	173.185.926,98	16,49
RS	Guaíba	4309308	32.214.752,18	202.411.955,98	15,92
RS	Ibirubá	4310009	101.548,54	52.690.516,62	0,19
RS	Ijuí	4310207	-37.210.262,58	257.732.432,04	-
RS	Imbé	4310330	55.588.265,19	72.668.010,58	76,50
RS	Itaqui	4310603	-4.668.344,58	83.107.149,88	-
RS	Jacutinga	4310900	-7.058.490,84	12.618.644,32	-
RS	Lajeado	4311403	-44.540.683,58	230.662.156,45	-
RS	Lajeado do Bugre	4311429	568.501,91	10.687.546,76	5,32
RS	Monte Alegre dos Campos	4312377	-1.281.466,65	13.763.046,77	-
RS	Morrinhos do Sul	4312443	-724.177,82	10.058.378,19	-
RS	Nova Bassano	4312906	-1.723.871,86	28.822.397,01	-
RS	Nova Brésia	4313003	-254.370,93	15.268.994,46	-
RS	Nova Santa Rita	4313375	-9.183.063,50	72.312.520,27	-
RS	Novo Hamburgo	4313409	224.115.482,11	673.046.014,69	33,30
RS	Parobé	4314050	24.711.557,01	93.164.956,54	26,52
RS	Passo Fundo	4314100	-26.411.562,84	411.588.262,80	-
RS	Pelotas	4314407	47.911.506,71	658.488.334,24	7,28
RS	Pinheiro Machado	4314506	-1.992.554,78	31.000.620,29	-
RS	Pinto Bandeira	4314548	-1.117.398,61	10.328.642,43	-
RS	Porto Alegre	4314902	825.478.129,77	4.924.553.538,38	16,76
RS	Rio Grande	4315602	-28.331.847,55	537.445.591,73	-
RS	Rolante	4316006	5.583.260,90	41.926.269,42	13,32
RS	Santa Cruz do Sul	4316808	41.825.480,96	334.811.261,33	12,49
RS	Santa Margarida do Sul	4316972	-302.356,74	13.393.764,89	-
RS	Santa Maria	4316907	-62.345.152,50	403.054.886,34	-
RS	Santa Vitória do Palmar	4317301	16.102.570,14	76.828.040,85	20,96
RS	Sant'Ana do Livramento	4317103	13.627.955,78	147.822.181,17	9,22
RS	Santiago	4317400	6.152.252,82	92.874.911,31	6,62
RS	Santo Ângelo	4317509	-1.887.829,49	119.521.428,31	-
RS	Santo Antônio das Missões	4317707	1.872.121,64	24.413.330,31	7,67
RS	São Borja	4318002	16.704.317,74	138.685.584,09	12,04
RS	São Francisco de Paula	4318200	-5.444.328,29	43.206.800,98	-
RS	São Gabriel	4318309	45.062.171,35	111.436.592,62	40,44
RS	São José do Hortêncio	4318481	-5.122.940,93	16.066.951,88	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	São Leopoldo	4318705	265.667.298,75	581.116.123,08	45,72
RS	São Martinho da Serra	4319125	-431.827,25	11.427.903,23	-
RS	São Paulo das Missões	4319307	-2.528.245,41	15.140.920,43	-
RS	Sapiranga	4319901	-4.031.939,91	158.941.055,92	-
RS	Sapucaia do Sul	4320008	21.375.667,61	293.947.960,14	7,27
RS	Sério	4320453	-1.265.582,68	11.369.849,45	-
RS	Taquara	4321204	16.364.714,37	96.525.635,04	16,95
RS	Torres	4321501	16.307.910,59	89.693.295,08	18,18
RS	Três Coroas	4321709	-3.128.335,24	59.924.719,63	-
RS	Uruguaiana	4322400	154.231.209,70	204.534.385,48	75,41
RS	Vacaria	4322509	-23.274.763,57	139.640.859,06	-
RS	Venâncio Aires	4322608	-9.165.857,42	149.625.540,80	-
RS	Viamão	4323002	30.596.572,85	288.734.279,29	10,60
RS	Vila Nova do Sul	4323457	-918.043,01	12.779.109,87	-
SC	Araquari	4201307	716.796,13	76.043.666,04	0,94
SC	Balneário Arroio do Silva	4201950	-2.227.268,07	25.384.969,89	-
SC	Camboriú	4203204	-10.388.769,75	144.223.233,37	-
SC	Concórdia	4204301	-20.421.038,52	209.448.396,17	-
SC	Gaspar	4205902	-27.716.968,34	153.725.246,57	-
SC	Ibiam	4206751	-1.748.459,74	10.570.638,66	-
SC	Itapoá	4208450	-7.429.303,49	71.376.568,58	-
SC	Jaborá	4208609	-737.551,97	15.434.014,10	-
SC	Joaçaba	4209003	-14.469.103,78	105.668.173,08	-
SC	Matos Costa	4210704	-946.368,08	10.448.624,95	-
SC	Nova Veneza	4211603	-1.468.778,59	34.765.085,48	-
SC	Ponte Serrada	4213401	-2.432.319,87	24.672.456,12	-
SC	Tangará	4217907	-1.748.372,46	24.628.370,43	-
SC	Treze Tilias	4218509	-2.819.008,41	26.551.623,55	-
SC	Urussanga	4219002	-177.534,72	53.588.612,24	-
SC	Vargeão	4219101	-2.647.704,96	14.008.229,34	-
SC	Xanxerê	4219507	17.057.693,89	90.507.109,38	18,85
SE	Aracaju	2800308	268.952.683,14	1.449.944.856,78	18,55
SE	Itabaiana	2802908	377.596,54	134.440.006,40	0,28
SE	Lagarto	2803500	16.625.083,63	152.751.640,07	10,88
SP	Amparo	3501905	3.449.968,32	206.930.570,27	1,67
SP	Araçatuba	3502804	201.732.187,63	433.655.927,53	46,52
SP	Araçoiaba da Serra	3502903	-241.568,24	75.103.782,35	-
SP	Arandu	3503109	4.170.903,01	22.210.246,59	18,78
SP	Arujá	3503901	-24.583.630,84	219.164.553,50	-
SP	Atibaia	3504107	12.180.515,54	374.613.729,71	3,25
SP	Avanhandava	3504404	3.507.657,99	28.255.760,42	12,41
SP	Bálsamo	3504800	1.109.566,85	19.064.297,85	5,82
SP	Bariri	3505203	151.168,94	79.048.878,47	0,19
SP	Bastos	3505807	857.496,11	47.712.798,40	1,80
SP	Bauru	3506003	119.597.711,49	859.422.389,68	13,92
SP	Bernardino de Campos	3506300	-108.475,49	25.134.202,87	-
SP	Biritiba-Mirim	3506607	-2.067.688,99	59.883.362,65	-
SP	Bofete	3506904	-562.603,96	29.772.032,93	-
SP	Bom Sucesso de Itararé	3507159	1.398.097,40	12.407.847,23	11,27
SP	Brejo Alegre	3507753	0,00	16.132.882,50	0,00

SP	Caiabu	3508900	-16.339,79	14.516.947,65	-
SP	Caieiras	3509007	-5.027.931,39	207.418.661,47	-
SP	Cândido Mota	3510005	-3.520.553,58	80.295.492,75	-
SP	Capela do Alto	3510302	2.428.045,86	45.636.565,27	5,32
SP	Capivari	3510401	27.623.134,52	150.709.069,50	18,33
SP	Conchal	3512209	9.596.484,89	72.196.134,59	13,29
SP	Conchas	3512308	1.359.091,30	44.454.833,12	3,06
SP	Cordeirópolis	3512407	-1.328.808,67	109.619.005,03	-
SP	Corumbataí	3512704	-283.218,02	19.794.358,85	-
SP	Cravinhos	3513108	3.430.991,03	94.841.205,97	3,62
SP	Descalvado	3513702	-316.602,31	87.475.384,83	-
SP	Dourado	3514304	-29.910,74	24.239.558,41	-
SP	Elias Fausto	3514908	653.420,66	45.700.428,68	1,43
SP	Espírito Santo do Turvo	3515194	-2.146.841,31	16.118.923,70	-
SP	Fernandópolis	3515509	-6.801.405,76	143.337.674,74	-
SP	Floreal	3515905	-830.576,75	13.204.403,92	-
SP	Franca	3516200	-135.715.052,21	594.085.198,47	-
SP	Franco da Rocha	3516408	-39.213.148,99	235.731.096,30	-
SP	Glicério	3517109	-1.236.119,28	16.864.506,33	-
SP	Guairá	3517406	5.127.014,13	139.595.192,93	3,67
SP	Guapiaçu	3517505	180.561,68	53.690.210,53	0,34
SP	Guará	3517703	-65.177,00	54.761.802,66	-
SP	Guaraci	3517901	4.694.532,95	37.398.119,26	12,55
SP	Guararema	3518305	2.294.841,85	140.141.208,86	1,64
SP	Iacanga	3519105	-19.461,52	35.314.080,14	-
SP	Ibaté	3519303	19.433.929,39	69.112.495,40	28,12
SP	Ilhabela	3520400	-198.686.637,79	417.416.619,40	-
SP	Indiaporã	3520707	-847.449,01	16.534.476,40	-
SP	Inúbia Paulista	3520806	-1.954.917,31	13.530.693,31	-
SP	Ipaussu	3520905	5.678.378,18	37.039.821,46	15,33
SP	Ipeúna	3521101	-2.274.108,31	24.078.846,39	-
SP	Ipuã	3521309	2.086.223,08	46.097.209,64	4,53
SP	Itaberá	3521705	-998.618,05	40.739.094,22	-
SP	Itaí	3521804	1.602.859,89	66.749.245,61	2,40
SP	Itaju	3522000	-89.896,68	16.366.684,65	-
SP	Itapeva	3522406	16.904.710,80	244.700.866,32	6,91
SP	Itapira	3522604	27.889.208,81	198.408.604,83	14,06
SP	Itatiba	3523404	22.278.310,57	319.840.838,06	6,97
SP	Itirapina	3523602	-3.106.822,36	52.867.510,60	-
SP	Itupeva	3524006	29.835.298,26	189.351.534,99	15,76
SP	Jacareí	3524402	-81.059.307,34	612.695.135,50	-
SP	Jardinópolis	3525102	-22.574.361,22	107.161.725,50	-
SP	Limeira	3526902	-36.732.567,43	739.171.545,78	-
SP	Lins	3527108	16.002.651,30	164.134.838,70	9,75
SP	Lourdes	3527256	-212.581,38	11.580.037,09	-
SP	Lucianópolis	3527504	-63.398,16	12.753.922,84	-
SP	Maracá	3528809	-1.364.956,69	39.253.858,99	-
SP	Martinópolis	3529203	3.190.011,92	60.897.731,89	5,24
SP	Mauá	3529401	953.238.506,41	818.532.045,23	116,46
SP	Mineiros do Tietê	3529807	2.596.866,67	24.965.797,44	10,40

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Mirante do Paranapanema	3530201	-517.440,54	45.708.526,13	-
SP	Mirassolândia	3530409	0,00	13.261.182,74	0,00
SP	Mogi Mirim	3530805	65.283.496,05	303.895.161,36	21,48
SP	Mombuca	3530904	238.778,25	14.364.978,81	1,66
SP	Morungaba	3532009	-676.925,23	31.253.882,70	-
SP	Nova Guataporanga	3533106	-731.098,49	10.563.892,65	-
SP	Novo Horizonte	3533502	3.614.322,66	95.230.644,36	3,80
SP	Olímpia	3533908	-63.079.084,25	169.681.865,70	-
SP	Onda Verde	3534005	-11.090.213,70	18.933.507,11	-
SP	Palmital	3535309	854.664,53	60.562.751,21	1,41
SP	Paraíso	3535705	-1.576.829,06	23.978.749,04	-
SP	Paulistânia	3536570	-1.699.818,62	12.183.894,27	-
SP	Pederneiras	3536703	0,00	107.796.233,76	0,00
SP	Pedregulho	3537008	802.613,71	40.970.801,04	1,96
SP	Penápolis	3537305	52.892.377,22	164.866.586,22	32,08
SP	Pindamonhangaba	3538006	-22.834.146,14	359.669.863,36	-
SP	Piquerobi	3538303	1.021.964,25	15.406.816,00	6,63
SP	Piracaia	3538600	685.654,59	62.958.357,50	1,09
SP	Piracicaba	3538709	7.665.941,34	1.244.242.258,98	0,62
SP	Pitangueiras	3539509	-2.564.313,86	92.464.172,54	-
SP	Potim	3540754	2.957.276,90	37.651.312,72	7,85
SP	Praia Grande	3541000	-22.517.121,37	1.032.596.540,88	-
SP	Presidente Prudente	3541406	-28.421.846,96	480.920.875,97	-
SP	Rafard	3542107	-1.307.596,86	25.426.828,89	-
SP	Registro	3542602	1.192.274,25	146.827.853,97	0,81
SP	Restinga	3542701	3.435.874,44	20.892.674,44	16,45
SP	Ribeirão Corrente	3543105	-1.859.440,52	16.675.030,10	-
SP	Ribeirão dos Índios	3543238	-108.333,34	11.795.788,23	-
SP	Ribeirão Preto	3543402	407.146.654,20	1.888.919.790,56	21,55
SP	Rio das Pedras	3544004	18.578.976,75	83.622.065,12	22,22
SP	Riolândia	3544202	38.759,28	29.876.928,21	0,13
SP	Riversul	3543501	-1.035.127,71	15.358.590,18	-
SP	Salto	3545209	27.723.113,04	284.555.826,29	9,74
SP	Salto de Pirapora	3545308	-16.068.317,55	108.895.022,91	-
SP	Santa Cruz da Conceição	3546207	-1.809.133,60	18.536.032,67	-
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	3546405	-2.537.170,68	119.396.575,90	-
SP	Santa Fé do Sul	3546603	1.071.464,78	111.989.438,18	0,96
SP	Santo André	3547809	1.109.231.005,19	1.849.267.129,93	59,98
SP	São Bernardo do Campo	3548708	1.219.480.020,78	2.980.682.916,40	40,91
SP	São João da Boa Vista	3549102	10.629.100,87	232.335.685,03	4,57
SP	São João do Pau d'Alho	3549300	-284.368,84	11.641.504,02	-
SP	São José do Rio Preto	3549805	-21.573.169,08	1.261.460.085,50	-
SP	São José dos Campos	3549904	76.272.739,68	2.185.613.382,35	3,49
SP	São Paulo	3550308	79.954.480.420,58	43.188.822.500,60	185,13
SP	Sebastianópolis do Sul	3551306	-395.372,02	17.739.423,20	-
SP	Serra Negra	3551603	-1.746.579,50	73.421.047,27	-
SP	Sertãozinho	3551702	5.253.473,81	352.462.008,35	1,49
SP	Socorro	3552106	-8.150.568,65	78.850.703,25	-
SP	Sorocaba	3552205	132.163.878,08	2.132.610.654,97	6,20
SP	Taboão da Serra	3552809	36.432.257,66	611.284.511,10	5,96

SP	Taiúva	3553203	-228.274,82	17.125.950,40	-
SP	Tambaú	3553302	2.994.036,66	64.989.857,78	4,61
SP	Taubaté	3554102	-56.516.284,98	816.955.994,82	-
SP	Tupã	3555000	4.088.052,55	126.045.580,91	3,24
SP	Ubatuba	3555406	-16.287.446,83	244.857.243,22	-
SP	Uchoa	3555604	9.478.068,38	28.630.964,96	33,10
SP	Vista Alegre do Alto	3556909	-2.640.300,57	22.972.110,52	-
SP	Votuporanga	3557105	20.584.171,11	219.078.069,37	9,40
TO	Gurupi	1709500	-16.783.265,11	217.981.719,30	-
TO	Palmas	1721000	-21.201.457,26	796.924.520,61	-
TO	Porto Nacional	1718204	10.077.575,54	104.770.749,31	9,62

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2015

data-base 31/12/2015

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

11/02/2016

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 2º Semestre 2015	RCL 2º Semestre 2015	% DCL/RCL
BA	Abaíra	2900108	13.506.781,39	15.250.376,85	88,57
BA	Belo Campo	2903508	4.026.889,13	34.116.466,03	11,80
BA	Bom Jesus da Serra	2903953	11.677.746,16	21.891.958,40	53,34
BA	Cândido Sales	2906709	46.583.810,96	50.189.370,62	92,82
BA	Cordeiros	2909000	7.441.114,79	17.877.017,27	41,62
BA	Dom Basílio	2910107	8.356.027,65	42.884.265,01	19,49
BA	Licínio de Almeida	2919405	6.468.029,77	22.966.132,68	28,16
BA	Maetinga	2919959	1.276.068,15	28.077.100,57	4,54
BA	Tremedal	2931806	13.604.073,05	32.487.909,66	41,87
CE	Ararendá	2301257	2.716.067,18	24.834.966,90	10,94
CE	Baixio	2301802	1.550.107,77	16.269.571,15	9,53
CE	Cariús	2303303	18.056.972,87	33.033.446,21	54,66
CE	Farias Brito	2304301	-2.187.314,62	40.679.881,92	-
CE	General Sampaio	2304608	3.854.672,81	19.380.298,59	19,89
CE	Graça	2304657	1.166.508,46	30.307.687,17	3,85
CE	Guaramiranga	2305100	9.444.585,35	17.071.070,35	55,33
CE	Itatira	2306603	318.798,03	40.329.799,90	0,79
CE	Jaguaretama	2306702	24.417.608,00	33.029.164,52	73,93
CE	Mucambo	2309003	3.164.591,75	31.171.553,56	10,15
CE	Nova Olinda	2309201	-5.885.685,47	34.346.848,10	-
CE	Parambu	2310308	4.212.261,74	65.424.884,72	6,44
CE	Pereiro	2310803	3.734.070,61	31.482.652,58	11,86
CE	Poranga	2311009	34.059,06	25.847.292,20	0,13
CE	Quixeré	2311504	3.268.210,68	40.084.264,67	8,15
CE	Reriutaba	2311702	10.091.053,57	35.293.124,86	28,59
CE	Salitre	2311959	0,00	35.420.660,81	0,00
CE	Senador Sá	2312809	2.074.423,98	15.707.237,82	13,21
CE	Tarrafas	2313252	16.430.886,02	19.246.509,18	85,37
ES	Afonso Cláudio	3200102	-6.681.417,22	68.115.332,31	-
ES	Pancas	3204005	-8.309.876,67	42.481.059,26	-
ES	Santa Maria de Jetibá	3204559	-14.133.943,54	92.959.193,10	-
ES	São José do Calçado	3204807	-6.747.823,88	28.058.259,85	-
ES	São Roque do Canaã	3204955	-6.275.571,54	26.422.738,61	-
ES	Sooretama	3205010	-4.100.751,04	61.689.547,01	-
MA	Alto Parnaíba	2100501	-2.972.703,38	23.103.472,13	-
MA	Arame	2100956	-5.041.623,28	48.704.807,54	-
MA	Bernardo do Mearim	2101939	-697.905,91	13.775.738,72	-
MA	Lima Campos	2106003	-4.177.623,23	27.376.460,37	-
MA	Sambaíba	2109700	-2.859.460,45	15.867.652,36	-
MA	Tufilândia	2112274	-559.335,76	19.654.162,71	-
MG	Abre Campo	3100302	16.752.183,97	23.947.407,45	69,95
MG	Bela Vista de Minas	3106002	2.331.741,86	24.475.865,64	9,53
MG	Bom Repouso	3107901	2.080.161,71	19.049.089,46	10,92
MG	Botelhos	3108404	-2.586.858,59	24.685.016,66	-

MG	Cabeceira Grande	3109451	3.437.699,78	20.603.963,14	16,68
MG	Cachoeira de Minas	3109709	-3.821.599,27	19.701.757,50	-
MG	Camanducaia	3110509	-370.436,78	42.907.904,95	-
MG	Cambuquira	3110707	4.508.216,02	21.174.162,20	21,29
MG	Capitólio	3112802	-2.946.599,99	24.695.558,02	-
MG	Careaçu	3113602	1.660.000,00	14.977.770,18	11,08
MG	Carmo da Cachoeira	3113909	-995.460,76	23.107.068,34	-
MG	Carmo do Cajuru	3114204	-16.900.969,51	38.068.335,82	-
MG	Carneirinho	3114550	0,00	36.907.584,61	0,00
MG	Carvalhópolis	3114709	491.100,58	12.114.370,22	4,05
MG	Conceição da Barra de Minas	3115201	-197.233,43	9.970.602,49	-
MG	Curral de Dentro	3120870	0,00	13.989.996,97	0,00
MG	Dom Silvério	3122702	-820.237,35	11.678.209,51	-
MG	Douradoquara	3123502	1.837.306,67	10.733.934,67	17,12
MG	Espinosa	3124302	7.368.993,96	41.349.864,63	17,82
MG	Guaranésia	3128303	-9.702.561,72	33.213.861,84	-
MG	Ibiaí	3129608	-451.120,26	14.032.245,59	-
MG	Ibiraci	3129707	2.171,26	26.463.989,75	0,01
MG	Itapagipe	3133402	6.010.347,65	36.149.655,04	16,63
MG	Japaraíba	3135308	-124.369,04	12.033.369,55	-
MG	Joanésia	3136108	976.306,62	11.654.818,89	8,38
MG	Ladainha	3137007	-3.821.830,43	27.122.246,45	14,09
MG	Luminárias	3138708	-2.825.988,53	12.516.526,66	-
MG	Mata Verde	3140555	0,00	14.133.999,21	0,00
MG	Matias Cardoso	3140852	1.058.470,74	22.243.175,91	4,76
MG	Matipó	3140902	6.925.591,78	29.344.164,09	23,60
MG	Matutina	3141207	-935.434,32	10.983.154,55	-
MG	Munhoz	3143807	2.000.781,60	12.074.619,94	16,57
MG	Ouro Fino	3146008	-8.450.294,12	56.810.925,40	-
MG	Papagaíais	3146909	859.093,21	26.867.254,62	3,20
MG	Paraguaçu	3147204	-2.855.252,79	35.683.452,28	-
MG	Piedade do Rio Grande	3150307	-528.704,00	10.963.166,40	-
MG	Poço Fundo	3151701	-23.768.664,09	26.407.846,27	-
MG	Prados	3152709	677.165,41	15.158.438,55	4,47
MG	Santa Fé de Minas	3157609	4.966.645,59	11.446.933,54	43,39
MG	Santa Margarida	3157906	491.098,57	24.873.906,50	1,97
MG	Santa Rita de Caldas	3159209	1.119.641,70	16.630.299,04	6,73
MG	Santa Vitória	3159803	22.877.055,59	84.868.469,52	26,96
MG	São Francisco de Sales	3161304	5.783.458,94	18.907.187,63	30,59
MG	São Gonçalo do Sapucaí	3162005	336.581,70	38.150.519,42	0,88
MG	São Gotardo	3162104	1.366.203,68	53.828.725,92	2,54
MG	São José da Varginha	3163102	1.021.264,50	12.097.037,77	8,44
MG	São Tiago	3165008	-576.420,29	17.373.516,27	-
MG	Sapucaí-Mirim	3165404	-1.748.246,14	13.750.695,37	-
MG	Senador José Bento	3165800	-95.224,87	9.108.975,86	-
MG	Senhora de Oliveira	3166006	-1.040.635,19	11.865.216,48	-
MG	Serrania	3166907	-939.267,30	14.741.959,91	-
MG	Toledo	3169109	0,00	12.402.121,35	0,00
MG	Virgolândia	3171907	-1.060.028,09	12.647.604,55	-
MS	Brasilândia	5002308	-2.472.055,25	45.040.405,31	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	Caarapó	5002407	-7.910.565,17	70.714.540,38	-
MS	Costa Rica	5003256	-13.169.794,81	82.926.199,31	-
MS	Figueirão	5003900	-2.313.193,62	16.103.079,55	-
MS	Japorã	5004809	195.637,79	25.247.134,56	0,77
MS	Ladário	5005202	-4.784.706,68	46.971.215,94	-
MS	Laguna Carapã	5005251	-64.252,27	31.422.150,45	-
MS	Nioaque	5005806	11.348.780,76	34.428.973,40	32,96
MS	Novo Horizonte do Sul	5006259	351.248,95	18.629.636,79	1,89
MS	Paraíso das Águas	5006275	-4.654.916,49	26.117.603,47	-
MS	Pedro Gomes	5006408	4.021.501,50	22.510.772,47	17,86
MS	Rio Verde de Mato Grosso	5007406	19.226.179,46	48.224.410,77	39,87
MS	Rochedo	5007505	-12.867.612,02	18.064.039,69	-
MS	São Gabriel do Oeste	5007695	-932.249,76	97.771.114,22	-
MS	Selvíria	5007802	-1.173.801,07	26.597.377,21	-
MS	Sidrolândia	5007901	-8.588.787,68	116.179.887,39	-
MS	Taquarussu	5007976	-576.522,68	21.701.676,48	-
MS	Terenos	5008008	-18.376.317,00	46.858.162,54	-
MT	Conquista D'Oeste	5103361	-2.704.117,25	16.536.923,79	-
MT	Figueirópolis D'Oeste	5103809	0,00	10.762.650,61	0,00
MT	Jaciara	5104807	-5.898.975,34	55.910.413,92	-
MT	Marcelândia	5105580	-17.577.296,24	29.182.454,73	-
MT	Mirassol d'Oeste	5105622	-11.778.628,37	46.633.137,25	-
MT	Nova Maringá	5108907	-588.142,72	22.392.159,37	-
MT	Nova Santa Helena	5106190	-5.836.796,14	15.001.064,38	-
MT	Novo Mundo	5106265	-772.240,48	20.955.935,53	-
MT	Reserva do Cabaçal	5107156	0,00	10.356.954,26	0,00
MT	Santa Carmem	5107248	-909.215,49	18.332.991,84	-
PA	Canaã dos Carajás	1502152	-23.834.568,08	326.455.376,12	-
PA	Jacareacanga	1503754	-4.239.046,16	78.919.618,16	-
PA	Primavera	1506104	-2.099.437,84	25.663.750,53	-
PA	Rondon do Pará	1506187	1.002.573,60	75.350.156,07	1,33
PB	Água Branca	2500106	-6.797.303,06	18.954.030,08	-
PB	Aparecida	2500775	1.804.075,55	14.233.610,40	12,67
PB	Bernardino Batista	2502052	-2.590.322,06	12.982.086,48	-
PB	Caraúbas	2504074	-554.016,63	10.497.258,00	-
PB	Conceição	2504405	-2.213.714,23	30.592.464,16	-
PB	Condado	2504504	5.722.434,09	12.523.903,74	45,69
PB	Coxixola	2504850	0,00	8.115.637,83	0,00
PB	Esperança	2506004	8.351.838,31	53.625.869,75	15,57
PB	Igaracy	2502607	-881.115,67	12.650.393,61	-
PB	Matinhas	2509339	2.024.398,49	10.750.287,56	18,83
PB	Olivedos	2510501	0,00	10.756.800,98	0,00
PB	Santa Teresinha	2513802	0,00	12.010.394,72	0,00
PB	São Bentinho	2513927	-540.369,75	10.636.855,50	-
PB	São Domingos do Cariri	2513943	0,00	9.223.030,14	0,00
PB	São Francisco	2513984	-779.214,02	10.560.875,67	-
PB	São João do Cariri	2514008	-2.126.834,24	12.513.104,83	-
PE	Afogados da Ingazeira	2600104	7.885.215,48	58.918.879,41	13,38
PE	Bodocó	2602001	-3.408.122,08	59.027.587,50	-
PE	Brejinho	2602506	-802.496,47	17.842.421,16	-

PE	Camutanga	2603603	2.535.963,81	23.721.842,66	10,69
PE	Iguaraci	2606903	-9.840,66	20.770.181,51	-
PE	Ingazeira	2607109	252.534,86	14.462.421,80	1,75
PE	Itapetim	2607703	567.044,83	27.164.745,23	2,09
PE	Jataúba	2608008	-386.656,58	30.816.505,52	-
PE	Jupi	2608305	-1.901.059,63	30.519.059,64	-
PE	Quixaba	2611533	3.463.758,81	17.633.890,65	19,64
PE	Santa Terezinha	2612802	4.441.089,04	20.712.688,57	21,44
PE	São José da Coroa Grande	2613404	3.325.196,31	34.833.347,89	9,55
PE	São José do Egito	2613602	931.402,85	50.663.612,41	1,84
PE	Tamandaré	2614857	43.818.334,42	48.660.130,62	90,05
PE	Triunfo	2615706	-3.753.687,29	28.487.956,06	-
PI	Monte Alegre do Piauí	2206605	-642.454,30	21.552.075,24	-
PI	Novo Santo Antônio	2206951	-16.690,14	8.894.544,65	-
PR	Alvorada do Sul	4100806	3.947.128,12	30.105.418,57	13,11
PR	Ampére	4101002	1.737.159,61	37.608.036,98	4,62
PR	Arapoti	4101606	-9.604.678,80	60.252.773,83	-
PR	Ariranha do Ivaí	4101853	-326.614,76	11.117.760,09	-
PR	Assis Chateaubriand	4102000	1.791.030,68	72.496.158,50	2,47
PR	Barbosa Ferraz	4102505	2.034.375,96	24.657.590,89	8,25
PR	Bom Sucesso	4103206	3.099.017,03	16.872.367,54	18,37
PR	Bom Sucesso do Sul	4103222	543.619,20	15.137.641,54	3,59
PR	Borrazópolis	4103305	5.267.189,18	17.881.529,76	29,46
PR	Brasilândia do Sul	4103370	783.755,38	15.578.524,91	5,03
PR	Cafelândia	4103453	-3.737.705,51	48.324.875,76	-
PR	Califórnia	4103503	-2.554.679,13	18.014.249,10	-
PR	Cambará	4103602	1.062.642,87	44.633.866,03	2,38
PR	Campo Magro	4104253	5.220.614,65	54.852.655,78	9,52
PR	Céu Azul	4105300	-3.539.575,55	36.393.997,50	-
PR	Clevelândia	4105706	2.551.313,08	36.501.751,15	6,99
PR	Contenda	4106209	-4.677.494,25	34.770.231,46	-
PR	Cruzeiro do Iguaçu	4106571	-440.306,90	16.712.783,03	-
PR	Cruzmaltina	4106852	-2.009.132,89	12.385.536,61	-
PR	Douradina	4107256	-5.093.385,22	21.900.165,27	-
PR	Flor da Serra do Sul	4107850	-1.316.550,71	17.286.989,68	-
PR	Grandes Rios	4108700	10.506.037,02	14.331.806,48	73,31
PR	Guamiranga	4108957	-625.596,85	18.441.292,96	-
PR	Guaporema	4109104	-94.234,78	10.981.221,05	-
PR	Guaraniçu	4109302	-3.296.125,57	35.011.789,03	-
PR	Guaraqueçaba	4109500	-1.746.380,66	23.949.832,02	-
PR	Honório Serpa	4109658	-1.123.837,70	17.277.303,73	-
PR	Icaraíma	4109906	1.271.060,77	22.541.822,62	5,64
PR	Iguatu	4110052	116.756,41	10.642.571,34	1,10
PR	Ipiranga	4110508	-5.631.960,84	35.656.114,24	-
PR	Itapecujara d'Oeste	4111209	2.198.661,88	26.423.999,66	8,32
PR	Itaperiçu	4111258	1.065.136,67	42.428.104,90	2,51
PR	Lapa	4113205	0,00	97.560.913,69	0,00
PR	Laranjal	4113254	-216.495,51	15.098.805,44	-
PR	Lobato	4113601	-898.157,07	16.040.084,44	-
PR	Manoel Ribas	4114500	295.033,62	32.360.545,66	0,91

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Mariluz	4115101	-1.718.314,50	23.201.082,84	7,41
PR	Mariópolis	4115309	-963.976,43	18.751.808,05	-
PR	Maripá	4115358	-2.009.572,63	23.295.392,28	-
PR	Marumbi	4115507	1.809.586,47	13.697.821,11	13,21
PR	Missal	4116059	-1.575.533,38	40.944.307,84	-
PR	Nova Aliança do Ivaí	4116505	-114.188,89	9.635.930,75	-
PR	Nova Aurora	4116703	-757.477,06	32.966.869,24	-
PR	Nova Esperança	4116901	2.999.016,58	51.134.698,26	5,86
PR	Nova Laranjeiras	4117057	-2.201.853,39	26.153.875,92	-
PR	Nova Londrina	4117107	13.041.072,33	25.394.761,65	51,35
PR	Nova Santa Rosa	4117222	-2.133.625,12	24.289.296,03	-
PR	Nova Tebas	4117271	-304.898,80	18.610.163,84	-
PR	Paraíso do Norte	4118006	-1.041.929,32	25.820.414,33	-
PR	Paula Freitas	4118600	-1.662.025,21	16.192.953,67	-
PR	Piên	4119103	2.212.666,05	31.290.248,67	7,07
PR	Pinhalão	4119202	-2.323.132,61	16.433.442,97	-
PR	Planalto	4119806	-1.013.831,39	29.546.645,16	-
PR	Porto Amazonas	4120101	-2.534.813,89	14.923.085,92	-
PR	Primeiro de Maio	4120507	-3.004.817,00	27.212.167,96	-
PR	Quatro Barras	4120804	208.732,60	68.557.818,20	0,30
PR	Quedas do Iguaçu	4120903	6.195.672,64	61.520.185,03	10,07
PR	Quitandinha	4121208	620.426,80	35.015.587,93	1,77
PR	Realeza	4121406	-10.027.480,04	36.906.552,19	-
PR	Rio Bonito do Iguaçu	4122156	790.113,16	34.536.373,17	2,29
PR	Rio Negro	4122305	-4.575.711,28	65.553.378,23	-
PR	Santa Izabel do Oeste	4123808	3.434.783,51	30.422.602,19	11,29
PR	São João	4124806	2.098.451,30	29.601.051,65	7,09
PR	São Jorge do Patrocínio	4125357	-1.004.160,74	23.866.767,69	-
PR	Sengés	4126306	1.649.516,99	38.068.737,96	4,33
PR	Sertaneja	4126405	-4.170.437,90	22.723.828,02	-
PR	Sulina	4126652	645.016,41	13.754.115,45	4,69
PR	Terra Rica	4127304	2.256.646,19	35.897.059,46	6,29
PR	Vitorino	4128708	-2.283.499,80	19.688.145,83	-
PR	Xambrê	4128807	834.957,30	15.473.882,77	5,40
RJ	Rio das Flores	3304508	-3.684.108,30	42.445.295,50	-
RJ	Vassouras	3306206	-3.621.745,80	109.679.923,90	-
RN	Areia Branca	2401107	8.372.695,14	78.306.153,15	10,69
RN	Bodó	2401651	877.033,23	12.664.294,57	6,93
RN	Coronel João Pessoa	2402907	58.274,96	13.793.448,08	0,42
RN	Doutor Severiano	2403202	2.837.467,33	15.246.501,46	18,61
RN	Jaçanã	2405009	-1.379.183,87	13.918.352,06	-
RN	Jardim do Seridó	2405702	-1.255.796,39	19.406.192,87	-
RN	José da Penha	2406007	0,00	13.115.482,45	0,00
RN	Parelhas	2408904	6.245.439,54	31.831.972,40	19,62
RN	Portalegre	2410207	0,00	14.250.205,73	0,00
RN	Rio do Fogo	2408953	0,00	27.523.552,95	0,00
RN	São Francisco do Oeste	2411908	-252.992,91	10.498.393,15	-
RN	São Miguel	2412500	3.850.101,31	37.579.126,02	10,25
RN	São Paulo do Potengi	2412609	0,00	31.856.301,50	0,00
RN	Venha-Ver	2414753	-379.094,15	12.588.205,66	-

RO	Alta Floresta D'Oeste	1100015	-7.351.336,70	47.179.777,35	-
RO	Alvorada D'Oeste	1100346	-2.689.882,32	30.192.527,57	-
RO	Cabixi	1100031	-5.854.718,41	17.318.785,59	-
RO	Campo Novo de Rondônia	1100700	7.264.453,95	28.835.086,82	25,19
RO	Colorado do Oeste	1100064	-1.758.368,25	30.967.353,11	-
RO	Espigão D'Oeste	1100098	-9.228.101,33	56.674.372,56	-
RO	Parecis	1101450	-2.379.034,56	15.165.752,14	-
RO	Primavera de Rondônia	1101476	-2.103.515,17	11.761.894,73	-
RO	Santa Luzia D'Oeste	1100296	-4.367.465,28	20.074.698,43	-
RO	São Francisco do Guaporé	1101492	-4.399.892,76	38.656.317,13	-
RO	Seringueiras	1101500	-3.197.023,39	26.418.785,98	-
RS	Aceguá	4300034	-2.977.322,93	20.913.255,47	-
RS	Água Santa	4300059	-438.864,28	15.239.313,26	-
RS	Alecrim	4300307	0,00	14.067.662,99	0,00
RS	Almirante Tamandaré do Sul	4300471	-1.204.602,47	11.458.905,79	-
RS	Alpestre	4300505	0,00	32.474.917,18	0,00
RS	Alto Alegre	4300554	-1.882.700,29	10.976.987,11	-
RS	Alto Feliz	4300570	-1.287.879,72	11.975.944,26	-
RS	Amaral Ferrador	4300638	2.412.869,27	14.186.857,00	17,01
RS	Ametista do Sul	4300646	-17.690.340,63	18.237.955,43	-
RS	André da Rocha	4300661	-1.286.144,97	10.396.974,36	-
RS	Anta Gorda	4300703	390.094,06	16.725.277,65	2,33
RS	Antônio Prado	4300802	-2.768.269,70	34.671.225,01	-
RS	Aratiba	4300901	-5.870.439,25	39.845.208,45	-
RS	Arroio do Meio	4301008	-3.212.209,96	53.689.170,81	-
RS	Arroio do Sal	4301057	-5.858.211,93	36.099.077,46	-
RS	Arroio Grande	4301305	1.986.157,12	42.301.839,56	4,70
RS	Arvorezinha	4301404	-1.773.800,43	23.246.668,49	-
RS	Augusto Pestana	4301503	-1.514.218,84	19.378.815,24	-
RS	Barra do Quaraí	4301875	-1.540.844,94	17.375.629,80	-
RS	Barra do Rio Azul	4301925	-1.071.445,22	9.450.812,96	-
RS	Barra Funda	4301958	-315.614,04	14.304.927,78	-
RS	Barracão	4301800	205.173,65	17.365.157,42	1,18
RS	Boa Vista das Missões	4302154	-12.289.198,36	10.831.839,56	-
RS	Boa Vista do Buricá	4302204	-2.273.637,87	17.170.636,91	-
RS	Boa Vista do Cadeado	4302220	-1.523.729,68	14.842.631,80	-
RS	Boa Vista do Incra	4302238	-880.265,09	14.053.965,09	-
RS	Bom Princípio	4302352	1.854.782,47	40.861.307,73	4,54
RS	Bom Retiro do Sul	4302402	-1.277.431,93	23.795.936,39	-
RS	Bossoroca	4302501	-2.263.732,98	20.161.245,24	-
RS	Bozano	4302584	-1.115.648,77	10.036.231,62	-
RS	Braga	4302600	-214.599,73	11.506.267,28	-
RS	Butiá	4302709	7.780.814,11	39.558.644,30	19,67
RS	Caçapava do Sul	4302808	2.404.592,76	66.256.573,32	3,63
RS	Cacequi	4302907	505.305,85	30.582.223,50	1,65
RS	Cacique Doble	4303202	-293.664,65	12.691.583,52	-
RS	Caiçara	4303400	-10.041.786,80	14.697.571,03	-
RS	Camargo	4303558	-285.146,18	12.277.012,74	-
RS	Campestre da Serra	4303673	-913.544,78	14.239.059,25	-
RS	Campina das Missões	4303707	-1.611.671,49	15.606.685,29	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Campo Novo	4304002	166.122,37	14.457.788,43	1,15
RS	Candiota	4304358	7.688.042,06	44.329.241,51	17,34
RS	Canela	4304408	-12.242.955,65	106.251.658,43	-
RS	Canudos do Vale	4304614	-1.759.759,39	9.912.992,05	-
RS	Capão Bonito do Sul	4304622	-1.167.827,83	12.141.688,43	-
RS	Capão do Cipó	4304655	871.526,00	15.714.555,15	5,55
RS	Capitão	4304697	-958.486,12	14.546.110,81	-
RS	Capivari do Sul	4304671	-4.121.392,91	15.646.895,05	-
RS	Carlos Barbosa	4304804	2.086.416,23	82.814.761,24	2,52
RS	Caseiros	4304952	-1.771.054,90	11.958.701,28	-
RS	Catuípe	4305009	-895.711,02	21.050.979,20	-
RS	Cerro Grande	4305157	550.782,10	10.294.981,97	5,35
RS	Chapada	4305306	-872.792,69	24.467.776,09	-
RS	Charrua	4305371	-1.750.078,22	10.407.070,35	-
RS	Chувиска	4305447	-534.769,30	13.121.417,65	-
RS	Colinas	4305587	-702.570,10	12.298.828,01	-
RS	Colorado	4305603	-10.985.054,25	14.318.409,26	-
RS	Condor	4305702	-1.230.569,21	18.833.102,48	-
RS	Constantina	4305801	2.758.997,77	23.981.327,92	11,50
RS	Coqueiro Baixo	4305835	-1.241.792,28	9.749.433,06	-
RS	Coronel Barros	4305871	-1.753.834,76	13.631.124,17	-
RS	Coronel Pilar	4305934	-2.166.056,81	9.961.162,39	-
RS	Cotiporã	4305959	-1.368.744,89	14.787.078,33	-
RS	Crissiumal	4306007	2.887,04	29.809.520,42	0,01
RS	Cristal	4306056	-4.479.059,32	18.562.538,19	-
RS	Cruzeiro do Sul	4306205	-1.440.552,36	25.279.022,26	-
RS	David Canabarro	4306304	-131.709,13	12.623.769,11	-
RS	Derrubadas	4306320	-2.593.514,11	13.152.349,58	-
RS	Dois Irmãos	4306403	-3.606.522,93	72.629.251,76	-
RS	Dois Lajeados	4306452	-662.887,08	12.680.923,49	-
RS	Dom Feliciano	4306502	-2.055.933,94	31.496.594,36	-
RS	Dom Pedrito	4306601	-7.932.086,48	82.336.032,33	-
RS	Dom Pedro de Alcântara	4306551	-427.097,83	10.229.888,89	-
RS	Doutor Ricardo	4306759	742.245,20	10.029.793,16	7,40
RS	Eldorado do Sul	4306767	1.021.530,55	87.346.418,34	1,17
RS	Encantado	4306809	-3.059.185,74	54.424.009,54	-
RS	Entre Rios do Sul	4306957	-937.654,27	16.200.190,04	-
RS	Ernestina	4307054	-7.208.461,80	13.767.601,44	-
RS	Erval Grande	4307203	242.557,36	15.693.372,59	1,55
RS	Esmeralda	4307401	-2.081.372,07	16.047.262,21	-
RS	Esperança do Sul	4307450	-2.182.974,06	12.280.278,55	-
RS	Estância Velha	4307609	-3.929.896,22	99.682.382,95	-
RS	Estrela	4307807	-401.747,14	77.921.242,69	-
RS	Eugênio de Castro	4307831	-484.817,20	12.997.037,34	-
RS	Fagundes Varela	4307864	-10.218.719,82	12.847.606,68	-
RS	Fazenda Vilanova	4308078	-1.275.300,53	14.573.246,82	-
RS	Feliz	4308102	-2.950.221,05	33.746.557,25	-
RS	Flores da Cunha	4308201	-9.892.587,12	79.029.746,59	-
RS	Fontoura Xavier	4308300	704.292,38	20.532.944,02	3,43
RS	Forquethina	4308433	-3.177.974,10	10.359.125,02	-

RS	Garibaldi	4308607	-14.560.138,49	85.023.776,04	-
RS	Garruchos	4308656	-188.029,40	14.009.967,47	-
RS	Gaurama	4308706	-8.201.801,10	16.621.792,22	-
RS	Giruá	4309001	-8.629.491,21	50.228.009,01	-
RS	Glorinha	4309050	-2.947.026,57	26.963.295,10	-
RS	Gramado	4309100	-8.924.693,28	181.549.405,22	-
RS	Gramado dos Loureiros	4309126	1.322.927,07	10.245.205,43	12,91
RS	Guabiju	4309258	-1.630.415,25	9.045.651,75	-
RS	Guaporé	4309407	-1.171.526,19	64.995.407,94	-
RS	Guarani das Missões	4309506	846.374,98	17.216.473,72	4,92
RS	Harmonia	4309555	-539.143,51	17.954.097,70	-
RS	Herval	4307104	83.032,03	19.676.563,21	0,42
RS	Herveiras	4309571	-1.220.480,02	10.488.771,34	-
RS	Horizontina	4309605	-8.638.123,47	65.510.271,49	-
RS	Hulha Negra	4309654	-4.125.941,86	17.331.409,49	-
RS	Humaitá	4309704	-21.394.413,32	14.230.392,63	-
RS	Ibarama	4309753	-580.939,20	13.390.902,78	-
RS	Ibiaçá	4309803	-1.509.388,01	17.174.017,94	-
RS	Ibiraiaras	4309902	-483.775,56	18.168.777,35	-
RS	Ibirapuitá	4309951	-349.665,76	14.548.569,70	-
RS	Igrejinha	4310108	6.058.398,66	87.730.459,05	6,91
RS	Ilópolis	4310306	-1.254.743,95	13.051.078,85	-
RS	Independência	4310405	3.907.868,88	16.661.830,24	23,45
RS	Inhacorá	4310413	1.384.357,62	10.446.395,94	13,25
RS	Itatiba do Sul	4310702	-339.414,65	12.866.341,63	-
RS	Ivorá	4310751	0,00	10.110.209,97	0,00
RS	Ivoti	4310801	231.999,52	57.599.468,27	0,40
RS	Jacuizinho	4310876	-837.904,34	11.117.673,90	-
RS	Jaguarão	4311007	-24.744.723,00	53.910.265,21	-
RS	Jaguari	4311106	-4.083.934,82	26.661.912,81	-
RS	Jari	4311130	-1.810.932,41	14.032.782,38	-
RS	Jóia	4311155	-1.254.414,85	26.517.723,98	-
RS	Júlio de Castilhos	4311205	-2.591.680,16	51.525.585,03	-
RS	Lagoa Bonita do Sul	4311239	-857.824,24	9.628.171,11	-
RS	Lavras do Sul	4311502	-1.892.007,96	22.162.236,55	-
RS	Liberato Salzano	4311601	0,00	13.646.806,69	0,00
RS	Machadinho	4311700	-1.874.809,16	18.072.584,94	-
RS	Maratá	4311791	-3.030.660,89	12.503.132,22	-
RS	Marau	4311809	-5.214.154,67	99.145.993,10	-
RS	Marcelino Ramos	4311908	-8.022.780,66	15.587.434,81	-
RS	Marques de Souza	4312054	-1.066.902,85	14.758.038,55	-
RS	Mata	4312104	234.079,79	14.477.938,83	1,62
RS	Mato Leitão	4312153	-921.929,17	16.263.958,64	-
RS	Mato Queimado	4312179	-2.090.330,09	12.094.578,98	-
RS	Maximiliano de Almeida	4312203	-1.261.139,14	13.817.606,48	-
RS	Minas do Leão	4312252	-5.831.079,08	20.535.116,92	-
RS	Miraguaí	4312302	1.562.389,44	16.831.928,53	9,28
RS	Montauri	4312351	-2.495.265,48	10.431.603,88	-
RS	Monte Belo do Sul	4312385	-3.306.908,07	12.887.765,90	-
RS	Morro Redondo	4312450	-3.182.377,69	14.612.036,43	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Morro Reuter	4312476	-1.106.354,79	15.921.869,91	-
RS	Mostardas	4312500	1.970.676,65	28.830.451,89	6,84
RS	Muçum	4312609	-23.901,82	14.353.796,91	-
RS	Muitos Capões	4312617	-1.102.379,30	18.128.250,18	-
RS	Muliterno	4312625	-160.218,00	10.869.694,87	-
RS	Não-Me-Toque	4312658	-12.985.831,27	50.452.846,74	-
RS	Nonoai	4312708	4.010.305,24	27.139.199,07	14,78
RS	Nova Alvorada	4312757	-1.783.055,97	14.366.877,02	-
RS	Nova Araçá	4312807	0,00	16.697.351,38	0,00
RS	Nova Boa Vista	4312955	-1.657.130,18	11.747.385,18	-
RS	Nova Candelária	4313011	-2.309.458,62	13.996.590,44	-
RS	Nova Esperança do Sul	4313037	-149.639,64	12.901.411,08	-
RS	Nova Hartz	4313060	2.446.510,65	42.442.341,21	5,76
RS	Nova Pádua	4313086	-1.832.698,20	11.864.242,78	-
RS	Nova Palma	4313102	287.241,89	18.663.240,79	1,54
RS	Nova Petrópolis	4313201	-7.995.146,74	53.149.513,81	-
RS	Nova Prata	4313300	-6.264.763,06	76.612.368,19	-
RS	Nova Ramada	4313334	-4.976.725,99	11.838.768,78	-
RS	Nova Roma do Sul	4313359	-2.365.908,66	17.035.873,76	-
RS	Novo Barreiro	4313490	-7.853.288,71	12.501.757,02	-
RS	Novo Cabrais	4313391	-879.982,46	11.981.141,65	-
RS	Novo Machado	4313425	-1.961.303,38	13.454.083,09	-
RS	Novo Tiradentes	4313441	-490.958,70	10.314.247,60	-
RS	Novo Xingu	4313466	133.283,76	10.380.961,60	1,28
RS	Osório	4313508	-31.133.979,84	160.414.687,75	-
RS	Paim Filho	4313607	-864.059,34	12.926.928,50	-
RS	Palmitinho	4313805	-816.051,34	16.874.535,99	-
RS	Panambi	4313904	-199.721,68	112.030.242,65	-
RS	Pantano Grande	4313953	1.786.932,85	22.631.603,30	7,90
RS	Parai	4314001	-1.484.008,17	21.452.251,18	-
RS	Paraíso do Sul	4314027	-1.167.966,88	15.999.998,86	-
RS	Pareci Novo	4314035	-2.292.021,62	15.559.495,81	-
RS	Passa Sete	4314068	-3.114.045,68	13.879.570,83	-
RS	Passo do Sobrado	4314076	-1.591.242,80	16.193.928,65	-
RS	Paulo Bento	4314134	-1.951.444,26	11.272.940,76	-
RS	Paverama	4314159	-1.520.957,52	16.010.979,69	-
RS	Pedras Altas	4314175	-2.713.031,21	13.956.433,27	-
RS	Pejuçara	4314308	78.485,48	16.528.922,12	0,47
RS	Picada Café	4314423	-2.157.355,25	21.160.699,36	-
RS	Pinhal da Serra	4314464	-2.569.310,24	26.115.223,36	-
RS	Pinhal Grande	4314472	-2.296.960,58	19.748.330,28	-
RS	Pinheirinho do Vale	4314498	-482.995,40	13.458.528,56	-
RS	Pirapó	4314555	-1.236.163,94	11.233.392,79	-
RS	Planalto	4314704	0,00	20.458.580,11	0,00
RS	Poço das Antas	4314753	-1.358.608,78	11.633.417,61	-
RS	Pontão	4314779	-734.541,18	19.372.492,38	-
RS	Portão	4314803	6.074.773,71	68.784.973,02	8,83
RS	Porto Mauá	4315057	-914.333,30	11.020.937,53	-
RS	Porto Vera Cruz	4315073	-413.856,86	10.104.287,26	-
RS	Porto Xavier	4315107	-919.088,49	21.317.748,08	-

RS	Pouso Novo	4315131	-1.155.875,12	9.873.005,73	-
RS	Presidente Lucena	4315149	-672.240,78	11.748.255,91	-
RS	Progresso	4315156	-996.094,83	14.971.907,01	-
RS	Protásio Alves	4315172	-827.059,96	10.471.968,01	-
RS	Quatro Irmãos	4315313	-502.198,19	10.665.034,00	-
RS	Quinze de Novembro	4315354	-734.480,84	16.161.659,69	-
RS	Redentora	4315404	1.814.429,39	18.733.853,49	9,69
RS	Restinga Seca	4315503	-1.529.115,86	34.284.078,54	-
RS	Rio dos Índios	4315552	0,00	13.147.046,19	0,00
RS	Rio Pardo	4315701	9.274.291,95	91.990.892,89	10,08
RS	Roca Sales	4315800	402.091,99	24.675.925,21	1,63
RS	Rolador	4315958	-2.067.972,13	11.820.705,91	-
RS	Ronda Alta	4316105	-478.097,85	22.259.030,03	-
RS	Rondinha	4316204	-536.681,60	17.339.976,83	-
RS	Saldanha Marinho	4316436	1.587.016,88	12.418.305,53	12,78
RS	Salvador das Missões	4316477	-809.566,87	11.923.437,62	-
RS	Salvador do Sul	4316501	-2.469.876,14	19.975.578,49	-
RS	Sananduva	4316600	-1.332.184,36	34.134.555,13	-
RS	Santa Bárbara do Sul	4316709	877.902,65	28.054.650,46	3,13
RS	Santa Cecília do Sul	4316733	-760.732,02	11.790.071,36	-
RS	Santa Clara do Sul	4316758	-5.655.479,50	17.184.742,43	-
RS	Santa Maria do Herval	4316956	-813.815,83	16.886.924,97	-
RS	Santa Tereza	4317251	-312.352,19	9.260.797,22	-
RS	Santana da Boa Vista	4317004	-1.327.812,73	17.623.983,18	-
RS	Santo Antônio da Patrulha	4317608	-1.788.933,07	81.555.031,17	-
RS	Santo Antônio do Palma	4317558	-1.171.860,34	11.152.686,30	-
RS	Santo Cristo	4317905	11.822,48	31.299.901,70	0,04
RS	Santo Expedito do Sul	4317954	-141.857,83	10.947.415,94	-
RS	São Domingos do Sul	4318051	306.580,48	11.077.977,19	2,77
RS	São Francisco de Assis	4318101	-779.773,87	42.229.569,56	-
RS	São Jerônimo	4318408	-5.260.856,02	36.067.475,89	-
RS	São Jorge	4318440	-1.144.710,26	10.066.720,76	-
RS	São José do Inhacorá	4318499	-2.506.679,31	11.389.460,82	-
RS	São José do Norte	4318507	-8.969.349,53	58.755.736,24	-
RS	São José do Ouro	4318606	231.774,83	16.775.071,83	1,38
RS	São José do Sul	4318614	-1.725.257,61	12.815.424,59	-
RS	São Marcos	4319000	-192.085,35	54.123.382,24	-
RS	São Martinho	4319109	-411.060,51	15.860.488,22	-
RS	São Miguel das Missões	4319158	-1.386.300,93	22.343.755,97	-
RS	São Pedro da Serra	4319356	-1.305.761,33	14.192.252,28	-
RS	São Pedro do Butiá	4319372	-13.284.638,15	14.183.503,31	-
RS	São Pedro do Sul	4319406	-6.657.426,58	34.308.009,40	-
RS	São Sebastião do Cai	4319505	696.699,84	57.635.345,33	1,21
RS	São Valentim do Sul	4319711	-1.228.574,61	9.950.044,39	-
RS	São Vendelino	4319752	-1.692.129,77	13.056.867,71	-
RS	São Vicente do Sul	4319802	525.308,95	21.222.305,14	2,48
RS	Sarandi	4320107	-3.202.609,43	44.167.040,69	-
RS	Seberi	4320206	-17.203.201,51	24.869.912,70	-
RS	Sede Nova	4320230	-2.000.431,32	12.039.487,95	-
RS	Selbach	4320305	1.351.066,97	16.576.407,77	8,15

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Senador Salgado Filho	4320321	-361.358,81	-11.331.984,14	-
RS	Serafina Corrêa	4320404	-3.473.061,05	41.552.022,74	-
RS	Severiano de Almeida	4320602	-1.430.514,78	10.245.205,43	-
RS	Silveira Martins	4320651	-705.686,37	10.707.220,73	-
RS	Sinimbu	4320677	-7.440.013,84	22.312.164,70	-
RS	Sobradinho	4320701	2.256.621,39	31.690.121,91	7,12
RS	Soledade	4320800	805.357,05	60.165.924,06	1,34
RS	Tabaí	4320859	0,00	11.852.201,95	0,00
RS	Tapejara	4320909	-3.318.474,85	48.287.774,83	-
RS	Tapera	4321006	957.003,52	27.678.917,34	3,46
RS	Tapes	4321105	-1.077.289,64	35.463.335,72	-
RS	Taquari	4321303	6.433.075,51	48.811.977,32	13,18
RS	Taquaruçu do Sul	4321329	-1.785.169,04	11.628.632,16	-
RS	Tavares	4321352	956.183,33	13.130.520,45	7,28
RS	Tenente Portela	4321402	-2.858.127,49	29.958.024,45	-
RS	Terra de Areia	4321436	7.450.649,99	23.802.763,55	31,30
RS	Teutônia	4321451	3.990.460,84	70.272.398,26	5,68
RS	Tio Hugo	4321469	1.483.279,55	12.348.255,00	12,01
RS	Tiradentes do Sul	4321477	-2.185.889,74	13.833.737,85	-
RS	Travesseiro	4321626	-1.686.145,93	11.299.931,60	-
RS	Três Arroios	4321634	58.233,69	11.970.792,43	0,49
RS	Três Cachoeiras	4321667	-4.505.919,21	21.357.108,45	-
RS	Três de Maio	4321808	-2.443.301,51	46.218.805,26	-
RS	Três Palmeiras	4321857	455.100,46	13.813.846,17	3,29
RS	Três Passos	4321907	-1.484.278,83	48.757.341,76	-
RS	Trindade do Sul	4321956	-568.785,42	14.846.224,65	-
RS	Tucunduva	4322103	48.564,99	15.274.737,55	0,32
RS	Tupanci do Sul	4322186	-488.939,90	9.867.827,60	-
RS	Tupanciretã	4322202	7.495.265,79	57.104.067,87	13,13
RS	Tupandi	4322251	-677.172,63	24.156.937,24	-
RS	Tuparendi	4322301	1.082.060,73	18.833.730,49	5,75
RS	Vale do Sol	4322533	-3.456.154,00	25.262.621,39	-
RS	Vale Real	4322541	-582.520,32	15.646.708,66	-
RS	Vale Verde	4322525	-1.046.483,30	12.618.593,27	-
RS	Vanini	4322558	-864.380,68	10.639.112,22	-
RS	Vera Cruz	4322707	-8.072.481,34	58.133.410,19	-
RS	Veranópolis	4322806	-6.031.475,82	72.039.892,15	-
RS	Vespasiano Correa	4322855	-1.852.194,91	10.952.644,89	-
RS	Vicente Dutra	4323101	-1.911.800,20	12.698.092,12	-
RS	Vila Flores	4323309	-1.863.871,71	15.180.574,68	-
RS	Vila Lângaro	4323358	-405.305,38	12.650.738,45	-
RS	Vista Alegre	4323507	-629.350,85	10.880.259,81	-
RS	Vista Alegre do Prata	4323606	-1.256.010,35	12.335.385,00	-
RS	Westfália	4323770	-2.211.117,25	16.861.936,14	-
RS	Xangri-lá	4323804	-6.148.169,42	82.642.336,25	-
SC	Água Doce	4200408	-6.270.513,27	22.124.800,46	-
SC	Águas de Chapecó	4200507	-659.654,53	14.272.684,28	-
SC	Águas Frias	4200556	-1.439.781,58	11.189.088,36	-
SC	Anchieta	4200804	-1.614.695,23	14.951.476,69	-
SC	Antônio Carlos	4201208	-3.240.620,65	27.350.011,39	-

SC	Apiúna	4201257	-1.635.003,23	30.362.009,38	-
SC	Ascurra	4201703	-950.374,60	15.911.865,76	-
SC	Atalanta	4201802	-150.137,64	11.366.921,91	-
SC	Bela Vista do Toldo	4202131	646.213,58	15.862.668,79	-4,07
SC	Belmonte	4202156	-400.944,61	10.757.819,33	-
SC	Bocaina do Sul	4202438	-1.691.851,23	11.925.872,66	-
SC	Bom Jesus	4202537	-1.232.135,33	11.362.501,52	-
SC	Bom Jesus do Oeste	4202578	-1.004.824,13	10.765.304,84	-
SC	Braço do Trombudo	4202859	-1.347.752,79	14.582.614,27	-
SC	Campo Alegre	4203303	-752.431,83	32.343.362,34	-
SC	Capinzal	4203907	-7.525.678,06	63.627.776,49	-
SC	Caxambu do Sul	4204103	391.407,24	15.931.575,57	2,46
SC	Celso Ramos	4204152	495.453,79	14.315.163,90	3,46
SC	Cocal do Sul	4204251	1.745.664,91	41.261.252,12	4,23
SC	Cordilheira Alta	4204350	-1.146.152,96	17.596.809,08	-
SC	Coronel Martins	4204459	-246.746,10	10.272.784,74	-
SC	Corupá	4204509	685.943,63	33.847.344,46	2,03
SC	Descanso	4204905	-695.594,99	17.896.710,47	-
SC	Dionísio Cerqueira	4205001	-3.367.314,45	35.427.560,47	-
SC	Dona Emma	4205100	-1.146.416,53	11.806.403,15	-
SC	Doutor Pedrinho	4205159	-1.804.624,44	11.059.151,76	-
SC	Entre Rios	4205175	-1.306.324,82	11.345.043,04	-
SC	Ermo	4205191	-87.578,50	10.577.552,89	-
SC	Ervãl Velho	4205209	-3.247.682,67	14.290.059,37	-
SC	Faxinal dos Guedes	4205308	-3.445.958,02	30.329.652,70	-
SC	Forquilha	4205456	-3.254.904,76	59.441.899,48	-
SC	Garopaba	4205704	-6.595.288,10	50.565.905,03	-
SC	Grão Pará	4206108	894.126,68	16.783.221,39	5,33
SC	Guaraciaba	4206405	613.361,90	24.648.750,73	2,49
SC	Guarujá do Sul	4206603	-2.297.082,73	14.181.269,01	-
SC	Guatambú	4206652	0,00	17.980.464,50	0,00
SC	Iomerê	4207577	-686.517,43	14.069.392,86	-
SC	Iporã do Oeste	4207650	-2.607.509,18	21.118.657,47	-
SC	Iraceminha	4207759	444.048,26	12.348.448,13	3,60
SC	Itá	4208005	153.979,22	33.493.081,49	0,46
SC	Itapiranga	4208401	-1.788.751,98	44.291.689,67	-
SC	Jardinópolis	4208955	-971.137,92	11.881.079,12	-
SC	José Boiteux	4209151	877.388,73	13.874.844,52	6,32
SC	Jupia	4209177	-375.833,96	10.004.572,67	-
SC	Lajeado Grande	4209458	-1.254.435,12	10.277.413,12	-
SC	Leoberto Leal	4209805	-1.574.736,27	12.023.725,68	-
SC	Luzerna	4210035	-790.647,38	16.753.215,36	-
SC	Maravilha	4210506	-2.549.163,65	55.636.420,60	-
SC	Massaranduba	4210605	-2.826.344,13	37.994.138,69	-
SC	Meleiro	4210803	-1.206.726,70	20.055.559,04	-
SC	Mirim Doce	4210852	-75.003,74	10.935.710,24	-
SC	Nova Erechim	4211405	-755.694,04	15.947.171,15	-
SC	Nova Itaberaba	4211454	-3.022.400,30	14.801.673,19	-
SC	Novo Horizonte	4211652	-1.048.018,88	11.263.540,88	-
SC	Ouro Verde	4211850	-800.691,88	11.535.769,25	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Paulo Lopes	4212304	-1.064.160,19	15.514.594,48	-
SC	Petrolândia	4212700	-1.072.749,22	15.159.894,01	-
SC	Presidente Getúlio	4214003	-2.623.722,55	38.512.751,82	-
SC	Quilombo	4214201	-2.739.539,04	23.618.803,61	-
SC	Rio do Oeste	4214607	-1.765.830,83	17.152.862,20	-
SC	Rio Fortuna	4214904	-165.460,55	13.444.354,11	-
SC	Riqueza	4215075	-1.543.001,13	13.016.590,91	-
SC	Salto Veloso	4215406	-16.173.944,81	15.698.286,51	-
SC	Santa Cecília	4215505	4.060.812,06	34.701.918,45	11,70
SC	Santa Helena	4215554	-1.222.823,57	10.440.621,91	-
SC	Santiago do Sul	4215695	-793.663,66	9.657.064,79	-
SC	São Bernardino	4215752	-717.264,26	11.396.682,81	-
SC	São Bonifácio	4215901	-1.868.408,01	10.662.735,22	-
SC	São Domingos	4216107	-4.407.075,37	20.949.735,77	-
SC	São José do Cedro	4216701	-2.742.743,83	32.242.155,35	-
SC	São Lourenço do Oeste	4216909	-5.497.561,79	56.478.701,42	-
SC	São Miguel do Oeste	4217204	-164.350,67	84.544.891,34	-
SC	Seara	4217501	-373.461,09	45.062.524,18	-
SC	Serra Alta	4217550	-813.459,17	12.007.794,21	-
SC	Sombrio	4217709	5.689.856,23	54.265.758,54	10,49
SC	Sul Brasil	4217758	-1.392.922,56	10.815.984,28	-
SC	Tigrinhos	4217956	-356.704,39	9.914.000,62	-
SC	Timbé do Sul	4218103	-1.054.274,80	13.602.230,41	-
SC	Timbó	4218202	-26.801.246,71	107.879.330,21	-
SC	Treviso	4218350	-287.416,89	20.564.916,15	-
SC	Treze de Maio	4218400	-1.326.034,19	15.438.687,98	-
SC	Tunápolis	4218756	-974.330,05	15.624.416,82	-
SC	Turvo	4218806	-207.718,27	29.476.002,12	-
SC	Vargem Bonita	4219176	-2.831.310,93	20.016.065,68	-
SC	Vidal Ramos	4219200	-171.349,70	19.632.218,53	-
SC	Witmarsum	4219408	-1.495.808,59	12.281.681,73	-
SC	Xavantina	4219606	-983.715,76	15.656.225,67	-
SE	Araúá	2800407	-2.502.297,18	24.571.776,83	-
SE	Boquim	2800670	-2.594.332,23	42.024.360,92	-
SE	Campo do Brito	2801009	-1.451.487,55	32.458.335,07	-
SE	Carira	2801405	-3.796.099,44	22.158.388,78	-
SE	Divina Pastora	2802007	-9.427.579,62	22.748.829,62	-
SE	Frei Paulo	2802304	-2.252.684,04	28.978.444,91	-
SE	Indiaroba	2802809	-4.438.832,32	33.430.510,28	-
SE	Japaratuba	2803302	-9.641.908,21	65.021.241,99	-
SE	Japoatã	2803401	-3.517.646,22	24.797.661,39	-
SE	Laranjeiras	2803609	-9.599.182,01	22.158.388,78	-
SE	Moita Bonita	2804102	-1.876.457,00	22.158.388,78	-
SE	Nossa Senhora Aparecida	2804458	1.504.099,62	17.199.135,28	8,75
SE	Pedra Mole	2805000	-933.096,41	11.797.768,79	-
SE	Pedrinhas	2805109	2.451.440,89	18.585.422,18	13,19
SE	Poço Verde	2805505	3.767.031,43	35.427.585,29	10,63
SE	Rosário do Catete	2806107	4.914.417,19	59.818.258,46	8,22
SE	Simão Dias	2807105	20.951.000,13	24.571.776,83	85,26
SE	Umbaúba	2807600	1.784.976,31	42.574.653,88	4,19

SP	Agudos	3500709	-20.900,00	127.649.916,67	-
SP	Alto Alegre	3501103	-1.092.743,03	16.429.146,40	-
SP	Álvares Florence	3501202	7.864,54	15.897.952,79	0,05
SP	Américo Brasiliense	3501707	-2.967.029,43	79.601.914,38	-
SP	Américo de Campos	3501806	34.504,93	17.719.604,44	0,19
SP	Bady Bassitt	3504602	1.615.379,54	44.850.482,21	3,60
SP	Braúna	3507704	541.817,37	15.349.420,43	3,53
SP	Cândido Rodrigues	3510104	-91.053,86	12.238.064,53	-
SP	Charqueada	3511706	-87.353,29	36.458.000,34	-
SP	Clementina	3511904	-1.303.459,29	20.163.477,02	-
SP	Cosmorama	3512902	-2.019.919,22	22.595.519,39	-
SP	Cunha	3513603	-1.478.427,55	43.320.820,12	-
SP	Dracena	3514403	564.133,29	100.512.446,61	0,56
SP	Elisiário	3514924	-2.129.584,93	13.348.756,86	-
SP	Estrela d'Oeste	3515202	-992.660,76	24.817.576,17	-
SP	Gália	3516606	-1.327.159,82	17.576.840,98	-
SP	Guariba	3518602	-16.879.242,87	88.377.848,69	-
SP	Ibirá	3519402	2.980.518,95	31.887.857,65	9,35
SP	Iracemápolis	3521408	8.373.462,17	54.295.243,74	15,42
SP	Irapuã	3521507	-3.419.197,51	17.524.680,46	-
SP	Itajobi	3521903	1.092.696,58	46.047.591,58	2,37
SP	Jambeiro	3524907	-2.690.039,14	27.928.138,38	-
SP	José Bonifácio	3525706	7.310.583,23	78.992.100,85	9,25
SP	Jumirim	3525854	-32.920,34	15.353.485,40	-
SP	Junqueirópolis	3526001	-3.529.058,22	49.160.308,47	-
SP	Lagoinha	3526308	-1.300.316,06	15.040.556,54	-
SP	Laranjal Paulista	3526407	1.662.424,96	68.650.734,01	2,42
SP	Lavinia	3526506	-2.565.197,48	25.974.445,77	-
SP	Macedônia	3528205	-2.601.288,44	13.621.088,33	-
SP	Meridiano	3529609	-134.444,48	17.775.422,61	-
SP	Miracatu	3529906	-2.545.276,27	58.346.887,60	-
SP	Monte Castelo	3531605	-14.569,66	15.317.628,86	-
SP	Monteiro Lobato	3531704	0,00	13.665.846,48	0,00
SP	Natividade da Serra	3532306	2.481.006,33	21.537.498,38	11,52
SP	Nova Aliança	3532801	-146.919,13	18.195.981,64	-
SP	Nova Granada	3533007	107.326,30	39.182.273,32	0,27
SP	Oriente	3534104	1.343.775,80	15.425.015,55	8,71
SP	Orindiúva	3534203	-2.377.895,49	27.953.332,65	-
SP	Parapuã	3536000	505.233,29	24.175.391,49	2,09
SP	Pardinho	3536109	76.825,22	25.230.397,01	0,30
SP	Pariquera-Açu	3536208	-4.546.950,53	37.023.024,25	-
SP	Pedro de Toledo	3537206	-1.566.774,93	27.383.362,12	-
SP	Porangaba	3540507	-1.269.548,18	10.564.258,80	-
SP	Pratânia	3541059	-1.022.140,68	15.265.246,46	-
SP	Quatá	3541703	0,00	36.274.478,69	0,00
SP	Rincão	3543709	6.103.303,31	26.052.663,11	23,43
SP	Rio Grande da Serra	3544103	41.110.285,07	59.703.638,46	68,86
SP	Sales	3544806	-62.916,64	22.710.586,66	-
SP	Saltinho	3545159	-1.188.964,65	21.783.827,97	-
SP	Santa Maria da Serra	3547007	139.473,76	17.187.978,52	0,81

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	São Pedro	3550407	-39.447.191,65	92.801.465,96	-
SP	Suzanápolis	3552551	-215.308,68	20.315.374,90	-
SP	Taguai	3553005	-110.905,55	26.366.491,30	-
SP	Taquarituba	3553807	-1.478.789,68	54.320.751,86	-
SP	Torre de Pedra	3554656	-709.283,08	9.735.103,81	-
SP	Ubarana	3555356	776.454,76	21.976.489,13	3,53
SP	Valentim Gentil	3556107	-2.141.639,75	28.966.405,35	-
SP	Vitória Brasil	3556958	639.996,95	9.991.939,03	6,41
SP	Zacarias	3557154	-3.676.754,50	17.861.421,01	-
TO	Chapada da Natividade	1705102	1.530.391,43	8.643.043,10	17,71

*Luiz**h**B**4*

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 3

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras

Em atendimento aos inc. II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Resumo das operações agrupadas por:**
 - **arquivadas a pedido¹;**
 - **deferidas;**
 - **pendentes de regularização²; e**
 - **arquivadas por decurso de prazo³.**

Período: 01 a 31 de janeiro/2016

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

¹ O pleito foi arquivado a pedido do credor/interessado.

² O pleito foi arquivado com status “pendente de regularização”, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes. Neste caso, a contratação de novas operações de crédito pelo ente fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão.

³ O pleito foi arquivado, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes.

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Operação Contratual Interna

Número do Processo: 17944.000099/2015-87
Tipo de Ente: Município
Interessado: Aparecida de Goiânia
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 248
Moeda: Real
Valor: R\$ 10.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. acrescidos de TR
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 04/01/2016

Número do Processo: 17944.000699/2015-45
Tipo de Ente: Município
Interessado: Apucarana
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.300.000,00
Taxa de juros: 5,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 27/01/2016

Número do Processo: 17944.000698/2015-09
Tipo de Ente: Município
Interessado: Apucarana
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 6.000.000,00
Taxa de juros: 5,25% ao ano.

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 27/01/2016

Número do Processo: 17944.001156/2015-45
Tipo de Ente: Município
Interessado: Bambuí
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 800.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 25/01/2016

Número do Processo: 17944.001243/2015-01
Tipo de Ente: Município
Interessado: Bombinhas
UF: SC
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 254
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.500.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 26/01/2016

Número do Processo: 17944.001610/2014-87
Tipo de Ente: Município
Interessado: Caldas Novas
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal

Handwritten marks: *W*, *U*, *B*

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Prazo (meses): 264
Moeda: Real
Valor: R\$ 31.172.173,79
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 28/01/2016

Número do Processo: 17944.001609/2014-52
Tipo de Ente: Município
Interessado: Caldas Novas
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 252
Moeda: Real
Valor: R\$ 10.693.694,61
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 28/01/2016

Número do Processo: 17944.001331/2014-13
Tipo de Ente: Município
Interessado: Caldas Novas
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 54
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.000.000,00
Taxa de juros: 4,00% a.a (Remuneração Básica do BNDES 0,5% a.a;
Taxa Intermediação financeira 0,5% a.a e
Remuneração Caixa 3,00% a.a);
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 28/01/2016

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Número do Processo: 17944.000061/2016-95
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cantagalo
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 4,25% a.a
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 22/01/2016

Número do Processo: 17944.001142/2015-21
Tipo de Ente: Município
Interessado: Contenda
UF: PR
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 254
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.500.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: TR
Status: Arquivado a pedido
Data: 06/01/2016

Número do Processo: 17944.000718/2015-33
Tipo de Ente: Município
Interessado: Criciúma
UF: SC
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.814.499,00
Taxa de juros: 4,0% a.a.
Atualização Monetária: TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
Indexador: TJLP

Handwritten initials: "L" and "W" in blue ink.

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 21/01/2016

Número do Processo: 17944.000117/2016-10
Tipo de Ente: Município
Interessado: Guarapuava
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 10.000.000,00
Taxa de juros: 6,50% a.a
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.001207/2015-39
Tipo de Ente: Município
Interessado: Ipanema
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 22/01/2016

Número do Processo: 17944.000112/2016-89
Tipo de Ente: Município
Interessado: Itamogi
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 60

2016

u

A

4

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Moeda: Real
Valor: R\$ 380.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.000114/2016-78
Tipo de Ente: Município
Interessado: Itamogi
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 170.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.000781/2015-70
Tipo de Ente: Município
Interessado: Itapira
UF: SP
Credor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 8,00% a.a.
Indexador: IPC-FIPE
Status: Deferido
Data: 25/01/2016

Número do Processo: 17944.000620/2015-86
Tipo de Ente: Município

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios **TESOURO NACIONAL****TESOURO NACIONAL****Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Interessado: Itapira
UF: SP
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 0
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.000.000,00
Taxa de juros: Não informada
Indexador: Não se aplica
Status: Arquivado a pedido
Data: 14/01/2016

Número do Processo: 17944.001153/2015-10
Tipo de Ente: Município
Interessado: Itumbiara
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 4.796.044,00
Taxa de juros: 4,074% a.a (sendo taxa de juros BNDES=0,9% e remuneração da CAIXA= 3,174%);
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 25/01/2016

Número do Processo: 17944.001206/2015-94
Tipo de Ente: Município
Interessado: João Monlevade
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.200.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 27/01/2016

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Número do Processo: 17944.001198/2015-86
Tipo de Ente: Município
Interessado: João Monlevade
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 300.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 26/01/2016

Número do Processo: 17944.000121/2016-70
Tipo de Ente: Município
Interessado: Manoel Ribas
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 4,25% a.a.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.000502/2015-78
Tipo de Ente: Município
Interessado: Mongaguá
UF: SP
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 252
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.421.751,79



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Taxa de juros: 6 % a.a
Indexador: TR
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 21/01/2016

Número do Processo: 17944.000126/2016-01
Tipo de Ente: Município
Interessado: Nova Esperança
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 5,5% a.a.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.001209/2015-28
Tipo de Ente: Município
Interessado: Nova Resende
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a. (seis por cento ao ano)
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 04/01/2016

Número do Processo: 17944.001163/2015-47
Tipo de Ente: Estado
Interessado: Piauí
UF: PI

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 288
Moeda: Real
Valor: R\$ 217.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 19/01/2016

Número do Processo: 17944.001184/2015-62
Tipo de Ente: Município
Interessado: Poço Fundo
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 54
Moeda: Real
Valor: R\$ 495.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 28/01/2016

Número do Processo: 17944.001192/2015-17
Tipo de Ente: Município
Interessado: São João Evangelista
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 26/01/2016

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Número do Processo: 17944.000058/2016-71
Tipo de Ente: Município
Interessado: São Roque de Minas
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 50.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.000057/2016-27
Tipo de Ente: Município
Interessado: São Roque de Minas
UF: MG
Credor: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A
Prazo (meses): 72
Moeda: Real
Valor: R\$ 750.000,00
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.000927/2015-87
Tipo de Ente: Município
Interessado: Senador Canedo
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 13.862.621,00
Taxa de juros: 4,074% a.a (sendo taxa de juros BNDES= 0,9% e remuneração da CAIXA= 3,174%);
Indexador: TJLP
Status: Deferido

h
B
U

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Data: 27/01/2016

.....

Número do Processo: 17944.000108/2015-30
Tipo de Ente: Município
Interessado: Socorro
UF: SP
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 70
Moeda: Real
Valor: R\$ 540.000,00
Taxa de juros: 2,00% a.a. acrescidos da TJLP (6,00% a.a.).
Indexador: TJLP
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 20/01/2016

.....

Número do Processo: 17944.001063/2015-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Teresina
UF: PI
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 264
Moeda: Real
Valor: R\$ 84.113.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a.
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 19/01/2016

.....

Número do Processo: 17944.001213/2015-96
Tipo de Ente: Município
Interessado: Vitorino
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real

Handwritten initials: "C" and "h" in blue ink.

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Valor: - R\$ 500.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 05/01/2016

Operação Contratual Interna (com garantia da União)

Número do Processo: 17944.000527/2015-71
Tipo de Ente: Estado
Interessado: Goiás
UF: GO
Credor: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Prazo (meses): 180
Moeda: Real
Valor: R\$ 400.000.000,00
Taxa de juros: Os juros remuneratórios serão determinados no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Desembolso ("Data de Determinação"), sendo estes apurados de forma que o custo efetivo total do Financiamento seja equivalente ao de um Repasse Equivalente", cujos juros sejam definidos pela fórmula: Juros Repasse Equivalente = $[(1 + \text{Taxa República}) \times (1 + \text{Spread}) - 1]$, onde:

> "Taxa República" significa a interpolação linear das rentabilidades implícitas observadas no mercado secundário para compra (bid) das Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B) na Data de Determinação para os prazos médios ponderados imediatamente anterior e posterior ao prazo médio ponderado do Repasse Equivalente; e

> "Spread" significa 2,20% ao ano. Para fins de apuração do custo efetivo total deverá ser considerada a totalidade dos custos e despesas do Financiamento, incluindo juros remuneratórios e, no caso do Repasse Equivalente, imposto de renda incidente na fonte (IRF).

Para fins ilustrativos apenas, considerando as condições de mercado vigentes em 23 de junho de 2015, e assumindo-se que: (i) a Data de Desembolso seja em 25 de junho de 2015, (ii) a Taxa República seja equivalente a 6,05% ao ano, (iii) o Spread seja 2,20% ao ano, e (iv) a alíquota do imposto de renda incidente na fonte (IRF) seja 15,00%, a Taxa de Juros do Financiamento seria equivalente a 10,43% ao ano.

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/01/16 a 31/01/16

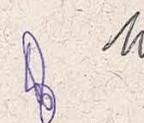
Indexador: IPCA
Status: Arquivado a pedido
Data: 18/01/2016

Número do Processo: 17944.001297/2014-87
Tipo de Ente: Estado
Interessado: São Paulo
UF: SP
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 168
Moeda: Real
Valor: R\$ 690.000.000,00
Taxa de juros: 5,5% a.a acrescidos de CDI
Indexador: CDI
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Número do Processo: 17944.000164/2014-93
Tipo de Ente: Município
Interessado: Alagoinhas
UF: BA
Credor: Corporação Andina de Fomento
Prazo (meses): 180
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 11.500.000,00
Taxa de juros: Libor de 6 meses + 1,6% a.a nos 8 primeiros anos, e
Libor de 6 meses + 2,6% a.a no prazo restante
Indexador: Não se aplica
Status: Deferido
Data: 14/01/2016

Número do Processo: 17944.000557/2011-54
Tipo de Ente: Estado
Interessado: Distrito Federal



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

UF: DF
Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento
Prazo (meses): 240
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 31.997.000,00
Taxa de juros: Libor 3 meses mais spread (margem variável a ser definida pelo BID)
Indexador: Não se aplica
Status: Deferido
Data: 29/01/2016

Número do Processo: 17944.001173/2014-00
Tipo de Ente: Município
Interessado: Fortaleza
UF: CE
Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento
Prazo (meses): 300
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 57.908.000,00
Taxa de juros: LIBOR Trimestral para dólar norte americano + spread (margem variável) a ser determinado pelo BID.
Indexador: Variação cambial
Status: Deferido
Data: 28/01/2016

Número do Processo: 17944.001633/2014-91
Tipo de Ente: Município
Interessado: São Bernardo do Campo
UF: SP
Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento
Prazo (meses): 300
Moeda: Dólar dos EUA
Valor: US\$ 59.050.000,00
Taxa de juros: Libor 3 meses
Indexador: Variação cambial
Status: Deferido
Data: 19/01/2016

SADIPEM Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/01/16 a 31/01/16

Resumo

Operação Contratual Interna - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal	2	4.500.000,00

Operação Contratual Interna - Arquivado por decurso de prazo

Credor	Operações	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal	3	8.776.250,79

Operação Contratual Interna - Deferido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal	9	376.137.533,40
Agência de Fomento do Paraná S/A	7	24.800.000,00
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	11	7.145.000,00
Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1	5.000.000,00

Operação Contratual Interna (com garantia da União) - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.	1	400.000.000,00

Operação Contratual Interna (com garantia da União) - Deferido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal	1	690.000.000,00

Operação Contratual Externa (com garantia da União) - Deferido

Credor	Operações	Valor (US\$)
Corporação Andina de Fomento	1	11.500.000,00
Banco Interamericano de Desenvolvimento	3	148.955.000,00

lv

Handwritten signature and initials in blue ink.

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado por decurso de prazo	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado a pedido	O pleito foi arquivado por solicitação do ente federativo ou da instituição financeira
Pendente de Regularização	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Deferido	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Indeferido	O pleito sob exame não atendeu os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 4**Relação das irregularidades constatadas no período**

Em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e
à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011

- São consideradas irregularidades, para fins deste Anexo, operações realizadas sem a prévia verificação de limites e condições ou operações vedadas nos termos do artigo 35 e 37 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- As operações de crédito e as equiparadas a operações de crédito nos termos do § 1º do art. 29 da LRF realizadas sem a prévia verificação de limites e condições são submetidas a processo de regularização nos termos do art. 24 da RSF nº 43/2001 antes da comunicação aos órgãos de controle;

Período: 01 a 31 de janeiro/2016

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/01/2016 a 31/01/2016

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Total de operações			

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 5

Operações Regularizadas e Arquivadas Pendentes de Regularização no período

Conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 31 de janeiro/2016

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/01/2016 a 31/01/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES VEDADAS CANCELADAS E PENDENTES DE CANCELAMENTO (Anexo 6)

Operações Vedadas Pendentes de Cancelamento (art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Nº de processo	Ente	Credor	Arquivados – a Cancelar			
			Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
			Total de operações			

Operações Vedadas Canceladas (art. 35 ou 37 c/c § 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Nº de processo	Ente	Credor	Arquivados – Cancelados			
			Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
			Total de operações			

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 6

Operações Vedadas Canceladas e Pendentes de Cancelamento no período

**Conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e
Portaria STN nº 227/2011**

Período: 01 a 31 de janeiro/2016

**Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias
da União, Estados e Municípios – SADIPEM**

Período de 01/01/2016 a 31/01/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERÇÕES REGULARIZADAS E ARQUIVADAS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO (Anexo 5)

Operações arquivadas pendentes de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
			Total de operações			

Operações regularizadas (art. 24 da RSF 43/2001) ou arquivadas por quitação

Arquivados – Regularizados ou Quitados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$)	Data	Obs.
			Total de operações			

Handwritten signatures and initials in blue ink.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 159, de 2016, na origem, encaminhado informações referentes ao Requerimento nº 981, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado.

Foi encaminhada cópia com as informações ao requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

Comunicações

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador José Medeiros

À Publicação

Em 16/03/2016

OFÍCIO Nº , DE 2016 – PLEN.

Nos termos do artigo 7º, §2º; do Regimento Interno do Senado Federal, comunico minha desfiliação do Partido Popular Socialista – PPS.

Sala das Sessões,

Senador José Medeiros



SF16905.08975-59



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do Democratas

Designo, no termo do expediente.

A Publicação

Em 16/03/2016

OF. Nº 16/16-GLDEM

Brasília, 16 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa. o meu nome, Senador RONALDO CAIADO, como membro, para compor a Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG.

Atenciosamente,

Senador RONALDO CAIADO

Líder do Democratas no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

Discurso encaminhado à publicação, na forma do disposto no art. 203 do regimento**interno.**

O SR GLADSON CAMELI (Bloco Democracia Progressista/PP-. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, tive a honra, esta semana, de representar o Legislativo brasileiro na trigésima sexta sessão plenária do Parlamento do Mercosul, que aconteceu na segunda-feira, 14 de março, em Montevidéu, no Uruguai. Prestei o meu compromisso na qualidade de integrante da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que é uma comissão mista permanente, presidida de maneira competente pelo Senador Roberto Requião.

Sr. Presidente, juntos os países do Mercosul são uma potência econômica. O bloco representa a quinta maior economia do mundo e reúne duzentos e setenta e cinco milhões de pessoas. É o maior produtor e exportador mundial de soja. O primeiro produtor - e segundo maior exportador mundial - de carne bovina. O quarto produtor mundial de vinho. O nono produtor mundial de arroz e tem a maior reserva de petróleo do mundo.

E, se juntos temos a força econômica, juntos também temos os problemas e temos as soluções. Aprovamos, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Protocolo de Controle e Prevenção do Vírus da Dengue e do Vetor *Aedes Aegypti*. Este protocolo é um marco para que os países possam debater e discutir possíveis respostas e soluções para os problemas criados pela epidemia.

Enquanto legisladores, temos a clareza de que o Parlasul não tem poderes para impor medidas e que os posicionamentos são declaratórios. Porém, para além do alcance de um simples pronunciamento, a nossa proposta, do Parlamento do Mercosul, é colaborar para reforçar o combate ao vírus e para que sociedade possa compreender a necessidade de se adotar as medidas recomendadas diuturnamente.

A dengue é um problema de saúde pública mundial. Teremos este ano os Jogos Olímpicos e também partidas das Eliminatórias do Mundial de Futebol de 2018. É importante que os portos, aeroportos e as passagens de fronteira de todos os países contem com um sistema de informação de fácil acesso, que oriente os visitantes sobre as medidas de controle que desenvolvemos em nosso país e inclusive a nossa situação epidemiológica. Sabemos que existe o risco de o vírus da Zika se propagar. A febre Zika e a Chikungunya que também são causadas pelo *Aedes Aegypti*.

Nós, os parlamentares do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia, países que fazem parte do bloco, discutimos a necessidade de monitorar a circulação do vírus nas áreas endêmicas, identificar fatores de risco e definir a metodologia de notificação, coleta e análise dos dados. E firmamos um compromisso de colaborar para cumprir o protocolo.

Participei, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, de reuniões muito produtivas. E saí com boas expectativas. Vi em todos os representantes o anseio de concretizar em curto tempo, acordos junto à União Europeia, para atrair investimentos a esta parte do continente americano. E mais adiante, estender as parcerias com o Canadá, a Aliança do Pacífico, a China e a Índia.

Volto desse encontro com a certeza de que devemos buscar, acima de tudo, o bem-estar social para os cidadãos que depositam em nós a sua confiança. Não apenas para os cidadãos brasileiros, mas para os cidadãos do Mercosul. É preciso enfrentar as crises, sejam de saúde, econômicas, políticas ou sociais. Não há dúvida que devemos fazer frente a qualquer ameaça. A maneira como vamos enfrentá-las é que vai fazer a diferença.

Agradeço, Sr. Presidente.

Ofício da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

- Ofício nº 77 de 2016, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, §§ 4º e 5º, o relatório de atividades desenvolvidas e resultados obtidos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste– FCO, referente ao primeiro semestre de 2015.

O expediente foi autuado da seguinte forma:

- Ofício "S" nº 3 de 2016, que seguirá à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e

- Ofício nº 4 de 2016-CN, que seguirá à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Uma via do documento será encaminhada à Câmara dos Deputados.

(Íntegra dos ofícios vide item 1.2.2.2 do sumário)

Pareceres

SENADO FEDERAL

PARECER N° 207, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Emenda n° 2, de Plenário, da Senadora Rose de Freitas, ao Projeto de Lei da Câmara n° 167, de 2015 - Complementar (n° 278/2013, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006*.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

RELATOR AD HOC: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 167, de 2015 - Complementar, foi apreciado por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tendo recebido o Parecer n° 9, de 2016-CAE, favorável nos termos da Emenda n° 01 - CAE, de redação. No prazo regimental, foi apresentada a Emenda n° 2 – PLEN, da senadora ROSE DE FREITAS, ora sob análise.

O PLC estabelece que o Microempreendedor Individual (MEI) poderá utilizar a sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

A emenda n° 2 – PLEN acrescenta, como possibilidades de sede de estabelecimento de Microempreendedor Individual, o uso de escritórios compartilhados ou virtuais.

A autora argumenta que a utilização de escritórios compartilhados ou virtuais como sede de pequenos negócios tem se disseminado cada vez mais, com o intuito de racionalizar custos, ter maior

intercâmbio com outros empreendedores e permitir ganho de escala do negócio, que muitas vezes necessita de reduzido espaço físico.

II – ANÁLISE

Em que pese à meritória intenção da autora de explicitar a possibilidade do uso de escritórios compartilhados ou virtuais como sede de estabelecimento, há que se questionar a necessidade desse aditamento, pois a legislação em vigor não veda tais hipóteses e, como a própria autora aponta, trata-se de práticas já disseminadas.

Temos que considerar, ainda, que caso a emenda seja aprovada, o projeto terá que retornar à Câmara dos Deputados, o que atrasará bastante sua transformação em norma jurídica.

Dessa forma, deve ser rejeitada a Emenda nº 2 – PLEN.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 2 – PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 2015 - Complementar.

Sala da Comissão, em 15 de março de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN, Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator

Senador JOSÉ PIMENTEL, Relator *ad hoc*



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/03/2016 às 10h - 5ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		3. VAGO	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA		7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. VAGO	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPLICY	
OMAR AZIZ		7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTES	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
DAVI ALCOLUMBRE		2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. RICARDO FRANCO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE



Senado Federal
Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/03/2016 às 10h - 5ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE



SENADO FEDERAL

PARECER N° 208, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 211, de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programa de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas.*

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Trata-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 211, de 2012, que altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para incluir programa de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas.

A proposição originou-se da Sugestão n° 24, de 2011, aprovada no âmbito do Programa Senado Jovem Brasileiro, edição de 2011, a partir de proposta da Jovem Senadora Jéssica Renata Gomes Perez, de Mato Grosso do Sul.

Nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução n° 42, de 2010, a Sugestão foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), convertendo-se no PLS n° 211, de 2012, distribuído para análise de mérito nesta CE.

O art. 1° acrescenta parágrafo único ao art. 51 da LDB, prevendo que o ingresso nas universidades e instituições de educação superior federais

deverá incluir programas de avaliação seriada, realizados mediante aplicação de provas ao final de cada ano do ensino médio.

O art. 2º apresenta a cláusula de vigência, que deverá ser imediata.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O PLS nº 211, de 2012, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da CE, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consideramos a proposição adequada e pertinente, pois alcança uma das questões mais complexas no campo da educação brasileira: o acesso ao ensino superior. As portas de uma instituição de educação superior são, para muitos jovens, funil intransponível, representado por uma série de requisitos e provas que desconsideram a globalidade do percurso acadêmico e se limitam a avaliar conhecimentos estanques, apresentados numa prova específica, em um momento pontual.

Ademais, importa considerar que já apresentei, em 2006, proposição com temática bastante similar. Trata-se do PLS nº 116, de 2006, que chegou a ser aprovado e encaminhado para a Câmara dos Deputados, onde recebeu a identificação de Projeto de Lei (PL) nº 2.934, de 2008. Naquela Casa, o projeto aguarda decisão do Plenário.

Os programas de avaliação seriada para seleção de futuros estudantes da educação superior, já realizados hoje em instituições como a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Santa Maria, constituem-se como alternativa viável e exequível para sanar esse problema. Esses programas, que são concretizados pela aplicação de exames, realizados em três etapas, ao final de cada série do ensino médio, permitem aos estudantes demonstrar, ao longo de todas as séries da etapa final da educação básica, e não apenas ao final dela, que estão aptos para se matricular no

ensino superior. Assim, deixam de sofrer das inseguranças e pressões advindas do modelo episódico e enciclopédico dos vestibulares tradicionais.

Além dessas vantagens, é importante ressaltar outro benefício inequívoco da adoção de programa de avaliação seriada nos moldes propostos no projeto: a indução de uma articulação mais estreita entre o ensino médio e a educação superior, de forma que se oxigenem não somente as diretrizes da seleção para os cursos superiores, mas também o próprio currículo efetivamente ministrado aos estudantes no ensino médio.

Outro aspecto a se destacar é que a proposição abre o leque das possibilidades para as instituições federais de ensino superior, sem eliminar outras alternativas de seleção, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou os vestibulares. Isso se torna claro quando deixa em aberto, em consonância com o preceito constitucional da autonomia universitária, a decisão sobre o formato dos programas de avaliação seriada eventualmente adotados, o percentual de vagas a ser preenchido pelo modelo seriado e os conteúdos específicos a serem abordados.

Trata-se, em suma, de ampliar, de forma inclusiva, as possibilidades de seleção para acesso à educação superior, a fim de tornar realidade a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que trata da elevação das taxas bruta e líquida de matrícula na educação superior, assegurando-se, inclusive, a qualidade da oferta e a expansão de novas matrículas no segmento público.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2012.

Sala da Comissão, 15 de março de 2016

Senador **ROMÁRIO**, Presidente,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Relator



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 15 de março de 2016 (terça-feira), às 11h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT) <i>ML</i>
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PPS) <i>hialh.</i>	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT) <i>Lasier Martins</i>	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT) <i>Paulo Paim</i>	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Moraes (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet (PMDB) <i>Simone Tebet</i>	1. Raimundo Lira (PMDB) <i>RL</i>
Sandra Braga (PMDB) <i>Sandra Braga</i>	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PSDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PMB)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM) <i>Ronaldo Caiado</i>
Alvaro Dias (PV)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB) <i>Ataídes Oliveira</i>
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB) <i>Romário</i>	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER N°209,DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 463, de 2015, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei n° 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; e o PLS n° 519, de 2015, do Senador Paulo Paim, que altera a redação do art. 12 da Lei n° 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei no 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento.

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, os Projetos de Lei do Senado (PLS) n° 463, de 2015, e n° 519, de 2015, cujas ementas reproduzimos acima.

Os projetos de lei em comento têm redação praticamente idêntica, com exceção das ementas, do enunciado dos seus arts. 1^{os} e do texto das respectivas justificações.

Não obstante essas diferenças periféricas, ambos os projetos tratam de abrir novamente o prazo de adesão ao parcelamento dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) de que trata o art. 12 da Lei nº 12.810, de 2013, e de estendê-lo aos débitos vencidos até 30 de junho de 2015. Para tanto, trazem a mesma proposta de nova redação para o referido artigo.

Além do novo prazo, as duas proposições permitem que os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até a mesma data, que forem apurados posteriormente, possam ser incorporados ao parcelamento, garantindo a inclusão e formalização de novos débitos até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação da lei que deles se originar.

Por fim, os dois projetos estabelecem que a inclusão de novos débitos a parcelamento já vigente ensejará o recálculo das prestações mensais pelo número de parcelas restantes do parcelamento anterior, conforme o novo prazo.

O art. 2º dos dois projetos estabelece que a lei deles resultante entrará em vigor na data da publicação.

Os autores justificam suas iniciativas com base no argumento de que as finanças de estados e municípios encontram-se particularmente fragilizadas pela crise econômica pela qual passa o País, sem que tenham prosperado quaisquer medidas efetivas para restaurar o equilíbrio das contas públicas dos entes federados.

Lembram ainda que muitos dos débitos junto ao PASEP têm origem em entendimentos divergentes sobre o cálculo de tributos, que embora pagos de boa-fé, acabaram não sendo aceitos pela Receita Federal.

Como consequência, tal endividamento acabou se avolumando, inclusive impedindo os entes subnacionais de terem acesso a transferências, empréstimos e avais importantes para manter a saúde financeira de suas administrações.

De fato, consta que somente o Rio Grande do Sul, cuja situação fiscal é reconhecidamente crítica, deve R\$ 388,7 milhões relativos ao PASEP, incluindo multas e juros.

Em 9 de julho, o PLS nº 463, de 2015, foi distribuído à CAE, em decisão terminativa e, encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Em 10 de agosto, o PLS nº 519, de 2015, também foi encaminhado à CAE, em decisão terminativa, tampouco tendo recebido emendas no prazo regimental.

No dia 16 de setembro, a Mesa do Senado aprovou o Requerimento nº 1056, de 2015, de minha autoria, para a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 519, de 2015, e nº 463, de 2015, por versarem sobre matérias análogas.

Em 24 de setembro último, fui designado relator da matéria.

II – ANÁLISE

Por se tratar de decisão terminativa, compete à Comissão analisar a matéria quanto à juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa e também quanto ao mérito, nos termos dos arts. 91, 92, 97 e 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Desde já, importa apontar que não se vislumbra óbice jurídico ou constitucional à tramitação dos referidos projetos de lei.

Compete privativamente à União legislar sobre sistemas de poupança, a teor do art. 22, XIX, da Constituição Federal (CF), e, concorrentemente com Estados e Distrito Federal, direito tributário, financeiro e econômico, conforme o art. 24, I, da Carta Magna.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência da União, especialmente sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas, segundo dispõe o art. 48, I, da CF.

Quanto à técnica legislativa, ambos os projetos encontram-se em acordo com o que preconiza a Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Passemos à análise do mérito.

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público foi instituído pela LCP nº 8, de 3 de dezembro de 1970, com o objetivo de arrecadar recursos das administrações públicas federal, estadual, distrital e municipal, para distribuição aos servidores públicos ativos, na forma de depósitos em contas bancárias individualizadas. Àquela altura, a participação dos estados e municípios era facultativa, a depender de lei específica de competência do respectivo ente, nos termos do art. 8º referida lei complementar.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 (art. 239), os recursos arrecadados passaram a financiar o seguro-desemprego e o abono anual a trabalhadores com remuneração mensal de até dois salários mínimos, o que desestimulou estados e municípios a permanecerem vinculados ao programa, uma vez que seus servidores deixaram de usufruir do benefício da adesão.

Ato contínuo, diversos entes passaram a editar legislação no sentido de se excluírem da obrigação de contribuir para o PASEP. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), em diversas oportunidades, consolidou o entendimento de que o programa, entre outros aspectos, tem caráter tributário, e que é obrigatório o pagamento pelos entes federados.

O fato é que, no intervalo de tempo até que tal entendimento fosse fixado, estados e municípios deixaram de contribuir para o PASEP, em meio a grande controvérsia jurídica e ocasionando um acúmulo de saldos devedores em relação a esse tributo.

Cabe lembrar que, uma vez que não fosse suspensa a exigibilidade das contribuições, haveria inscrição dos devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), impossibilidade de obtenção de certidão negativa relativa à prova da regularidade fiscal, impedimento de se firmar convênios e

inviabilização de financiamentos mediante operações de crédito, além de sujeição à retenção das quotas nos respectivos Fundos de Participação.

A relevância da matéria deu ensejo a diversas iniciativas legislativas que buscaram solução para a quitação das referidas dívidas.

Assim, em maio de 2002, foi editada a Medida Provisória (MPV) nº 38, dispondo sobre o parcelamento de débitos tributários dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive instituindo regime especial de parcelamento da contribuição para o PASEP, que, todavia, perdeu eficácia, mediante ato declaratório do Presidente do Congresso Nacional, decorrido seu prazo de vigência sem conversão em lei.

Posteriormente, foi editada a MPV nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, convertida na Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que instituiu o parcelamento dos referidos débitos com vencimento até 31 de dezembro de 2002 e opção pelo parcelamento até 31 de dezembro de 2003.

Em 24 de junho de 2008 (Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 446.536 Paraná, interposto pelo Município de Medianeira), o Supremo Tribunal Federal decidiu, nos termos do voto do Ministro Eros Grau e de outros precedentes, pela *exigibilidade da contribuição pelas unidades da federação, pois a Constituição de 1988 retirou o caráter facultativo, bem assim a necessidade de legislação específica, para a adesão dos entes estatais ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público*.

No dia 10 de fevereiro de 2009, o Poder Executivo editou a MPV nº 457, convertida na Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, permitindo o parcelamento de débitos de responsabilidade dos municípios, suas autarquias e fundações, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nas seguintes condições especiais: em até duzentas e quarenta parcelas mensais, para as contribuições sociais à seguridade social relativas ao empregador e, em até sessenta parcelas mensais, para os débitos relativos às contribuições sociais dos empregados.

Mais recentemente, a Medida Provisória nº 574, de 28 de junho de 2012, estabeleceu *medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público* -

PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações. Porém, sua vigência foi declarada encerrada.

Por fim, foi editada a Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, convertida na Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que se pretende alterar por meio dos Projetos de Lei do Senado nºs 463 e 519, ambos de 2015.

A Lei nº 12.810, de 2013, por meio do disposto em seu art. 12, estabeleceu a possibilidade de parcelamento dos débitos do PASEP vencidos até 28 de fevereiro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado.

Ficou ainda estabelecido o seguinte:

- i. a opção pelo parcelamento deveria ser formalizada até 30 de agosto de 2013, na unidade da Receita Federal do Brasil de circunscrição do requerente (§ 3º);
- ii. o parcelamento foi de 240 parcelas a serem retidas no FPE e no FPM e repassadas à União (caput);
- iii. a partir da adesão ao parcelamento, ficou vedada qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata a lei (§ 3º);
- iv. os débitos parcelados tiveram redução de 100% (cem por cento) das multas de mora ou de ofício, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) dos encargos legais (§ 2º); e
- v. os débitos cujos fatos geradores ocorreram até 28 de fevereiro de 2013, que foram apurados posteriormente, puderam ser incorporados ao parcelamento, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações (§ 1º).

Essencialmente, como já se viu, ambas as proposições ora em comento tratam de abrir novamente o prazo de adesão ao parcelamento de que trata o art. 12 da Lei nº 12.810, de 2013, e de estendê-lo aos débitos vencidos até 30 de junho de 2015.

Além disso, permitem que os débitos cujos fatos geradores ocorreram até a mesma data, que forem apurados posteriormente, possam ser incorporados ao parcelamento, garantindo a inclusão e formalização de novos débitos até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação da lei que deles se originar.

Por fim, os dois projetos estabelecem que a inclusão de novos débitos a parcelamento já vigente ensejará o recálculo das prestações mensais pelo número de parcelas restantes do parcelamento anterior, conforme o novo prazo.

Considerando a dificuldade de se levarem adiante medidas que aliviem o fardo financeiro de Estados e Municípios, dada a própria situação delicada das contas da União, a aprovação da matéria se afigura salutar, possibilitando a quitação dos débitos em um ritmo compatível com o nível atual das receitas dos entes subnacionais da Federação.

Há que se lembrar, ainda, que para a Fazenda Nacional é mais vantajoso receber em prazo mais dilatado do que ver a inadimplência sair do controle e a população penalizada pela incapacidade das administrações estaduais e municipais de proverem serviços públicos de nível adequado às suas necessidades.

Finalmente, decorridos já vários meses desde a apresentação das proposições, cabe atualizar o prazo de adesão de que tratam para o dia 31 de dezembro de 2015, o que fazemos por meio de emenda.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015, com a seguinte emenda:

**EMENDA Nº 1 - CAE
(ao PLS nº 463, de 2015)**

Dê-se ao *caput* e ao § 1º do art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 12.** Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem retidas no Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União

§ 1º Os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 31 de dezembro de 2015, que forem apurados posteriormente, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata o caput, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

.....” (NR)

Sala da Comissão, 15 de março de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN,
Presidente

Senador JOSÉ PIMENTEL, Relator

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAE, 15/03/2016 às 10h - 5ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DONIZETI NOGUEIRA		2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		3. VAGO	
WALTER PINHEIRO	PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA		7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	PRESENTE	4. VAGO	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO		6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ		7. ROSE DE FREITAS	
VAGO		8. HÉLIO JOSÉ	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
DAVI ALCOLUMBRE		2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. RICARDO FRANCO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE

Senado Federal
Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/03/2016 às 10h - 5ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. BLAIRO MAGGI	PRESENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 463/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)				1. JOSÉ PIMENTEL (PT)(RELATOR)	X		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				2. PAULO ROCHA (PT)			
LINDBERGH FARIAS (PT)				3. VAGO			
WALTER PINHEIRO (PT)	X			4. HUMBERTO COSTA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				5. CRISTOVAM BUARQUE (PPS)			
TELÁRIO MOTA (PDT)				6. JORGE VIANA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				7. WILDER MORAIS (PP)			
CIRO NOGUEIRA (PP)				8. IVO CASSOL (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ (PMDB)				1. VALDIR RAUUP (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X			2. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
RAIMUNDO LIRA (PMDB)	X			3. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)				4. VAGO			
RICARDO FERRAÇO (PSDB)				5. JADER BARBALHO (PMDB)			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				6. MARTA SUPLYCY (PMDB)			
OMAR AZIZ (PSD)				7. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
VAGO				8. HÉLIO JOSÉ (PMB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X			1. JOSÉ SERRA (PSDB)			
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				2. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	X		
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DALIRIO BEBER (PSDB)	X		
ALVARO DIAS (PV)	X			4. RONALDO CAIADO (DEM)			
TASSO JEREISSATI (PSDB)				5. RICARDO FRANCO (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA (PSB)	X			1. LÍDICE DA MATA (PSB)			
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)	X			2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)				3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DOUGLAS CINTRA (PTB)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)			
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			2. ELMANO FERRER (PTB)	X		
WELLINGTON FAGUNDES (PR)				3. BLAIRO MAGGI (PR)	X		

Quórum: 14

Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 15/03/2016

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1 ao PLS 463/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)				1. JOSÉ PIMENTEL (PT)(RELATOR)	X		
DONIZETTI NOGUEIRA (PT)				2. PAULO ROCHA (PT)			
LINDBERGH FARIAS (PT)				3. VAGO			
WALTER PINHEIRO (PT)	X			4. HUMBERTO COSTA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				5. CRISTOVAM BUARQUE (PPS)			
TELMÁRIO MOTA (PDT)				6. JORGE VIANA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				7. WILDER MORAIS (PP)			
CIRO NOGUEIRA (PP)				8. IVO CASSOL (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ (PMDB)				1. VALDIR RAUPP (PMDB)			
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X			2. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
RAIMUNDO LIRA (PMDB)	X			3. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)				4. VAGO			
RICARDO FERREIRA (PSDB)				5. JADER BARBALHO (PMDB)			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				6. MARTA SUPLIÇY (PMDB)			
OMAR AZIZ (PSD)				7. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
VAGO				8. HÉLIO JOSÉ (PMB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X			1. JOSÉ SERRA (PSDB)			
DAVI ALCOLUMBRE (DEM)				2. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	X		
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DALIRIO BEBER (PSDB)	X		
ALVARO DIAS (PV)	X			4. RONALDO CAIADO (DEM)			
TASSO JEREISSATI (PSDB)				5. RICARDO FRANCO (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA (PSB)	X			1. LÍDICE DA MATA (PSB)			
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)	X			2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
VANESSA GRAZZIOTTIN (PCDOB)				3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DOUGLAS CINTRA (PTB)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)			
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			2. ELMANO FÉRRER (PTB)	X		
WELLINGTON FAGUNDES (PR)				3. BLAIRO MAGGI (PR)	X		

Quórum: 14
 Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 15/03/2016

Senadora GLEISI HOFFMANN
 Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463 DE 2015

Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 12.** Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem retidas no Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União.

§ 1º Os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 31 de dezembro de 2015, que forem apurados posteriormente, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata o caput, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

§ 2º

§ 3º Os pedidos de parcelamentos de que trata o caput deste artigo, bem como os de inclusão de novos débitos ao parcelamento vigente, nos termos desta Lei, deverão ser formalizados até o

último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil da circunscrição do requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 4º

§ 5º A inclusão de novos débitos a parcelamento já vigente ensejará o recálculo das prestações mensais pelo número de parcelas restantes do parcelamento anterior, conforme prazo descrito no caput”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15 de março de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. /2016/CAE

Brasília, 15 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 463 de 2015, que “altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público”, com a emenda nº 1-CAE. Restou prejudicado, nos termos dos arts. 92 e 164 do Regimento, o Projeto de Lei do Senado nº 519 de 2015, que “altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

da Lei no 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento”, que tramitava em conjunto com aquele.

Atenciosamente,

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERAL

PARECER N° 212, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 179, de 2015 (Projeto de Lei n° 8.140, de 2014, na Casa de origem), do Deputado Mandetta, que *altera a Lei n° 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.*

Relator: Senador **RONALDO CAIADO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 179, de 2015 (Projeto de Lei n° 8.140, de 2014, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mandetta, que altera a Lei n° 12.842, de 10 de julho de 2013, que *dispõe sobre o exercício da Medicina.*

Em seu artigo único, a proposição sob análise veda o uso do termo “Bacharel em Medicina” e determina que a denominação “médico” seja privativa dos graduados em Medicina e conste obrigatoriamente dos seus diplomas.

Na justificção, o autor argumenta que graduados em medicina cujo diploma conste o termo “bacharel em Medicina” têm se deparado com problemas como o de realizar cursos de especialização no exterior, visto que alguns programas de intercâmbio exigem que os diplomas os denomine como “médicos”. Além disso, relata o autor que entidades de classe e associações de estudantes de medicina temem que o termo “bacharel em Medicina” possa servir de justificativa para profundas e inadequadas alterações nos currículos das escolas médicas.

Na Câmara dos Deputados, o parecer ao PLC nº 179, de 2015, foi aprovado pelas Comissões de Educação (CE), de Seguridade Social e Família (CSSF) de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário. No Senado Federal, a proposição foi distribuída para análise deste Colegiado. Até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A apreciação do PLS nº 179, de 2015, pela CAS, justifica-se em razão do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Quanto ao mérito, a proposição sob análise pretende uniformizar a denominação que deve constar dos diplomas dos graduados em Medicina. Não se pode conceber que, após seis anos de estudo extenuante – sem contar o tempo de Residência Médica –, médicos não consigam estágios pelo fato de seus diplomas o reconhecerem como “bacharéis em Medicina”, e não como “médicos”.

É bastante ilustrativo fato citado pelo autor desta proposição. Segundo o Deputado, alunos do Centro Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) reclamaram que egressos do curso de Medicina daquela instituição estavam tendo dificuldades para realizar intercâmbio no exterior, vez que em seus diplomas consta o título de “Bacharel em Medicina”. A petição chegou a ser analisada pelo Conselho Nacional de Educação, o qual não ofereceu solução ao problema. Diante de tais exemplos, somos plenamente favoráveis ao projeto em questão.

Encontramos, todavia, uma inconformidade de técnica legislativa, visto que o projeto sob análise não tem cláusula de vigência. Assim, oferecemos emenda para atender ao que dispõe o inciso III do art. 3º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 179, de 2015, o seguinte art. 2º, passando o “artigo único” a ser denominado como art. 1º:

“**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.’(NR)”

Sala da Comissão, em 16 de março de 2016.

Senador RONALDO CAIADO, Relator

Senador EDISON LOBÃO, Presidente



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 7ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 16 de março de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
VAGO	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Lúcia Vânia (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER N° 213, DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH), sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 133, de 2015, do Deputado Ricardo Izar, que *altera a Lei n° 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.*

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 133, de 2015, que dispõe sobre os contratos de parceria dos salões de beleza com os profissionais que desempenham as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

Em sua parte substancial, a proposta possibilita a realização de parceria entre o estabelecimento comercial “salão-parceiro” – detentor dos bens materiais necessários ao desempenho das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador – e o “profissional-parceiro”, aquele que exercerá as citadas atividades profissionais.

Estabelece que não haverá relação de emprego ou de sociedade entre o profissional-parceiro e o salão-parceiro enquanto perdurar a relação de parceria e que o “profissional-parceiro” poderá ser constituído sob a forma de pessoa jurídica.

O salão-parceiro será responsável pelos pagamentos e recebimentos, repassando ao profissional-parceiro um percentual do valor efetivamente pago pelo cliente.

O salão-parceiro fará a retenção dos valores relativos ao recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria.

O projeto estabelece as cláusulas obrigatórias do contrato de parceria, sem o qual se configurará vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro.

Constituída a parceria, esta poderá ser rescindida unilateralmente com aviso prévio de trinta dias.

Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando não existir contrato de parceria formalizado.

Por último, estabelece que o processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que a medida respeita as peculiaridades do trabalho nos salões de beleza e deverá estimular a sua formalização, além de proporcionar o equacionamento da insegurança jurídica e os contingenciamentos fiscais, tributários, previdenciários, decorrentes destas relações de trabalho, que são crescentes e que, hoje, contribuem para a manutenção da informalidade.

Para instruir a matéria, tivemos o cuidado, por meio do Requerimento nº 160, de 2015, de solicitar a esta Comissão a realização de audiência pública, com a participação dos mais representativos segmentos interessados na regulação dessa nova modalidade de relação de trabalho nos salões de beleza, onde estiveram presentes: Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE; Márcio Michelasi, Diretor Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo – PROBELEZA; José Augusto

Nascimento R. Santos, Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza – ABSB; Achilles Augustus Cavallo, Advogado Tributarista; Daniel Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do Distrito Federal – SINDBELEZA-DF; Marcelo Francisco Chiodo, Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares no Estado do Rio Grande do Sul; Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Flávio de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do Rio de Janeiro – SEMPRIBEL; e Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Ao projeto, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discutir e votar o presente projeto de lei.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados, estando apta a proposição para a sua regular tramitação.

Hoje, apesar dos salões de beleza manterem contratos de emprego, com carteira assinada, obedecendo à legislação presente na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, os usos e costumes desta profissão e suas necessidades específicas resultaram nos contratos de parceria.

No caso dos vínculos empregatícios, a CLT já dispõe sobre o pagamento pelo cumprimento da jornada de trabalho, horas extras, trabalho noturno, férias, 13º salário, vale-transporte etc., o empregado ainda recebe benefícios como parcela da contribuição para a Previdência Social — que

lhe garante auxílio em caso de doença, salário-maternidade, aposentadoria etc., Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros direitos.

Todavia, apesar da CLT, pela via indireta de seu art. 9º, apontar outras relações de trabalho além do emprego, ela é omissa sobre a forma de trabalho na modalidade de parceria, ao que busca regulamentação por meio deste projeto de lei.

Acreditamos que essa forma de contrato pretendida pelo PLC nº 133, de 2015, que já constitui prática recorrente, poderá garantir maior segurança jurídica tanto aos profissionais, quanto às empresas, no que tange à relação de trabalho entre as duas partes.

Nesse sentido, o projeto traz avanços, eis que se estabelecem regras claras sobre esse tipo de contratação e a consequente redução dos embates trabalhistas na Justiça. A proposta é bem vista também pelos profissionais da área, que consideram que a contratação pela CLT restringe a entrada de novos trabalhadores nesse mercado de trabalho, pelos custos embutidos na contratação. Mais ainda: para os defensores da proposta, o trabalhador é incentivado a produzir mais e ganhar mais, pois receberá de acordo com o seu volume de trabalho.

Em relação aos aspectos tributários, há alguns pontos a se destacar.

Em primeiro lugar, a modalidade de parceria que se cria não exime o profissional da obrigação de manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias, o que será determinante para a existência da parceria, já que é cláusula obrigatória do contrato.

Hoje, no segmento de salões de beleza, ainda que muitos profissionais tenham optado por serem microempreendedores individuais pelo Simples Nacional, grande parte ainda se mantém na informalidade. Com a possibilidade de celebração de contrato de parceria que previna o enquadramento da relação profissional como empregatícia, estar-se-á dando segurança jurídica a situações existentes, o que permitirá a regularização de profissionais que antes preferiam a informalidade.

O Fisco se beneficiará, também, da obrigatoriedade de o salão-parceiro realizar a retenção dos valores de recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria. Hoje, abstraídas as implicações trabalhistas da remuneração calculada sobre percentual do valor recebido pela prestação de serviços, o profissional que a recebe deve incluí-la nos seus rendimentos pessoais para efeitos de Imposto sobre a Renda, caso opte pela tributação como pessoa física, ou nos rendimentos da empresa por ele constituída, caso opte por ser tributado como pessoa jurídica.

Com a precariedade da relação existente, o profissional, com frequência, omite esses rendimentos, em prejuízo da Fazenda Pública.

Quanto à possível preocupação em relação à diferença de tratamento na retenção na fonte entre os profissionais-parceiros que contribuam como pessoa física e aqueles que fizerem a opção pelo Simples Nacional, estamos seguros de que ela será desfeita com a adequada regulamentação da matéria pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Outra importante disposição diz respeito à determinação de que a cota-parte destinada ao profissional-parceiro não seja considerada para o cômputo da receita bruta do salão-parceiro, ainda que adotado sistema de emissão de nota fiscal unificada ao consumidor. Isso para que o salão não seja onerado em relação a tributos que incidam sobre a sua receita bruta, tais como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) ou, se for o caso, tenha o seu enquadramento no Simples Nacional alterado.

Atualmente, um salão que preste serviços por intermédio de profissionais que recebam percentual sobre os valores pagos à empresa é obrigado a incluir a integralidade do valor recebido na sua receita bruta, o que impacta fortemente sobre os valores a recolher a título de Cofins e PIS/Pasep, bem como, dependendo do caso, pode levar a uma alteração do seu enquadramento no Simples Nacional, elevando a carga tributária da empresa. Com a medida que se propõe, os valores referentes à cota-parte do profissional-parceiro são destacados e deixam de compor a base de cálculo dos tributos.

Sob o aspecto cível, o projeto traz dispositivo que limita a responsabilidade do “profissional-parceiro”, que não poderá assumir as responsabilidades e obrigações decorrentes da administração da pessoa jurídica do salão-parceiro, de ordem contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária incidentes, ou quaisquer outras relativas ao funcionamento do negócio.

Dessa forma, pode-se entender que o “profissional-parceiro” não assumirá responsabilidades advindas do risco de administração do negócio, de modo que não poderá ser responsabilizado, por exemplo, pelo pagamento de aluguéis atrasados em virtude de contrato de locação firmado pelo “salão-parceiro”.

A proposição carece, no entanto, de pequenos aperfeiçoamentos.

Primeiramente faz-se necessária a alteração do art.1º-C, a fim de estabelecer que haverá configuração de vínculo trabalhista entre a pessoa

jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro, quando este desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria.

Além disso, propomos a alteração do § 7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, incluído pelo art. 1º do projeto. O dispositivo possibilitava a vinculação de assistentes ou auxiliares necessários à realização dos serviços abrangidos pela forma de parceria aos profissionais-parceiros, poderia ser interpretado como uma facilidade a terceirização de mão-de-obra, o que nos parece inadequado e indesejável. Contudo, ele também faz importante esclarecimento, que é a possibilidade de os profissionais-parceiros serem qualificados como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais, o que é fato importantíssimo para a regularização desses trabalhadores.

Desta forma alteramos o citado parágrafo para retirar a menção à contratação, e reafirmar a possibilidade de os profissionais-parceiros serem qualificados como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.

Feitos esses ajustes, entendemos que a proposta se encontra apta para sua aprovação.

III – VOTO

À vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao § 7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, a seguinte redação:

“§ 7º Os profissionais-parceiros poderão ser qualificados, perante as autoridades fazendários, como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.”

EMENDA Nº 2 - CDH

Dê-se ao 1º-C da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º-C.** Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando:

I - não existir contrato de parceria formalizado na forma descrita nesta Lei; e

II – o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria”.

Sala da Comissão, 24 de fevereiro de 2016

Senador **PAULO PAIM**, Presidente

Senadora **MARTA SUPLICY**, Relatora



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 7ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 24 de fevereiro de 2016 (quarta-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PPS)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PMB)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 214, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS), sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 133, de 2015, do Deputado Ricardo Izar, que altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 133, de 2015, que dispõe sobre os contratos de parceria dos salões de beleza com os profissionais que desempenham as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

Em sua parte substancial, a proposta possibilita a realização de parceria entre o estabelecimento comercial “salão-parceiro” – detentor dos bens materiais necessários ao desempenho das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador – e o “profissional-parceiro”, aquele que exercerá as citadas atividades profissionais.

Estabelece que não haverá relação de emprego ou de sociedade entre o profissional-parceiro e o salão-parceiro enquanto perdurar a relação de parceria e que o “profissional-parceiro” poderá ser constituído sob a forma de pessoa jurídica.

O salão-parceiro será responsável pelos pagamentos e recebimentos, repassando ao profissional-parceiro um percentual do valor efetivamente pago pelo cliente.

O salão-parceiro fará a retenção dos valores relativos ao recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria.

O projeto estabelece as cláusulas obrigatórias do contrato de parceria, sem o qual se configurará vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro.

Constituída a parceria, esta poderá ser rescindida unilateralmente com aviso prévio de trinta dias.

Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando não existir contrato de parceria formalizado.

Por último, estabelece que o processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que a medida respeita as peculiaridades do trabalho nos salões de beleza e deverá estimular a sua formalização, além de proporcionar o equacionamento da insegurança jurídica e os contingenciamentos fiscais, tributários, previdenciários, decorrentes destas relações de trabalho, que são crescentes e que, hoje, contribuem para a manutenção da informalidade.

Originalmente distribuído a esta comissão, o projeto foi também encaminhado ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CE), em razão da aprovação do Requerimento nº 1.099, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim.

Para instruir a matéria, tivemos o cuidado, por meio do Requerimento nº 160, de 2015, de solicitar a esta Comissão a realização de audiência pública, com a participação dos mais representativos segmentos interessados na regulação dessa nova modalidade de relação de trabalho nos salões de beleza, onde estiveram presentes: Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Andrezza Torres, Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE; Márcio Michelasi, Diretor Presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo – PROBELEZA; José Augusto Nascimento R. Santos, Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza – ABSB; Achilles Augustus Cavallo, Advogado Tributarista; Daniel Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Salão de Beleza, Instituto de Beleza, Clínica de Beleza do Distrito Federal – SINDBELEZA-DF; Marcelo Francisco Chiodo, Presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares no Estado do Rio Grande do Sul; Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora Administrativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Flávio

de Castro Sobrinho, Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Município do Rio de Janeiro – SEMPRIBEL; e Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

A CDH emitiu parecer favorável à aprovação da proposição com duas emendas a ela apresentadas.

II – ANÁLISE

De acordo com o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAS deve opinar sobre matéria que diga respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, o que torna regimental o exame do PLC nº 133, de 2015, por esta Comissão.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados, estando apta a proposição para a sua regular tramitação.

Hoje, apesar dos salões de beleza manterem contratos de emprego, com carteira assinada, obedecendo à legislação presente na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, os usos e costumes desta profissão e suas necessidades específicas resultaram nos contratos de parceria.

No caso dos vínculos empregatícios, a CLT já dispõe sobre o pagamento pelo cumprimento da jornada de trabalho, horas extras, trabalho noturno, férias, 13º salário, vale-transporte etc., o empregado ainda recebe benefícios como parcela da contribuição para a Previdência Social — que lhe garante auxílio em caso de doença, salário-maternidade, aposentadoria etc., Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros direitos.

Todavia, apesar da CLT, pela via indireta de seu art. 9º, apontar outras relações de trabalho além do emprego, ela é omissa sobre a forma de trabalho na modalidade de parceria, ao que busca regulamentação por meio deste projeto de lei.

Acreditamos que essa forma de contrato pretendida pelo PLC nº 133, de 2015, que já constitui prática recorrente, poderá garantir maior segurança jurídica tanto aos profissionais, quanto às empresas, no que tange à relação de trabalho entre as duas partes.

Nesse sentido, o projeto traz avanços, eis que se estabelecem regras claras sobre esse tipo de contratação e a consequente redução dos

embates trabalhistas na Justiça. A proposta é bem vista também pelos profissionais da área, que consideram que a contratação pela CLT restringe a entrada de novos trabalhadores nesse mercado de trabalho, pelos custos embutidos na contratação. Mais ainda: para os defensores da proposta, o trabalhador é incentivado a produzir mais e ganhar mais, pois receberá de acordo com o seu volume de trabalho.

Em relação aos aspectos tributários, há alguns pontos a se destacar.

Em primeiro lugar, a modalidade de parceria que se cria não exime o profissional da obrigação de manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias, o que será determinante para a existência da parceria, já que é cláusula obrigatória do contrato.

Hoje, no segmento de salões de beleza, ainda que muitos profissionais tenham optado por serem microempreendedores individuais pelo Simples Nacional, grande parte ainda se mantém na informalidade. Com a possibilidade de celebração de contrato de parceria que previna o enquadramento da relação profissional como empregatícia, estar-se-á dando segurança jurídica a situações existentes, o que permitirá a regularização de profissionais que antes preferiam a informalidade.

O Fisco se beneficiará, também, da obrigatoriedade de o salão-parceiro realizar a retenção dos valores de recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria. Hoje, abstraídas as implicações trabalhistas da remuneração calculada sobre percentual do valor recebido pela prestação de serviços, o profissional que a recebe deve incluí-la nos seus rendimentos pessoais para efeitos de Imposto sobre a Renda, caso opte pela tributação como pessoa física, ou nos rendimentos da empresa por ele constituída, caso opte por ser tributado como pessoa jurídica. Com a precariedade da relação existente, o profissional, com frequência, omite esses rendimentos, em prejuízo da Fazenda Pública.

Quanto à possível preocupação em relação à diferença de tratamento na retenção na fonte entre os profissionais-parceiros que contribuam como pessoa física e aqueles que fizerem a opção pelo Simples Nacional, estamos seguros de que ela será desfeita com a adequada regulamentação da matéria pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Outra importante disposição diz respeito à determinação de que a cota-parte destinada ao profissional-parceiro não seja considerada para o cômputo da receita bruta do salão-parceiro, ainda que adotado sistema de emissão de nota fiscal unificada ao consumidor. Isso para que o salão não seja onerado em relação a tributos que incidam sobre a sua receita bruta, tais como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para os Programas de Integração Social

e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) ou, se for o caso, tenha o seu enquadramento no Simples Nacional alterado.

Atualmente, um salão que preste serviços por intermédio de profissionais que recebam percentual sobre os valores pagos à empresa é obrigado a incluir a integralidade do valor recebido na sua receita bruta, o que impacta fortemente sobre os valores a recolher a título de Cofins e PIS/Pasep, bem como, dependendo do caso, pode levar a uma alteração do seu enquadramento no Simples Nacional, elevando a carga tributária da empresa. Com a medida que se propõe, os valores referentes à cota-parte do profissional-parceiro são destacados e deixam de compor a base de cálculo dos tributos.

Sob o aspecto cível, o projeto traz dispositivo que limita a responsabilidade do “profissional-parceiro”, que não poderá assumir as responsabilidades e obrigações decorrentes da administração da pessoa jurídica do salão-parceiro, de ordem contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária incidentes, ou quaisquer outras relativas ao funcionamento do negócio.

Dessa forma, pode-se entender que o “profissional-parceiro” não assumirá responsabilidades advindas do risco de administração do negócio, de modo que não poderá ser responsabilizado, por exemplo, pelo pagamento de aluguéis atrasados em virtude de contrato de locação firmado pelo “salão-parceiro”.

A CDH aprovou duas emendas ao projeto vindo da Câmara dos Deputados.

A primeira emenda alterando o art.1º-C, a fim de estabelecer que haverá configuração de vínculo trabalhista entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro, quando este desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria.

A segunda emenda aprovada pela CDH retirou do § 7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, incluído pelo art. 1º do projeto, a vinculação de assistentes ou auxiliares aos profissionais parceiros, no âmbito do contrato de parceria, e reafirmou a possibilidade de os profissionais-parceiros serem qualificados, perante as autoridades fazendárias, como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.

Ao nosso entendimento as emendas aprovadas na CDH aperfeiçoam o projeto, ao ampliar a proteção à autonomia dos profissionais parceiros, que não serão forçados a desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria, contratar o assistentes ou auxiliares, ao mesmo tempo que reforçam a possibilidade de os profissionais-parceiros serem qualificados como pequenos empresários, microempresários ou

microempreendedores individuais, o que é fato importantíssimo para a regularização da formalidade desses trabalhadores.

III – VOTO

À vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015 e pela aprovação das Emendas nº 1 e 2 - CDH.

Sala da Comissão, 16 de março de 2016.

Senador **EDISON LOBÃO**, Presidente da CAS

Senadora **MARTA SUPLICY**, Relatora



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

Em Reunião realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Izar, com as Emendas nºs 1-CDH-CAS e 2-CDH-CAS.

EMENDA Nº 1-CDH-CAS

Dê-se ao § 7º do art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, a seguinte redação:

“§ 7º Os profissionais-parceiros poderão ser qualificados, perante as autoridades fazendárias, como pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores individuais.”

EMENDA Nº 2-CDH-CAS

Dê-se ao art.1º-C da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 1º-C. Configurar-se-á vínculo empregatício entre a pessoa jurídica do salão-parceiro e o profissional-parceiro quando:
I- não existir contrato de parceria formalizado na forma descrita nesta Lei; e
II – o profissional-parceiro desempenhar funções diferentes das descritas no contrato de parceria”.

Sala da Comissão, 16 de março de 2016.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 7ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 16 de março de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
VAGO	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Dalírio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Lúcia Vânia (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

Projetos de Lei do Senado**SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 116, DE 2016**

Denomina Rodovia Governador Marcelo Déda Chagas o trecho da BR-101 que liga os municípios de Cristinápolis e Propriá, no Estado de Sergipe.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Governador Marcelo Déda Chagas o trecho da BR-101 que liga os municípios de Cristinápolis e Propriá, no Estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa do senador Ricardo Franco em propor a nomeação do trecho da Rodovia BR-101 – situado entre as cidades de Cristinápolis e Propriá, no estado de Sergipe, se dá pelo reconhecimento notório do homem público que foi Marcelo Déda Chagas e de sua importância para o estado de Sergipe.

Marcelo Déda foi um político brasileiro, fundador do Partido dos Trabalhadores em Sergipe, por cuja legenda foi eleito deputado estadual, duas vezes deputado federal, duas vezes prefeito de Aracaju e duas vezes governador de Sergipe, com vitórias que mudaram o cenário político de seu Estado.

Advogado, poeta, apreciador de filosofia e de mitologia greco-romana, Déda foi um orador brilhante e um político conciliador, tendo praticado com maestria o diálogo intrapartidário, que lhe rendeu, pessoalmente, um bom relacionamento até com seus adversários.

Natural do município de Simão Dias (a 100 km de Aracaju), Marcelo Déda participou do cenário político desde a década de 1970 e iniciou sua atividade nos movimentos secundaristas.

2

Em 1982, Déda foi lançado candidato a deputado estadual, aos 22 anos, e obteve apenas 300 votos. Entretanto, em 1986, foi eleito deputado estadual, recebendo a maior votação naquela legislatura.

Disputou, em 1990, a reeleição para a Assembleia Legislativa de Sergipe e foi derrotado, obtendo pouco mais de 10% da votação anterior. Quatro anos depois, em 1994, novamente foi eleito com grande expressão, recebendo a maior votação do estado, desta vez para deputado federal.

Na sequência, em 1998, foi reeleito para a Câmara dos Deputados, deputado federal, mas renunciou para assumir a prefeitura da capital sergipana, cargo que ocupou de 2001 até 2006, quando renunciou para disputar o governo estadual.

Elegeu-se governador de Sergipe naquele ano e foi reeleito em 2010, cargo que ocupou até sua morte, trágica e precoce. Aos 53 anos, em 2013, Marcelo Déda faleceu, em pleno exercício do mandato de governador, acometido de um câncer, cujo tratamento foi uma *via crucis* acompanhada por todos os sergipanos, da qual se destacou a força e dignidade com que enfrentou todo o processo.

Esses e outros motivos pontilharam sua trajetória na política sergipana e lhes renderam respeito e destaque também a nível nacional, motivos esses pelos quais consideramos meritória e oportuna a indicação de seu nome para denominar a rodovia BR-101, em toda sua extensão no Estado de Sergipe.

Feitas essas considerações, conto com o decisivo apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação desse projeto de lei, que ora apresento com o intuito de homenagear esse cidadão brasileiro e sergipano que marcou o seu tempo com trabalho, dignidade, amor à sua terra, à sua gente e às suas tradições, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento econômico e cultural de Sergipe e, conseqüentemente, do nosso País.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FRANCO**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 117, DE 2016

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro -, para aumentar a pena do crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor, previsto no § 2º do art. 302.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro -, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 302**.....

§ 1º.....

.....

§ 2º

Penas - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. “ (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Somos sabedores que a recente Lei nº 12.971, de 9 de maio de 2014, alterou o Código de Trânsito Brasileiro para elevar a pena do homicídio culposo, se o agente conduz

2

veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa. Todavia, a pena estabelecida à época – de dois a quatro anos - ainda nos parece extremamente benéfica ao autor do crime.

A população assiste perplexa a audácia de motoristas que dirigem embriagados, oferecendo riscos à vida dos transeuntes, e que estão cientes de que, na hipótese de cometerem homicídio, receberão uma reprimenda irrisória.

Além disso, a jurisprudência reiteradamente vem decidindo que o autor de homicídio em veículo automotor que dirija sob o domínio de bebida alcoólica responderá apenas pelo resultado na modalidade culposa, muito mais branda que o tipo doloso do Código Penal.

Assim, tendo em vista a resistência de alguns Tribunais, que se negam a reconhecer o dolo eventual na conduta do autor do crime, temos que a alternativa jurídica mais segura e mais viável é elevar verdadeiramente a pena do homicídio culposo do Código de Trânsito Brasileiro para o patamar de quatro a oito anos de prisão.

Não se trata de pena sobremaneira elevada. Vejam, os nobres colegas, que o roubo do art. 157 do Código Penal – que lesa unicamente o patrimônio da vítima – tem pena de quatro a dez anos de reclusão. Está o ordenamento jurídico tutelando com mais rigor o direito ao patrimônio do que o próprio direito à vida.

Pasmem, ainda, para figuras como o crime do art. 272 do Código Penal “falsificação ou alteração de substância ou produtos alimentícios” que tem pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos. De que maneira referido tipo penal pode ter pena superior ao de um homicídio? Tal incoerência é vexatória e merece ser reparada.

Deste modo, por considerar que a presente proposição contribuirá para o aperfeiçoamento da nossa legislação penal, conclamamos os nobres Senadores e Senadoras a aprová-la.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO AMORIM**

LEGISLAÇÃO CITADA

3

[Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO - 9503/97](#)
[artigo 302](#)

[Lei nº 12.971, de 09 de maio de 2014 - 12971/14](#)

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Requerimentos**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 202, DE 2016**

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, combinado com a alínea “e” do inciso III, do artigo 218 do RISF, requeiro apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares do senhor JUVENAL DE HOLANDA VASCONCELOS, falecido no dia 9 de março de 2016.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido em 1944, em Olinda, Pernambuco, Juvenal de Holanda Vasconcelos, o Naná Vasconcelos, percussionista, trilhou o caminho de seu pai, que também era músico. Aprendeu a tocar diversos instrumentos, tendo-se apaixonado pelos tambores do maracatu e pelo berimbau, e assim, tornou-se um dos maiores artistas da cultura brasileira.

Em sua magnífica trajetória, fez parceria com outros ícones da música brasileira, como Milton Nascimento e Geraldo Azevedo e, desde 2001, abrilhantava a abertura do Carnaval do Recife, à frente dos maracatus e batuqueiros e do coral Voz Nagô.

Naná Vasconcelos foi premiado internacionalmente por 8(oito) vezes, com o Grammy, o maior prêmio da indústria mundial, e fora eleito em diversas ocasiões, pela crítica especializada, como maior percussionista do planeta,

É com muito pesar que apresento esse requerimento, estendendo minhas sinceras condolências aos familiares e a todos os pernambucanos e brasileiros, que perderam, naquele dia, um dos maiores e talentosos músicos da cultura brasileira.

Sala das Sessões, em _____ de março de 2016.

2

Senador **HUMBERTO COSTA**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

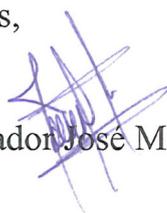
Gabinete do Senador José Medeiros

À Publicação
Em 16/03/2016

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2015 - PLEN.

Requeiro, nos termos do art. 75 do regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Especial Temporária, composta por 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, com o intuito de debater e propor soluções para a segurança pública do Brasil, além de deliberar projetos de lei sobre o mesmo tema.

Sala das Sessões,


Senador José Medeiros

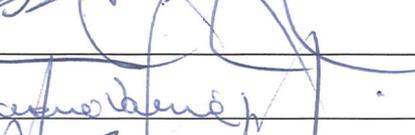
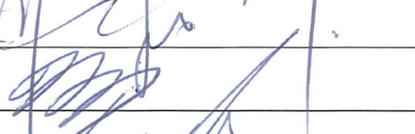
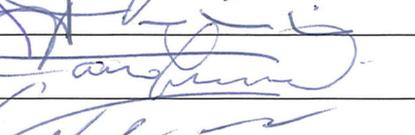
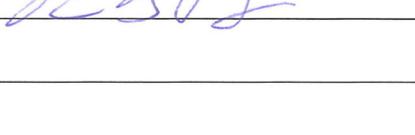
SF/16053.88455-64

Página: 1/4 29/02/2016 14:44:43

1f7deb3b050aad5635d99c6a9072d2b53583c2e5



Requerimento que cria Comissão Especial Temporária, com o intuito de debater e propor soluções para a segurança pública do Brasil, além de deliberar projetos de lei sobre o mesmo tema.

NOME DO SENADOR (A)	ASSINATURA
1. <i>TERRÍSIO MOAZ</i>	
2. <i>BUNIRO SOTECI</i>	
3. <i>REGINOLDANE</i>	
4. <i>DOUGLAS CINTRA</i>	
5. <i>PAULO PAIM</i>	
6. <i>WALDEMAR NOVA</i>	
7. <i>REGUFFE</i>	
8. <i>FERNANDO BEZERRA</i>	
9. <i>OSMÍO</i>	
10. <i>ROSEANE DAVES</i>	
11. <i>ALDO MOTA</i>	
12. <i>JOSE MARANHÃO</i>	
13. <i>JOSÉ ABRILHOS</i>	
14. <i>GERALDO ALVES</i>	
15. <i>CAPIMBERIBE</i>	
16. <i>TASSO</i>	
17. <i>CIAO NOGUEIRA</i>	
18. <i>FÁBIO BEZERRA</i>	
19. <i>RICARDO FRANCO</i>	
20.	



Retificação

A Presidência retifica o despacho apostado ao Requerimento nº 192, de 2016, e o requerimento vai à Mesa, para decisão.

Término de prazos

Encerrou-se no dia 15 de março o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010.

Tendo sido aprovada terminativamente pela CI, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 15 de março o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2011.

A Presidência comunica ao Plenário que, antes de enviar o Projeto à Câmara dos Deputados, devolverá a matéria à CCJ para compatibilização com a Lei nº 9.847, de 1999, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Encerrou-se no dia 15 de março o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2015 – Complementar.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria aguardará a inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Requerimento nº 133, de 2016, de audiência da CAE.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL**Comunicações**

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Publicação
Em 16/03/16

Ofício nº 002/CMMC - 2016

Brasília, 16 de março de 2016.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, em reunião realizada nessa data, com o seguinte resultado:

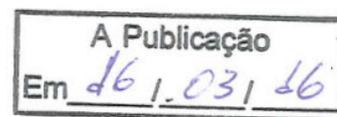
Presidente: Deputado Daniel Vilela
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque
Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho

Deputado Daniel Vilela
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS



Ofício nº 002/MPV 704-2015

Brasília, 16 de março de 2016.

Senhor Presidente,

Comunico que designei o Senador Wilder Moraes para a Relatoria da Medida Provisória nº 704, de 2015, em substituição ao Senador Benedito de Lira.

Respeitosamente,

Deputado **JORGE SOLLA**
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Faça-se a substituição solicitada

Em 16 / 03 / 16.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 82/16/PSD

Brasília, 16 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição de indicação de parlamentar para compor Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado **Givaldo Carimbão (PHS-AL)** pelo Deputado **Toninho Wandscheer (PROS-PR)**, como TITULAR Comissão mista que analisará a Medida Provisória nº 707, de 2015.

Atenciosamente,



Deputado **Rogério Rosso**
Líder do Bloco PSD-PR-PROS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD

Faça-se a substituição solicitada

Em 16 / 03 / 16

PSD
Partido Social Democrático

Of. n. 83/16/PSD

Brasília, 16 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição de indicação de parlamentar para compor Comissão Mista**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado **Givaldo Carimbão (PHS-AL)** pelo Deputado **Odorico Monteiro (PROS-CE)**, como SUPLENTE da Comissão Mista que analisará Medida Provisória nº 712, de 2016.

Atenciosamente,

Deputado **Rogério Rosso**
Líder do Bloco PSD-PR-PROS



Câmara dos Deputados
Liderança do Partido Popular Socialista – PPS

Faça-se a substituição solicitada

Em 16 / 03 / 16

OF/LID/Nº 034/16

Brasília, 16 de março de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro para Mercosul.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado **Sandro Alex – PPS/PR**, em substituição ao deputado **Moses Rodrigues PPS/CE**, para integrar como suplente a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul – CPCMS.

Atenciosamente,

Deputado **Rubens Bueno**
Líder do PPS

Ofício da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

- Ofício nº 77 de 2016, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando, em cumprimento à Lei nº 7.827/89, art. 20, §§ 4º e 5º, o relatório de atividades desenvolvidas e resultados obtidos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste– FCO, referente ao primeiro semestre de 2015.

O expediente foi autuado da seguinte forma:

- Ofício "S" nº 3 de 2016, que seguirá à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.
 - Ofício nº 4 de 2016-CN, que seguirá à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e
- Uma via do documento será encaminhada à Câmara dos Deputados.

Calendário de tramitação do OFN 4/2016 (art. 120, Res. nº 1, de 2006-CN):

Leitura: 16/03

Até 21/3 prazo para publicação da matéria;

Até 5/4 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 12/4 prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e

Até 19/4 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

São os seguintes os Ofícios.:



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 5º, relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FCO, referente ao 1º semestre de 2015.

OFÍCIO “S” Nº 3, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo FCO, referente ao 1º semestre de 2015.

Ofício nº 77 de 2016, na origem

DOCUMENTOS:

- OFÍCIO Nº 77/2016/GABINETE/SUDECO
- RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL
- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- PARECER Nº 4/2015 – CONDEL/SUDECO
- RESOLUÇÃO CONDEL/SUDECO Nº 40/2015

SENADO FEDERAL Secretaria-Geral da Mesa SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO <u>OFS n.º 03, de 15 de</u> <u>março de 2016</u> <i>Men</i>



À CDR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE — SUDECO
 Edifício Palácio da Agricultura, SBN, Quadra 1, Bloco F, 20º andar, CEP: 70.040-908 – Brasília – DF
 Tel.: (61) 3251-8530/8528/8529

Ofício n.º *77* /2016/GABINETE /SUDECO

21 JAN 2016
00100.007287/2016-46
 Brasília, 20 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
 Senador da República
 Presidente do Congresso Nacional
 Palácio do Congresso Nacional
 Praça dos Três Poderes
 70.160-900 Brasília (DF)

Assunto: **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**
 ▪ Relatório de Gestão do FCO referente ao 1º Semestre de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

- Com os nossos cordiais cumprimentos, fazemos referência aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que dispõem sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.
- A propósito, encaminhamos a Vossa Excelência três CD's contendo o relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no 1º Semestre de 2015, as Demonstrações Contábeis de 30.06.2015, devidamente auditadas, o Parecer n.º 04/2015-CONDEL/SUDECO, de 23.11.2015, e a Resolução CONDEL/SUDECO n.º 40/2015, de 29.12.2015, publicada no DOU de 30.12.2015, Seção 1, p. 118.
- Informamos que o referido Relatório foi aprovado ad referendum do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução CONDEL/SUDECO n.º 40/2015, de 29.12.2015, publicada no DOU de 30.12.2015, Seção 1, p. 118.

Respeitosamente,

[Assinatura]
Cleber Ávila
 Superintendente

Senado Federal Protocolo Legislativo OF "S" n.º <i>03</i> , <i>2016</i> Fls. <i>01 Men</i>

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE GOVERNO

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2015

Brasília (DF) - 2015



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015

Gerência Fundos e Programas
Divisão de Administração de Fundos e Programas Federais II

Brasília (DF) – 2015



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	APRESENTAÇÃO	7
3.	COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
4.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	9
4.1.	Recursos Previstos para 2015	10
5.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2015	12
5.1.	Orçamento Previsto x Realizado	12
6.	DESEMPENHO OPERACIONAL DO FUNDO	13
6.1.	Contratações por Programa e Unidade Federativa	13
6.2.	Contratações por porte, programa e UF	18
6.3.	Contratações com beneficiários que obtiveram financiamento pela 1ª vez	19
6.4.	Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais	19
6.5.	Contratações nos municípios do Nordeste Goiano	38
6.6.	Contratações da linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços	39
6.7.	Financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas	40
6.8.	Repasse de recursos para outras instituições	41
7.	SITUAÇÃO DA DEMANDA	42
8.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	44
8.1.	Financiamentos por programa e UF	44
8.2.	Financiamentos por porte e UF	45
8.3.	Financiamentos por risco de crédito	45
8.4.	Financiamentos por vencimento	46
9.	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	48
9.1.	Reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial	48
9.2.	Prorrogação de dívidas no âmbito do FCO Rural	48
10.	CONCLUSÃO	49

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 3



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ABC – Agricultura de Baixo Carbono
- BB – Banco do Brasil S.A.
- CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal
- CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CONDEL/SUDECO – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- CONVIR – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural
- DOU – Diário Oficial da União
- EI – Empreendedores Individuais
- FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MGE – Médias e Grandes Empresas
- MI – Ministério da Integração Nacional
- MPE – Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária
- PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste
- PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
- PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Reforma Agrária
- RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional
- SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
- UF – Unidade Federativa



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Lista de Tabelas e Anexos

Título

Tabela 1 - Recursos previstos para o exercício	10
Tabela 2 - Recursos previstos para o exercício por UF e Setor	11
Tabela 3 - Recursos previstos para o exercício por UF e Setor	11
Tabela 4 – Realização da previsão orçamentária	12
Tabela 5 – Realização da previsão orçamentária por Setor e UF.....	12
Tabela 6 – Contratações por Programa e UF	13
Gráfico 1 – Comparativo entre os valores contratados por UF no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015	14
Gráfico 2 – Comparativo entre as quantidades de operações contratadas por UF no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015.....	14
Gráfico 3 – Comparativo entre os valores contratados no Setor Empresarial por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015	15
Gráfico 4 – Comparativo entre a quantidade de operações contratadas no Setor Empresarial por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015.....	15
Gráfico 5 – Comparativo entre os valores contratados no Setor Rural por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015.....	16
Gráfico 6 – Comparativo entre a quantidade de operações contratadas no Setor Rural por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015	16
Tabela 7 – Contratações por Programa, Porte e UF.....	17
Tabela 8 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento.....	18
Tabela 9 – Contratações por Porte e UF	19
Tabela 10 – Contratações com novos beneficiários	19
Tabela 11 – Contratações do Pronaf Demais por UF.....	20
Tabela 12 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf.....	21
Tabela 13 – Contratações do Pronaf-RA.....	21
Tabela 14 – Projetos de apoio ao menor porte	22
Tabela 15 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente.....	25
Tabela 16 – Projetos do setor de turismo	28
Tabela 17 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais	35
Tabela 18 – Contratações na Ride.....	36
Tabela 19 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF.....	38
Tabela 20 – Contratações no Nordeste Goiano.....	39
Tabela 21 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços.....	39



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 22 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde.....	39
Tabela 23 - Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores.....	40
Tabela 24- Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores.....	40
Tabela 25 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte.....	41
Tabela 26 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais.....	42
Tabela 27 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia.....	42
Tabela 28 – Propostas Contratadas e Não atendidas por UF.....	43
Tabela 29 – Propostas Contratadas e Não atendidas por Programa e Porte.....	43
Tabela 30 – Motivo de não atendimento de demandas por UF.....	44
Tabela 31 – Motivo de não atendimento de demandas por Programa.....	44
Tabela 32 – Saldos por programa e UF.....	45
Tabela 33 – Saldos por porte e UF.....	45
Tabela 34 – Carteira por risco.....	46
Tabela 35 – Saldos vincendos e vencidos (por parcelas).....	46
Tabela 36 – Inadimplência por Risco (por parcelas).....	47
Tabela 37 – Saldos vencidos (Inad 15).....	47
Tabela 38 – Saldos vencidos (Inad 90).....	47



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do 1º Semestre do Exercício de 2015 foi elaborado em atendimento ao artigo 15 parágrafo V e artigo 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, além das orientações do Ministério da Integração Nacional de acordo com o Ofício nº 503/SFRI/MI, de 10 de agosto de 2015.

O Relatório busca demonstrar os resultados alcançados e o desempenho dos recursos do Fundo durante o 1º semestre de 2015 e o estado dos recursos e aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ao final do semestre.

Em função da apresentação de algumas Tabelas em R\$ milhões e R\$ mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar divergências decorrentes de arredondamentos.

2. APRESENTAÇÃO

O FCO, foi criado por meio da Lei n.º 7.827/1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO é restrita à região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com o IBGE, a região conta com 467 municípios.

De acordo com o art. 6º da Lei 7.827/1989, os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

3. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Conforme art. 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, cabe:

- a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- b) aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e

L

2/4 7



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- d) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o item b), juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Integração Nacional é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

O Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Condrel/Sudeco;
- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes do programa de financiamento aprovado pelo Condrel/Sudeco;
- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condrel/Sudeco; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No desenvolvimento das atribuições de administrador do Fundo, o BB exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) prestação de informações gerenciais ao Condrel/Sudeco, MI, e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- f) publicação do balanço semestral;
- g) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- h) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público interno e externo;
- i) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
- j) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- k) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- l) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- m) representação do Fundo junto a órgãos de desenvolvimento estadual;



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- n) manter relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
- o) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- p) estudo e deferimento das operações;
- q) formalização dos contratos;
- r) acompanhamento das operações;
- s) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- t) negociação para recuperação de dívidas;
- u) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

4. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Programação do FCO para 2015 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), em consonância com:

- a) as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014);
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco (Resolução n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

Os financiamentos com recursos do Fundo são segmentados por Programas e Linhas de financiamentos, conforme a seguir:

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC):
 - Modalidade 1: Conservação da Natureza; e
 - Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

4.1. Recursos Previstos para 2015

De acordo com a Programação do FCO para 2015, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2015 é de R\$ 6.027,3 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas:

Tabela 1 - Recursos previstos para o exercício
(R\$ milhões)

Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	2.301,6
Retornos de financiamentos ⁽²⁾	3.868,8
Resultado operacional ⁽³⁾	165,0
Disponibilidades ao final do exercício anterior ⁽⁴⁾	255,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores ⁽⁵⁾	(563,1)
Total	6.027,3

Fonte: Programação do FCO para 2015

Notas:

- (1) previsão de repasses do Tesouro Nacional correspondente à projeção da STN;
- (2) previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações);
- (3) previsão de receitas e despesas do Fundo;
- (4) disponibilidades apuradas em 31.12.2014;
- (5) parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A Tabela a seguir apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, para o exercício de 2015, por UF e Setor:

Tabela 2 - Recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região Valor
	Valor	% em relação à UF							
Empresarial	916.156	80,0%	873.965	50,0%	693.144	50,0%	873.965	50,0%	3.357.230
Rural	229.039	20,0%	873.965	50,0%	693.144	50,0%	873.965	50,0%	2.670.113
Total	1.145.195	100,0%	1.747.929	100,0%	1.386.289	100,0%	1.747.929	100,0%	6.027.342

Fonte: Programação do FCO para 2015

A Tabela abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF, Programa, Linha, Setor e Porte:

Tabela 3 - Recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Programas/Linhas	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil	
						Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores							
FCO Empresarial	467.240	445.722	353.504	445.722	1.712.187		28,4
Industrial	55.843	153.061	153.261	111.430	473.596		
Infraestrutura	55.843	34.900	19.089	37.129	146.961		
Turismo	55.843	34.900	27.891	74.302	192.937		
Comércio e Serviços	299.710	222.861	153.261	222.861	898.693		
FCO Rural	116.810	445.722	353.504	445.722	1.361.757		22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	114.520	267.433	138.644	409.485	930.082		
Demais Rurais	2.290	178.289	214.860	36.237	431.676		
Total	584.049	891.444	707.007	891.444	3.073.945		51,0

Médios e Grandes Tomadores							
FCO Empresarial	448.916	428.243	339.641	428.243	1.645.043		27,3
Industrial	53.653	137.851	157.933	124.918	474.356		
Infraestrutura	53.653	38.156	11.412	35.673	138.894		
Turismo	53.653	38.114	12.363	53.530	157.660		
Comércio e Serviços	287.956	214.121	157.933	214.121	874.132		
FCO Rural	112.229	428.243	339.641	428.243	1.308.355		21,7
Total	561.146	856.485	679.281	856.485	2.953.398		49,0

Resumo Geral							
FCO Empresarial	916.156	873.965	693.144	873.965	3.357.230		55,7
Industrial	109.497	290.912	311.194	236.349	947.952		
Infraestrutura	109.497	73.056	30.501	72.801	285.856		
Turismo	109.497	73.014	40.254	127.832	350.597		
Comércio e Serviços	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825		29,4
FCO Rural	229.039	873.965	693.144	873.965	2.670.113		44,3



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Pronaf-RA e Pronaf Demais	114.520	267.433	138.644	409.485	930.082
Demais Rurais	114.520	606.531	554.500	464.480	1.740.031
Total	1.145.195	1.747.929	1.386.289	1.747.929	6.027.342 100,0

Fonte: Programação do FCO para 2015

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2015

5.1. Orçamento Previsto x Realizado

No 1º semestre de 2015, foram realizados 86,9% (R\$ 2.730,3 milhões) dos recursos previstos para 1º semestre de 2015 (R\$ 3.141,8 milhões), conforme Tabela a seguir:

Tabela 4 – Realização da previsão orçamentária

Origem	(R\$ milhões)			
	Previsto Exercício 2015	Previsto 1º Semestre 2015	Realizado 1º semestre 2015	(%)
Repasse do Tesouro Nacional	2.301.615	1.150.807	1.173.639	102
Retorno de Financiamentos	3.868.812	1.934.406	1.646.603	85
Resultado Operacional	164.970	82.485	-47.667	-58
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	255.003	255.003	255.003	100
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-563.058	-281.529	-297.237	106
Total	6.027.342	3.141.173	2.730.341	86,9

Posição: 30.06.2015

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Programação do FCO para 2015

A Tabela a seguir representa a distribuição do orçamento realizado no 1º semestre de 2015 por Setor e UF, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2015:

Tabela 5 – Realização da previsão orçamentária por Setor e UF

Setor	(R\$ milhões)				
	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	415.012	395.899	313.989	395.899	1.520.800
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	103.753	395.899	313.989	395.899	1.209.541
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	518.765	791.799	627.978	791.799	2.730.341
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Posição: 30.06.2015

Fonte: Programação do FCO



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

6. DESEMPENHO OPERACIONAL DO FUNDO

6.1. Contratações por Programa e Unidade Federativa

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 2.627,1 milhões, o que corresponde a 43,6% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027,3 milhões) e 83,6% do montante de recursos previstos para o semestre (R\$ 3.141,8 milhões).

No período em análise, 36.797 produtores e empresas foram beneficiados com recursos do FCO.

A Tabela a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por UF e Linha de Financiamento:

Tabela 6 – Contratações por Programa e UF

Programas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	3.180	285.158	2.998	365.167	2.812	292.822	2.706	229.204	11.696	1.172.351
Industrial	326	34.745	786	133.598	518	39.098	763	72.472	2.393	279.913
Infraestrutura	3	296	22	30.793	3	371	7	673	35	32.133
Turismo	282	24.215	159	13.780	236	17.453	235	17.885	912	73.333
Comércio e Serviços	2.569	225.901	2.031	186.997	2.055	235.900	1.701	138.174	8.356	786.972
Rural	758	107.144	10.349	465.686	5.202	374.975	8.792	506.949	25.101	1.454.754
Pronaf Demais	217	7.296	8.897	276.239	3.338	99.631	7.968	342.758	20.420	725.923
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Demais Rurais	506	98.998	1.317	186.835	1.118	261.869	666	160.412	3.607	708.113
Total Geral	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em relação ao 1º semestre de 2014, houve crescimento de 181,5% na quantidade de operações contratadas (13.074 em 2014 e 36.797 em 2015). Já em relação ao volume de recursos aplicados houve crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 2.441,1 milhões em 2014 e R\$ 2.627,1 milhões em 2015).

Esse crescimento observado se deve em sua maioria as operações contratadas nas Linhas do Pronaf Demais que obteve um crescimento de 480,6% em relação ao exercício anterior (conforme gráfico 6 a seguir). Tais operações pela sua natureza têm valor médio menor.

Observa-se ainda que a Linha de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços e as Linhas do Pronaf Demais concentraram a maior parcela dos recursos aplicados no 1º semestre de 2015, o equivalente à 30,0% e 27,6%, respectivamente, e também a maior concentração de operações, correspondente à 22,7% e 55,5%.

Os gráficos a seguir demonstram o comparativo entre os valores e as quantidades de operações contratadas nas UFs no 1º semestre de 2014 e 1º semestre 2015:

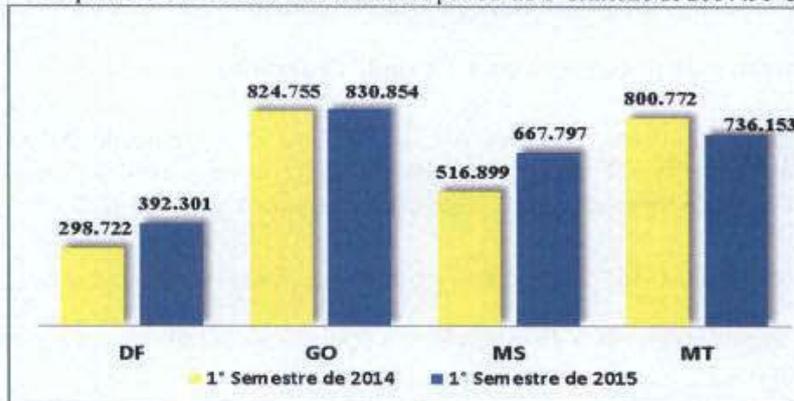
4

24



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

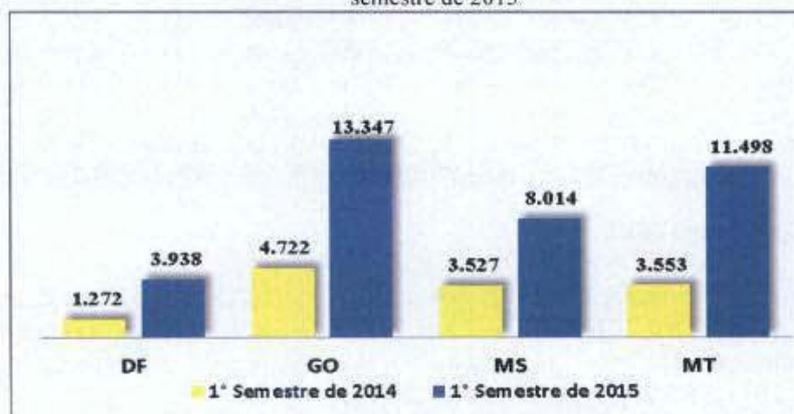
Gráfico 1 – Comparativo entre os valores contratados por UF no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015



Fonte: Relatório de Gestão 1º semestre de 2014 e Caderno de Informações de junho de 2015

Verifica-se que em relação ao 1º semestre de 2014, houve crescimento no montante de valores contratados em quase todos os estados (31,3% no DF, 0,7% no Estado de GO e 29,2% no MS). Já no estado de MT houve decréscimo de 8,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2 – Comparativo entre as quantidades de operações contratadas por UF no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015



Fonte: Relatório de Gestão 1º semestre de 2014 e Caderno de Informações de junho de 2015

Em relação à quantidade de operações contratadas, verifica-se que em relação ao 1º semestre de 2014, houve crescimento na quantidade de operações contratadas em todas as UFs, sendo: DF - 209,6%; GO - 182,7%; MS - 127,2% e MT - 223,6%.

Os financiamentos com recursos do Fundo são segmentados por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados nos programas e linhas de financiamentos, conforme a Programação 2015.

As linhas de financiamento do FCO Empresarial somaram R\$ 1.172,4 milhões, representando 44,6% do montante contratado, enquanto as contratações nas linhas de financiamento do FCO Rural atingiram R\$ 1.454,8 milhões, equivalentes a 55,4% do total aplicado no período.

L

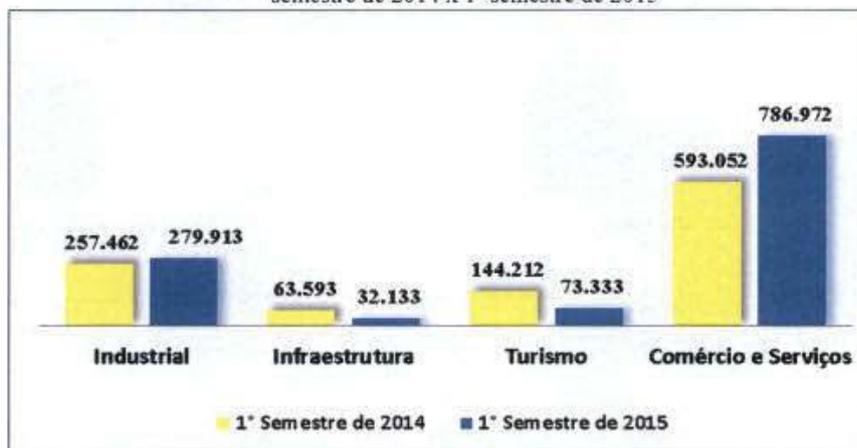
V u



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Os gráficos a seguir demonstram o comparativo entre os valores e as quantidades de operações contratadas nas linhas de financiamento nos Setores Rural e Empresarial no 1º semestre de 2014 e 1º semestre 2015:

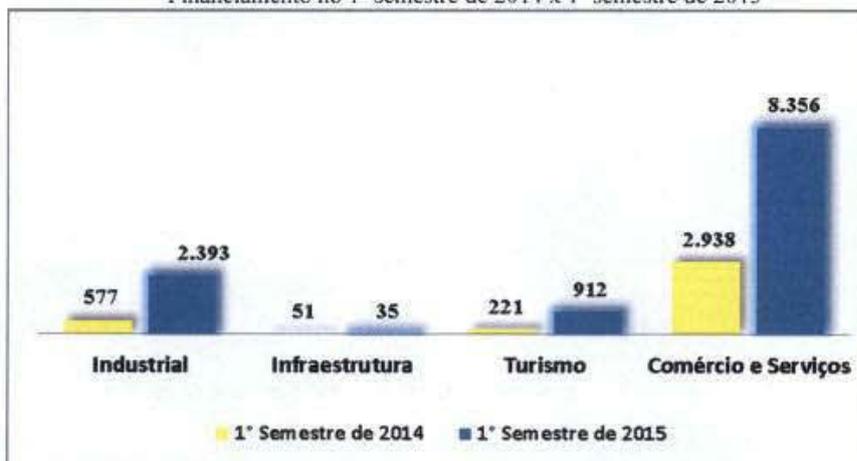
Gráfico 3 – Comparativo entre os valores contratados no Setor Empresarial por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015



Fonte: Relatório de Gestão 1º semestre de 2014 e Caderno de Informações de junho de 2015

Em relação ao 1º semestre de 2014, quanto aos volumes contratados no setor empresarial, houve crescimento no desempenho das linhas de desenvolvimento industrial (8,7%) e dos setores de comercial e de serviços (32,7%). Já as linhas de desenvolvimento de infraestrutura econômica e turismo regional tiveram um decréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior (49,5% e 49,1%) respectivamente.

Gráfico 4 – Comparativo entre a quantidade de operações contratadas no Setor Empresarial por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015



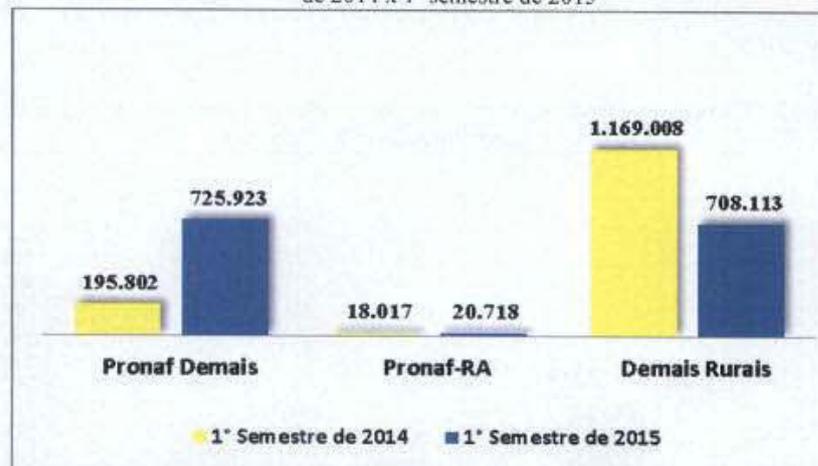
Fonte: Relatório de Gestão 1º semestre de 2014 e Caderno de Informações de junho de 2015

Verifica-se que em relação ao 1º semestre de 2014, houve crescimento na quantidade de operações contratadas no setor empresarial, nas linhas de desenvolvimento industrial (314,7%), turismo regional (312,7%) e dos setores comercial e de serviços (184,4%). Já para a linha de desenvolvimento em infraestrutura econômica houve o decréscimo de 31,4%.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Gráfico 5 – Comparativo entre os valores contratados no Setor Rural por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015

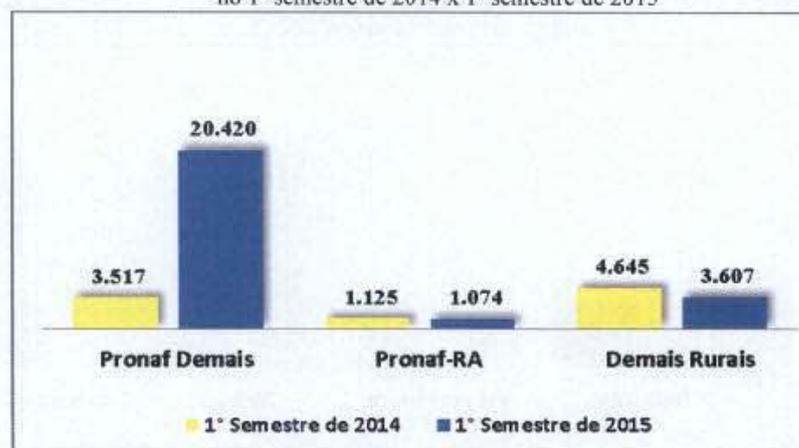


Fonte: Relatório de Gestão 1º semestre de 2014 e Caderno de Informações de junho de 2015

Em relação ao 1º semestre de 2014, quanto aos volumes contratados no setor rural, podemos destacar o crescimento de 270,7% no montante contratado nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (exceto Pronaf Reforma Agrária) e de 15,0% no Pronaf Reforma Agrária.

Já nas demais linhas de financiamento de desenvolvimento rural observa-se um decréscimo no montante contratado em relação ao 1º semestre de 2014 de 39,4%.

Gráfico 6 – Comparativo entre a quantidade de operações contratadas no Setor Rural por Linha de Financiamento no 1º semestre de 2014 x 1º semestre de 2015



Fonte: Relatório de Gestão 1º semestre de 2014 e Caderno de Informações de junho de 2015

Em comparação com o 1º semestre de 2014, relativamente à quantidade de operações contratadas no setor rural, verificou-se desempenho significativo nas demais Linhas do Pronaf que registraram aumento de 480,6%.

Já a linha de Pronaf Reforma Agrária e as demais linhas de desenvolvimento rural registraram decréscimos de 4,5% e 22,3% respectivamente.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A Tabela a seguir demonstra as contratações realizadas no 1º semestre de 2015 por Programa, Porte e UF:

Tabela 7 – Contratações por Programa, Porte e UF

(R\$ mil)

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL MPE E EI	3.133	258.116	2.954	253.673	2.776	209.930	2.668	214.319	11.531	936.037
Industrial	320	29.695	766	66.426	511	37.909	756	68.321	2.353	202.350
Infraestrutura	3	296	20	5.060	3	371	7	673	33	6.399
Turismo	282	24.215	159	13.780	235	15.651	228	16.723	904	70.369
Comércio e Serviços	2.528	203.910	2.009	168.408	2.027	155.998	1.677	128.602	8.241	656.918
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMPRESARIAL MGE	28	20.556	41	106.517	25	82.001	11	10.388	105	219.462
Industrial	6	5.050	18	62.924	7	1.189	3	3.136	34	72.299
Infraestrutura	-	-	2	25.733	-	-	-	-	2	25.733
Turismo	-	-	-	-	1	1.802	1	152	2	1.954
Comércio e Serviços	22	15.506	21	17.860	17	79.011	7	7.100	67	119.476
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RURAL	499	98.093	1.288	181.957	1.093	250.140	549	144.200	3.429	674.390
Desenvolvimento Rural	496	97.514	1.280	171.817	1.064	228.006	524	136.009	3.364	633.346
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
Convir	-	-	3	7.361	3	10.475	-	-	6	17.835
ABC -Conservação da Natureza	3	579	4	829	9	7.414	6	2.421	22	11.243
ABC – ILPF	-	-	1	1.950	-	-	2	2.560	3	4.510
Retenção de matrizes	-	-	-	-	12	3.478	15	2.200	27	5.678
Desenvolvimento da aquicultura	-	-	-	-	-	-	1	959	1	959
Desenvolvimento da pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. sist.prod.pecuário fronteira	-	-	-	-	5	768	-	-	5	768
PRONAF	252	8.146	9.032	278.852	4.084	113.106	8.126	346.537	21.494	746.641
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Pronaf	217	7.296	8.897	276.239	3.338	99.631	7.968	342.758	20.420	725.923
REPASSE	26	7.391	32	9.855	36	12.620	144	20.709	238	50.575
Empresarial	19	6.486	3	4.977	11	891	27	4.497	60	16.851
Industrial	-	-	2	4.248	-	-	4	1.015	6	5.263
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	6	1.010	6	1.010
Comércio e Serviços	19	6.486	1	729	11	891	17	2.472	48	10.578
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural	7	905	29	4.878	25	11.729	117	16.212	178	33.723
Desenvolvimento Rural	7	905	29	4.878	24	10.660	117	16.212	177	32.654
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convir	-	-	-	-	1	1.069	-	-	1	1.069
ABC – Conservação da Natureza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABC – ILPF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de matrizes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento da aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento da pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. sist.prod.pecuário fronteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Não houve contratações nas Linhas de Ciência, Tecnologia e Inovação e na Linha de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca no 1º semestre de 2015.

6.2. Contratações por porte, programa e UF

As contratações no 1º semestre de 2015, em valores nominais, por porte do beneficiário e Programa de Financiamento estão representadas na Tabela a seguir:

Tabela 8 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento

Linhas de Financiamento							(R\$ mil)	
	Grande	Médio	Pequeno-médio	Pequeno	Mini/Micro	EI	Total	
Industrial								
Quantidade	8	26	581	1.709	59	10	2.393	
Valor	61.427	10.873	69.827	136.198	1.534	55	279.913	
Infraestrutura								
Quantidade	2	-	7	25	1	-	35	
Valor	25.733	-	1.015	5.197	187	-	32.133	
Turismo								
Quantidade	-	2	117	739	47	7	912	
Valor	-	1.954	13.323	56.048	1.976	32	73.333	
Comércio e Serviços								
Quantidade	9	58	1.337	6.541	348	63	8.356	
Valor	74.775	44.701	150.977	506.073	10.074	372	786.972	
Pronaf RA								
Quantidade	-	-	-	1.074	-	-	1.074	
Valor	-	-	-	20.718	-	-	20.718	
Pronaf Demais								
Quantidade	-	-	-	7.422	12.998	-	20.420	
Valor	-	-	-	439.819	286.105	-	725.923	
Demais Rurais								
Quantidade	7	100	431	1.830	1.239	-	3.607	
Valor	7.320	78.491	154.664	341.749	125.889	-	708.113	
Total Geral	26	186	2.473	19.340	14.692	80	36.797	
	169.255	136.018	389.807	1.505.801	425.764	459	2.627.105	

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 2.321,8 milhões (88,4%), sendo R\$ 952,9 milhões (41,0%) no setor empresarial e R\$ 1.368,9 milhões (59,0%) no setor rural. Enquanto que, os tomadores de maior porte (grande e médio) contrataram R\$ 305,3 milhões (11,6%), sendo R\$ 219,5 milhões (71,9%) no setor empresarial e R\$ 85,8 milhões (28,1%) no setor rural.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 9 – Contratações por Porte e UF

PORTE						(R\$ mil)	
	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)	
Grande	1.475	90.509	65.956	11.316	169.255	6,4	
Médio	31.567	34.953	51.092	18.407	136.018	5,2	
Subtotal	33.042	125.461	117.048	29.722	305.273	11,6	
Pequeno-médio	100.538	80.718	116.775	91.776	389.807	14,8	
Pequeno	240.068	438.327	368.438	458.968	1.505.801	57,3	
Mini/Micro	18.557	186.332	65.193	155.682	425.764	16,2	
EI	96	15	344	5	459	0,0	
Subtotal	359.259	705.393	550.750	706.431	2.321.832	88,4	
Total Geral	392.301	830.854	667.797	736.153	2.627.105	100,0	

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Verifica-se que em todas as UFs as contratações junto aos empreendedores de menor porte superaram as de maior porte (91,6% no DF; 84,9% em GO; 82,5% em MS; e 96,0% em MT).

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte (quantidade de operações e volume aplicado), percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condrel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas com tomadores de menor porte e atender a um universo maior de beneficiários.

6.3. Contratações com beneficiários que obtiveram financiamento pela 1ª vez

No 1º semestre de 2015, foram realizadas 8.758 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 778,7 milhões, que representam 23,8% do total das contratações e 29,6% dos recursos aplicados no Centro-Oeste.

Tabela 10 – Contratações com novos beneficiários

Porte											(R\$ mil)	
	DF		GO		MS		MT		Total			
	Qtde	Valor	Qtde	Valor								
Grande	1	306	3	36.573	1	62.366	1	1.000	6	100.246		
Médio	13	4.461	8	9.310	7	14.619	10	7.315	38	35.705		
Pequeno-Médio	169	21.726	118	17.730	71	12.273	99	18.068	457	69.797		
Pequeno	1.033	87.851	1.659	133.429	1.708	116.612	2.010	160.752	6.410	498.644		
Mini/Micro	180	6.505	540	25.604	358	17.147	701	24.657	1.779	73.913		
EI	19	86	2	15	46	287	1	5	68	393		
Total	1.415	120.935	2.330	222.661	2.191	223.305	2.822	211.797	8.758	778.698		

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O maior número de contratos realizados com novos beneficiários foi observado em MT (2.822) seguido por GO (2.330). Em relação ao porte, os tomadores de menor porte obtiveram 99,5% (8.714) das operações contratados com novos beneficiários.

6.4. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO para o exercício de 2015, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das UFs e aprovadas pelo



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Condel/Sudeco (Resolução n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014). A seguir destacamos os resultados alcançados, no 1º semestre de 2015, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

- a) **projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

Projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na Programação do FCO para 2015 os recursos previstos para o Pronaf estão divididos em Pronaf Reforma Agrária (Planta Brasil) e Pronaf Demais (Demais Linhas do Programa).

No 1º semestre de 2015, o FCO financiou 20.420 operações do Pronaf Demais, com investimento total de R\$ 725,9 milhões, conforme a Tabela a seguir, por Unidade da Federação:

Tabela 11 – Contratações do Pronaf Demais por UF
(R\$ mil)

UF	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
DF	43	1.927	217	7.296	404,7	278,6
GO	1.338	64.821	8.897	276.239	564,9	326,2
MS	574	20.806	3.338	99.631	481,5	378,9
MT	1.562	108.248	7.968	342.758	410,1	216,6
Total	3.517	195.802	20.420	725.923	480,6	270,7

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Verifica-se que o período em análise, em comparação ao 1º semestre de 2014, as demais linhas do Pronaf (exceto Pronaf RA) superaram em 480,6% o total de operações contratadas e 270,7% o montante financiado.

O ótimo desempenho das demais linhas do Pronaf (exceto Pronaf RA) se deve à busca constante pela contratação de um maior número de operações com recursos do Fundo, bem como ao atendimento as prioridades de aplicação dos recursos do FCO.

O demonstrativo a seguir apresenta a estimativa da quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 12 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

Empregos	DF	GO	MS	MT	Total
Diretos	551	21.771	7.759	27.201	57.282
Indiretos	817	31.195	11.294	38.707	82.013
Total	1.368	52.966	19.053	65.908	139.295

Posição: 30.06.2015

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Banco do Brasil

Para o Pronaf RA, os valores previstos em cada UF são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido no art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995 (10% dos recursos do FCO para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra). Cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) definir sobre as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal (PNCF) aptas a receber os financiamentos.

No 1º semestre de 2015, o FCO financiou 1.074 operações contratadas no Pronaf RA, num montante de R\$ 20,7 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 13 – Contratações do Pronaf-RA

(R\$ mil)

UF	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
DF	22	440	35	850	59,1	93,2
GO	123	1.453	135	2.613	9,8	79,8
MS	812	13.146	746	13.474	(8,1)	2,5
MT	168	2.978	158	3.780	(6,0)	26,9
Total	1.125	18.017	1.074	20.718	(4,5)	15,0

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Verifica-se que em relação ao 1º semestre de 2014, O Pronaf RA no 1º semestre de 2015, houve um decréscimo de 4,5% na quantidade de operações contratadas e um aumento de 15,0% no montante financiado.

Projetos de apoio aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e as micro, pequenas e pequeno-médias empresas, suas cooperativas e associações

A Tabela a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em projetos de apoio ao menor porte no 1º semestre de 2015.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 14 – Projetos de apoio ao menor porte

Portes	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pequeno-médio	731	100.538	620	80.718	579	116.775	543	91.776	2.473	389.807
Pequeno	2.773	240.068	5.878	438.327	5.130	368.438	5.559	458.968	19.340	1.505.801
Mini/Micro	364	18.557	6.781	186.332	2.181	65.193	5.366	155.682	14.692	425.764
EI	21	96	2	15	56	344	1	5	80	459
Total	3.889	359.259	13.281	705.393	7.946	550.750	11.469	706.431	36.585	2.321.832

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

As contratações em projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões, representando 88,4% do valor total contratado no período (R\$ 2.627,1 milhões).

Em quantidade de operações contratadas, os financiamentos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais registraram 36.585 operações, o que representa 99,4 % da quantidade de operações contratadas no 1º semestre de 2015 (36.797).

Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte (quantidade de operações e volume aplicado), percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e de pequenas e microempresas e atender a um universo maior de beneficiários.

Cabe ressaltar que diversas ações do Banco Administrador contribuíram para esse resultado, dentre as quais merece destaque a intensificação da divulgação do Fundo aos tomadores de menor porte, principalmente em municípios de economia estagnada ou dinâmica.

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 340,3 o número total de empregos gerados e/ou mantidos na Região (130,0 mil diretos e 210,3 mil indiretos) no 1º semestre de 2015.

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2015, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 5.802,0 mil.

Apresentamos a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Agência: 2892

nº Operação: 40/00542-9

Valor da Operação: R\$ 584.141,04

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Finalidade: Construção civil

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de emprego, aumento da renda

Empregos Gerados: 24 empregos

Agência: 3382

nº Operação: 40/01088

Valor da Operação: R\$ 722.684,24

Finalidade: Aquisição de softwares e manutenção de serviços (centrais telefônicas)

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empregos diretos

Empregos Gerados ou mantidos: antes do investimento 600 empregos diretos, após o investimento 1.150 empregos diretos

Agência: 3388

nº Operação: 40/02168

Valor da Operação: R\$ 20.826.656,04

Finalidade: construção de novo centro de distribuição da região Centro Oeste de empresa de grande porte no ramo de ferragens

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos na cadeia logística com desenvolvimento da região, incremento na prestação de serviços de manutenção de caminhões, comércio de peças, combustíveis, gerando renda e investimentos de cunho social

Empregos Gerados ou mantidos: geração de 70 empregos diretos

Agência: 3933

nº Operação: 40/01883

Valor da Operação: R\$ 328.478,37

Finalidade: Implantação de lavanderia

Município: Itaquiraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos; e desenvolvimento econômico da região;

Empregos Gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência: 1320

Nº Operação: 40/02802

Valor da Operação: R\$ 1.175.514,00

Finalidade: Construção Civil, aquisição de móveis e utensílios.

Município: Brasnorte (MT)

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: por tratar-se de um empreendimento no setor de comércio, esta operação representou uma quantidade considerável de empregos gerados, em um município que tem carência em empregos formais

Empregos Gerados ou mantidos: 73 empregos

Agência : 1317

nº Operação: 40/05154

Valor da Operação: R\$ 2.000.000,00

Finalidade: Construção Civil

Município: São Felix do Araguaia (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: construção de uma filial, cuja matriz é uma empresa de grande porte do setor de comércio de máquinas agrícolas. Além da geração de empregos diretos, a construção da loja utilizou elevada quantidade de trabalhadores, gerando diversos empregos indiretos

Empregos Gerados ou mantidos: 15 empregos

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

A Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) tem como objetivo incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 301,4 milhões).

Na modalidade Conservação da Natureza foram contratadas 22 operações, no montante de R\$ 11,2 milhões, e na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta foram contratadas 3 operações, no valor de R\$ 4,5 milhões, num total de R\$ 15,8 milhões aplicados o que corresponde a 9% do valor previsto para o exercício de 2015.

As operações nesta Linha foram contratadas com encargos anuais de 4,71% a.a. (quatro inteiros e setenta e um centésimos por cento ao ano), conforme estabelecido no art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 3º da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, e no art. 1º, inciso IV, da Resolução CMN/Bacen n.º 4.395, de 30.12.2014.

Foram contratadas durante o exercício de 2014, 242 operações perfazendo um total de R\$ 173,3 milhões, com vistas ao financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas e desenvolvimento de atividades sustentáveis, com



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

encargos anuais de 4,71% a.a. (quatro inteiros e setenta e um centésimos por cento ao ano), conforme estabelecido no art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 3º da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, e no art. 1º, inciso III, da Resolução CMN/Bacen n.º 4.297, de 30.12.2013, com a redação dada pelas Resoluções CMN n.º 4.304, de 20.01.2014, e n.º 4.324, de 25.04.2014.

Tabela 15 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente
(RS mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	3	579	-	-	3	579
GO	4	829	1	1.950	5	2.779
MS	9	7.414	-	-	9	7.414
MT	6	2.421	2	2.560	8	4.981
Total	22	11.243	3	4.510	25	15.753

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implantação de empreendimentos sustentáveis.

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência: 3307

nº Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região:

- Geração de novas empresas e renda no campo e na cidade;
- Diversificação dos negócios locais;
- Aumento da atividade comercial local;
- Aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade;
- Diversificação da produção industrial local;

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

- Consolidação da cadeia produtiva da soja.

Empregos Gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos.

Prioridade atendida:

a) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;

b) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada; e

c) projetos da indústria de alimentos.

Agência: 3307

nº Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região:

- Promoção do uso de novas tecnologias;

- Criação de alternativa para a melhoria da renda familiar;

- Inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional;

- Aumento da geração de riqueza regional.

Empregos Gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos.

Prioridade atendida:

a) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;

b) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada; e

c) projetos da indústria de alimentos.

Agência: 3307

nº Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região:

- Promoção do uso de novas tecnologias;

- Aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade;

- Geração de novos empregos diretos e indiretos;

- Aumento da geração de riqueza regional.

Empregos Gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Prioridade atendida:

- a) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;
- b) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada; e
- c) projetos da indústria de alimentos.

Agência: 3307

nº Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região:

- Redução de carga poluidora;
- Diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, em substituição para o biogás, redução nas emissões de carbono diretamente (madeira/biogás – CO² do tratamento) e indiretamente redução de uso de florestas, transporte, etc;
- Promoção do uso de novas tecnologias;
- Aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade;
- Geração de novos empregos diretos e indiretos;
- Aumento da geração de riqueza regional.

Empregos Gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Prioridade atendida:

- a) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;
- b) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada; e
- c) projetos da indústria de alimentos.

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos:

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios no segmento.

No 1º semestre de 2015 foram contratados R\$ 73,3 milhões no âmbito dessa linha de financiamento, por meio de 912 operações.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 16 – Projetos do setor de turismo

Contratações	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	282	159	236	235	912
Valor	24.215	13.780	17.453	17.885	73.333

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência: 0311

nº Operação: 40/07034

Valor da Operação: R\$ 388.368,24

Finalidade: ampliação e modernização de empreendimento da rede hoteleira do município

Município/Tipologia: Catalão (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da capacidade e melhoria das condições para hospedagem no município; geração de empregos; e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 4 novos empregos

Agência: 0642

nº Operação: 40/02662

Valor da Operação: R\$ 395.000,00

Finalidade: construção de empreendimento visando o atendimento à demanda da população local e visitante no ramo de alimentação e entretenimento

Município/Tipologia: Jaraguá (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento do consumo de mercadorias produzidas na região para abastecimento do restaurante; opção de entretenimento aos residentes e visitantes do município; geração de empregos; incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência: 3607

nº Operação: 40/00229

Valor da Operação: R\$ 400.000,00

Finalidade: ampliação e modernização de espaço de buffet

Município/Tipologia: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da utilização de mão-de-obra e consumo de matérias-primas produzidas na região; geração de empregos; incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência: 3684

nº Operação: 40/01511

Valor da Operação: R\$ 550.000,00

l

2/4

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Finalidade: implantação de empreendimento do setor hoteleiro
Município/Tipologia: Nerópolis (GO)
Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: oferta de serviços e produtos modernos e de qualidade a preço acessível para residentes e visitantes; geração de empregos; incremento na arrecadação de tributos
Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência: 0728
nº Operação: 40/05426
Valor da Operação: R\$ 1.801.644,88
Finalidade: Implantação de Hotel
Município: Nova Andradina (MS)
Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos; elevação do nível de atividade econômica do município; e elevação dos tributos recolhidos
Empregos Gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência: 2188
nº Operação: 40/04044
Valor da Operação: R\$ 795.000,00
Finalidade: Implantação de Hotel
Município: Ivinhema (MS)
Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: elevação do nível de atividade econômica do município; e elevação dos tributos recolhidos
Empregos Gerados ou mantidos: 8 novos empregos

Agência: 3931
nº Operação: 40/02836
Valor da Operação: R\$ 680.000,00
Finalidade: Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos
Município: Matupá (MT)
Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: manutenção e geração de novos empregos no setor turístico da cidade; o recurso possibilitou a modernização do hotel, mantendo-se competitivo com os demais concorrentes.
Empregos Gerados ou mantidos: 46 novos empregos

f) projetos da indústria de alimentos;

Além da linha de financiamento de desenvolvimento industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, cabe destacar os projetos abrangidos pela Linha de financiamento de desenvolvimento do sistema de integração rural (Convir), que tem como objetivo estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de forma a garantir a

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO, e que tem contribuído muito para apoio e expansão da indústria de alimentos no centro-oeste.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência: 2912

nº Operação: 40/01011

Valor da Operação: R\$ 1.000.000,00

Finalidade: construção civil, aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação de panificadora

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de emprego, aumento da renda

Empregos Gerados: 5 novos empregos

Agência: 2146

nº Operação: 40/04505

Valor da Operação: R\$ 3.253.873,99

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos Gerados: 7 novos empregos

Agência: 2146

nº Operação: 40/04484

Valor da Operação: R\$ 2.460.706,48

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos Gerados: 6 novos empregos

Agência: 2146

nº Operação: 40/04491

Valor da Operação: R\$ 1.646.031,99

Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos e aumento significativo na arrecadação de impostos

Empregos Gerados: 3 novos empregos

Agência: 3426

nº Operação: 40/16343

Valor da Operação: R\$ 5.589.488,00

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Laguna Carapã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos Gerados: 20 novos empregos

Agência: 3426

nº Operação: 40/16587

Valor da Operação: R\$ 1.582.149,39

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Dourados (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos Gerados: 80 novos empregos

Agência: 3426

nº Operação: 40/16322

Valor da Operação: R\$ 3.303.234,70

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Douradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos Gerados: 10 novos empregos

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO****g) projetos dos setores comercial e de serviços;**

Como todas as atividades econômicas no país, os setores comercial e de serviços vem passando por intenso processo de modernização, buscando gerar empregos e ofertar mercadorias de qualidade a preços competitivos.

Atento a esta realidade, o Fundo oferta recursos através da linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços, que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

O objetivo é fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos relativos a este setor, em especial a projetos voltados as atividades a seguir:

- as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;
- a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
- a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
- a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e
- o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização.

No 1º semestre de 2015 foram contratados R\$ 787,0 milhões no âmbito dessa linha de financiamento, por meio de 8.356 operações.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência: 3478

nº Operação: 17/42496

Valor da Operação: R\$ 161.500,00

Finalidade: instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novos empregos e renda

Empregos Gerados: 36 novos empregos

Agência: 2888

nº Operação: 40/00600

Valor da Operação: R\$ 183.610,00

Finalidade: instalação, ampliação e modernização de estabelecimento de ensino e de prática de esportes

Município: Brasília (DF)

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novos empregos e renda
Empregos Gerados: 18 novos empregos

Agência: 0458

nº Operação: 40/03677

Valor da Operação: R\$ 2.320.000,00

Finalidade: ampliação e modernização das instalações do supermercado para proporcionar o melhor atendimento a demanda da clientela local

Município: Rialma (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento no consumo de mercadorias produzidas na região, uma vez que 70% dos produtos revendidos serão adquiridos na própria região; geração de novos empregos; e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 16 novos empregos

Agência: 2146

nº Operação: 40/04548

Valor da Operação: R\$ 3.985.515,50

Finalidade: implantação de clínica para prestação de serviços médicos de diagnósticos por imagem, para atendimento à população do município de Itaberaí e municípios circunvizinhos.

Município/Tipologia: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empreendimento no setor de saúde, de grande importância para a qualidade de vida da população do município de Itaberaí e municípios circunvizinhos, promovendo a integração dos municípios da região, visto o potencial de atendimento da população regional com medicina avançada e tecnologia de ponta; geração de novos empregos; e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 120 novos empregos

Agência: 2146

nº Operação: 40/04555

Valor da Operação: R\$ 933.636,37

Finalidade: implantação de filial de supermercado

Município/Tipologia: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: atendimento às demandas da população em área carente do município em franca expansão, bem como a rota do Araguaia; geração de novos empregos; e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 80 novos empregos

Agência: 3483

nº Operação: 40/03710

Valor da Operação: R\$ 2.394.645,50

l v

q

**Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO**

Finalidade: ampliação e modernização da estrutura de atendimento já existente, além da aquisição de novos equipamentos para a realização de exames por imagem

Município/Tipologia: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empreendimento no setor de saúde, de grande importância para a melhoria da qualidade de vida da população; aumento da capacidade de atendimento já existente; modernização através da aquisição de novas tecnologias para a realização de exames por imagem; geração de novos empregos; e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência: 3153

nº Operação: 40/03230

Valor da Operação: R\$ 3.150.491,95

Finalidade: ampliação e modernização de hospital

Município: Dourados (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: além da geração de novos empregos, haverá grande contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico da região

Empregos Gerados ou mantidos: 38 novos empregos

Agência: 2609

nº Operação: 40/00721

Valor da Operação: R\$ 62.366.044,57

Finalidade: reforma e ampliação de hospital

Município: Campo Grande (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a projeção de riscos da população, o desenvolvimento dos programas de assistência básica a saúde cresceram no estado e no município, exigindo que haja maior número de hospitais, pois as demandas tendem a aumentar, conduzindo assim forçosamente a investimentos de tecnologia, equipamentos, instalações e recursos humanos

Empregos Gerados ou mantidos: 400 empregos

Agência: 3496

nº Operação: 40/02149

Valor da Operação: R\$ 1.790.126,58

Finalidade: implantação de filial em estabelecimento de ensino

Município: Campo Grande (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novos empregos;

Empregos Gerados ou mantidos: 15 novos empregos



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada:

A linha de financiamento à agropecuária irrigada tem como objetivo desenvolver a agropecuária irrigada no centro-oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação dos recursos do FCO, no exercício de 2015, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 120,5 milhões).

No 1º semestre de 2015 foi contratada uma operação no estado de Mato Grosso no valor de R\$ 50,0 mil, que equivale a 0,04% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o exercício de 2015.

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

i) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada e dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

A Tabela a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimento a essas prioridades no 1º semestre de 2015:

Tabela 17 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade (R\$ milhões)				
Espaços Prioritários	Qtde	Valor	Previsto para o exercício 2015	% de atingimento no exercício
Faixa de Fronteira	5.790	R\$ 336,8	R\$ 1.169,3	28,8
Mesorregião de Águas Emendadas	3.668	R\$ 227,1	R\$ 512,3	44,3
Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	22.849	R\$ 1.416,8	R\$ 3.435,6	41,2
Municípios Goianos da RIDE	984	R\$ 126,7	R\$ 174,8	72,5

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes. A Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta por 72 municípios dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As aplicações nos municípios da Faixa de Fronteira (44 no MS e 28 no MT) totalizaram R\$ 336,8 milhões no 1º semestre de 2015, o que representa 28,8% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2015 (R\$ 1.169,3 milhões).

Contratações nos Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas

A Mesorregião de Águas Emendadas tem como característica física marcante o fato de situar-se numa região de junção de três grandes bacias hidrográficas (Bacia do Tocantins, Bacia do Prata e Bacia do São Francisco) e de possuir uma rica beleza cênica proporcionada pela existência de parques naturais e sítios históricos e culturais. Essa região abrange 77 municípios do Estado de Goiás.

No 1º semestre de 2015, foram contratados R\$ 227,1 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 44,3% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2015 (R\$ 512,3 milhões).

Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Municípios Goianos da Ride

A Ride/DF é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19.02.1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04.05.2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União que abrange o DF e 19 municípios do Estado de GO.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no DF e nos municípios do Estado de GO integrantes do Entorno do DF, que compõem a Ride:

Tabela 18 – Contratações na Ride

UF	Municípios Existentes	Municípios com Operações	Valor Aplicado (RS mil)
DF	1	1	265.621
GO	19	19	126.680
Total	20	20	392.301

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2015, foram contratados R\$ 126,7 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 72,5% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2015 (R\$ 174,8 milhões).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Contratações nos Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR

A definição da tipologia do município de localização do empreendimento segue as definições do MI e tem a sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões etc.); e
- Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e tem o propósito de estabelecer uma Tabela referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

Alta Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998;
Dinâmica	Inclui baixa e média renda dinâmicas: Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998 e; Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998;
Estagnada	Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998; e
Baixa Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

Essa classificação é considerada na definição de prioridades para a aplicação de políticas de desenvolvimento e no estabelecimento de limites financeiros.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no 1º semestre de 2015 por Tipologia e UF, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

4

24



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 19 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	2.954	265.621	6.635	535.362	2.018	203.629	2.341	205.714	13.948	1.210.325
Dinâmica	-	-	2071	104.084	1785	100.599	6085	336.939	9.941	541.622
Estagnada	984	126.680	4.641	191.408	4.211	363.570	3.072	193.500	12.908	875.158
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como Baixa Renda, segundo a classificação prevista na Programação Anual do FCO. No 1º semestre de 2015, os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 62,1% (22.849) das operações contratadas e 53,9% (R\$ 1.416,8 milhões) dos recursos utilizados. Enquanto, os municípios de Alta Renda representaram 37,9% (13.948) do total contratado e 46,1% (R\$ 1.210,3 milhões) dos recursos utilizados.

No período em análise, os municípios de Rendas Estagnada e Dinâmica atingiram 41,2% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2015 (R\$ 3.435,6 milhões) para o espaço prioritário.

6.5. Contratações nos municípios do Nordeste Goiano

De acordo com a Nota 4 do Quadro “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Teresina de Goiás.

No 1º semestre de 2015, foram contratadas no Nordeste Goiano R\$ 32,1 milhões, o que representa 18,4% do montante previsto na Programação do FCO para 2015 (R\$ 174,8 milhões).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 20 – Contratações no Nordeste Goiano

	Qtde	Valor	Previsto	(R\$ mil) % recursos previstos
Nordeste Goiano	490	32.108	174.793	18,4

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

6.6. Contratações da linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No 1º semestre de 2015, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 787,0 milhões, correspondentes a 44,4% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 1.772,8 milhões).

Tabela 21 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Contratado no 1º semestre de 2015	(b)	225.901	186.997	235.900	138.174	786.972
% de Atingimento	(b/a)	38,4	42,8	75,8	31,6	44,4

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Programação do FCO para 2015

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

A seguir estão demonstradas as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviços de saúde, realizadas no 1º semestre de 2015.

Tabela 22 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício	(a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Limite para assist. serviços de saúde no exercício	(b)	117.533	87.396	62.239	87.396	354.565
Contratado no 1º semestre de 2015	(c)	6.493	7.950	71.156	2.152	87.750
% de Atingimento	(c/b)	5,5	9,1	114,3	2,5	24,7

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB/ Programação do FCO para 2015/Diretoria Soluções de Atacado



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

6.7. Financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas

A seguir estão demonstrados os Limites/Tetos estabelecidos para a finalidade e as regras previstas na Programação do FCO para 2015:

Tabela 23 - Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores

(R\$ mil)							
Limite/Teto a ser observado							
UF	Limite (*)	Teto(**)	Total	%	Rural	%	Empresarial %
DF	330.861	343.559	330.861	100%	66.172	20%	264.689 80%
GO	1.252.503	524.379	524.379	100%	262.189	50%	262.189 50%
MS	1.085.310	415.887	415.887	100%	207.943	50%	207.943 50%
MT	1.182.529	524.379	524.379	100%	262.189	50%	262.189 50%
Total	3.851.203	1.808.203	1.795.505		798.494		997.011

Posição 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Programação do FCO para 2015:

(*) Corresponde a três vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF (Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015). Para o primeiro trimestre do ano, observa-se como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por três. (Inciso I da Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015).

(**) Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício, em cada UF (Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015).

No 1º semestre de 2015, para mini/micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, foram contratados R\$ 321,7 milhões (13.701 operações) no setor rural, correspondentes a 40,3% do Limite/Teto, e R\$ 664,9 milhões (9.838 operações) no setor empresarial, correspondentes a 66,7% do Limite/Teto.

Tabela 24- Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações até Junho/2015	% de Limite/Teto Ating.	Limite/Teto	Contratações até Junho/2015	% de Ating.
DF	66.172	33.923	51,3%	264.689	207.542	78,4%
GO	262.189	122.829	46,8%	262.189	154.953	59,1%
MS	207.943	39.754	19,1%	207.943	136.497	65,6%
MT	262.189	125.177	47,7%	262.189	165.949	63,3%
Total	798.494	321.683	40,3%	997.011	664.942	66,7%

Posição 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

6.8. Repasse de recursos para outras instituições

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que, “observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

Atualmente o Banco do Brasil mantém contrato com as instituições Banco de Brasília S.A. (BRB), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Sicredi), Agência de Fomento de Goiás S.A (Goiás Fomento), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A. (MT Fomento).

As transferências de recursos iniciaram-se em novembro/2008 (BRB, Bancoob, Sicredi e Goiás Fomento), dezembro/2011 (BRDE) e maio/2012 (MT Fomento).

As contratações efetuadas por meio de repasse contemplam os segmentos de mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento. As operações contratadas pelas instituições operadoras no 1º semestre de 2015 estão demonstradas a seguir:

Tabela 25 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

Programas	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	-	-	19	6.486	3	4.977	25	3.842	-	-	13	1.546	60	16.851
Industrial	-	-	-	-	2	4.248	2	915	-	-	2	100	6	5.263
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.010	6	1.010
Com. e Serviços	-	-	19	6.486	1	729	23	2.927	-	-	5	436	48	10.578
Rural	22	4.276	7	905	1	150	132	18.245	16	10.147	-	-	178	33.723
Demais Rurais	22	4.276	7	905	1	150	132	18.245	16	10.147	-	-	178	33.723
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575
Portes	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pequeno-médio	-	-	-	-	-	-	10	2.603	-	-	-	-	10	2.603
Pequeno	13	3.412	26	7.391	4	5.127	89	13.384	16	10.147	2	266	150	39.728
Mini/Micro	9	864	-	-	-	-	58	6.100	-	-	11	1.280	78	8.244
EI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

A estimativa de repasse de recursos a outras instituições (art. 9º da Lei nº 7.827/89) é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitando o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador, para cada instituição.

No 1º semestre de 2015, as Instituições Operadoras do Repasse aplicaram R\$ 50,6 milhões, o que equivale a 12,0% do montante previsto para aplicação no ano de 2015 (R\$ 421,9 milhões).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A Tabela a seguir demonstra o resumo das contratações do Programa de FCO para Repasse, por espaços considerados prioritários pela PNDR:

Tabela 26 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais (R\$ mil)

Área	Qtde	Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	36	R\$ 12,5
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	9	R\$ 1,0
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	134	R\$ 26,3
Municípios Goianos da Ride	5	R\$ 0,5

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse nos municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR, realizadas no 1º semestre de 2015.

Tabela 27 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia (R\$mil)

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	21	6.908	30	9.626	6	1.121	47	6.662	104	24.316
Dinâmica	-	-	-	-	8	6.225	68	9.742	76	15.967
Estagnada	5	483	2	229	22	5.274	29	4.306	58	10.292
Total	26	7.391	32	9.855	36	12.620	144	20.709	238	50.575

Posição: 30.06.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Pelos números apresentados, observa-se que os municípios classificados como de Alta Renda representaram 43,7% das operações contratadas (104 operações) e 48,1% dos recursos utilizados (R\$ 24,3 milhões). Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 56,3% das operações contratadas no período (134 operações) e 51,9% dos recursos utilizados (R\$ 26,3 milhões).

7. SITUAÇÃO DA DEMANDA

No 1º semestre de 2015, das 38.773 propostas acolhidas no BB, 36.797 foram contratadas e 1.976 não foram passíveis de atendimento pela instituição, resultando num percentual de atendimento de 94,9%.

l

✓



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 28 – Propostas Contratadas e Não atendidas por UF

Situação das Propostas:	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Contratadas	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105
Não Atendidas	193	43.528	926	299.438	347	140.475	510	277.892	1.976	761.332
Total	4.131	435.829	14.273	1.130.291	8.361	808.272	12.008	1.014.045	38.773	3.388.437

Posição: 30.06.2015

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

A Tabela a seguir apresenta as propostas contratadas e não atendidas distribuídas por Programa e Porte:

Tabela 29 – Propostas Contratadas e Não atendidas por Programa e Porte

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Programa						
FCO Empresarial	11.696	1.172.351	836	344.397	12.532	1.516.748
Industrial	2.393	279.913	139	82.402	2.532	362.315
Infraestrutura	35	32.133	9	10.226	44	42.359
Turismo	912	73.333	52	24.893	964	98.226
Com. e Serviços	8.356	786.972	636	226.875	8.992	1.013.847
FCO Rural	25.101	1.454.754	1.140	416.936	26.241	1.871.690
Pronaf-RA/Pronaf Demais	21.494	746.641	217	10.186	21.711	756.827
Demais Rurais	3.607	708.113	923	406.749	4.530	1.114.863
Total Geral	36.797	2.627.105	1.976	761.332	38.773	3.388.437

Porte	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
FCO Empresarial	11.696	1.172.351	836	344.397	12.532	1.516.748
Grande	19	161.935	10	55.798	29	217.733
Médio	86	57.527	49	90.815	135	148.342
Pequeno-médio	2.042	235.143	158	68.681	2.200	303.824
Pequeno	9.014	703.516	568	124.756	9.582	828.272
Mini/Micro	455	13.770	41	4.275	496	18.045
EI	80	459	10	72	90	531
FCO Rural	25.101	1.454.754	1.140	416.936	26.241	1.871.690
Grande	7	7.320	2	3.481	9	10.801
Médio	100	78.491	34	39.466	134	117.957
Pequeno-médio	431	154.664	132	77.837	563	232.502
Pequeno	10.326	802.285	476	239.695	10.802	1.041.980
Mini/Micro	14.237	411.994	496	56.456	14.733	468.450
Total Geral	36.797	2.627.105	1.976	761.332	38.773	3.388.437

Posição: 30.06.2015

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

No 1º semestre de 2015, as linhas de financiamentos do Pronaf foram responsáveis pelo maior percentual de atendimento em relação as propostas acolhidas, ou seja, das 21.711 propostas acolhidas, foram contratadas 21.494 operações (99,0%).

h

24



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

No que diz respeito ao porte, os tomadores de menor porte tiveram o maior percentual de atendimento em relação às propostas acolhidas, ou seja, foram contratadas 36.585 operações (95,1%) das 38.466 propostas acolhidas.

Cabe destacar que o prazo médio de contratação das operações no semestre ficou em torno de 34 dias.

As Tabelas a seguir apresentam a distribuição das 1.976 propostas não atendidas no 1º semestre de 2015:

Tabela 30 – Motivo de não atendimento de demandas por UF

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta Consulta em Análise	36	9.627	225	83.615	70	28.668	104	61.232	435	183.142
Projeto em Elaboração	18	3.841	60	32.634	47	32.158	66	35.384	191	104.017
Propostas em Análise	48	15.628	87	46.647	43	39.027	107	87.472	285	188.773
Pendente de Documentação	74	12.135	307	104.355	131	28.440	151	76.586	663	221.516
Em Contratação	17	2.297	247	32.187	56	12.182	82	17.218	402	63.884
Indeferidas/Canceladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Propostas	193	43.528	926	299.438	347	140.475	510	277.892	1.976	761.332

Posição: 30.06.2015

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

Tabela 31 – Motivo de não atendimento de demandas por Programa

Programas	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente Documentação		Em Contratação		Indeferidas/Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Qtd	Vir	Qtd	Vir	Qtd	Vir	Qtd	Vir	Qtd	Vir	Qtd	Vir	Qtd	Vir
	Empresarial	173	88.308	110	57.072	167	71.910	333	121.786	53	5.321	-	-	836
Industrial	26	21.952	13	3.154	23	8.233	65	47.602	12	1.461	-	-	139	82.402
Infraestrutura	4	2.480	-	-	2	5.932	3	1.814	-	-	-	-	9	10.226
Turismo	8	4.925	5	1.288	13	3.165	25	15.461	1	55	-	-	52	24.893
Com. e Serviços	135	58.951	92	52.631	129	54.579	240	56.910	40	3.805	-	-	636	226.875
Rural	262	94.834	81	46.945	118	116.864	330	99.730	349	58.563	-	-	1.140	416.936
Pronaf RA Demais	-	-	-	-	9	409	92	4.767	116	5.010	-	-	217	10.186
Demais Rurais	262	94.834	81	46.945	109	116.454	238	94.963	233	53.553	-	-	923	406.749
Total	435	183.142	191	104.017	285	188.773	663	221.516	402	63.884	-	-	1.976	761.332

Posição: 30.06.2015

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

8. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

8.1. Financiamentos por programa e UF

A Tabela a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, em 30.06.2015, distribuída por Programa e Unidade Federativa.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 32 – Saldos por programa e UF

Programas	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	Total
Empresarial	1.514.144	2.693.811	2.006.452	2.311.248	8.525.655
Industrial	208.520	1.304.896	930.384	797.050	3.240.850
Infraestrutura	93.912	384.299	98.666	549.024	1.125.900
Turismo	198.468	208.921	138.512	169.904	715.805
Comércio e Serviços	1.013.245	795.696	838.890	795.269	3.443.100
Rural	659.534	4.592.588	3.416.885	4.576.506	13.245.513
Prona-RA e Pronaf Demais	53.034	1.048.318	413.544	1.481.036	2.995.933
Demais Rurais	606.500	3.544.270	3.003.341	3.095.470	10.249.580
Total	2.173.678	7.286.400	5.423.337	6.887.754	21.771.168

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 13.245,5 milhões, correspondem a 60,8% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 8.525,7 milhões, equivalente a 39,2% do total dos financiamentos do Fundo. No Programa de FCO Empresarial, a linha de financiamento de comércio e serviços destaca-se com saldo de R\$ 3.443,1 milhões aplicados, enquanto no Programa de FCO Rural, as demais linhas de financiamentos rurais encerraram o 1º semestre de 2015 com R\$ 10.249,6 milhões aplicados.

8.2. Financiamentos por porte e UF

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada na Tabela a seguir:

Tabela 33 – Saldos por porte e UF

Porte	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	Região
Grande	314.841	1.884.490	1.556.739	1.761.894	5.517.964
Médio	320.974	1.094.555	652.952	1.090.812	3.159.293
Pequeno-médio	371.038	557.591	736.593	642.514	2.307.736
Pequeno	1.031.366	2.793.804	2.011.683	2.702.027	8.538.880
Mini/Micro	134.014	955.035	464.179	690.345	2.243.573
EI	1.445	925	1.190	162	3.722
Total	2.173.678	7.286.400	5.423.337	6.887.754	21.771.168

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

Em 30.06.2015, os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 39,9% dos saldos da carteira (R\$ 8.677,3 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 60,1% (R\$ 13.093,9 milhões).

8.3. Financiamentos por risco de crédito

Com a edição da MP n.º 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do Agente Financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para

L

24



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência daquele dispositivo legal, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de riscos diferentes, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 com risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 com risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 com risco 100% BB, incluindo também as operações de repasse para outras Instituições Operadoras; e operações contratadas ao amparo do Programa Papra com risco 100% Procera.

A Lei nº 13.001 de 20.06.2014, em seu parágrafo 4º do artigo 8º, transferiu o risco de operações de crédito rural do Procera para o FCO, quando contratadas com risco desse Fundo.

A tabela a seguir apresenta o resumo da classificação da carteira por modalidade de risco no 1º semestre de 2015, na qual se observa que quase a totalidade da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Tabela 34 – Carteira por risco

(R\$ mil)			
Detentor do Risco	% do risco	Valor da Carteira	Participação (%)
Banco do Brasil	100%	21.260.709,6	97,7
Compartilhado	50%	6.998,5	0,0
FCO	100%	503.401,5	2,3
*FCO (Procera/ Papra)	100%	58,6	0,0
Total		21.771.168	100,0

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

*De acordo com o parágrafo 4º do artigo 8º da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, o risco das operações rurais do Procera, passam a ser do FCO.

8.4. Financiamentos por vencimento

A relação entre as parcelas dos financiamentos em atraso e o saldo da carteira total observada ao final do 1º semestre de 2015 foi de 0,3%, conforme a Tabela a seguir:

Tabela 35 – Saldos vincendos e vencidos (por parcelas)

(R\$ mil)										
Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vincendo	2.165.952	99,6%	7.261.560	99,7%	5.408.383	99,7%	6.861.380	99,6%	21.697.275	99,7%
Vencido	7.662	0,4%	24.904	0,3%	14.954	0,3%	26.373	0,4%	73.893	0,3%
Total	2.173.613	100%	7.286.464	100%	5.423.337	100%	6.887.754	100%	21.771.168	100%

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

A carteira com o maior índice de atraso (Risco 100% do FCO), além de representar apenas 2,3% do total da carteira de financiamentos do FCO, é composta, em sua maioria, por estoque de operações remanescentes, não apresentando novas contratações, a exceção do Pronaf RA, cuja carteira é de R\$ R\$ 169,0 milhões.

0

24



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 36 – Inadimplência por Risco (por parcelas)

Risco de crédito	Vincendo	Vencido	Total	(R\$ mil)
				(%) Atraso
Risco BB	21.191.159	69.550	21.260.710	0,3
Risco FCO	499.129	4.332	503.460	0,9
Risco Compartilhado	6.988	11	6.999	0,2
Total	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

Considerando a prática adotada pelo mercado financeiro para o cálculo da inadimplência, estabelecendo como indicador o atraso das operações vencidas há mais de 15 e 90 dias (razão entre o crédito vencido naqueles prazos e a carteira de crédito total), o índice de inadimplência seria de 1,8% e 0,8%, respectivamente, conforme tabelas a seguir:

Tabela 37 – Saldos vencidos (Inad 15)

Risco de crédito	Total	Inad 15	(R\$ mil)
			(%) Atraso
Risco BB	21.260.710	370.887	1,7
Risco FCO	503.460	23.321	4,6
Risco Compartilhado	6.999	21	0,3
Total	21.771.168	394.230	1,8

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

Tabela 38 – Saldos vencidos (Inad 90)

Risco de crédito	Total	Inad 90	(R\$ mil)
			(%) Atraso
Risco BB	21.260.710	147.245	0,7
Risco FCO	503.460	17.709	3,5
Risco Compartilhado	6.999	-	-
Total	21.771.168	164.954	0,8

Posição: 30.06.2015

Fonte: Sistema ARC do Banco do Brasil

Cabe destacar que o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

- intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento (CABB);
- utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;
- esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas;
- renegociações de dívidas.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

9. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

9.1. Reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial

De acordo com a Programação do FCO para 2015 o BB poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão.

No 1º semestre de 2015, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramadas duas operações num total de R\$ 2,2 milhões.

9.2. Prorrogação de dívidas no âmbito do FCO Rural

Nos termos do Manual de Crédito Rural – MCR, capítulo 2, sessão 6, o BB poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida no âmbito do FCO Rural, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos; de frustração de safras por fatores adversos; ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Utilizando esta prerrogativa, no 1º semestre de 2015 foram prorrogadas 53 operações num total de R\$ 14,0 milhões.

2

24



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

10. CONCLUSÃO

A integração do BB com o MI, Condel/Sudeco, governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, tem sido de grande relevância e contribuído para a implantação de ações que objetivam a melhor divulgação do FCO em diversas reuniões e eventos, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, aderente às diretrizes exaradas pelos administradores e órgãos de controle. Destacamos a seguir algumas dessas ações realizadas nos estados no 1º semestre de 2015:

- realização de palestras junto as entidades de classe, federações, associações para disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDE;
- parcerias junto a Secretarias Econômica e de Turismo do DF com intuito de prospectar novas operações;
- desafios de originação/prospecção de operações de investimento junto a rede de agências;
- elevação do valor obrigatório para apresentação de carta consultas no DF para R\$ 1,0 milhão diminuindo o prazo de análise das propostas;
- parcerias junto a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de GO, Sebrae e entidades de classe;
- treinamento junto à rede visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para disseminação de informações sobre as linhas do FCO;
- realização de palestras sobre as linhas de investimento em eventos voltados para o turismo regional em MT;
- divulgação pela assessoria de imprensa da Superintendência do BB em MT da disponibilidade de recursos na Linha de Desenvolvimento de Turismo Regional;
- participação do BB em reunião realizada no Comitê Regional das Instituições Financeiras (CRIFF); e
- participação do BB em reunião realizadas no Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco (CASE).

Para o setor empresarial a Linha de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviço obteve um desempenho expressivo no 1º semestre de 2015, com elevação de 32,7% no volume contratado em relação ao 1º semestre de 2014, beneficiando mais 8,3 mil empresas/produtores. Essa elevação de volume foi mais concentrada em operações com tomadores de menor porte, cujo faturamento bruto anual está fixado em até R\$ 16 milhões.

Os financiamentos a investimentos e capital de giro dissociado (com a finalidade de aquisição de insumos, matéria-prima e formação de estoques para venda) no setor de comércio e serviços, foram contratados por empresas pertencentes aos diversos ramos de forma pulverizada, demonstrando a importância dos financiamentos com recursos do Fundo para todos os segmentos.

Em relação ao setor Rural, o destaque ficou por conta do ótimo desempenho observado das contratações nas Linhas do Pronaf, onde o valor destinado àquela categoria representou 55,5% das operações contratadas no período, sendo que 99,4% foram realizadas com os tomadores de menor



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

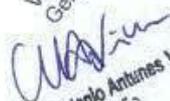
porte. Tal desempenho fortalece o caráter social do Fundo em termos de geração de emprego e renda, considerando este ser um dos objetivos principais do Programa.

Em relação às prioridades, a distribuição quantitativa das aplicações do FCO evidencia que os resultados dos esforços envidados pelo BB, no sentido de apoiar os tomadores de menor porte, têm sido eficaz. De fato, as contratações com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 beneficiaram 36.797 mil produtores/empresas, sendo 36.585 mil de tomadores de menor porte, para os quais foram destinados mais de 88% dos recursos do Fundo.

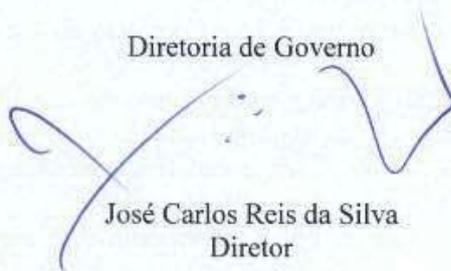
O Banco do Brasil, como um dos administradores do Fundo Constitucional, renova sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento de suas ações e procedimentos operacionais e de gestão, de modo a fortalecer a posição do FCO como importante instrumento para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico da Região Centro-Oeste.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2015


Valtter Coelho de Sá
Gerente Executivo


Marco Antonio Antunes Vinkler
Gerente de Negócios

Diretoria de Governo



José Carlos Reis da Silva
Diretor



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587
70312-970 - Brasília/DF - Brasil

Telefone 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Administrador do
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO
(Administrado pelo Banco do Brasil S.A.)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 3.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 3 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais, conforme descrito nas Notas Explicativas n° 2 e 3.

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre distribuição ou uso

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas Explicativas n° 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 16 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Massao Takauthi'.

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONDEL/SUDECO**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2015

PARECER N.º 04/2015-CONDEL/SUDECO
Brasília (DF), 23 de novembro de 2015

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	5
3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	7
4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015	7
4.1. DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	8
4.2. PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	8
5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.....	9
5.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015	9
5.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR.....	9
5.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	10
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2015.....	11
6.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2015	11
6.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR.....	12
6.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	12
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2015.....	13
7.1. ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	13
7.2. ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	13
8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2015.....	13
8.1. CONTRATAÇÕES POR UF	14
8.1.1. <i>Contratações no DF</i>	15
8.1.2. <i>Contratações no Estado de GO</i>	15
8.1.3. <i>Contratações no Estado de MS</i>	17
8.1.4. <i>Contratações no Estado de MT</i>	17
8.2. CONTRATAÇÕES POR PORTE.....	18
8.2.1. <i>Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores</i>	18
8.2.2. <i>Contratações com médios e grandes tomadores</i>	19
8.3. CONTRATAÇÕES POR SETOR	20
8.3.1. <i>Contratações com o setor empresarial</i>	20
8.3.2. <i>Contratações com o setor rural</i>	20
8.4. CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO.....	20
8.4.1. <i>Contratações com o setor comercial e de serviços</i>	21
8.5. CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA	22
8.6. CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	23
8.6.1. <i>Contratações na Faixa de Fronteira</i>	23
8.6.2. <i>Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas</i>	23
8.6.3. <i>Contratações segundo a Tipologia dos Municípios</i>	23
8.6.4. <i>Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)</i>	24
8.7. CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS.....	24
8.8. CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	25
8.9. SITUAÇÃO DA DEMANDA.....	26
9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES	26
9.1. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS.....	27
10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS.....	30
10.1. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	30
10.2. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL.....	31
10.3. SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA.....	31
11. AUDITORIA EXTERNA.....	32

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SUDECO.....	33
13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES.....	34
14. PARECER.....	35

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região.

Em função da apresentação de alguns quadros do Relatório em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2015.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Ministério da Integração Nacional (MI);
- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

O Ministério da Integração Nacional (MI) é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Cabe esclarecer que, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI). Os referidos Decretos foram revogados/substituídos pelos Decretos n.º 8.277, de 27.06.2014, e n.º 8.161, de 18.12.2013.

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, será submetido à consideração e deliberação do Condel/Sudeco, e não mais à do Condel/FCO.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large stylized signature and several smaller initials.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

A Programação do FCO para 2015 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRF) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 034, de 26.11.2014, publicada no DOU de 01.12.2014, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

4.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

O Condell/Sudeco, por sua vez, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condell/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condell, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Condell/Sudeco, por meio da Resolução Condell/Sudeco n.º 034, de 26.11.2014, publicada no DOU de 01.12.2014, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

4.2. Programas e Linhas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

Quadro 1: Programas e Linhas de Financiamento

Programas	Linhas
Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais – EI e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas – MPE	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas – MGE	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.
Programa de FCO Rural	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e 8. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuária na Região de Fronteira.
	1. Pronaf; e

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	2. Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).
Programa de FCO Empresarial para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Rural para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

Fonte: Programação do FCO para 2015.

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

5.1. Recursos previstos para o exercício de 2015

De acordo com a Programação do FCO para 2015, aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 034, de 26.11.2014, publicada no DOU de 01.12.2014, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2015 é de R\$ 6.027,3 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2014; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício de 2015

Origem	R\$ Milhões	
		Valor
Repasse do Tesouro Nacional		2.301,6
Retornos de financiamentos		3.868,8
Resultado operacional		165,0
Disponibilidades ao final do exercício anterior		255,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores		(563,1)
Total		6.027,3

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

5.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2015, a Portaria MI n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso III, alínea "c", item 1).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Julia' and 'Pimenta'.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

Alternativamente, permitiu que a estimativa inicial de aplicação por UF observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29% (art. 5º, § 3º). Neste caso, a estimativa de aplicação por UF deve ser reprogramada até 31 de outubro de 2015, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2015, bem como as operações em fase final de contratação nesta data (art. 5º, § 4º, inciso I). E os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, devem enviaar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de 15% de aplicação por UF (art. 5º, § 4º, inciso II).

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2015, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para aplicação em cada UF e os percentuais definidos pelas próprias UF para os setores empresarial e rural:

Quadro 3: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor						
	Empresarial	916.156	80,0%	873.965	50,0%	693.144	50,0%	873.965	50,0%
% em relação ao total	15,2%		14,5%		11,5%		14,5%		55,7%
Rural	229.039	20,0%	873.965	50,0%	693.144	50,0%	873.965	50,0%	2.670.113
% em relação ao total	3,8%		14,5%		11,5%		14,5%		44,3%
Total	1.145.195	100,0%	1.747.929	100,0%	1.386.289	100,0%	1.747.929	100,0%	6.027.342
% em relação ao total	19,0%		29,0%		23,0%		29,0%		100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

5.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2015 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 4: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil
						%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	467.240	445.722	353.504	445.722	1.712.187	28,4
Industrial	55.843	153.061	153.261	111.430	473.596	
Infraestrutura	55.843	34.900	19.089	37.129	146.961	
Turismo	55.843	34.900	27.891	74.302	192.937	
Comércio e Serviços	299.710	222.861	153.261	222.861	898.693	
FCO Rural	116.810	445.722	353.504	445.722	1.361.757	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	114.520	267.433	138.644	409.485	930.082	
Demais Rurais	2.290	178.289	214.860	36.237	431.676	
Subtotal	584.049	891.444	707.007	891.444	3.073.945	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	448.916	428.243	339.641	428.243	1.645.043	27,3
Industrial	53.653	137.851	157.933	124.918	474.356	
Infraestrutura	53.653	38.156	11.412	35.673	138.894	
Turismo	53.653	38.114	12.363	53.530	157.660	
Comércio e Serviços	287.956	214.121	157.933	214.121	874.132	
FCO Rural	112.229	428.243	339.641	428.243	1.308.355	21,7
Subtotal	561.146	856.485	679.281	856.485	2.953.398	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	916.156	873.965	693.144	873.965	3.357.230	55,7
Industrial	109.497	290.912	311.194	236.349	947.952	
Infraestrutura	109.497	73.056	30.501	72.801	285.856	
Turismo	109.497	73.014	40.254	127.832	350.597	
Comércio e Serviços	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825	
FCO Rural	229.039	873.965	693.144	873.965	2.670.113	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	114.520	267.433	138.644	409.485	930.082	
Demais Rurais	114.520	606.531	554.500	464.480	1.740.031	
Total	1.145.195	1.747.929	1.386.289	1.747.929	6.027.342	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2015

6.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2015

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 3.141,2 milhões:

Quadro 5: Recursos previstos para o 1º Semestre de 2015

Origem	R\$ Milhões
	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	1.150,8
Retornos de financiamentos	1.934,4
Resultado operacional	82,5
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(281,5)
Total	3.141,2

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

6.2. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações, no 1º semestre de 2015, por UF e Setor:

Quadro 6: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2015 por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor						
Empresarial	477.458		455.470		361.235		455.470		1.749.633
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	119.365		455.470		361.235		455.470		1.391.540
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	596.823		910.940		722.470		910.940		3.141.173
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão do BB/Programação do FCO para 2015.

6.3. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2015 também foram alocados por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 7: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2015 por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	243.504	232.290	184.230	232.290	892.313	28,4
Industrial	59.774	102.025	58.769	34.843	255.412	
Infraestrutura	64.245	23.229	13.007	34.843	135.324	
Turismo	59.774	23.229	13.449	69.687	166.139	
Comércio e Serviços	59.710	83.806	99.005	92.916	335.438	
FCO Rural	60.876	232.290	184.230	232.290	709.685	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	59.682	139.374	72.247	213.394	484.697	
Demais Rurais	1.194	92.916	111.983	18.896	224.988	
Subtotal	304.380	464.579	368.460	464.579	1.601.998	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	233.955	223.180	177.005	223.180	857.320	27,3
Industrial	55.028	80.345	110.274	44.636	290.283	
Infraestrutura	64.245	22.227	11.682	44.636	142.790	
Turismo	55.028	22.227	9.560	44.636	131.450	
Comércio e Serviços	59.654	98.382	45.489	89.272	292.797	
FCO Rural	58.489	223.180	177.005	223.180	681.854	21,7
Subtotal	292.443	446.361	354.010	446.361	1.539.175	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	477.458	455.470	361.235	455.470	1.749.633	55,7
Industrial	114.802	182.370	169.043	79.480	545.695	
Infraestrutura	128.490	45.456	24.689	79.480	278.115	
Turismo	114.802	45.456	23.008	114.323	297.589	
Comércio e Serviços	119.365	182.188	144.494	182.188	628.235	
FCO Rural	119.365	455.470	361.235	455.470	1.391.540	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	59.682	139.374	72.247	213.394	484.697	
Demais Rurais	59.682	316.096	288.988	242.076	906.842	
Total	596.823	910.940	722.470	910.940	3.141.173	100,0

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2015

7.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2015 (R\$ 2.730,3 milhões) representou 86,9% do montante previsto (R\$ 3.141,2 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 8: Orçamento - Previsto X Realizado no 1º Semestre de 2015

Origem	R\$ Milhões		
	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasses do Tesouro Nacional	1.150,8	1.173,6	102,0
Retornos de financiamentos	1.934,4	1.646,6	85,1
Resultado operacional	82,5	(47,7)	(57,8)
Disponibilidades ao final do exercício anterior	255,0	255,0	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(281,5)	(297,2)	105,6
Total	3.141,2	2.730,3	86,9

Posição: 30.06.2015.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.2. Alocação do orçamento realizado por UF e Setor

O quadro a seguir apresenta a alocação do orçamento realizado no 1º semestre de 2015 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2015:

Quadro 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

Setor	R\$ Mil					Região
	DF	GO	MS	MT		
Empresarial	415.012	395.899	313.989	395.899	1.520.800	
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7	
Rural	103.753	395.899	313.989	395.899	1.209.541	
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3	
Total	518.765	791.799	627.978	791.799	2.730.341	
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2015

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 2.627,1 milhões, o que corresponde a 83,6% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 3.141,2 milhões), e a 96,2% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.730,3 milhões):

Quadro 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

Setor	R\$ Milhões							
	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	% (c/a)	% (c/b)	% Contratações X Totais		
						Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)	
Empresarial	1.749,6	1.520,8	1.172,4	67,0	77,1	37,3	42,9	
Rural	1.391,5	1.209,5	1.454,8	104,5	120,3	46,3	53,3	
Total	3.141,2 (d)	2.730,3 (e)	2.627,1	83,6	96,2	83,6	96,2	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Handwritten signatures and initials:
Luis...
BB...
D...

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 2.627,1 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 465 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região (467)¹.

8.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 (R\$ 2.627,1 milhões), R\$ 392,3 milhões (14,9%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 830,9 milhões (31,6%) o Estado de Goiás; R\$ 667,8 milhões (25,4%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 736,2 milhões (28,0%) o Estado de Mato Grosso:

Quadro 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.180	285.158	2.998	365.167	2.812	292.822	2.706	229.204	11.696	1.172.351
Industrial	326	34.745	786	133.598	518	39.098	763	72.472	2.393	279.913
Infraestrutura	3	296	22	30.793	3	371	7	673	35	32.133
Turismo	282	24.215	159	13.780	236	17.453	235	17.885	912	73.333
Comércio e Serviços	2.569	225.901	2.031	186.997	2.055	235.900	1.701	138.174	8.356	786.972
Rural	758	107.144	10.349	465.686	5.202	374.975	8.792	506.949	25.101	1.454.754
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Pronaf Demais	217	7.296	8.897	276.239	3.338	99.631	7.968	342.758	20.420	725.923
Demais Rurais	506	98.998	1.317	186.835	1.118	261.869	666	160.412	3.607	708.113
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2014, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (181,5%), quanto no volume de recursos aplicados (7,6%). No 1º semestre de 2014, foram contratadas 13.074 operações, no montante de R\$ 2.441,1 milhões. Já no 1º semestre de 2015, foram contratadas 36.797 operações, no montante de R\$ 2.627,1 milhões:

Quadro 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.787	1.058.319	11.696	1.172.351	208,8	10,8
Industrial	577	257.462	2.393	279.913	314,7	8,7
Infraestrutura	51	63.593	35	32.133	(31,4)	(49,5)
Turismo	221	144.212	912	73.333	312,7	(49,1)
Comércio e Serviços	2.938	593.052	8.356	786.972	184,4	32,7
Rural	9.287	1.382.828	25.101	1.454.754	170,3	5,2
Pronaf-RA	1.125	18.017	1.074	20.718	(4,5)	15,0
Pronaf Demais	3.517	195.802	20.420	725.923	480,6	270,7
Demais Rurais	4.645	1.169.008	3.607	708.113	(22,3)	(39,4)
Total	13.074	2.441.147	36.797	2.627.105	181,5	7,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Quanto aos volumes contratados, pode-se afirmar que as aplicações do FCO tiveram um bom desempenho no 1º semestre de 2015, pois se aproximaram do orçamento previsto e do orçamento realizado (83,6% e 96,2% respectivamente) e superaram as do 1º semestre de 2014.

¹ Fonte: Caderno de Informações Gerenciais, posição de junho/2015, formulado pelo Banco Administrador.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quanto às quantidades contratadas, observou-se acréscimo de 181,5% no 1º semestre de 2015 (36.797) em relação ao 1º semestre de 2014 (13.074), resultando numa maior pulverização do crédito e, conseqüentemente, na redução do valor médio contratado, conforme quadro a seguir:

Quadro 13: Contratações por Macrossetor
Comparativo do 1º Semestre dos últimos 2 exercícios (2014 e 2015)

R\$ Mil

1º Semestre	Empresarial			Rural			Total		
	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)	Qtde. (a)	Valor (b)	Valor Médio (b/a)
2014	3.787	1.058.319	279	9.287	1.382.828	149	13.074	2.441.147	187
2015	11.696	1.172.351	100	25.101	1.454.754	58	36.797	2.627.105	71

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

8.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 (R\$ 392,3 milhões) tiveram acréscimo de 31,3% em relação ao 1º semestre de 2014 (R\$ 298,7 milhões):

Quadro 14: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	892	221.374	3.180	285.158	256,5	28,8
Industrial	95	31.418	326	34.745	243,2	10,6
Infraestrutura	9	1.507	3	296	(66,7)	(80,4)
Turismo	56	19.249	282	24.215	403,6	25,8
Comércio e Serviços	732	169.201	2.569	225.901	251,0	33,5
Rural	380	77.347	758	107.144	99,5	38,5
Pronaf-RA	22	440	35	850	59,1	93,2
Pronaf Demais	43	1.927	217	7.296	404,7	278,6
Demais Rurais	315	74.980	506	98.998	60,6	32,0
Total	1.272	298.722	3.938	392.301	209,6	31,3

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ademais, o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 392,3 milhões) representou 65,7% do seu orçamento previsto (R\$ 596,8 milhões – Quadro 6), 75,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 518,8 milhões – Quadro 9) e 14,9% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

8.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 830,9 milhões, montante 0,7% superior ao observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 824,8 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 15: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.245	378.633	2.998	365.167	140,8	(3,6)
Industrial	248	98.869	786	133.598	216,9	35,1
Infraestrutura	30	54.502	22	30.793	(26,7)	(43,5)
Turismo	68	57.749	159	13.780	133,8	(76,1)
Comércio e Serviços	899	167.512	2.031	186.997	125,9	11,6
Rural	3.477	446.123	10.349	465.686	197,6	4,4
Pronaf-RA	123	1.453	135	2.613	9,8	79,9
Pronaf Demais	1.338	64.821	8.897	276.239	564,9	326,2
Demais Rurais	2.016	379.848	1.317	186.835	(34,7)	(50,8)
Total	4.722	824.755	13.347	830.854	182,7	0,7

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 830,9 milhões) representou 91,2% do seu orçamento previsto (R\$ 910,9 milhões – Quadro 6), 104,9% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 791,8 milhões – Quadro 9) e 31,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

De acordo com a Nota 4 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO devem aplicar nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Teresina de Goiás.

O montante de recursos contratados no Nordeste Goiano durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 32,1 milhões) representou 35,2% do montante reservado no semestre ao referido espaço (R\$ 91,1 milhões) e 3,5% dos recursos previstos para aplicação no semestre em Goiás (R\$ 910,9 milhões). Representou, ainda, 18,4% do montante reservado no exercício ao referido espaço (R\$ 174,8 milhões) e 1,8% dos recursos previstos para aplicação no exercício em Goiás (R\$ 1.747,9 milhões), percentual este (1,8%) inferior ao definido pelo Condul/Sudeco (10,0%):

Quadro 16: Contratações por Município do Nordeste Goiano no 1º Sem. de 2015
Comparativo Recursos Previstos x Contratações

R\$ Mil

Município	Recursos previstos para aplicação no exercício de 2015 em Goiás	Recursos previstos para aplicação em 2015 no Nordeste Goiano	Recursos previstos para aplicação no 1º Sem. de 2015 em Goiás	Recursos previstos para aplicação no 1º Sem. de 2015 no Nordeste Goiano	Contratações	
					Qtde.	Valor
Total	1.747.929	174.793	910.940	91.094	490	32.108

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

8.1.3. Contratações no Estado de MS

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 667,8 milhões, montante 29,2% superior ao observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 516,9 milhões):

Quadro 17: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	865	137.171	2.812	292.822	225,1	113,5
Industrial	111	16.106	518	39.098	366,7	142,8
Infraestrutura	7	6.206	3	371	(57,1)	(94,0)
Turismo	64	14.026	236	17.453	268,8	24,4
Comércio e Serviços	683	100.833	2.055	235.900	200,9	134,0
Rural	2.662	379.727	5.202	374.975	95,4	(1,3)
Pronaf-RA	812	13.146	746	13.474	(8,1)	2,5
Pronaf Demais	574	20.806	3.338	99.631	481,5	378,9
Demais Rurais	1.276	345.775	1.118	261.869	(12,4)	(24,3)
Total	3.527	516.899	8.014	667.797	127,2	29,2

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 667,8 milhões) representou 92,4% do seu orçamento previsto (R\$ 722,5 milhões – Quadro 6), 106,3% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 628,0 milhões – Quadro 9) e 25,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

8.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2015 atingiram R\$ 736,2 milhões, montante 8,1% inferior ao observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 800,8 milhões):

Quadro 18: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Sem. de 2014 x 1º Sem. de 2015

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2014		1º Semestre de 2015		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	785	321.141	2.706	229.204	244,7	(28,6)
Industrial	123	111.069	763	72.472	520,3	(34,8)
Infraestrutura	5	1.377	7	673	40,0	(51,2)
Turismo	33	53.188	235	17.885	612,1	(66,4)
Comércio e Serviços	624	155.506	1.701	138.174	172,6	(11,1)
Rural	2.768	479.631	8.792	506.949	217,6	5,7
Pronaf-RA	168	2.978	158	3.780	(6,0)	26,9
Pronaf Demais	1.562	108.248	7.968	342.758	410,1	216,6
Demais Rurais	1.038	368.404	666	160.412	(35,8)	(56,5)
Total	3.553	800.772	11.498	736.153	223,6	(8,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2015 (R\$ 736,2 milhões) representou 80,8% do seu orçamento previsto (R\$ 910,9 milhões – Quadro 6), 93,0% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 791,8 milhões – Quadro 9) e 28,0% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

8.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2015, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Quadro 19: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2015

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2015.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2015 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2015, as contratações com tomadores de menor porte (empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores) atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões, o que representa 88,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Quadro 20: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
Empresarial	264.601	67,4	258.650	31,1	210.821	31,6	218.816	29,7	952.889	36,3
Industrial	29.695	7,6	70.674	8,5	37.909	5,7	69.336	9,4	207.614	7,9
Infraestrutura	296	0,1	5.060	0,6	371	0,1	673	0,1	6.399	0,2
Turismo	24.215	6,2	13.780	1,7	15.651	2,3	17.733	2,4	71.380	2,7
Comércio e Serviços	210.396	53,6	169.137	20,4	156.889	23,5	131.074	17,8	667.496	25,4
Rural	94.658	24,1	446.742	53,8	339.929	50,9	487.615	66,2	1.368.943	52,1
Pronaf-RA e Pronaf Demais	8.146	2,1	278.852	33,6	113.106	16,9	346.537	47,1	746.641	28,4
Demais Rurais	86.512	22,1	167.890	20,2	226.823	34,0	141.077	19,2	622.302	23,7
Subtotal	359.259	91,6	705.393	84,9	550.750	82,5	706.431	96,0	2.321.832	88,4
Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	20.556	5,2	106.517	12,8	82.001	12,3	10.388	1,4	219.462	8,4
Industrial	5.050	1,3	62.924	7,6	1.189	0,2	3.136	0,4	72.299	2,8
Infraestrutura	-	-	25.733	3,1	-	-	-	-	25.733	1,0
Turismo	-	-	-	-	1.802	0,3	152	0,0	1.954	0,1
Comércio e Serviços	15.506	4,0	17.860	2,1	79.011	11,8	7.100	1,0	119.476	4,5
Rural	12.486	3,2	18.944	2,3	35.046	5,2	19.335	2,6	85.811	3,3
Subtotal	33.042	8,4	125.461	15,1	117.048	17,5	29.722	4,0	305.273	11,6
Resumo Geral										
Empresarial	285.158	72,7	365.167	44,0	292.822	43,8	229.204	31,1	1.172.351	44,6
Industrial	34.745	8,9	133.598	16,1	39.098	5,9	72.472	9,8	279.913	10,7
Infraestrutura	296	0,1	30.793	3,7	371	0,1	673	0,1	32.133	1,2
Turismo	24.215	6,2	13.780	1,7	17.453	2,6	17.885	2,4	73.333	2,8
Comércio e Serviços	225.901	57,6	186.997	22,5	235.900	35,3	138.174	18,8	786.972	30,0
Rural	107.144	27,3	465.686	56,0	374.975	56,2	506.949	68,9	1.454.754	55,4
Pronaf-RA e Pronaf Demais	8.146	2,1	278.852	33,6	113.106	16,9	346.537	47,1	746.641	28,4
Demais Rurais	98.998	25,2	186.835	22,5	261.869	39,2	160.412	21,8	708.113	27,0
Total	392.301	100,0	830.854	100,0	667.797	100,0	736.153	100,0	2.627.105	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Desse montante de R\$ 2.321,8 milhões, R\$ 1.932,0 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 389,8 milhões pequeno-médios tomadores (73,5% e 14,8%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.627,1 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 30,0%) foram superados (resultados: 88,4% e 73,5%).

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões) foi superada: 91,6% no DF; 84,9% em GO; 82,5% em MS; e 96,0% em MT. Destacou-se o Estado de Mato Grosso com 96,0% de contratações junto ao público de menor porte.

8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2015, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 305,3 milhões, o que representa 11,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Desses R\$ 305,3 milhões, R\$ 169,3 milhões (55,5%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 136,0 milhões (44,6%) a médios tomadores (6,4% e 5,2%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.627,1 milhões).

8.3. Contratações por Setor

8.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2015, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.172,4 milhões, correspondentes a 67,0% dos recursos previstos para o setor (R\$ 1.749,6 milhões – Quadro 6), 77,1% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.520,8 milhões – Quadro 9) e 44,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2015 junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões) correspondeu a 37,3 % do previsto (R\$ 3.141,2 milhões) e a 42,9% do realizado (R\$ 2.730,3 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2014, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (208,8%) quanto no volume de recursos aplicados (10,8%). No 1º semestre de 2014, foram contratadas 3.787 operações, no montante de R\$ 1.058,3 milhões. Já no 1º semestre de 2015, foram contratadas 11.696 operações, no total de R\$ 1.172,4 milhões.

8.3.2. Contratações com o setor rural

No 1º semestre de 2015, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.454,8 milhões, correspondentes a 104,5% dos recursos previstos para o setor (R\$ 1.391,5 milhões – Quadro 6), 120,3% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.209,5 milhões – Quadro 9) e 55,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões – Quadro 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2015 junto ao setor rural (R\$ 1.454,8 milhões) correspondeu a 46,3% do previsto (R\$ 3.141,2 milhões) e a 53,3% do realizado (R\$ 2.730,3 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2014, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (170,3%) quanto no volume de recursos aplicados (5,2%). No 1º semestre de 2014, foram contratadas 9.287 operações, no montante de R\$ 1.382,8 milhões, ao passo que no 1º semestre de 2015 foram contratadas 25.101 operações, no volume de R\$ 1.454,8 milhões.

8.4. Contratações por Linha de Financiamento

Quadro 21: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.180	285.158	2.998	365.167	2.812	292.822	2.706	229.204	11.696	1.172.351
Industrial	326	34.745	786	133.598	518	39.098	763	72.472	2.393	279.913
Infraestrutura	3	296	22	30.793	3	371	7	673	35	32.133
Turismo	282	24.215	159	13.780	236	17.453	235	17.885	912	73.333
Comércio e Serviços	2.569	225.901	2.031	186.997	2.055	235.900	1.701	138.174	8.356	786.972
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural	758	107.144	10.349	465.686	5.202	374.975	8.792	506.949	25.101	1.454.754
Des. Rural	503	98.419	1.309	176.695	1.088	238.665	641	152.221	3.541	666.001
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
Convir	-	-	3	7.361	4	11.544	-	-	7	18.904

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

ABC-Conservação da Natureza	3	579	4	829	9	7.414	6	2.421	22	11.243
ABC-ILPF	-	-	1	1.950	-	-	2	2.560	3	4.510
Ret. Matrizes	-	-	-	-	12	3.478	15	2.200	27	5.678
Proaqua	-	-	-	-	-	-	1	959	1	959
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	5	768	-	-	5	768
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Pronaf Demais	217	7.296	8.897	276.239	3.338	99.631	7.968	342.758	20.420	725.923
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2015, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 279,9 milhões, representando 29,5% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 948,0 milhões) no exercício, bem como 23,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões) e 10,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) no período.

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 787,0 milhões, representando 44,4% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 1.772,8 milhões) no exercício, bem como 67,1% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões) e 30,0% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) no período.

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 32,1 milhões e R\$ 73,3 milhões, correspondentes a 11,2% e 20,9% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 285,9 milhões e R\$ 350,6 milhões, respectivamente). No âmbito da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, não foram registradas operações em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 725,9 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 20,7 milhões.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram R\$ 708,1 mil, o que representa 48,7% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.454,8 milhões) e 27,0% do total aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões).

No 1º semestre de 2015, não foram registradas:

- operações nas Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE; e
- operações na Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

8.4.1. Contratações com o setor comercial e de serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores comercial e de serviços está limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

No 1º semestre de 2015, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 787,0 milhões, correspondentes a 67,1% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões), a 30,0% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) e a 43,5% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.808,2 milhões):

Quadro 22: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	1.145.195	1.747.929	1.386.289	1.747.929	6.027.342
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	587.666	436.982	346.572	436.982	1.808.203
Contratado no 1º Sem. de 2015 (c)	225.901	186.997	235.900	138.174	786.972
% de Atingimento (c/b)	38,4	42,8	68,1	31,6	43,5
Contratado no 1º Sem. de 2015 junto ao setor de serviços de saúde (d)	6.493	7.950	71.156	2.152	87.750
% de Atingimento (d/b)	1,1	1,8	20,5	0,5	4,9

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ainda de acordo com a referida Nota, a assistência ao setor de saúde é de, no mínimo, 20% dos recursos previstos em cada Unidade Federativa para os setores comercial e de serviços.

No 1º semestre de 2015, R\$ 87,7 milhões beneficiaram o setor de saúde, sendo R\$ 6,5 milhões no DF, R\$ 7,9 milhões em GO, R\$ 71,2 milhões em MS e R\$ 2,1 milhões em MT, o que corresponde a 4,9% dos recursos previstos no exercício para comércio e serviços (R\$ 1.808,2 milhões).

8.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

De acordo com a Programação do FCO para 2015², a assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, está limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027.342 mil), em cada Unidade Federativa:

Quadro 23: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	330.861	343.559	330.861	100	66.172	20	264.689	80
GO	1.252.503	524.379	524.379	100	262.189	50	262.189	50
MS	1.085.310	415.887	415.887	100	207.943	50	207.943	50
MT	1.182.529	524.379	524.379	100	262.189	50	262.189	50
Total	3.851.203	1.808.203	1.795.505		798.494		997.011	

Notas:

² Nota 3 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027.342,3 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2015, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 321,7 milhões, consumindo 40,3% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 664,9 milhões, correspondentes a 66,7% do limite/teto respectivo:

Quadro 24: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	66.172	33.923	51,3	264.689	207.542	78,4
GO	262.189	122.829	46,8	262.189	154.953	59,1
MS	207.943	39.754	19,1	207.943	136.439	65,6
MT	262.189	125.177	47,7	262.189	165.949	63,3
Total	798.494	321.683	40,3	997.011	664.884	66,7

Fonte: Programação do FCO para 2015 e Relatório de Gestão do BB.

8.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com a Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no DOU de 18.08.2014, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 336,8 milhões no 1º semestre de 2015, o que representa 28,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 1.169,3 milhões).

8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 77 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 227,1 milhões, o que representa 44,3% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 512,3 milhões).

8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 875,2 milhões e R\$ 541,6 milhões, correspondentes a 33,3% e 20,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões), respectivamente. Juntos, esses

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

municípios absorveram R\$ 1.416,8 milhões, o que representa 41,2% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2015 (R\$ 3.435,6 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.210,3 milhões, correspondentes a 46,1% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e o Estado de Goiás concentraram as aplicações em municípios de alta renda (67,7% e 64,4% respectivamente), o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (54,4%) e o Estado de Mato Grosso em municípios de economia dinâmica (45,8%):

Quadro 25: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

R\$ Mil

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	2.954	265.621	6.635	535.362	2.018	203.629	2.341	205.714	13.948	1.210.325
%	75,0	67,7	49,7	64,4	25,2	30,5	20,4	27,9	37,9	46,1
Dinâmica	-	-	2.071	104.084	1.785	100.599	6.085	336.939	9.941	541.622
%	-	-	15,5	12,5	22,3	15,1	52,9	45,8	27,0	20,6
Estagnada	984	126.680	4.641	191.408	4.211	363.570	3.072	193.500	12.908	875.158
%	25,0	32,3	34,8	23,0	52,5	54,4	26,7	26,3	35,1	33,3
Total	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumprir registrar que os recursos alocados para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.938 operações formalizadas com recursos do DF, 2.954 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 984 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 3.938 operações no montante de R\$ 392,3 milhões, sendo 2.954 operações no valor de R\$ 265,6 milhões no DF e 984 operações no valor de R\$ 126,7 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 126,7 milhões) representa 72,5% do previsto para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 174,8 milhões).

8.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2015, foram formalizadas 8.758 operações com novos beneficiários, absorvendo R\$ 778,7 milhões. Esses números representam 23,8% do total de contratos formalizados (36.797) e 29,6% do total de recursos aplicados (R\$ 2.627,1 milhões), no período:

Quadro 26: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor								
EI	1	306	3	36.573	1	62.366	1	1.000	6	100.246
Mini/Micro	13	4.461	8	9.310	7	14.619	10	7.315	38	35.705
Pequeno	169	21.726	118	17.730	71	12.273	99	18.068	457	69.797
Pequeno-Médio	1.033	87.851	1.659	133.429	1.708	116.612	2.010	160.752	6.410	498.644
Médio	180	6.505	540	25.604	358	17.147	701	24.657	1.779	73.913
Grande	19	86	2	15	46	287	1	5	68	393
Total	1.415	120.935	2.330	222.661	2.191	223.305	2.822	211.797	8.758	778.698

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

8.8. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a saber:

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

No 1º semestre de 2015, essas instituições aplicaram R\$ 50,6 milhões, o que representa um decréscimo de 39,5% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 83,7 milhões), bem como representa 12,0% da estimativa de repasse de recursos a essas instituições em 2015 (R\$ 421,9 milhões):

Quadro 27: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

														R\$ mil
	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	-	-	19	6.486	3	4.977	25	3.842	-	-	13	1.546	60	16.851
Industrial	-	-	-	-	2	4.248	2	915	-	-	2	100	6	5.263
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.010	6	1.010
Comércio e Serviços	-	-	19	6.486	1	729	23	2.927	-	-	5	436	48	10.578
Rural	22	4.276	7	905	1	150	132	18.245	16	10.147	-	-	178	33.723
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	21	4.197	21	6.908	3	4.977	45	6.129	2	808	12	1.296	104	24.316
Dinâmica	-	-	-	-	-	-	69	9.771	6	5.946	1	250	76	15.967
Estagnada	1	79	5	483	1	150	43	6.187	8	3.393	-	-	58	10.292
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pequeno-Médio	-	-	-	-	-	-	10	2.603	-	-	-	-	10	2.603
Pequeno	13	3.412	26	7.391	4	5.127	89	13.384	16	10.147	2	266	150	39.728
Mini/Micro	9	864	-	-	-	-	58	6.100	-	-	11	1.280	78	8.244
EI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	22	4.276	26	7.391	4	5.127	157	22.088	16	10.147	13	1.546	238	50.575

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, até 2012, as instituições operadoras do repasse atuavam apenas com mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões). A partir de 2013, passaram a atuar também com pequeno-médios (beneficiários com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões), respeitados, no entanto, os seguintes critérios/percentuais: no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) com mini, micro e pequenos tomadores e, no máximo, 41,2% (21,0%/51,0%) com pequeno-médios³.

³ Nota 7 do Quadro do Subtítulo "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015.

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature on the right side of the page.
 - Initials "JL" and "do B" near the bottom right.
 - Other illegible initials and marks.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

Ademais, a estimativa de repasse de recursos a essas instituições é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitado o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo Banco Administrador para cada uma delas⁴, o que corresponde, em 2015, a 7,0% de R\$ 6.027,3 milhões, ou seja, a R\$ 421,9 milhões.

Dos R\$ 50,6 milhões aplicados pelas instituições operadoras do repasse, R\$ 48,0 milhões (94,9%) beneficiaram mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 2,6 milhões (5,1%) atenderam pequeno-médios tomadores. Não foram registradas operações com empreendedores individuais.

Além disso, R\$ 26,3 milhões (52,0%) beneficiaram municípios de economia estagnada e dinâmica e R\$ 24,3 milhões (48,0%) contemplaram municípios de alta renda.

8.9. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2015, das 38.773 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 3.388,4 milhões, 36.797 no valor de R\$ 2.627,1 milhões foram contratadas e 1.976 no valor de R\$ 761,3 milhões não foram:

Quadro 28: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	3.938	392.301	13.347	830.854	8.014	667.797	11.498	736.153	36.797	2.627.105
Não contratadas	193	43.528	926	299.438	347	140.475	510	277.892	1.976	761.332
Total	4.131	435.829	14.273	1.130.291	8.361	808.272	12.008	1.014.045	38.773	3.388.437

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Banco do Brasil controla os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados no quadro a seguir:

Quadro 29: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Carta-consulta em análise	36	9.627	225	83.615	70	28.668	104	61.232	435	183.142
Projeto em elaboração	18	3.841	60	32.634	47	32.158	66	35.384	191	104.017
Propostas em análise	48	15.628	87	46.647	43	39.027	107	87.472	285	188.773
Pendente de documentação	74	12.135	307	104.355	131	28.440	151	76.586	663	221.516
Em contratação	17	2.297	247	32.187	56	12.182	82	17.218	402	63.884
Indeferidas/canceladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	193	43.528	926	299.438	347	140.475	510	277.892	1.976	761.332

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2015.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2015 encontram-se comentados a seguir:

⁴ Nota 6 do Quadro do Subtítulo "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

9.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

- a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequeno-médias empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2015, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro, pequeno e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões (R\$ 952,9 milhões no setor empresarial e R\$ 1.368,9 milhões no setor rural), o que representa 73,9% do montante de recursos previstos (R\$ 3.141,2 milhões), 85,0% do orçamento realizado (R\$ 2.730,3 milhões) e 88,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões).

Do montante de R\$ 2.321,8 milhões, R\$ 725,9 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e R\$ 20,7 milhões no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro, pequeno e pequeno-médios tomadores atingiu 36.585, o que representa 99,4% da quantidade de operações contratadas no período (36.797).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
36.585	R\$ 2.321,8 milhões

- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 340,3 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (130,0 mil diretos e 210,4 mil indiretos), no 1º semestre de 2015.

Se considerado o período de 1989 a junho de 2015, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 5.802,0 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
36.797	R\$ 2.627,1 milhões	340.334

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

- c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

(Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2015, R\$ 11,2 milhões de recursos contratados.

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 4,5 milhões de recursos contratados.

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 25 operações no valor total de R\$ 15,8 milhões.

O Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	22	R\$ 11,2 milhões
2 – ILPF	3	R\$ 4,5 milhões

- d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:**

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

A Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, e financiamento de custeio, teve, no 1º semestre de 2015, R\$ 18,9 milhões de recursos aplicados.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
07	R\$ 18,9 milhões

- e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos:**

No 1º semestre de 2015, foram contratados R\$ 73,3 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
912	R\$ 73,3 milhões

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão algumas operações que foram contratadas em atendimento a essa prioridade.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

f) projetos da indústria de alimentos:

Tanto a linha de financiamento de Desenvolvimento Industrial, que tem a finalidade de financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, com ou sem capital de giro associado, quanto a linha de financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural – Convir, criada com o objetivo de estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de modo a assegurar a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO, contribuem para a expansão da indústria de alimentos na região.

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas pela indústria de alimentos que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente:

- As atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementariedade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;
- A distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.)
- A instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos hospitalares;
- A instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e
- O atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização.

No 1º semestre de 2015 foram formalizadas 8.356 operações no montante de R\$ 787,0 milhões no âmbito dessa linha de financiamento.

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações contratadas junto aos setores comercial e de serviços, especialmente junto aos segmentos de saúde, ensino e prática de esportes, que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;

Criada com o objetivo de desenvolver a agropecuária irrigada no Centro-Oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo, a Linha de Financiamento para Agropecuária Irrigada teve, no 1º semestre de 2015, uma operação contratada no estado de Mato Grosso no valor de R\$ 50,0 mil.

O Banco do Brasil S.A. destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada, visando dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

i) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade				
Espaços Prioritários	Qtde.	Valor Contratado no 1º Sem. de 2015	Valor Previsto para 2015	% de Atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	5.790	R\$ 336,8 milhões	R\$ 1.169,3 milhões	28,8%
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	3.668	R\$ 227,1 milhões	R\$ 512,3 milhões	44,3%
Municípios da RIDE (exceto de MG)	984	R\$ 126,7 milhões	R\$ 174,8 milhões	72,5%
Municípios de Tipologia "Estagnada" e "Dinâmica"	22.849	R\$ 1.416,8 milhões	R\$ 3.435,6 milhões	41,2%

10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

10.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2015, saldo de R\$ 21.771,2 milhões, o que representa incremento de 10,6% em relação ao observado em 30.06.2014 (R\$ 19.681,8 milhões):

Quadro 30: Saldo de Financiamentos por Programa, UF e Porte

	DF	GO	MS	MT	Região
R\$ Mil					
Saldos por programa e UF					
FCO Empresarial	1.514.144	2.693.811	2.006.452	2.311.248	8.525.655
Industrial	208.520	1.304.896	930.384	797.050	3.240.850
Infraestrutura	93.912	384.299	98.666	549.024	1.125.900
Turismo	198.468	208.921	138.512	169.904	715.805
Comércio e Serviços	1.013.245	795.696	838.890	795.269	3.443.100
FCO Rural	659.534	4.592.588	3.416.885	4.576.506	13.245.513
Pronaf-RA e Pronaf Demais	53.034	1.048.318	413.544	1.481.036	2.995.933
Demais Rurais	606.500	3.544.270	3.003.341	3.095.470	10.249.580
Subtotal	2.173.678	7.286.400	5.423.337	6.887.754	21.771.168
Saldos por porte					
Grande	314.841	1.884.490	1.556.739	1.761.894	5.517.964
Médio	320.974	1.094.555	652.952	1.090.812	3.159.293
Pequeno-médio	371.038	557.591	736.593	642.514	2.307.736
Pequeno	1.031.366	2.793.804	2.011.683	2.702.027	8.538.880
Mini/Micro	134.014	955.035	464.179	690.345	2.243.573
El	1.445	925	1.190	162	3.722
Total	2.173.678	7.286.400	5.423.337	6.887.754	21.771.168

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 13.245,5 milhões, o que representa 60,8% do total (R\$ 21.771,2 milhões) e incremento de 8,0% em relação à posição registrada em 30.06.2014 (R\$ 12.270,0 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 8.525,7 milhões, o que representa 39,2% do total (R\$ 21.771,2 milhões) e incremento de 15,0% em relação à posição registrada em 30.06.2014 (R\$ 7.411,8 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 13.093,9 milhões, o que representa 60,1% do saldo total (R\$ 21.771,2 milhões) e 28,9% de incremento em relação ao montante registrado no final do 1º semestre de 2014 (R\$ 10.158,9 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 8.677,3 milhões, correspondentes a 39,9% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 7.286,4 milhões (33,5%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 6.887,8 milhões (31,6%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 5.423,3 milhões (24,9%) e do Distrito Federal com R\$ 2.173,7 milhões (10,0%).

10.2. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

A carteira de financiamentos do Fundo apresenta 4 (quatro) grupamentos de risco operacional:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). Cabe destacar que, consoante o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações de crédito rural do Procera foi imputado ao FCO.

O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco:

Quadro 31: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil			
Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	21.260.710	97,7
Compartilhado	50%	6.999	0,0
FCO	100%	503.401	2,3
Procera (*)	100%	59	0,0
Total		21.771.168	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

(*) De acordo com o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações rurais do Procera passam a ser do FCO.

10.3. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2015, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 21.771,2 milhões, sendo R\$ 21.697,3 milhões de parcelas vincendas e R\$ 73,9 milhões de parcelas vencidas.

Conseqüentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 0,3% (índice global) e 0,3% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

O quadro a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Quadro 32: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Semestre de 2014 x 1º Semestre de 2015

RS Mil

UF	1º Semestre de 2014				1º Semestre de 2015			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.620.675	20.924	1.641.599	1,3	2.165.952	7.662	2.173.613	0,4
GO	6.741.752	39.790	6.781.542	0,6	7.261.560	24.904	7.286.464	0,3
MS	4.716.416	35.590	4.752.006	0,7	5.408.383	14.954	5.423.337	0,3
MT	6.413.101	93.506	6.506.607	1,4	6.861.380	26.373	6.887.754	0,4
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Setor	1º Semestre de 2014				1º Semestre de 2015			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	7.361.647	50.151	7.411.798	0,7	8.498.271	27.384	8.525.655	0,3
Rural	12.130.298	139.659	12.269.956	1,1	13.199.005	46.509	13.245.513	0,4
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Risco	1º Semestre de 2014				1º Semestre de 2015			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	18.902.075	72.873	18.974.948	0,4	21.191.159	69.550	21.260.710	0,3
Compartilhado	14.407	24	14.431	0,2	6.988	11	6.999	0,2
FCO	575.463	116.913	692.376	20,3	499.129	4.332	503.460	0,9
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0	21.697.275	73.893	21.771.168	0,3

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2014 e ao 1º Semestre de 2015.

(*) De acordo com o § 4º do artigo 8º da Lei n.º 13.001, de 20.06.2014, o risco das operações rurais do Proceca passam a ser do FCO.

11. AUDITORIA EXTERNA

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deve ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2014 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 16.11.2015, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração do Fundo com base na regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, conforme Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registra que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3 às demonstrações contábeis, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SUDECO

No exercício de suas atribuições, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) implementou, no decorrer do 1º semestre de 2015, em articulação com outros órgãos e entidades, diversas ações para viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e de fomento a projetos de interesse do desenvolvimento regional e melhorar o desempenho do FCO. Destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2014;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas a serem submetidas ao Condell e aos seus Comitês, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição de pautas para as reuniões do Conselho Deliberativo e de seus Comitês (CRIFF e CASE), contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões dos Comitês do Condell (CRIFF e CASE);

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências;
- coordenação de (e/ou participação em) reuniões técnicas com representantes de órgãos e entidades integrantes do Condel;
- participação em palestras e eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO; e
- confecção e distribuição de folderes e cartilhas sobre o FCO.

13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2015 (R\$ 2.730,3 milhões) representou 86,9% do montante previsto (R\$ 3.141,2 milhões);
- as contratações atingiram R\$ 2.627,1 milhões, o que corresponde a 83,6% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 3.141,2 milhões), e a 96,2% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.730,3 milhões);
- os R\$ 2.627,1 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 465 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região (467);
- das contratações realizadas (R\$ 2.627,1 milhões), R\$ 392,3 milhões (14,9%) beneficiaram o DF; R\$ 830,9 milhões (31,6%) o Estado de GO; R\$ 667,8 milhões (25,4%) o Estado de MS; e R\$ 736,2 milhões (28,0%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 2.321,8 milhões, o que representa 88,4% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões)
- dos recursos aplicados (R\$ 2.627,1 milhões), R\$ 1.172,4 milhões (44,6%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.454,8 milhões (55,4%) o setor rural;
- as contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 725,9 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 20,7 milhões
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 787 milhões, correspondentes a 67,1% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.172,4 milhões), a 30,0% do volume aplicado na Região (R\$ 2.627,1 milhões) e a 43,5% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.808,2 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais atingiram R\$ 321,7 milhões, consumindo 40,3% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, micro, pequenas e pequeno-médias empresas atingiram R\$ 664,9 milhões, correspondentes a 66,7% do limite/teto respectivo;

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 336,8 milhões no 1º semestre de 2015, o que representa 28,8% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 1.169,3 milhões);
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 227,1 milhões, o que representa 44,3% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 512,3 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDP, absorveram R\$ 875,2 milhões e R\$ 541,6 milhões, correspondentes a 33,3% e 20,6% do total contratado na Região (R\$ 2.627,1 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.416,8 milhões, o que representa 41,2% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2015 (R\$ 3.435,6 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.210,3 milhões, correspondentes a 46,1% do total contratado na Região;
- o DF e o Estado de GO concentraram as aplicações em municípios de alta renda (67,7% e 64,4% respectivamente) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (54,4%) e o Estado de MT em municípios de economia dinâmica (45,8%);
- na RIDE, foram formalizadas 3.938 operações no montante de R\$ 392,3 milhões, sendo 2.954 operações no valor de R\$ 265,6 milhões no DF e 984 operações no valor de R\$ 126,7 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 126,7 milhões) representa 72,5% do previsto para aplicação no referido espaço em 2015 (R\$ 174,8 milhões);
- 8.758 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 778,7 milhões, ou seja, 29,6% do total de recursos aplicados (R\$ 2.627,1 milhões);
- no 1º semestre de 2015, as instituições operadoras do repasse aplicaram R\$ 50,6 milhões, o que representa decréscimo de 39,5% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2014 (R\$ 83,7 milhões);
- das 38.773 propostas existentes no Banco no valor de R\$ 3.388,4 milhões, 36.797 no valor de R\$ 2.627,1 milhões foram contratadas e 1.976 no valor de R\$ 761,3 milhões não foram;
- a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2015, saldo de R\$ 21.771,2 milhões, o que representa incremento de 10,6% em relação ao observado em 30.06.2014 (R\$ 19.681,8 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 0,3% (índice global) e 0,3% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco); e
- a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 16.11.2015, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com a regulamentação do Governo Federal aplicável aos Fundos Constitucionais, descritas nas Notas Explicativas n.º 2 e 3 às referidas demonstrações contábeis.

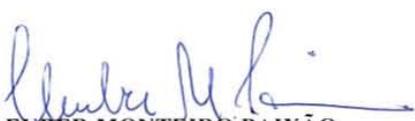
14. PARECER

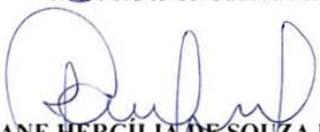
Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos

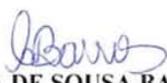
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2015

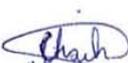
resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2015, **com parecer** da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) **favorável à sua aprovação.**

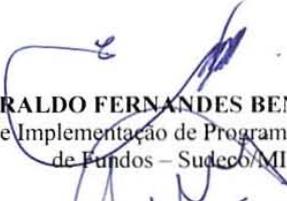

SIMONE APARECIDA SILVA RODRIGUES
Chefe de Serviço
CGECO/DIPGF/Sudeco/MI


CLEUBER MONTEIRO PAIXÃO
Chefe de Divisão
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI

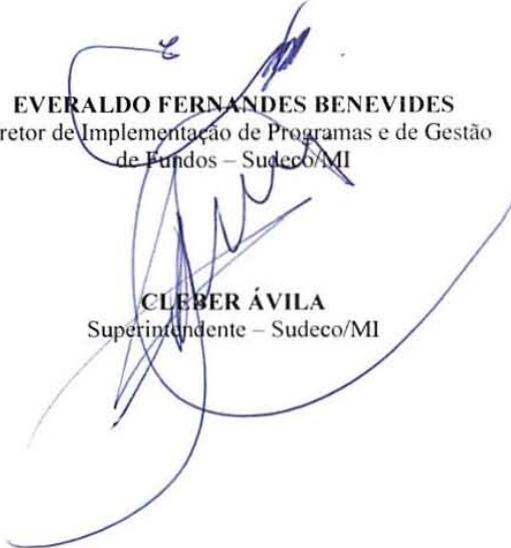

JANE HERCÍLIA DE SOUZA DIAS
Analista Técnico Administrativo
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI


LUCIANA DE SOUSA BARROS
Coordenadora
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI


CLAÚDIA HELENA E SILVA
Agente Administrativo
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI


EVERALDO FERNANDES BENEVIDES
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão
de Fundos – Sudeco/MI


LUIS FELIPE CARDOSO GONÇALVES
Agente Administrativo
CGFCO/DIPGF/Sudeco/MI


CLEBER ÁVILA
Superintendente – Sudeco/MI



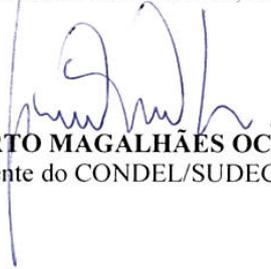
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO

RESOLUÇÃO N.º 40/2015, de 29 de dezembro de 2015

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO CENTRO-
OESTE (FCO).**

- Relatório de Gestão do FCO – 1º
Semestre de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas “c” e “d”, do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, *ad referendum* do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º Semestre de 2015, acompanhado do Parecer n.º 04/2015-CONDEL/SUDECO, de 23.11.2015, da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco e discutido na 5ª reunião do Comitê Técnico, de 09.12.2015.


GILBERTO MAGALHÃES OCCHI
Presidente do CONDEL/SUDECO



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

ou do Ministério Público dos ex-Territórios ou de prefeituras neles localizadas, na data em que foram transformados em Estado, ou a condição de servidor ou de policial, civil ou militar, admitido pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre as datas de sua transformação em Estado e a de outubro de 1993, tanto quanto a pessoa que, entre as datas de sua transformação em Estado e a de outubro de 1993, comprove ter mantido relação ou vínculo funcional de caráter efetivo ou não, inclusive quando nomeada em comissão para exercer função ou desenvolver atividade de caráter permanente, assim como relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados e das prefeituras neles localizadas ou com entidade da administração indireta federal, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, que, constituída pelo ex-Território ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território federal, haja sido extinta, poderá integrar, mediante opção, independentemente de haver mantido o vínculo ou não, quadro em extinção da administração pública federal.

§ 1º O enquadramento referido no *caput*, para os servidores ou para os policiais, civis ou militares, assim como para as pessoas que tenham revestido essa condição, entre a transformação e a instalação dos Estados em outubro de 1993, deverá dar-se no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente.

.....

§ 3º As pessoas a que se referem o *caput* e os parágrafos deste artigo prestarão serviços aos respectivos Estados ou a seus Municípios, na condição de servidores cedidos, sem ônus para o cessionário, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional, podendo os Estados, por conta e delegação da União, adotar os procedimentos necessários à cessão de servidores aos seus Municípios.

§ 4º Para fins do disposto no *caput*, são meios probatórios de relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, além dos admitidos em lei:

I – o contrato, o convênio, o ajuste ou o ato administrativo, por meio do qual a pessoa tenha revestido a condição de profissional, empregado, servidor público, prestador de serviço ou trabalhador cuja atuação ou atividade laboral, inclusive mediante a interveniência de cooperativa, tenha ocorrido por ordem ou a serviço da administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura nele localizada;



SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

II – a retribuição, a remuneração ou o pagamento documentado ou formalizado, à época, mediante a emissão de ordem de pagamento, de recibo, de depósito em conta corrente bancária, de nota de empenho ou de ordem bancária, em que se identifique a administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura nele localizada como fonte pagadora ou origem direta dos recursos, assim como aquele realizado à conta de recursos oriundos de fundo de participação ou de fundo especial, inclusive em proveito do pessoal integrante das tabelas especiais.

§ 5º A pessoa aposentada poderá exercer o direito à opção de que trata este artigo, desde que comprove ter mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, em data ou período previsto no *caput*, com a administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura nele localizada, admitindo-se, para que se comprove o vínculo ou a relação, meio previsto neste artigo ou em lei e aplicando-se, quanto às demais condições para que se efetive o direito de opção, tratamento previsto em lei ou análogo ao dispensado, no âmbito de Rondônia, por força de sua transformação em Estado.

§ 6º As pessoas a que se referem o *caput* e os parágrafos deste artigo, para efeito de exercício em órgão ou entidade da administração pública estadual ou municipal dos Estados do Amapá e de Roraima, farão jus à percepção de todas as gratificações e demais valores que componham a estrutura remuneratória dos cargos em que tenham sido enquadradas, vedando-se reduzi-los ou suprimi-los por motivo da cessão ao Estado ou a seu Município.” (NR)

Art. 2º Cabe à União, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de publicação desta Emenda Constitucional, regulamentar o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, a fim de que se exerça o direito de opção nele previsto.

§ 1º Descumprido o prazo de que trata o *caput*, a pessoa a quem assista o direito de opção fará jus ao pagamento dos eventuais acréscimos remuneratórios, desde a data de encerramento desse prazo, caso se confirme o seu enquadramento.

§ 2º É vedado o pagamento, a qualquer título, de acréscimo remuneratório, ressarcimento, auxílio, salário, retribuição ou valor em virtude de ato ou fato anterior à data de enquadramento da pessoa optante, ressalvado o pagamento de que trata o § 1º.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

Art. 3º O direito à opção, nos termos previstos no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, deverá ser exercido no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data de regulamentação desta Emenda Constitucional.

§ 1º Ficam convalidados todos os direitos já exercidos até a data de regulamentação desta Emenda Constitucional, inclusive nos casos em que, feita a opção, o enquadramento ainda não houver sido efetivado, aplicando-se-lhes, para todos os fins, inclusive o de enquadramento, a legislação vigente à época em que houver sido feita a opção ou, sendo mais benéfica ou favorável ao optante, as normas previstas nesta Emenda Constitucional e em seu regulamento.

§ 2º Entre a data de promulgação desta Emenda Constitucional e a de publicação de seu regulamento, o exercício do direito de opção será feito com base nas disposições contidas na Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e em suas normas regulamentares, sem prejuízo do disposto no § 1º.

Art. 4º Os soldos, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens e direitos remuneratórios pagos aos policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a Quadro em Extinção da União, não poderão ser inferiores aos soldos, adicionais, benefícios, indenizações, vantagens e direitos remuneratórios pagos aos bombeiros e policiais militares do Distrito Federal, consideradas quaisquer espécies, mesmo que concedidas em caráter privativo, exclusivo ou com denominação diversa.

Art. 5º Fica reconhecido o vínculo funcional, com a União, dos servidores do ex-Território do Amapá a que se refere a Portaria nº 4.481, de 19 de dezembro de 1995, do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1995, convalidando-se os atos de gestão de admissão, aposentadoria, pensão, progressão, movimentação e redistribuição relativos a esses servidores.

Art. 6º Os servidores dos ex-Territórios Federais, abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, lotados nas Secretarias de Planejamento, dos estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, serão

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

enquadrados, caso assim optarem, em cargos correlatos da Carreira de Planejamento e Orçamento da administração federal, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes.

Art. 7º Aos servidores do grupo tributação, arrecadação e fiscalização dos estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia que optarem pelo quadro em extinção da Administração Federal, aplica-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014.

Art. 8º O disposto nesta Emenda Constitucional aplica-se aos aposentados e pensionistas, civis e militares, vedado o pagamento, a qualquer título, de valores referentes a períodos anteriores à sua publicação.

Art. 9º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tanto a redação original da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016, como o substitutivo oferecido pelo seu ilustre relator, representam avanços importantes em relação ao texto atual do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, que já foi alterado pela Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014.

Trata-se, aqui, de buscar equacionar, de forma definitiva, a situação dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, para fazer justiça e esses brasileiros.

Apesar dos inegáveis avanços, impõe-se, ainda, promover alguns aperfeiçoamentos no texto do substitutivo, para deixar claro a sua extensão e não dar margem a interpretações que restringem o seu alcance, procedimento que, infelizmente, os servidores dos ex-Territórios já se acostumaram a sofrer.

Assim, faz-se necessário promover duas alterações no texto do substitutivo, para explicitar, de um lado, que as suas disposições se aplicam também aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e não apenas ao Poder Executivo, e de outro, que se estendem a toda

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmarimota@senador.leg.br



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

a Administração Indireta, que inclui não apenas as autarquias e fundações, mas, igualmente, as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Com isso serão eliminadas as dúvidas que assombram os servidores públicos dos Estados do Amapá e de Roraima e poderemos virar essa página de nossa história de forma justa e correta.

Sala da Comissão,

Senador TELMÁRIO MOTA

- 1. Jozilei Nogueira
- 2. Ruy Carneiro
- 3. Joo Medeiros
- 4. Ronaldo Paiva de
- 5. Joo Pimentel
- 6. Joo Pimentel
- 7. Feliua Bezerra
- 8. E. LOPEZ
- 9. Acir
- 10. Raimundo Carneiro
- 11. Wagner Azeiteiro
- 12. Paulo Ruy
- 13. Angel Poite
- 14. Simon Tebit



BRASIL: PAZ E JUSTIÇA SÃO O CAMINHO PARA O FUTURO



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

16	15.	_____	_____
17	16.	ROMÁRIO	_____
18	17.	Eduardo Faria	_____
19	18.	Abdir RAUFI	_____
20	19.	Mose de Freitas	_____
21	20.	José Adembli	_____
22	21.	Itamar Justo	_____
23	22.	Sandra Braga	_____
24	23.	REGUFFE	_____
25	24.	Alvaro Dias	_____
26	25.	LASIER	_____
27	26.	ACIACADIAE	_____
28	27.	Vanessa Grazziotin	_____
29	28.	Fernando Bezerra	_____
30	29.	Dario Berque	_____
	30.	_____	_____



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

*Aprovada
Em 16/3/2016
Senador Douglas Costa*

EMENDA Nº 6 - PLENÁRIO
(À PEC Nº 3, DE 2016)

Altere-se a redação do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016, para acrescentar ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o seguinte § 6º:

“Art. 1º

‘Art. 31.

§ 6º Além dos meios probatórios de que trata o § 4º, sem prejuízo daqueles admitidos em lei, o enquadramento dependerá de a pessoa ter mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, com o ex-Território ou o Estado que o tenha sucedido, por, pelo menos, 90 (noventa) dias’.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o propósito de assegurar que as condições de enquadramento sejam adequadamente fundamentadas nas práticas trabalhistas do país. Aplica-se, aqui, regra semelhante à prevista no art. 451 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prevendo, por esse expediente, que haja um período mínimo de experiência ou vínculo laboral entre a pessoa e o ex-Território ou Estado.

Sala da Comissão,

	Nome do Senador	Assinatura
1	ROMERO JUCÁ	<i>[Handwritten Signature]</i>
2		<i>[Handwritten Signature]</i>
3	Ataide Oliveira	<i>[Handwritten Signature]</i>
4	José Pimentel	<i>[Handwritten Signature]</i>

Recebido em 16/3/16
Hora: 15:55
Juliana Amorim - Matr. 302809
SCLSP/SGM



SF/16084.52577-97

Página: 1/3 16/03/2016 07:53:14

9721ecd51da1fad6406d33cc5de21a583cc8158cc





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

EMENDA Nº - PLENÁRIO
(À PEC Nº 3, DE 2016)

	Nome do Senador	Assinatura
5	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
6	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
7	Richardinho	<i>[Handwritten signature]</i>
8	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
9	<i>[Handwritten signature]</i>	<i>[Handwritten signature]</i>
10	Alayrso Nunes	<i>[Handwritten signature]</i>
11	Emerson Tetet	<i>[Handwritten signature]</i>
12	ILDO PASSOL	<i>[Handwritten signature]</i>
13	Eduardo Pinheiro	<i>[Handwritten signature]</i>
14	Rodrigo Nascimento	<i>[Handwritten signature]</i>
15	Ana Amélia (PPRS)	<i>[Handwritten signature]</i>
16	Prof. Suplicy	<i>[Handwritten signature]</i>
17	Eliseu Ribeiro	<i>[Handwritten signature]</i>
18	RICARDO FRANCO	<i>[Handwritten signature]</i>
19	E. LOBÃO	<i>[Handwritten signature]</i>
20	CIRO NOB	<i>[Handwritten signature]</i>
21	WELLINGTON FAGDES	<i>[Handwritten signature]</i>
22	OTTO ALMEIDA	<i>[Handwritten signature]</i>



SF/16084.52577-97

Página: 2/3 16/03/2016 07:53:14

9721ecd51da1fad6406d33c5de21a583cc8158cc

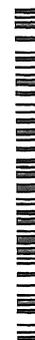




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 210, DE 2015-6 -PLEN

Em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre as emendas de plenário oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 2016, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, e dá outras providências.



SF/16805.41909-22

Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Vem ao Plenário desta Casa a Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 2016, cujo primeiro signatário é o Senador Romero Jucá, que tem o propósito de alterar a redação do art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, para dispor sobre a condição jurídica das pessoas ou agentes públicos contratados pelo ex-Território Federal do Amapá, e de Roraima, entre a data da transformação desses estados e de sua instalação em outubro de 1993.

A PEC n.º 3, de 2016, foi aprovada nos termos do adendo ao Parecer n.º 158, de 2016, na forma da Emenda Substitutiva n.º 4-CCJ, que incorporou as Emendas n.ºs 2 e 3-CCJ, respectivamente, dos Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz, e, no mérito, rejeitou a Emenda n.º 1-CCJ, do Senador Telmário Mota.

A Emenda Substitutiva n.º 4-CCJ assegura o exercício do direito de opção para integrar o quadro em extinção da administração federal daqueles agentes públicos que mantiveram relação de trabalho ou vínculo empregatício com a administração territorial, entre a data da criação e a da respectiva instalação dos Estados do Amapá e Roraima, em outubro de 1993.

A proposição estabelece o prazo de 90 dias para o Poder Executivo Federal expedir os regulamentos pertinentes e de 30 dias para a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

manifestação do direito de opção, bem como, trata das hipóteses de comprovação documental e de exercício funcional.

Em Plenário, foram recebidas as Emendas nºs 5 e 6-PLEN, tendo como 1º signatário, respectivamente, o Senador Telmário Mota e o Senador Romero Jucá.

Tendo sido aprovado o Requerimento nº 171, de 2016, de calendário especial, resta-nos a apresentação do nosso parecer para as referidas emendas.

II – ANÁLISE

Primeiro, queremos propor uma adequação redacional na Emenda Substitutiva nº 4-CCJ, por termos verificado uma distorção entre o disposto no art. 5º e no art. 7º, no que se refere ao lapso temporal distinto de criação e instalação em Estado entre Rondônia, Roraima e Amapá, que são diferentes.

O período de criação e instalação do Estado de Rondônia se estendeu de 1981 até 1987, sendo distinto dos Estados de Roraima e Amapá, que foram criados em outubro de 1988 e tiveram suas instalações concluídas em outubro de 1993.

Assim, propomos adequação redacional do art. 5º nos seguintes termos: alteração da parte final “hajam sido admitidos pelos estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia entre outubro de 1988 e outubro de 1993” para “hajam sido admitidos pelos estados de Rondônia, até 1987, e do Amapá e de Roraima, até outubro de 1993”;

A Emenda nº 5-PLEN, de autoria do Senador Telmário Mota propõe-se, na essência, a conferir o direito de opção para integrar o quadro em extinção da administração federal daqueles servidores contratados até outubro de 1993, pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público dos Estados do Amapá e de Roraima.

Nesse ponto, relembramos que o art. 14, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, determina que a



SF/16805.41909-22

Página: 2/4 16/03/2016 19:19:56

e9194487901e278835058666d534e97774769909





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

transformação e instalação dos Estados de Roraima e do Amapá deverá seguir as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia.

A criação do Estado de Rondônia teve início com a Lei Complementar n.º 41, de 1981, e a Emenda Constitucional n.º 60, de 2009, que foi regulamentada pela Lei n.º 12.249, de 2010, com as alterações das Leis n.ºs 12.800, de 2013 e 13.121, de 2015, diplomas legais estes que disciplinaram a transposição de servidores de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal.

Entretanto, os referidos dispositivos não comportaram previsão legal que assegure o direito de opção para servidores dos poderes legislativo e judiciário ou do Ministério Público, de Rondônia, que configure precedente, que possa fundamentar a proposição objeto da Emenda n.º 5-PLEN.

Por essas razões, rejeitamos a Emenda n.º 5-PLEN porque o objeto que ela contém não está contemplado na Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 2016, e também porque a proposição encontra óbice no art.14, § 2º do ADCT da Constituição Federal, de 1988.

A Emenda n.º 6-PLEN, de autoria do Senador Romero Jucá, tem como propósito estabelecer que dependerá da comprovação de, pelo menos, 90 (noventa) dias de relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com o ex-Território para que a pessoa possa integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.

Concordamos, no mérito, com a emenda em comento por trazer aprimoramento à PEC, no sentido de estabelecer um lapso temporal mínimo para o reconhecimento do vínculo necessário à opção pelo enquadramento.

III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos:

- pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva n.º 4-CCJ, com a adequação redacional do art. 5º nos seguintes termos: alteração da parte final “hajam sido admitidos pelos



SF/16805.41909-22

Página: 3/4 16/03/2016 19:19:56

e919448790f1e27883505866d534e97774769909





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia entre outubro de 1988 e outubro de 1993” para “hajam sido admitidos pelos estados de Rondônia, até 1987, e do Amapá e de Roraima, até outubro de 1993”;

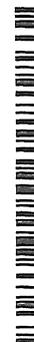
- pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda nº 5-PLEN e, no mérito, pela sua rejeição; e

- pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Emenda nº 6-PLEN e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/16805.41909-22

Página: 4/4 16/03/2016 19:19:56

37774769909

Redação para o segundo turno (Parecer nº 211/2016-CDIR) será publicada em suplemento à presente

edição, conforme item xx do sumário.



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 4 - CCJ (Subst.) com adequação e Emenda nº 6 de parecer favorável

Matéria PEC 3/2016

Início Votação 16/03/2016 17:35:27 Término Votação 16/03/2016 17:58:41

Sessão 31º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 16/03/2016 07:11:20

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PSB	SIM
PP	SIM
PR	SIM
PDT	SIM
DEM	SIM
PSD	SIM
PTB	SIM
PPS	SIM
PRB	SIM
PCdoB	SIM
PSC	SIM
REDE	SIM
PV	SIM
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antônio C Valadares	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	NÃO
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 4 - CCJ (Subst.) com adequação e Emenda nº 6 de parecer favorável

Matéria PEC 3/2016

Início Votação 16/03/2016 17:35:27 Término Votação 16/03/2016 17:58:41

Sessão 31º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 16/03/2016 07:11:20

PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PPS	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
DEM	SE	Ricardo Franco	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	ABSTENÇÃO
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 4 - CCJ (Subst.) com adequação e Emenda nº 6 de parecer favorável

Matéria PEC 3/2016 Início Votação 16/03/2016 17:35:27 Término Votação 16/03/2016 17:58:41

Sessão 31º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 16/03/2016 07:11:20

PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Presidente: Renan Calheiros

SIM:59 NÃO:5 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:66


Primeiro-Secretario

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016 (2º Turno)

Inclusão, em quadro, em extinção, da Administração, de pessoa com vínculo ou relação de trabalho com o estado ou ex-território do Amapá ou de Roraima.

Matéria **PEC 3/2016**

Início Votação **16/03/2016 18:02:05** Término Votação **16/03/2016 18:26:08**

Sessão **31º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **16/03/2016 07:11:20**

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PSB	SIM
PP	SIM
DEM	SIM
PDT	SIM
PR	SIM
PSD	SIM
PTB	SIM
PPS	SIM
PCdoB	SIM
PRB	SIM
PSC	SIM
REDE	SIM
PV	SIM
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antônio C Valadares	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	NÃO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016 (2º Turno)

Inclusão, em quadro, em extinção, da Administração, de pessoa com vínculo ou relação de trabalho com o estado ou ex-território do Amapá ou de Roraima.

Matéria **PEC 3/2016** Início Votação **16/03/2016 18:02:05** Término Votação **16/03/2016 18:26:08**

Sessão **31º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **16/03/2016 07:11:20**

PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PPS	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
DEM	SE	Ricardo Franco	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	ABSTENÇÃO
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2016 (2º Turno)

Inclusão, em quadro, em extinção, da Administração, de pessoa com vínculo ou relação de trabalho com o estado ou ex-território do Amapá ou de Roraima.

Matéria **PEC 3/2016**

Início Votação **16/03/2016 18:02:05** Término Votação **16/03/2016 18:26:08**

Sessão **31º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **16/03/2016 07:11:20**

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:53 NÃO:5 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:60

Primeiro-Secretario

Proposta de Emenda à Constituição nº 133/2015**SENADO FEDERAL****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 133, DE 2015**

Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“Art. 156.

§ 1º-A O imposto previsto no inciso I não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea *b* do inciso VI do art. 150 sejam apenas locatárias do bem imóvel.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015 (1º Turno)

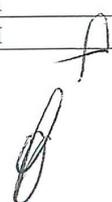
Altera a Constituição Federal, para estabelecer que o IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.

Matéria **PEC 133/2015**Início Votação **16/03/2016 18:43:22** Término Votação **16/03/2016 19:21:29**Sessão **31º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **16/03/2016 07:11:20**

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PSB	SIM
PP	SIM
PR	SIM
PDT	SIM
PSD	SIM
PTB	SIM
PPS	SIM
PSC	SIM
PRB	SIM
REDE	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSB	SE	Antônio C Valadares	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM

Matéria PEC 133/2015		Início Votação 16/03/2016 18:43:22		Término Votação 16/03/2016 19:21:29	
Sessão 31º Sessão Deliberativa Ordinária		Data Sessão		16/03/2016 07:11:20	
PP	RO	Ivo Cassol			SIM
PSB	AP	João Capiberibe			SIM
PT	AC	Jorge Viana			SIM
DEM	RN	José Agripino			SIM
PMDB	PB	José Maranhão			SIM
PPS	MT	José Medeiros			SIM
PT	CE	José Pimentel			SIM
PDT	RS	Lasier Martins			SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias			SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia			SIM
PR	ES	Magno Malta			SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella			SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy			SIM
PSD	BA	Otto Alencar			SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer			SIM
PT	PA	Paulo Rocha			SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira			SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues			SIM
PT	PI	Regina Sousa			SIM
-	DF	Reguffe			SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço			SIM
DEM	SE	Ricardo Franco			SIM
PSB	MA	Roberto Rocha			SIM
PSB	RJ	Romário			SIM
PMDB	RR	Romero Jucá			SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado			SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas			SIM
PMDB	AM	Sandra Braga			SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão			SIM
PDT	RR	Telmário Mota			SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp			SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin			SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka			SIM
PT	BA	Walter Pinheiro			SIM
PR	MT	Wellington Fagundes			SIM
PP	GO	Wilder Morais			SIM



Altera a Constituição Federal, para estabelecer que o IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.

Matéria **PEC 133/2015** Início Votação **16/03/2016 18:43:22** Término Votação **16/03/2016 19:21:29**
 Sessão **31º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **16/03/2016 07:11:20**

Presidente: Renan Calheiros

SIM:57 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:58


 Primeiro-Secretario

ATA**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2016

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2016, realizada em 09 de março de 2016, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do Relatório Preliminar da Representação nº 1, de 2015, em face do Senador Delcídio do Amaral.

Estiveram presentes os(as) Srs.(as) Senadores(as) membros do Conselho:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PT)

José Pimentel
Regina Sousa
Lasier Martins e
Paulo Rocha

MAIORIA (PMDB)

João Alberto Souza
Otto Alencar e
Sérgio Petecão

BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM, PV)

Davi Alcolumbre
Ataídes Oliveira
Aloysio Nunes Ferreira e
Dalirio Beber

BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Randolfe Rodrigues e
João Capiberibe

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PSC, PTB, PRB)

Douglas Cintra e
Telmário Mota

*Aprovada na 4ª reunião,
realizada em 16.03.2016.
Publique-se.*

Assinatura manuscrita em tinta azul, provavelmente de um membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, localizada no canto superior direito da página.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 2

09/03/2016

(Notas Taquigráficas - Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião de 2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, destinada à apresentação do relatório preliminar da Representação nº 1, de 2015.

Inicialmente, submeto à deliberação deste Conselho a Ata da 2ª Reunião de 2016, dispensada a sua leitura.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência lembra aos senhores membros deste Conselho que a presente reunião se destina à apresentação do relatório preliminar elaborado pelo Senador Telmário Mota, na forma do disposto no *caput* do art. 15-A do Regimento Interno do Conselho.

Concedo a palavra ao nobre Relator da Representação nº 1, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como hoje vence o prazo para que eu apresente o relatório preliminar, vamos começar a leitura, então, do relatório.

1. RELATÓRIO

1.1. DA REPRESENTAÇÃO

Vem a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a Representação nº 1, de 2015, ofertada pela Rede Sustentabilidade (Rede) e pelo Partido Popular Socialista (PPS), pessoas jurídicas de direito privado, devidamente qualificadas nos autos, em desfavor do Senador Delcídio do Amaral Gomez (Partido dos Trabalhadores – PT/MS, atualmente suspenso), com fulcro no art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal de 1988, e do art. 13 e seguintes da Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, com vistas a verificar quebra de decoro, decorrente dos fatos que resultaram na prisão em flagrante do Representado, em 25 de novembro de 2015, fato amplamente divulgado pela imprensa, sob a acusação de obstruir as investigações da Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal, além de formação de organização criminosa.

Os Representantes alegam que a gravidade das acusações contra o Senador Delcídio do Amaral, de amplo conhecimento da sociedade brasileira, caracterizaram procedimento incompatível com o decoro parlamentar, por abuso de prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional, ao valer-se do seu cargo público, sua envergadura institucional e sua influência e trânsito sobre as estruturas de Estado para favorecer-se, obstar a sua própria responsabilização criminal e de terceiros, concluindo, ademais, que a torpeza da conduta salta aos olhos e merece a condenação diante do mais frouxo parâmetro de probidade que se tenha em conta.

Nesses termos, afirmam que os fatos imputados ao Representado o sujeitam à pena de perda do mandato, por quebra de decoro parlamentar, conforme dispõe o art. 55, inciso II, da Constituição Federal, pelo que requerem o recebimento da Representação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a competente instauração do Processo Disciplinar, com a finalidade de apurar a violação disciplinar deflagrada por parte do REPRESENTADO, com vistas à cassação do seu mandato, nos termos do art. 7º, “d”, do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).

A Representação foi recebida e autuada no dia 15 de dezembro de 2015.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 3

09/03/2016

Admitida a Representação pelo Presidente deste Conselho de Ética, nos termos dos arts. 14, §1º, e 15, da Resolução nº 20, de 1993, procedeu-se à notificação do Representado, no dia 22 de dezembro de 2015, para apresentar defesa prévia, o que se verificou em 18 de fevereiro de 2016. Em reunião realizada no dia 2 de março do corrente ano, fui designado Relator, por sorteio, tudo nos termos do que dispõe o art. 15, incisos I, II e III, da Resolução nº 20, de 1993, com a redação dada pela Resolução nº 25, de 2008.

1.2. DA DEFESA DO REPRESENTADO

A defesa alegou inicialmente que as acusações de conduta ofensiva à ética formuladas na Representação só poderiam ser fundadas em condutas criminosas se e quando estas estivessem suficientemente descritas, evidenciadas univocamente e, sobretudo, amparadas por indícios claros, certos e objetivos, além de estarem cabalmente provadas no momento correspondente.

Ponderou, ainda, que as imputações se baseiam em conversa ilícita gravada entre terceiros e o Senador, sem o conhecimento do parlamentar. A gravação teria sido feita por Bernardo Cerveró, filho de Nestor Cerveró, investigado na operação Lava Jato, e seria direcionada à produção probatória. Bernardo Cerveró, valendo-se de sua proximidade com o Representado, buscou provocar o parlamentar a pronunciar declarações comprometedoras, mediante falsa representação da realidade, para, mais tarde, utilizar-se da gravação como trunfo, a fim de entabular o acordo de colaboração com seu pai [...].

Demais disso, a defesa posicionou-se sobre cada uma das imputações dirigidas ao Representado.

Quanto ao crime de embaraçar ou impedir investigação relacionada à organização criminosa, aduziu que a descrição desse delito não passou de mera tentativa e salientou a necessidade de se descrever os seus elementos e circunstâncias com maior rigor, conforme determina o Código de Processo Penal (CPP). Da mesma forma, seria necessário comprovar a formação da organização criminosa para se atribuir ao Representado eventual crime de obstrução à justiça.

Ainda segundo a defesa, a acusação de patrocínio infiel seria sem sentido, haja vista que não seria procurador de Nestor Cerveró e esse crime seria personalíssimo e não admitiria coautoria ou participação. Quanto à exploração de prestígio, alegou que não teria poder institucional junto ao STF, tampouco essa Corte se sujeitaria a essa influência. Já as outras acusações contidas na representação (corrupção passiva, favorecimento pessoal e tráfico de influência) sequer foram descritas na denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR).

Em seguida, a defesa passou a examinar a conduta do Representado frente aos deveres e vedações dispostas no Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, em especial, à conduta disposta em seu inciso III, do art. 5º (“a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes”).

Aduziu que o registro das gravações não revelou que a suposta irregularidade tenha sido praticada no desempenho do mandato. A conversa feita com Bernardo Cerveró (pessoa alheia à atividade parlamentar) seria restrita à pessoa do Senador e teria sido feita na condição de amigo, pois envolveria a proximidade das famílias, o que deixaria margem a grandes dúvidas se constituíam atos do desempenho do mandato ou eram decorrentes de seus encargos.

O Representado também contestou os fundamentos da decisão do STF que decretou a sua prisão, reputando-a preventiva e, portanto, inconstitucional.

Ao final, asseverou que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderia afastar essa investigação precária, pondo termo à injustiça praticada, enquanto não finalizada a instrução criminal, ou encerrando, desde logo, o processado, haja vista



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 4

09/03/2016

que os alegados delitos não se amoldam às limitações éticas mencionadas na representação. Ressaltou que eventual cassação do mandato traria prejuízos irreparáveis ao Representado, que, mesmo demonstrando sua inocência oportunamente, não poderá ser reinvestido no cargo.

A Análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras:

2.1 DA COMPETÊNCIA DOS REPRESENTANTES:

Nos termos dispostos no §2º do art. 55, da Constituição Federal de 1988, e no *caput* do art. 13 da citada Resolução nº 20, de 1993, o partido político representado no Congresso Nacional possui competência para provocar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP) da Casa, quando se tratar da possibilidade de aplicação de sanção da perda de mandato, de que trata o art. 11, do mesmo estatuto regimental interno.

A Representação em exame oferecida pela Rede Sustentabilidade (Rede) e pelo Partido Popular Socialista (PPS), por intermédio de seus presidentes nacionais, atende o disposto no art. 55, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 14, *in fine*, da Resolução nº 20, de 1993, pois ambos são partidos políticos que detêm representação no Congresso Nacional, podendo, assim, exercer o direito de peticionar junto ao Conselho de Ética.

2.2 DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL PARA ANALISAR A MATÉRIA E OS LIMITES DA QUEBRA DE DECORO:

O nosso sistema constitucional fundamenta-se no Estado democrático de direito, que se originou do Estado liberal, tendo como característica principal o respeito aos direitos e garantias individuais, dos quais se sobressaem as liberdades políticas e, por essa razão, nenhuma restrição de direito pode ser estabelecida se não estiver expressamente prevista no texto constitucional.

Por outro lado, a independência dos Poderes, prevista no art. 2º da Constituição, pressupõe que o Poder Legislativo deve estabelecer suas normas de funcionamento interno, inclusive as regras a serem observadas por seus membros, desde que não haja restrição ao exercício do mandato, a não ser nas situações previstas na própria Constituição.

Acusações não comprovadas ou notícias ‘plantadas’ na imprensa por adversários políticos não podem constituir elementos essenciais para instruir qualquer decisão a respeito do comportamento do Senador. Somente fatos objetivos e pontuais, que estejam previstos no Regimento Interno ou em resoluções das Casas Legislativas, devem ser devidamente apurados, sob pena de constituir-se em instrumento de manipulação partidária e eleitoral.

Os Códigos de Ética do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são tributários diretos da Constituição Federal e de seu princípio basilar da separação dos Poderes, haja vista a expressa competência das Casas Legislativas para elaborar seus respectivos Regimentos Internos, na forma posta nos artigos 51, inciso III, e 52, inciso XII, da nossa Constituição Federal. Desse modo, os casos de perda de mandato não podem extravasar os limites previstos na Constituição.

A matéria atinente ao decoro parlamentar está disciplinada no Regimento Interno das Casas legislativas que compõem o Congresso Nacional e se aplica aos Deputados e Senadores no exercício do mandato parlamentar, em cumprimento ao que dispõe expressamente a Constituição Federal em seu art. 55, II, §§ 1º e 2º.

Também podem ser adotadas resoluções no âmbito da Casa Legislativa para tratar especificamente do assunto. No Senado Federal, as atribuições do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar estão estabelecidas pela mencionada Resolução nº 20, de 1993, com as alterações posteriores, que fixa as regras a serem observadas pelo



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 5

09/03/2016

Senador: os deveres fundamentais (art. 2º), as vedações constitucionais (arts. 3º a 5º), as incompatibilidades com a ética e o decoro parlamentar (art. 5º), as medidas disciplinares a que está sujeito (arts. 7º a 10), inclusive a perda do mandato (art. 11), o processo disciplinar (arts. 12 a 17), a instrução probatória, nulidades e apreciação do parecer (arts 7-A a 21) e a organização do CEDP (arts. 22 a 25).

Assim, o Senado Federal observa as disposições da Resolução nº 20, de 1993, com as alterações posteriores, para apurar, por meio do seu Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, as denúncias ou representações contra Senadores e, se for o caso, aplicar as medidas disciplinares cabíveis ao Parlamentar infrator, ou encaminhar à decisão do Plenário da Casa, quando se tratar de suspensão ou perda de mandato, a teor do *caput* do art. 14 do CEDP.

Nesse contexto, a quebra de decoro parlamentar implica perda do mandato do Deputado ou Senador por decisão da maioria da Casa da qual seja integrante, sendo-lhe assegurada ampla defesa, por força do disposto no art. 55, inciso II e §§ 1º e 2º da Constituição Federal.

O art. 55 da Constituição Federal prevê os casos em que o Senador ou Deputado poderá perder o mandato, e somente nesses casos – em *numerus clausus*, pois o mandato popular é protegido pela Constituição, e qualquer limitação a seu exercício deve estar necessariamente expressa no texto constitucional –, entre os quais se incluem o abuso de prerrogativas e a quebra do decoro parlamentar (art. 55, inciso II, §1º) que, necessariamente, decorrem do exercício do mandato parlamentar, conforme podemos concluir do disposto no citado art. 5º da Resolução nº 20, de 1993, *verbis*:

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;

II – a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, §1º), tais como doações, ressaltados brindes sem valor econômico; (Redação dada pela Resolução n.º 42, de 2006);

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

.....

Por sua vez, o §1º do art. 14 da Resolução que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece que serão arquivadas, após análise preliminar do Presidente do Conselho, a representação que faltar legitimidade ao seu autor e a denúncia que não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados e se os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.

Quanto a esse aspecto, é importante ressaltar que o art. 14 da Resolução nº 20, de 1993 – juntamente com o art. 13 e seguintes –, prevê em seu §1º que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de cinco dias úteis, determinando o seu arquivamento se a denúncia não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados (inciso II) ou se os fatos relatados forem manifestamente improcedentes (inciso III).

A esse dispositivo, conforme prevê o Código de Ética, em seu art. 26-B, aplicam-se, subsidiariamente, no que for cabível, as disposições pertinentes do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008 – e do Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que entrará em vigor no próximo mês de março.



SENADO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DA MESA
 SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
 COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
 CEDP (3ª Reunião)

SF - 6

09/03/2016

Estabelece o art. 395 da lei processual penal:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

.....

III – faltar justa causa para o exercício da ação penal.

.....

Determina, de sua parte, o art. 330 do CPC:

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I – for inepta;

II – a parte for manifestamente ilegítima;

III – o autor carecer de interesse processual;

.....

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:

I – lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II – da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

III – o pedido for juridicamente impossível;

IV – contiver pedidos incompatíveis entre si.

A nosso ver, a representação observa as citadas normas legais e regimentais, tendo sido observado o §1º do art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, por ocasião de sua admissão, em exame preliminar, pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

À representação foram anexados documentos (degravações e outros) que associam o representado à prática de ato contrário ao decoro parlamentar, devendo-se ressaltar que os fatos, inclusive gravações, que motivaram a representação são de conhecimento público pelos amplos meios de comunicação de massa.

Devemos observar que, em abstrato, o conceito de decoro parlamentar não é de fácil objetivação, e, por essa razão, considerações a respeito são justificadas, em muitos casos, predominantemente no âmbito do juízo de valor. Muitas vezes, prevalece na avaliação de casos de possível quebra de decoro parlamentar a captação do sentimento de indignação que provém da sociedade, estimulada pelos formadores de opinião, ainda que não seja imputado ao acusado a prática de crime.

Desse modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o julgamento por este Conselho de Senador que já esteja submetido a inquérito policial ou seja sujeito passivo de ação penal não precisa esperar que a sentença seja prolatada pelo Poder Judiciário. São esferas de julgamento independentes. Trata-se do consagrado princípio da independência entre as instâncias penal e administrativo-disciplinar, reconhecido de forma unânime na doutrina e na jurisprudência. Neste Conselho, o julgamento leva em conta preponderantemente o prejuízo que o mau comportamento do Senador, seja quanto ao aspecto legal, seja quanto aos critérios morais, possa



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 7

09/03/2016

acarretar para a instituição Senado Federal, haja vista um detentor de mandato senatorial se confundir com a própria instituição que integra.

Desse modo, a um Senador não só lhe aplica estritamente o princípio republicano da igualdade de todos perante a lei, mas também o dever de ser modelo de comportamento em face de sua missão de ser a voz de seus eleitores e guardião das instituições e leis do País, sendo especialmente responsável por assegurar a credibilidade de sua Casa Parlamentar – o Senado Federal.

O Senador, como agente político que ocupa o ápice da hierarquia do Poder Político nacional, não estando, por conseguinte, subordinado a qualquer outra autoridade, deve estar permanentemente vigilante no sentido de evitar comportamento inadequado que venha a respingar e contaminar negativamente a imagem do Poder Legislativo e, especificamente, neste caso, do Senado Federal.

Diferentemente de um cidadão que não detém cargo público, o mandato de Senador é exercido durante as 24 horas do dia, não tendo praticamente vida privada, só vida pública. Por essa razão, não se permite a um Senador ter atitude ou adotar comportamentos duvidosos, ainda que legais, que são socialmente admissíveis para quem não seja detentor de mandato parlamentar.

É evidente, Senadora Regina, que a finalidade derradeira do Código de Ética é assegurar o cumprimento de regras de comportamento pelos Senadores no exercício do mandato, de modo a preservar o respeito e a credibilidade do Senado, evitando-se, assim, que se fomentem sentimentos populares contra a democracia representativa.

De outra parte, entendemos que cabe ao Conselho tratar somente de denúncia que se refira a fatos ocorridos durante o exercício do mandato, conforme podemos concluir do exame das normas previstas na Resolução nº 20, de 1993, e na Resolução nº 17, de 1993, que trata da Corregedoria Parlamentar.

O Relatório Preliminar sobre a Representação que resultou na recente cassação do mandato do Senador Demóstenes Torres traz lições sobre a Representação contra o Senador Delcídio do Amaral que merecem ser reproduzidas, haja vista a semelhança dos dois casos quanto aos seus aspectos penais, processuais e de decoro parlamentar, *in verbis*:

Sr. Presidente, como já são 15 horas e nós só temos mais uma hora, então está *in verbis* aqui, todos vão receber o relatório de tudo aquilo que aconteceu com o Senador Demóstenes Torres. Eu acho que se poupa aqui a leitura, não é? Pulamos, porque vão receber. É só um exemplo do que foi colocado, para adiantarmos, porque só temos uma hora. Se abrirem ali a corrente, suspende aqui, e não é este o objetivo desta Casa. Então, vamos lá.

Diante do exposto, cabe à maioria dos membros da Casa Legislativa decidir, caso a caso, se o Parlamentar acusado de quebra de decoro parlamentar praticou ato que o torne indigno de conviver com os seus pares, em razão de seu comportamento extravasar os limites de sua pessoa para respingar na instituição que integra, resguardada, no entanto, a ampla defesa que deverá lhe ser proporcionada no decorrer do processo legal contra si devidamente instaurado.

3. DA APRECIÇÃO DOS INDÍCIOS DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

3.1 Introdução

Nesta primeira fase, na forma descrita no art. 15-A do Código de Ética e Decoro Parlamentar, com a redação dada pela Resolução nº 25, de 2008, do Senado Federal, este Conselho fará um juízo de admissibilidade da Representação feita pelos partidos Rede Sustentabilidade (Rede) e Partido Popular Socialista (PPS), examinando se há indícios suficientes da prática de ato atentatório ao decoro parlamentar.

3.2 Dos argumentos da defesa



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 8

09/03/2016

3.2.1 Da narrativa feita pela acusação

O Representado alegou falha na narrativa feita na peça acusatória. Argumentou que, ao contrário do que consta da Representação, a acusação de ofensa ao decoro parlamentar deve se basear em condutas criminosas devidamente descritas e amparadas por indícios claros, certos e objetivos, as quais devem estar provadas cabalmente no momento correspondente.

Cabe assinalar que, embora a Representação não mencione com precisão os crimes supostamente praticados pelo Representado, alguns sequer mencionados na denúncia formulada pelo PGR, a peça inicial narra os fatos em apuração de maneira clara e detalhada, o que já se mostra suficiente para que sejam aferidos eventuais indícios de ato contrário ao decoro parlamentar.

3.2.2 Da gravação ambiental realizada por Bernardo Cerveró

A defesa sustenta que a acusação se baseia em prova ilícita.

Segundo consta da peça defensiva, Bernardo Cerveró tinha o propósito de produzir provas a seu favor e realizou as gravações sem o conhecimento do Representado e dos demais interlocutores. Alega-se, ainda, que, agindo de forma sub-reptícia, ou seja, sem o conhecimento dos demais, Bernardo Cerveró manipulou o curso das conversas, levando o Representado a pronunciar declarações comprometedoras.

Imagina! Deveria ser o contrário. Um preso não vai induzir uma autoridade a isso – um exemplo.

Conquanto o Representado alegue que a prova produzida é ilícita – ela não é ilícita, ela pode ser clandestina –, lembramos que, acerca do assunto, o STF tem o entendimento pacificado de que a gravação ambiental, feita por um dos interlocutores, não padece de vício e pode ser utilizada com finalidade probatória, desde que não se refira a causa legal específica de sigilo nem de reserva da conversação:

Vem a ementa. É necessário que se leia a ementa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É jurisprudência, que fortalece essa argumentação.

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INVIABILIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS NA VIA DO HABEAS CORPUS. ESCUTA AMBIENTAL REALIZADA SEM O CONHECIMENTO DO INTERLOCUTOR. LICITUDE. AGRAVO IMPROVIDO.

Quer dizer que não há nenhuma ilicitude.

E vão as sustentações de pareceres. Todos vão receber isso aqui, para facilitar. São as normas que hoje caracterizam que não houve nada ilícito no sentido de que essa prova pode ser utilizada.

Quanto à afirmação de que Bernardo Cerveró realizou verdadeiro interrogatório sub-reptício, entendemos que a forma como as conversas transcorreram afastam essa conclusão.

No interrogatório sub-reptício – é isto aqui que eu gostaria que vocês entendessem bem –, de um lado há um policial sem atribuição para realizar a oitiva, mas que a realiza sem a observância das garantias legais – ou seja, como se houvesse um policial ali induzindo-o a fazer, o que não foi o caso. De outro lado, um



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 9

09/03/2016

preso em flagrante ou um suspeito de crime. Nessas situações, a fragilidade e a vulnerabilidade do depoente é patente.

No caso em exame, contudo, não havia sobre o Representado qualquer ascendência por parte de Bernardo Cerveró. Se superioridade de posição houvesse, seria justamente a situação contrária: o maior poderio político de um Senador da República sobre o filho de um denunciado preso.

Nessa fase inicial do processo de cassação, temos que o simples fato de o Representado ter admitido ser o autor dos diálogos já permite que se avance nas apurações.

3.2.3 Das imputações dirigidas ao Representado

A defesa alegou que a descrição do crime de embarçar ou impedir investigação relacionada à organização criminosa não atendeu rigorosamente ao que determina o CPP. Também apontou a impossibilidade de o Representado praticar o crime de patrocínio infiel e exploração de prestígio e, por fim, ponderou que os demais delitos (corrupção passiva, favorecimento pessoal e tráfico de influência) sequer foram descritos na denúncia da PGR.

É regra processual que a defesa rebata os fatos que lhe são imputados, e não somente das imputações que constam da peça acusatória. Não soa razoável exigir que, no âmbito de um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a peça acusatória tenha a mesma precisão técnica de uma acusação elaborada pelo Ministério Público. De qualquer forma, verifica-se que a narrativa da peça acusatória permite a exata compreensão das acusações feitas ao Representado.

Em virtude do já citado princípio da independência entre as instâncias, a capitulação penal dos fatos é irrelevante para o aspecto disciplinar ora analisado, desde que a narrativa exponha situações que se amoldem, em tese, aos tipos previstos para a quebra de decoro – o que ocorre no caso em tela.

3.2.4 Da conduta do Representado frente aos deveres e vedações dispostas no Código de Ética e Decoro Parlamentar

O Representado sustenta que a conversa feita com Bernardo Cerveró não guardaria relação com o desempenho do mandato. Os diálogos registrados seriam restritos à pessoa do Senador e teriam sido feitos na condição de amigo, pois envolveriam a proximidade das famílias. Assim, não haveria infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Considerando que nesta fase o Conselho de Ética exerce apenas um juízo de prelibação, a fim de admitir ou não o prosseguimento da presente representação, entendemos não ser o momento oportuno para a análise sobre a proximidade entre as famílias do Representado e de Bernardo Cerveró, a fim de evitar um exame profundo das provas.

De qualquer modo, faz-se necessário reprimir que o Senador foi investido de um mandato exercido a todo momento, e a atuação de qualquer Parlamentar, além de atender aos reclamos legislativos do respectivo Estado, também deve zelar pela imagem do Parlamento nesse contexto, sem desconsiderar a existência de situações excepcionais, sendo que o presente processo de cassação deve avançar.

3.2.5 Da ilegalidade da prisão cautelar do Representado

A defesa contestou os fundamentos da decisão do Supremo Tribunal Federal que decretou a sua prisão preventiva, do Representado, reputando-a inconstitucional.

A discussão sobre a inconstitucionalidade ou não do decreto de prisão cautelar do representado se mostra absolutamente estéril neste momento, primeiro porque este Conselho não tem competência para revisar qualquer medida restritiva de liberdade imposta pela Suprema Corte; segundo, porque o Plenário desta Casa, na forma do



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 10

09/03/2016

disposto no art. 55, §2º, da Constituição Federal, quando provocado, se manifestou pela manutenção do decreto prisional por 59 votos favoráveis e 13 contrários.

3.2.6 Dos argumentos finais da defesa

Finalmente, a defesa pede que este Conselho afaste esta apuração inicial, enquanto não finalizar a instrução criminal, ou encerre desde logo, em vista da inocorrência de atos atentatórios ao decoro parlamentar. Aduz ainda que eventual cassação teria prejuízo irreparável, por se tratar de medida irreversível.

Os argumentos finais da defesa atrelam-se ao mérito do processo de cassação. De mais a mais, não foram trazidos à análise elementos suficientes que permitam o arquivamento prematuro da presente apuração.

3.3 Das gravações feitas por Bernardo Cerveró

A Representação em exame trouxe apreciações de diversas descrições de conversa entre o representado, o assessor Diego, o advogado Edson e Bernardo Cerveró. O exame dessa prova, ainda que perfunctório, se mostra necessário para a coleta de indício da prática de eventual ato antiético por parte do Representado.

Iniciando a análise das gravações, é possível verificar que o Senador Delcídio Amaral trava diálogo com o advogado Edson e Bernardo Cerveró, referindo-se a uma eventual soltura de Nestor Cerveró e posterior fuga:

DELCÍDIO: Agora Edson, (hum), eu acho que isto, esta estratégia nós temos que seguir pra tirar de qualquer maneira, temos que tirar não só ele quanto o Renato, por que não tem, não tem (santo)

EDSON: O que vai acontecer ele saindo vai vir uma nova denúncia e o Moro vai decretar uma nova prisão preventiva, tá certo, então eu vou abrir o jogo aqui, é sair e ir embora, ele não fica aqui...

BERNARDO: É, a gente considera essa opção

DIOGO: Eu acho que tem que ser

DELCÍDIO: É, eu acho que...

EDSON: E aí lá eu aguardo a nova denúncia e faço um puta discurso político, entendeu, de tortura e tudo mais...

DELCÍDIO: E aí ele iria pra Espanha.

EDSON: Sim.

DELCÍDIO: Hum... Ele tem dupla cidadania, não teria problema nenhum

EDSON: Aí que tá, não é bem assim, você não pode ser extraditado, mas você pode cumprir pena.

DELCÍDIO: Lá?

EDSON: Lá

EDSON: Então a gente vai ter que bater nessa condenação dizendo que ela contraria tudo, tudo sobre direito, entendeu, criar um caso, um fato político, levar isto até pra corte



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 11

09/03/2016

interamericana, essa é a ideia, mantém ele lá a coisa ameniza pra ele, pelo menos por um tempo, até ver o que o Moro vai fazer

DIOGO: Aquela alternativa de transferi-lo pro Rio não tá (...)

EDSON: Não, não, eles tão ganhando tempo pra ver se tem uma nova denúncia, se o nosso argumento ajuda além desse, o que que ele tá fazendo lá?

DELCLÍDIO: O que que ele tá fazendo lá?

EDSON: E o despacho diz: expectativa de uma nova ação penal, porra isso não existe. (grifou-se)

Uma possível atuação do Representado junto ao STF e ao Presidente desta Casa também consta dos diálogos:

DELCLÍDIO: Agora, agora, Edson e Bernardo, é eu acho que nós temos que centrar fogo no STF agora, eu conversei com o Teori, conversei com o Toffoli, pedi pro Toffoli conversar com o Gilmar, o Michel conversou com o Gilmar também, porque o Michel tá muito preocupado com o Zelada, e eu vou conversar com o Gilmar também.

EDSON: Tá.

DELCLÍDIO: Por que, o Gilmar ele oscila muito, uma hora ele tá bem, outra hora ele tá ruim e eu sou um dos poucos caras...

EDSON: Quem seria a melhor pessoa pra falar com ele, Renan, ou Sarney...

DELCLÍDIO: Quem?

EDSON: Falar com o Gilmar

DELCLÍDIO: Com o Gilmar, não eu acho que o Renan conversaria bem com ele.”

[...]

DELCLÍDIO: Eu falo com o Renan hoje.

EDSON: Tá bom.

DELCLÍDIO: Hoje eu falo, porque acho que o foco é o seguinte, tirar, agora a hora que ele sair tem que ir embora mesmo. (grifou-se)

Em seguida, a conversa segue para o que parece ser a discussão de uma rota de fuga para Nestor Cerveró:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 12

09/03/2016

BERNARDO: É, eu já até pensei, a gente tava pensando em ir pela Venezuela, mas acho que... deve se sair, sai com tornozela, tem que tirar a tornozela e entrar, acho que o melhor jeito seria um barco... É, mais porque aí chega na Espanha, pelo menos você não passa por imigração na Espanha. De barco, de barco você deve ter como chegar...

EDSON: Cara é muito longe.

DELCÍDIO: Pois é, mas a ideia é sair de onde de lá?

BERNARDO: Não, da Venezuela, ou da...

EDSON: É muito longe.

DELCÍDIO: Não, não...

[...]

DELCÍDIO: Não, mas a saída pra ele melhor, é a saída pelo Paraguai...

[...]

DELCÍDIO: A fronteira...

Bom, gente, como faltam aí pouquinhos minutos, é ainda esse diálogo que vai nisso aí. Está constando dos relatórios.

Todos?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse diálogo foi amplamente divulgado. Todos nós conhecemos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, está bom.

As conclusões, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É o contrário, Senador. É de conhecimento de todos. Pode pular o diálogo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pode pular?

Ah, está certo.

4. Conclusões finais

Feitas as análises da Representação e da Defesa Prévia apresentadas, foi possível chegar às seguintes conclusões: primeiro, não há preliminares que obstem o prosseguimento da apuração; a defesa do Representado não trouxe argumentos fáticos ou de ordem técnica que permitam o imediato arquivamento da representação; terceiro, conquanto seja necessário um exame mais aprofundado dos argumentos e das provas relacionadas, o exame superficial dos diálogos demonstra a existência de indícios de crime e consequente quebra de decoro parlamentar pelo Representado.

Dessa forma, impõe-se a admissão da presente Representação para instaurar procedimento investigatório no âmbito deste Conselho, haja vista que dos fatos relatados no pedido emergem indícios de ilícitos penais que podem ser imputados como quebra de decoro parlamentar por parte de Senadores integrantes deste Conselho.

5. VOTO



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 13

09/03/2016

Em face do exposto e dos elementos que apontam para indícios de prática contrários à ética e ao decoro parlamentar, voto pela admissibilidade da presente representação contra o Senador Delcídio do Amaral Gomes, por incurso no art. 55, inciso II e §2º da Constituição brasileira de 1988, combinado com o art. 5º, inciso III, da Resolução nº 20, de 1993.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é o relatório, esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador.

Lido o relatório, será dado conhecimento do seu conteúdo a todos os membros titulares e suplentes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Esclareço, ainda, às Sr^{as} e Srs. Senadores que o art. 5º do Regimento Interno do nosso Colegiado estabelece o mesmo prazo, de cinco dias úteis, para o Conselho realizar a análise inicial do mérito da Representação nº 1, de 2015.

Cumprida a finalidade da presente reunião, agradeço a presença e a participação de todos e convoco o Conselho...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, eu queria saber, se é possível nos antecipar se houve a juntada de alguma prova, algum documento, algum anexo junto à representação e junto à defesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Esta reunião de hoje foi somente para a leitura do relatório. Lido o relatório, temos cinco dias úteis para aprovarmos, porque as cópias do relatório serão distribuídas agora. Nós vamos ler e examinar, todos os membros do Conselho, suplentes e titulares.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, isso é compreensível. Se vamos receber uma cópia, teremos o elementar. Agora, se há mais algum elemento apresentado como prova, aí teremos de tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não, em absoluto, só temos esse relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, nada mais existe.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nada mais, só o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Por nada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, somente a título de esclarecer, qualquer dúvida que precisar sobre peças, está tudo na internet. Agora, a título de ajuda ao Presidente, existem também requerimentos hoje apresentados a esta Casa que, provavelmente, serão declinados por V. Ex^a agora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não. Eu só leio o requerimento posteriormente. Eu só leio se os Srs. Senadores, na reunião de quarta-feira, aprovarem ou não esse relatório. Na quarta-feira, às 14h30m, vamos aprovar ou não o relatório do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Apoiado, Sr. Presidente, esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 14

09/03/2016

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Apenas para apoiar o encaminhamento de V. Ex^a, o entendimento de que somente após a apreciação do relatório de S. Ex^a, o Senador Telmário, é que nós apreciaremos algum requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Exatamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, poderia haver repetição de requerimentos, então, com vistas à economia processual? Eu acho que V. Ex^a poderia ler os requerimentos que já estão em mãos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É interessante o que V. Ex^a está falando, mas nós temos de cumprir prazos. Nós não podemos deixar de cumprir os prazos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não impede o cumprimento de prazos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Impede, Excelência, porque ainda não aprovamos o relatório. Nós temos de aprovar ou não este relatório. Se aprovado o relatório... E, se não aprovarmos o relatório? Pode arquivar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 15

09/03/2016

DOCUMENTOS DA 3ª REUNIÃO DO CEDP

1. Lista de Presença das Senhoras e Senhores Senadores membros do Conselho;
2. Cópia do Relatório Preliminar produzido e lido na reunião pelo Senador Telmário Mota, Relator da Representação nº 1, de 2015, em face do Senador Delcídio do Amaral.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (3ª Reunião)

SF - 16

09/03/2016

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, cumprida a finalidade da reunião, agradeço a presença e a participação de todos e convoco o Conselho para o dia 16 de março, às 14h30m, quarta-feira próxima, para a análise inicial do mérito da Representação nº 1, de 2015.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)

DOCUMENTOS DIVERSOS**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Publique-se.
[Assinatura]

DECISÃO**Ref.: Representação nº 1, de 2015**

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, em sua 4ª reunião, realizada aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às catorze horas e trinta minutos, DECIDE, por unanimidade, receber a Representação nº 1, de 2015, e instaurar processo disciplinar em face do Senador Delcídio do Amaral, nos termos do § 1º do art. 15-A da Resolução nº 20, de 1993.

Publique-se.

Sala de Reuniões, em 16 de março de 2016

Senador João Alberto Souza

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

[Assinatura]



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

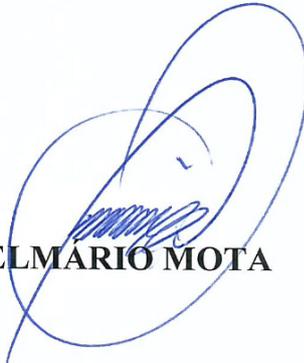
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Publique-se.
jo

REQUERIMENTO Nº 01, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. art. 17-B, *caput*, da Resolução nº 20, de 1993, para fins de instrução da Representação nº 01/2015, a convocação do Representado, Senador **Delcídio do Amaral Gomez**, para prestar depoimento pessoal, sem prejuízo de o Representado exercer o direito de ser ouvido também posteriormente, no caso de eventual inquirição de testemunha suceder a sua oitiva (art. art. 17-B, parágrafo único, da Resolução nº 20, de 1993).

Sala do Conselho,


Senador TELMÁRIO MOTA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Sandra Braga	AM
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco de Apoio ao Governo - 17

PT-13 / PDT-4

Acir Gurgacz	PDT / RO
Angela Portela	PT / RR
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Zeze Perrella	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ricardo Franco	DEM / SE
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 11

PSB-7 / PPS-2 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9

PP-6 / PSD-3

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Moraes	PP / GO

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	18
Bloco de Apoio ao Governo	17
Bloco Parlamentar da Oposição	16
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	11
Bloco Parlamentar União e Força	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfé Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Paulo Rocha - PT (37,49,68,76)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,33) Lindbergh Farias (35,71,75) Telmário Mota (4,31,42,52,70) Gleisi Hoffmann (69,74) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13</p> <p>Paulo Rocha (37,49,68,76)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT</p> <p>Lindbergh Farias (35,71,75) Gleisi Hoffmann (69,74) Fátima Bezerra (34,73) Donizeti Nogueira (72)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 4</p> <p>Acir Gurgacz (3,33)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>José Agripino - DEM (39,63)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Ataides Oliveira (38) Antonio Anastasia (46)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (12,58)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39,63)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (15,27)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (13,19,28) Vanessa Grazziotin (22,24)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 7</p> <p>Antonio Carlos Valadares (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSB</p> <p>Fernando Bezerra Coelho (67) Roberto Rocha (45,66)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 2</p> <p>José Medeiros (13,19,28)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (22,24)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (25,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Omar Aziz - PSD (17,54)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Benedito de Lira (11,16,44,53,57) Otto Alencar (60)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6</p> <p>Benedito de Lira (11,16,44,53,57)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 3</p> <p>Omar Aziz (17,54)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (18)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (7) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,6)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4</p> <p>Wellington Fagundes (51,56)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR</p> <p>Vicentinho Alves (55)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,9)</p>	<p style="text-align: center;">PMDB - 18</p>
<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (21,26,62,65)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Hélio José (50,59) Paulo Rocha (37,49,68,76) Wellington Fagundes (51,56) Telmário Mota (4,31,42,52,70)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
17. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
61. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).

66. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
67. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
68. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
69. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
71. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
76. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE(S)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** . Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

**9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO**

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**.. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiore Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinicius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiore Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinicius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com os cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** . Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

** . Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

** . Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

*** . Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

**** . Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

***** . Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

***** . Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

***** . Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

***** . Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

** Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

*** Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

**** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

***** Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. VAGO ^(10,16,24)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).
 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
 23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
 24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
 25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
 26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
VAGO ⁽³²⁾	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfê Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfé Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfé Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. VAGO ^(7,13)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**.. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senadora Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** . Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfé Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfé Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

*** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

***** . Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

***** . Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,23)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,23)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** . Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

***** . Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)	1.
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 01/03/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOLSenador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
 2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽²⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

* Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMDB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA ⁽¹⁰⁾
Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽¹⁰⁾	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO ⁽⁸⁾
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁸⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - PSD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Pedro Fernandes - PTB/MA ⁽¹³⁾	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Niito Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PHS/AL ⁽¹¹⁾
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMDB/MT ^(1,12)
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMDB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMDB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO ^(19)
VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(19)
RELATOR: VAGO ^(19)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA ^(4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
- O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
- Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
- Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
- Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
- Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)</p>	<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)</p>
<p>Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾</p>	<p>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)</p>
<p>Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)</p>	<p>Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾</p>	<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) ⁽⁷⁾</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾</p>	<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾</p>
<p>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾</p>	<p>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾</p>

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ ^(17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS ⁽²²⁾	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PSL/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
VAGO ^(4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA ⁽¹⁸⁾
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ ⁽²⁰⁾
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PR/RR	5. Mainha - SD/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA ^(15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS ⁽¹⁷⁾
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Sâguas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet? Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

